

DANIEL CALADO CAFÉ

**PATRIMÓNIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA:
PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DO MUSEU DO
TERRITÓRIO DE ALCANENA**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Museologia no Curso de Mestrado em Sociomuseologia conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Professora Doutora Judite Santos Primo

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Departamento de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes Plásticas

**Lisboa
2007**

À Maria Francisca,
fonte de inspiração e motivo para vencer os desafios da vida.

Agradecimentos

Não teria sido possível a realização deste estudo sem o apoio sincero e generoso de muitas pessoas.

Desejo expressar, em primeiro lugar, os meus agradecimentos à Professora Doutora Judite Santos Primo, não só pelo interesse, compreensão e total disponibilidade demonstrada nas etapas percorridas na elaboração deste estudo, mas também pela sua exigência e rigor enquanto orientadora do mesmo. A sua sapiência foi encorajadora neste percurso, revelando-se fundamental para se atingir os objectivos.

Um agradecimento ao Professor Doutor Mário Canova de Magalhães Moutinho, Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, pelos conselhos, incentivos e estímulos para concretizar este estudo, traçar novos caminhos e abrir novos horizontes.

Uma palavra de apreço a todos os funcionários da Câmara Municipal de Alcanena, aos eleitos locais e outros amigos que, de alguma forma, prestaram auxílio na realização deste estudo de caso, seja através da realização de entrevistas ou na discussão aberta e esclarecedora de opiniões e pontos de vista, facilitando a abordagem dos assuntos neste trabalho.

Um sentido obrigado aos colegas do Curso de Mestrado em Museologia pela sua amizade, apoio e partilha de conhecimentos.

Por último, expresso um sentido agradecimento à minha esposa, Lina Isabel Mira Carvalho Café, amiga e companheira na vida, pela sua compreensão e carinho incondicional que sempre me deram força para trilhar este caminho. O seu estímulo, apoio, a discussão aberta, as suas opiniões e pontos de vista revelaram-se importantes para a concretização deste estudo.

Resumo:

O presente estudo pretende propor a criação de um museu do território para o concelho de Alcanena baseado na necessidade de proceder à identificação, estudo e salvaguarda do património local colocando-o ao serviço das comunidades e do seu desenvolvimento sustentado.

Tratando-se de um estudo de caso, irá nortear-se pelos princípios e pelas noções da nova museologia bem como na compreensão e entendimento da noção de ecomuseologia, trabalhando os seguintes aspectos:

- As noções de património, identidade e memória, sua contextualização e a forma como as instituições museológicas fazem a sua apropriação;
- O estudo da museologia no Século XX, baseada nas teorias museológicas contemporâneas da nova museologia, focando a importância que a defesa e salvaguarda do património detém na promoção de novos modelos de desenvolvimento a nível local, tendo como suporte a legislação nacional e internacional específica na área;
- A importância que a promoção e implementação de um museu do território descentralizado e polinucleado no concelho de Alcanena poderá assumir no contexto da salvaguarda patrimonial e do desenvolvimento sustentado local;
- Uma proposta concreta para a criação do Museu do Território do Concelho de Alcanena com vista à implementação do turismo sustentável visando o desenvolvimento económico e social das populações.

O estudo realçará a importância das autarquias locais em todo o processo de salvaguarda patrimonial e desenvolvimento sustentável baseado no seu conjunto patrimonial.

Palavras-chave: património, identidade, museologia, turismo, desenvolvimento

Abstract:

The present study intends to consider the creation of a territorial museum for the municipal district of Alcanena based on the need of identifying, studying and safeguarding the local heritage, placing it in the service of the local communities, thus providing a means for the local supported development.

Being a case study, the analysis will be based on, and guided by, the principles and notions of the new museology theories, as well as the comprehension and understanding of the notion of ecomuseology, while focussing the following aspects:

- The notions of heritage, identity and memory, their definitions and contexts, and the way that the museum, as an institution, appropriates and deals with these notions;
- The study of the museology movement in the Twentieth Century, based on the contemporary theories of the so called *new museology*, focussing the importance that the defense and safeguarding of all forms of local heritage presents as a means of promoting the new models of development at a local level, supported by national, as well as international legislation in this specific area of intervention;
- The importance that the promotion and implementation of a decentralized territorial museum in the municipal district of Alcanena may assume in the context of patrimonial safeguards and the local supported development;
- A concrete proposal for founding the “Museu do Território do Concelho de Alcanena” (Territorial Museum of the Municipal District of Alcanena) which will provide and implement sustainable tourism aiming for the social and economic development of local communities.

The study will enhance the importance of the role that local autarchies play in the process that involves the safeguarding of all heritage and the sustainable development thereby achieved, based on the local patrimony as a whole.

Key words: heritage, identity, museology, tourism, development.

Abreviaturas:

Agência Europeia do Ambiente (AEA);
Associação para o Desenvolvimento das Serras d' Aire e Candeeiros (ADSAICA);
Associação Portuguesa da Indústria do Curtume (APIC);
Associação de Municípios do Médio Tejo (AMMT);
Biblioteca Nacional de Portugal (BNP);
Câmara Municipal de Alcanena (CMA);
Caminho Municipal (CM);
Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro (CAORG)
Centro Tecnológico da Indústria do Couro (CTIC);
Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, I.P. (CP-MC, I.P.);
Comité Internacional para a Museologia (ICOFOM);
Conselho Internacional dos Museus (ICOM);
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT);
Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ);
Direcção-Geral das Artes (DGARTES);
Direcção-Geral Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN);
Direcção-Geral do Livro e da Biblioteca (DGLB);
Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR);
Estrada Municipal (EM);
Estrada Nacional (EN);
Estrada Regional (ER);
Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (EEDS);
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS);
Imóvel de interesse público (IIP);
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER);
Instituto das Artes (IA);
Instituto do Cinema e do Audiovisual I.P. (ICA, I.P.);
Instituto de Conservação da Natureza (ICN);
Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR, I. P.);
Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT);
Instituto Nacional de Estatística (INE);
Instituto Português de Arqueologia (IPA);

Instituto Português do Livro e Bibliotecas (IPLB);
International Standards Organization (ISO);
Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (MAOT);
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO);
Parque Natural da Serra d'Aire e Candeeiros (PNSAC);
Plano Director Municipal (PDM);
Plano Estratégico do Concelho de Alcanena (PECA);
Planos Estratégicos Nacionais (PEN);
Plano Nacional da Água (PNA);
Plano Nacional de Desenvolvimento sustentável da Floresta Portuguesa (PNDSFP);
Plano Nacional de Política de Ambiente (PNPA);
Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC);
Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT);
Programas de Desenvolvimento Rural (PDR);
Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante de Base Regional (PITER);
Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC);
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
Programa Operacional de Cultura (POC);
Reserva Agrícola Nacional (RAN);
Reserva Ecológica Nacional (REN);
Rede Portuguesa de Museus (RPM);
Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR);
Strength: forças ou pontos fortes, *Weaknessess*: fraquezas ou pontos fracos, *Opportunities*:
oportunidades e *Threats*: ameaças (SWOT);
Turismo em Espaço Rural (TER);
União Europeia (UE);
Unidades Turísticas Sustentáveis (UTS);
Zonas de Protecção Especial (ZPE);

Índice Geral:

Agradecimentos.....	3
Resumo:	4
Abstract:.....	5
Abreviaturas:.....	6
Índice Geral:.....	8
Índice de Quadros:	10
Índice de Esquemas:	10
Índice de Figuras:	10
Índice de Gráficos:.....	10
Introdução:.....	11
Metodologia e fontes:.....	15
1. Património, Identidade e Memória:.....	20
1.1. Noção de património:	20
1.1.1. <i>As origens da noção de património</i>	20
1.1.2. <i>O actual entendimento de património:</i>	21
1.1.3. <i>O património tangível e intangível:</i>	25
1.1.4. <i>Os quadros conceptuais e os documentos europeus</i>	30
1.1.4. <i>O enquadramento legal e a legislação nacional</i>	33
1.2. Noção de Identidade:	35
1.3. Noção de Memória:	38
1.4. A apropriação museológica das três noções:	41
1.4.1. <i>A relação memória e poder</i>	41
1.4.2. <i>Os museus, o património e identidade social</i>	46
2. A museologia no Século XX e a defesa e salvaguarda do património:	50
2.1. A museologia em transformação	50
2.1.1 <i>Novas perspectivas sobre museologia</i>	50
2.1.2. <i>Uma nova abordagem conceptual de museu</i>	59
2.1.3. <i>O objecto, o facto museológico e o olhar museológico</i>	65
2.3. Os museus e a educação.....	69
2.3.1. <i>O papel educativo</i>	69
2.3.2. <i>O projecto educativo do museu</i>	73
2.4. A salvaguarda do património:.....	74
2.4.1. <i>As autarquias e a defesa do património:</i>	75
2.4.2. <i>Salvaguarda patrimonial – identificação e classificação</i>	77
2.5. Um modelo de desenvolvimento sustentável.....	79
2.5.1. <i>O património ao serviço do desenvolvimento local</i>	79
2.5.2. <i>Os sítios geológicos e o desenvolvimento local</i>	82
2.5.3. <i>O património ao serviço do turismo</i>	83
3. Caracterização do território, história, património e identidade de Alcanena:..	85
3.1. Enquadramento geográfico do concelho:	85
3.1.1. <i>Enquadramento territorial</i>	85
3.1.2. <i>Geografia, geologia e paisagem</i>	87

3.2. Breve enquadramento histórico.....	90
3.3. Demográfica e economia social do município de Alcanena	92
3.3.1. <i>Demografia</i>	92
3.3.2. <i>Dinâmica económica</i>	93
3.4. Principais traços culturais.....	96
3.4.1. <i>O artesanato</i>	97
3.4.2. <i>Grupos etnográficos</i>	97
3.4.3. <i>Equipamentos desportivos e sociais</i>	98
3.4.4. <i>Gastronomia</i>	99
3.5. Recursos patrimoniais do município de Alcanena	100
3.5.1. <i>O património municipal para o projecto museológico do território..</i>	100
3.5.1.2. <i>Recursos naturais do município de Alcanena</i>	103
3.5.1.3. <i>Diagnóstico sobre a realidade municipal</i>	105
3.6. Identidade social e cultural de Alcanena	107
 4. Programa de desenvolvimento local:.....	112
4.1. O papel da Câmara Municipal de Alcanena na defesa do seu património:	112
4.2. Análise SWOT – aproveitamento museológico do património municipal ...	114
4.3. Avaliação geral dos recursos patrimoniais do concelho	116
4.4. Orientação estratégica para o desenvolvimento local apoiado na museologia em Alcanena	120
4.4.1. <i>Definição estratégica para o Concelho de Alcanena</i>	120
4.4.2. <i>Apresentação de acções estratégicas para o desenvolvimento museológico no concelho de Alcanena</i>	122
4.5. Proposta de programa museológico do Museu do Território de Alcanena:	132
4.5.1. <i>Apresentação de um novo projecto museológico para Alcanena</i> ...	132
4.5.2. <i>Programa museológico</i>	134
4.5.2.1. <i>Apresentação</i>	134
4.5.2.2. <i>Estrutura formal do Museu do Território</i>	136
4.5.3. <i>Programas de financiamento disponíveis</i>	168
 Conclusões:.....	170
Bibliografia.....	175
Bibliografia Consultada e Citada:	175
Legislação Citada:.....	182
Outras Fontes de Consulta:	183
Jornais/Periódicos.....	184
Estatutos de Entidades Internacionais Citadas:	186
Convenções e Recomendações Internacionais Citadas:.....	186
Convenções e Recomendações Internacionais Consultadas	186
Declarações e Tratados Internacionais Citadas:	187
Cartas Internacionais Citadas:	187
Cartas Internacionais Consultadas:.....	187
Declarações Internacionais Fundamentais na Nova Museologia Citadas:.....	188
Bibliografia Consultada:	189
World Wide Web:	191
Entrevistas:	194
 Índice Remissivo:	195
Apêndice	200

Índice de Quadros:

Quadro 1: Os âmbitos de intervenção dos dois tipos de museologia, segundo Hugues de Varine.....	57
Quadro 2: Os âmbitos de intervenção dos dois tipos de museologia, segundo Luis Fernández...	58
Quadro 3: Âmbito de intervenção dos museus tradicionais.....	60
Quadro 4: Tipologia de instituições e respectivas funções.....	72
Quadro 5: Análise SWOT do Concelho de Alcanena.....	106
Quadro 6: Análise SWOT dos recursos patrimoniais do Concelho de Alcanena.....	115
Quadro 7: Grelha de avaliação dos recursos patrimoniais do Concelho de Alcanena.....	116
Quadro 8: Orientação estratégica para o turismo em Alcanena.....	122
Quadro 9: Quadro-síntese de acções para realizar potencial turístico de Alcanena.....	129
Quadro 10: Distância aproximada entre os locais assinalados.....	166

Índice de Esquemas:

Esquema 1: Âmbito de intervenção do Novo Museu, segundo Marc Maure.....	60
Esquema 2: Âmbito de intervenção do Novo Museu, segundo Daniel Café.....	61
Esquema 3: Noção de Facto Museológico, segundo Russo.....	65
Esquema 4: Noção de Olhar Museológico esquematizado por Daniel Café.....	67
Esquema 5: Acção estratégica para o desenvolvimento de Alcanena através da museologia.....	121
Esquema 6: Efeito multiplicador do Museu do Território em Alcanena.....	131

Índice de Figuras:

Figura 1: Localização de Alcanena no contexto territorial português.....	86
Figura 2: Mapa do Concelho de Alcanena e respectiva divisão por freguesias.....	87
Figura 3: Localização de Alcanena no contexto do PNSAC.....	88
Figura 4: Localização e distribuição dos núcleos do Museu do Território de Alcanena.....	167

Índice de Gráficos:

Gráfico 1: Distribuição das indústrias transformadoras de Alcanena, em 2002.....	94
Gráfico 2: Sector de população activa de Alcanena, em 2002.....	95

Introdução:

Este estudo insere-se no âmbito de um trabalho de investigação para a obtenção de grau de mestre em museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

As profundas alterações sociais, económicas e culturais, que ao longo dos tempos foram ocorrendo no município de Alcanena¹, foram estruturando um território que apresenta, actualmente, índices de desenvolvimento consideráveis no contexto do território do Médio Tejo e até mesmo a um nível mais alargado.

Foram-se concretizando importantes investimentos públicos estratégicos² que contribuem para o elevado grau de desenvolvimento que este concelho atingiu. A dinâmica e o sucesso do tecido empresarial local, e uma crescente presença de mão-de-obra qualificada³, têm contribuído para a prosperidade e prestígio que o município conseguiu hoje atingir.

Porém, este desenvolvimento, assente sobretudo, e maioritariamente, nos resultados de sucesso no sector dos curtumes, tem proporcionado, igual e inesperadamente, um certo sentimento de mal-estar generalizado entre as populações pelo grave problema ambiental que, ao longo de décadas, foi contribuindo para a baixa auto-estima das populações, devido ao impacto negativo que a actividade industrial tem provocado no agravamento do passivo ambiental local.⁴ De igual modo, à semelhança do que sucede em muitos sectores industriais nacionais na actualidade, este sector (bem como o sector dos têxteis existente no lugar de Minde), tem atravessado momentos de alguma dificuldade no que concerne à sua afirmação no mercado nacional e internacional. Qualquer destes casos coloca em evidência um estado de inquietude generalizado no seio das comunidades perante a eminente perspectiva de dificuldades económicas futuras.

Este conjunto de circunstâncias tem promovido uma crescente tendência de desvalorização e descrédito das realidades e identidades locais no seio populações e, conseqüentemente, da perspectiva tida sobre algum do património associado ao município,

¹ Em muito devido à tradicional actividade local da indústria de curtumes.

² Sobretudo ao nível da administração local, no âmbito das infra-estruturas e equipamentos colectivos não só culturais e desportivos, mas também noutras áreas como o saneamento básico, por exemplo.

³ Sobretudo na área da pesquisa e inovação como é o caso do Centro Tecnológico da Indústria do Couro (CTIC).

⁴ Não raras vezes o nome de Alcanena é divulgado nos media pelos motivos mais negativos como é o caso da poluição do rio Alviela. Os maus cheiros são, por vezes, bastante incomodativos na vida quotidiana dos moradores da Vila contribuindo de igual modo para o mal-estar um tanto generalizado das populações.

suscitando grandes preocupações nomeadamente no que respeita à preservação, salvaguarda e divulgação das tradições e do próprio património que fizeram o quotidiano de numerosas gerações neste concelho.⁵

Consciente da necessidade de, por um lado, contrariar esta tendência de desvalorização do património local e das características únicas encontradas em Alcanena e, por outro lado, repor a auto-estima das populações locais referente à sua memória e identidades colectivas, procurando sensibilizá-las para aquilo que, afinal, as identifica enquanto uma comunidade concelhia com identidade própria e distinta, o município de Alcanena iniciou em 2002 esforços para concretizar um projecto que há vários anos se vinha perspectivando – o Museu do Curtume – bem como outro que se reveste de igual importância, embora vocacionado para a abordagem de outras temáticas – o Carsoscópio⁶.

Trata-se de dois projectos distintos mas que visam, sobretudo, a recolha, a investigação, o estudo e a divulgação dos aspectos referentes, no primeiro caso à principal actividade económica local (cujas raízes se perdem no tempo) e seus efeitos nas populações locais, e no segundo caso, às realidades e características geológicas e naturais únicas que se encontram no território municipal.

Embora tais projectos previstos se revistam de importância extrema para o fim que foi exposto (actuando mesmo como pontos basilares para o efeito), considera-se que o concelho de Alcanena é detentor de outras e maiores potencialidades para os fins já enunciados.

Entende-se, por um lado, que há necessidade de a Câmara Municipal de Alcanena desenvolver uma política aprofundada voltada para a valorização tanto do rico e variado património cultural, natural e social, bem como das identidades locais diversificadas e vinculadas.

Por outro lado, existem condições muito favoráveis para a reconversão deste património⁷ colocando-o ao serviço das suas populações com o objectivo não só de contribuir para a consciencialização do valor patrimonial local, como também proporcionar um desenvolvimento sustentado dessas mesmas populações assente nas teorias da nova museologia preconizadas pelas Declarações de Santiago do Chile (1972) e de Caracas

⁵ Tal facto tem ocorrido no seio de uma comunidade que outrora era detentora de uma elevada auto-estima fruto do reconhecimento da sua riqueza patrimonial patente em muitas das suas produções literárias publicadas. *Vide* texto exemplificativo de produção literária enaltecendo a pátria local em anexo – Apêndice I.

⁶ O Carsoscópio é um centro interpretação integrado na rede de projectos de ciência viva elegendo como assunto central o património natural local: o maciço calcário estremenho vulgarmente conhecido pelo Parque Natural das Serras d'Aire e Candeeiros.

⁷ Património esse por vezes ímpar e do qual sobressai uma forma única de ser e estar locais, ou seja uma munidivisão própria baseada em usos e costumes locais muito específicos. Veja-se o caso do calão minderico, que será um aspecto a ser aprofundado mais adiante.

(1992) ambas pelo Conselho Internacional dos Museus (ICOM) no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O objectivo deste estudo será, por isso, procurar entender a diversidade patrimonial existente no município de Alcanena e, com base nas teorias referidas da nova museologia, estudar de que forma esse mesmo património poderá contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais e a reposição da auto-estima destas em relação à sua identidade, memória colectivas e património local.

Deste modo, o presente estudo assumirá a forma de um estudo de caso no qual se defenderá o alargamento do programa museológico em curso no município, propondo a criação de um Museu do Território para Alcanena polinucleado e estrategicamente descentralizado em diversas localidades, promovendo um desenvolvimento sustentável nesses lugares, contribuindo decisivamente para atingir os objectivos supra mencionados.

Trata-se de que uma peça essencial para a estratégia de desenvolvimento sustentado do município actuando como reforço da identidade local, bem como a forma mais eficiente de promoção, tanto interna como externa, do território, afirmando-se como um elemento mobilizador para o desenvolvimento social, cultural e económico desse mesmo território.

No seu essencial, pretende-se analisar uma dada realidade local e apresentar um modelo museológico que, paulatinamente, contribuirá para o desenvolvimento desta região baseado, por um lado, na salvaguarda patrimonial e o serviço social e cultural prestado às comunidades, por outro lado, no fomento do turismo sustentável.

Para este efeito, há necessidade de se afirmar o património, memórias e identidades locais como objectos de uma estratégia de preservação e divulgação, em particular, junto das camadas mais jovens, no âmbito dos serviços educativos e de um projecto educativo que, para além de ser direccionado, obviamente, para as escolas, poderá de igual modo prever acções junto de outras camadas das comunidades, promovidas por elas próprias, em função das suas necessidades e interesses: idosos, associações culturais e desportivas, programas turísticos, *inter alia*.

Esta envolvimento das comunidades locais enquadra-se no contexto verdadeiramente inovador do museu *integral*⁸ ou seja, uma instituição destinada a fornecer à comunidade onde se insere uma visão global do seu ambiente natural e da sua herança cultural permitindo:

⁸ Mais tarde, este termo foi modificado para “integrado” pelo facto de se entender que não era a expressão que melhor caracterizava a ideia que se pretendia transmitir conforme será abordado adiante.

“moldar a consciência da comunidade onde se encontra inserido, estimulando o seu desenvolvimento, através da ligação de um passado/memória a um presente/realidade e procurando projectar em antevisão um futuro/vontade” (Constância, 1993, p.64).

Tendo em consideração a totalidade dos problemas da comunidade, o museu, enquanto acção ou instrumento dinâmico de mudança e desenvolvimento social, assume uma função social, a génese da nova museologia, partindo do princípio de que os museus são:

“...instituições ao serviço da comunidade, que têm como missão crucial participar na formação da consciência da comunidade que servem, de forma a que esta apreenda através de um quadro histórico os problemas do homem enquanto indivíduo e enquanto ser social.” (Declaração de Santiago do Chile, 1972)

Estas instituições são entendidas, assim, enquanto veículos conducentes ao desenvolvimento local, e até regional, contribuindo para a dignificação das comunidades e das suas condições de vida. Será, por este motivo, que se propõe um modelo de desenvolvimento para Alcanena assente na museologia.

Metodologia e fontes:

Tratando-se de um estudo de caso direccionado para as problemáticas do desenvolvimento sustentado de uma região concreta, assente na base do património, memórias e identidades locais, será defendido que um museu do território polinucleado e descentralizado em Alcanena poderá constituir-se como forma de contrariar a actual tendência de renúncia identitária, já mencionada, no município de Alcanena, actuando como factor de desenvolvimento social e económico.⁹ Serão fornecidas as bases gerais para a implementação do referido museu no concelho de Alcanena, aplicando, para o efeito, as noções da nova museologia preconizada pelas Declarações de Santiago do Chile (1972), Québec (1984), Oaxtepec (1984) e Caracas (1992), documentos esses, produzidos no âmbito do ICOM pela UNESCO.

As áreas da museologia, em geral, e da ecomuseologia, em particular, detêm um conjunto amplo de bibliografia de vários autores, bem como diversos documentos produzidos no âmbito do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), do próprio ICOM e do Comité Internacional para a Museologia (ICOFOM) que serviram de base para este estudo.

Também se recorreu à análise de dados estatísticos de várias instituições como o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a própria Câmara Municipal de Alcanena (CMA), bem como à análise de legislação diversa produzida acerca da defesa e salvaguarda do património.

Para se poder obter uma noção mais pormenorizada e concreta da realidade local do município em análise, utilizaram-se técnicas de recolha de dados como as entrevistas a informantes, de alguma forma privilegiados, como é o caso do presidente da câmara e técnicos da autarquia com conhecimentos e experiência na área da cultura, do património e do turismo, tendo ainda sido analisados dados estatísticos e outros documentos que permitiram obter uma perspectiva mais exacta das realidades locais.

O facto de termos desempenhado funções políticas na autarquia, ao longo dos últimos seis anos, permitiu-nos adquirir um conjunto de conhecimentos, também eles privilegiados, acerca da riqueza patrimonial e identitária das comunidades concelhias e que se revelou de extrema importância.

⁹ Este último pelo potencial que apresentará para o desenvolvimento e fomento do turismo local.

O presente estudo, sendo norteado pelos princípios e noções da nova museologia, e sobretudo através da compreensão e entendimento da noção de ecomuseologia, propõe, como se referiu, a criação de um museu do território para o concelho de Alcanena.

Como resultado desta intenção, e com base em documentos específicos nas áreas da museologia e do património, as diferentes noções destes aspectos, a noção de identidade e ainda da interpretação e aplicação da legislação nacional e internacional em vigor, elegerá a museologia como fomento do turismo e uma forma de promover o desejado desenvolvimento social e económico das comunidades locais tendo essencialmente por base três itens: os principais símbolos da identidade alcanenense; os recursos patrimoniais do concelho e, por fim, as medidas de intervenção a aplicar no território através de um plano museológico específico, consubstanciando-se num Museu do Território descentralizado e polinucleado.

Sendo que o presente estudo se baseia no princípio da actuação autárquica, pretende-se demonstrar que este organismo público detém uma responsabilidade social, da qual nunca se poderá alhear, tendo o dever de assumir um compromisso para a valorização do património, da memória, identidade e economia do seu concelho. De modo geral, o que se pretende com este estudo é a valorização e revitalização do território, e das suas comunidades, através da valorização patrimonial que está ao alcance da acção da autarquia.

Tenciona-se ainda proporcionar um contributo válido para a implementação de um projecto e um plano de acção que vise o desenvolvimento social e turístico em Alcanena com base nos seus recursos patrimoniais (tangíveis e intangíveis) e na sua identidade cultural, pelo que se espera tornar um instrumento de utilidade na orientação para a acção autárquica. Deste modo, foram analisados alguns documentos como o Plano Estratégico para o Concelho de Alcanena (PECA), o Plano Director Municipal (PDM) de Alcanena e outros documentos da Comunidade Urbana do Médio Tejo.

Em plena era da globalização, o turismo transformou-se numa indústria que se alimenta da diversidade patrimonial e humana. O fenómeno do turismo repercute-se em impactos sociais, ambientais, culturais e económicos que variam consoante o planeamento a que esteja sujeito. Aqui se insere a razão de ser da sustentabilidade, pois a globalização e o uso do espaço remete para a necessidade de ser aplicado o desenvolvimento sustentado para que o futuro não fique comprometido. Já o património, base da actividade turística, é hoje alvo de atenção e revitalização sendo, cada vez mais, um instrumento necessário na regeneração de territórios e no desenvolvimento social e económico. O património afirma identidades, reflecte culturas e é o alicerce do turismo, sendo que o turismo cultural é uma das mais bem sucedidas tipologias de turismo. Por sua vez, os museus (produção social

difusora de cultura e identidade) surgem como parceiros para a atracção e desenvolvimento turístico, sendo objectivados como um produto e uma ferramenta estratégica para se especializar e reforçar a oferta, neste caso, de Alcanena. Assim, como a questão do turismo assume uma importância de relevo neste estudo, alguma bibliografia e documentação específica referente a esta área também foi consultada.

Actualmente, a oferta de produtos turísticos em Alcanena é pouco expressiva, apesar do seu enorme potencial do património tangível e intangível. Perante a quase inexistência de museus no município¹⁰, necessários para a prossecução da implementação do turismo local, irá ser apresentada a referida proposta para a criação de uma rede museológica de núcleos dispersos pelo território.

Esta rede, no quadro do pensamento museológico contemporâneo, servirá o propósito de intérprete do património, memória e identidades locais, que através da função social do museu e das noções da museologia social promoverá um desenvolvimento social e económico sustentado funcionando, ao mesmo tempo, como motor impulsionador do turismo. Deste modo, esta rede servirá como elo de ligação entre o património, as comunidades, a autarquia, o turismo e o desenvolvimento sustentado da região numa perspectiva de museologia do desenvolvimento.

Como forma de pôr em evidência estas pretensões, será necessário atingir vários objectivos, nomeadamente: procurar definir as noções de património, analisar os seus quadros conceptuais e enquadramento legal, bem como definir as noções de identidade e memória e a apropriação que as instituições museológicas delas fizeram; identificar as questões fulcrais da museologia do Século XX e a defesa e salvaguarda do património realizando uma reflexão acerca da museologia em transformação; proceder a uma reflexão sobre a importância da educação nos museus e o papel educativo que lhes cabe; tratar a questão do desenvolvimento sustentável alicerçado na museologia do desenvolvimento, museologia social ou ainda a museologia de intervenção; caracterizar o território em análise com o objectivo de identificar e reflectir acerca de símbolos de identidade social local e bens patrimoniais do município com potencial para o desenvolvimento de uma museologia social e do turismo sustentável; definir o papel da autarquia local na defesa do seu património, memória e identidade locais e, por fim, fundamentar e apresentar um programa de desenvolvimento local que terá como proposta a criação do Museu do Território de Alcanena.

Para se obter uma proposta final de projecto a implementar na autarquia, procedeu-se ao levantamento o mais exaustível possível do património local passível de salvaguarda e utilização e, empregaram-se alguns pressupostos do planeamento

¹⁰ Apenas existe o Museu Rural e Etnográfico do Espinheiro.

estratégico através do método de cenários e da construção de uma matriz SWOT (*Strength*: forças ou pontos fortes, *Weaknessess*: fraquezas ou pontos fracos, *Opportunities*: oportunidades e *Threats*: ameaças). Deste modo, revelaram-se os pontos a estudar, quais seriam os actores fundamentais para o caso de estudo, as estratégias e dos meios de tornar o projecto viável.

Deste modo, o presente estudo é organizado em quatro partes distintas.

A primeira parte, correspondente, na sua essência, ao primeiro objectivo atrás mencionado, ou seja, ao Capítulo 1, divide-se em quatro sub capítulos que abordam as diferentes noções de património, identidade e memória, sua interligação e a forma como estas noções foram apropriadas pela instituição museológica. Serão focadas questões como as próprias origens da noção de património, como forma de enquadramento, para melhor entender a actual percepção do mesmo que se foi alargando, acabando por englobar as noções de património tangível e o intangível.

A segunda parte, correspondente ao Capítulo 2, terá como objectivo identificar as questões fulcrais da museologia do Século XX e a defesa e salvaguarda do património realizando uma reflexão acerca da museologia em transformação. Haverá lugar a uma reflexão sobre a importância da educação nos museus e o papel educativo que lhes cabe. Focar-se-á a questão do desenvolvimento sustentável alicerçado na museologia do desenvolvimento ou museologia social, recorrendo para o efeito à pesquisa bibliográfica. Nesta parte, são expostos os vários princípios que norteiam as teorias da nova museologia e da museologia social através dos pressupostos enunciados nas Declarações de Santiago do Chile (1972), Québec (1984), Oaxtepec (1984) e Caracas (1992) produzidos no âmbito do ICOM e da UNESCO.

A penúltima parte, ou seja, o Capítulo 3, assenta no objectivo de caracterizar o território em análise procedendo a uma apresentação do Concelho de Alcanena de uma forma geral, englobando a descrição, caracterização, enquadramento territorial e ambiental, bem como a história e economia local, com o objectivo de identificar e reflectir acerca dos principais traços culturais, símbolos identitários e bens patrimoniais do município com potencial para a implementação de uma museologia social visando potenciar o desenvolvimento de um turismo sustentável. Nesta parte do estudo, irá ser definido o papel da autarquia local na defesa do seu património, memória e identidade locais.

A última parte, correspondente ao Capítulo 4, consiste na avaliação geral do potencial patrimonial do concelho de Alcanena, dando origem a orientações estratégicas para o desenvolvimento local apoiado na museologia. Será apresentada uma proposta de programa museológico com a apresentação do projecto do Museu do Território de Alcanena.

Para dar resposta aos objectivos e às questões estabelecidas, este estudo foi desenvolvido através da exploração de fontes primárias e secundárias. Quanto à exploração primária, procedeu-se, conforme se referiu, à recolha de informação junto de indivíduos detentores de conhecimentos especializados e privilegiados no âmbito da temática local em causa. Para tal, procedeu-se a entrevistas para as quais se elaborou um guião de temática livre, sem questões fechadas, por forma a possibilitar uma maior liberdade de recolha de dados. Este guião foi entregue a cada entrevistado, previamente à realização da entrevista em si, para que tivesse noção dos assuntos a serem abordados, tendo-lhe sido comunicado o objectivo da recolha dos dados. Foi igualmente solicitada devida autorização para a utilização dos dados resultantes da entrevista na presente dissertação.

A exploração de fontes secundárias baseou-se, fundamentalmente, em fontes bibliográficas especializadas nas temáticas, estudos científicos, dissertações académicas, recursos bibliográficos da autarquia, análise de legislação, análise de documentação de referência nas áreas da museologia, património e turismo, dados de instituições públicas e pesquisa de conteúdos na Internet (devidamente identificados).

Relativamente às citações e referências bibliográficas, neste estudo foi utilizada a norma da *American Psychological Association, 2001*.

1. Património, Identidade e Memória:

1.1. Noção de património:

1.1.1. As origens da noção de património

A noção de **património**, derivado do termo latino “*patrimoniu*”, surge, como refere Mário Chagas, ligado ao conceito de herança paterna, bens de família e propriedade, reportando-se a uma herança, um legado recebido dos antepassados e que deveria ser transmitido aos descendentes.

No entendimento de Mário Chagas, o património é “*um conjunto de bens culturais sobre o qual incide uma determinada carga valorativa.*” (Chagas, 1994, p.40)

Quando primeiro surgiu a noção de património ligado aos museus, há cerca de dois séculos, o conceito era bastante restrito. O património era então entendido como vestígios da civilização material do Homem, os “*restos da antiguidade*” como refere Françoise Choay (Choay, 1992, p.12). Esta era, de facto, uma noção muito egocêntrica, diríamos antropocêntrica, e materialista sobre o qual os museus, durante muitos anos, desenvolveram a base de toda a sua actividade.

Mas o *património* não pode ser entendido apenas como meros vestígios. Deverá ser algo mais, e até aos nossos dias, a noção sofreu uma transformação considerável.

A nosso ver, o património é também, e para além de outros aspectos, o legado que uma dada população pretende deixar para as gerações futuras, produto de uma selecção consciente (ou não) e que é herdado colectivamente. Nele deverá estar sempre subjacente um sentimento de posse por parte das gerações vindouras pois, segundo Josep Ballart, a noção de património surge “*quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seus um objecto ou um conjunto de objectos*”. (Ballart, 1997, p.17)

Todos os objectos produzidos pela Humanidade surgem num contexto espacial e temporal próprios que, esgotada a sua funcionalidade e significado, podem (ou não) ser transmitidos para as gerações futuras, fruto de um processo de selecção (natural e ocasional ou ponderado e intencional). Quando sobrevivem para as novas gerações, e se a eles estiver aliado o referido sentimento de posse por parte destas, verifica-se que se está perante algo de valor sentimental, social, histórico e, por isso, cultural.

Assim, nesta perspectiva, os seres humanos (tanto individual como colectivamente) atribuem ao legado do passado e aos bens patrimoniais um valor de apreço individual ou

social num dado contexto histórico e segundo as referências sociais da época. E neste sentido, de acordo com a definição de Prats, o património pode ser entendido como “*uma construção social*”. (Prats, 1997, p.19)

Por isso, deduz-se que aquilo que pode ser considerado património dependerá do que uma determinada comunidade ou grupo de pessoas, numa determinada época, considera digno de ser legado às gerações futuras.

Nesta sequência de pensamento, e segundo Alfredo Tinoco (2006)¹¹, ao longo dos tempos e através das civilizações, têm havido diferentes atitudes e perspectivas sobre o património e o que é o “*património*”.¹²

Muito sucintamente poder-se-á dividir o património em duas grandes categorias: o património tangível e o intangível, considerando-se que no primeiro caso caberá todas as categorias de património físico e material (natural, arqueológico, arquitectónico, *inter alia*) e no segundo caso o património imaterial (o saber e o saber-fazer).

1.1.2. O actual entendimento de património:

Ao longo dos tempos, muitas têm sido as definições para património cultural, umas mais amplas que outras, umas mais completas que outras. Tome-se como exemplo a definição proposta por Pierre-Laurent Frier que encara o património como um:

“... conjunto de marcas ou vestígios da actividade humana que uma dada comunidade considera essenciais para a sua identidade e memória colectivas, a preservar e transmitir às gerações vindouras”.

(Frier, 1997, p.23)

Considera-se que esta definição é bastante abrangente, faltando-lhe, contudo, alguns aspectos pertinentes para uma definição mais completa que possa integrar outras noções que hoje são aplicadas ao património.

O *Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado* (UNIDROIT) define o património cultural como:

¹¹ Tinoco, Alfredo. (2006/2007). Material didáctico *In* Seminário de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT.

¹² Um exemplo paradigmático é a forma adoptada no Japão de preservação dos seus templos de madeira em que estes são ciclicamente (de dez em dez anos) destruídos para dar lugar a uma réplica perfeita do anteriormente existente, e evidentemente em estado novo, para que este “património” esteja permanentemente em óptimas condições. Tal possibilidade é perfeitamente inconcebível perante a perspectiva europeia ou ocidental de património.

“... os bens que, por motivos religiosos ou profanos possuem importante valor arqueológico, pré-histórico, literário, artístico ou científico e que integram uma das categorias enumeradas em anexo à presente Convenção.” (Convenção UNIDROIT, 1995, Art.º 2º)

Porém, esta definição é aparentemente bastante rígida, inflexível e limitada quanto à abrangência daquilo que se poderá considerar como património cultural, havendo inclusive uma listagem que, à partida, limitará os bens passíveis de se considerar como tal. Nem tão pouco abrange determinadas noções que são, já hoje, consagradas e indiscutíveis no panorama da noção geral de património, nomeadamente o património intangível.

Não obstante, a definição da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO*, em 2003, oferece, oito anos depois, uma visão bastante mais ampla desta noção admitindo a existência de património cultural imaterial considerando-o:

“(...) práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural.

Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.” (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003, Art.º 2º, n.º 1)

Ainda, de acordo com Luís Barros, corroborando esta ideia, refere que:

“O património cultural inclui não só a herança cultural de cada povo que se manifesta pelas expressões «mortas» como os locais arqueológicos, os monumentos arquitectónicos relevantes pelos estilos que mostram ou pelos eventos passados que evocam, enfim objectos artísticos e também de valor histórico hoje em desuso, mas também pelos bens culturais actuais, tangíveis e intangíveis, novas formas de artesanato englobando a assimilação local de novas tecnologias, as línguas e a sua evolução viva, os conhecimentos e vivências actuais.” (Barros, 2004, p.12)

Deste modo, a partir desta noção de património cultural, pode entender-se que todos os bens (a nível histórico, arqueológico, arquitectónico e linguístico), sejam eles herdados ou criados, são testemunhas civilizacionais e, por isso, são portadores de interesse cultural. O património cultural é o espelho de valores de memória, de autenticidade e singularidade, integrando neste contexto os bens intangíveis que representam partes da

identidade e memória de uma comunidade¹³. Em suma, inclui-se no património cultural todos os bens tangíveis ou intangíveis, dotados de valor próprio, relevantes para o testemunho da identidade, cultura e história de cada comunidade.

Ao apreciar a transformação da noção de património cultural através destes excertos de documentos, verifica-se que o primeiro texto apresenta uma noção bastante ampla, o segundo, uma noção mais restritiva, o terceiro (*Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO*) uma noção bastante mais abrangente, sendo que a quarta, finalmente, considera não só os bens herdados, mas ainda os que actualmente são criados e que podem pertencer, mesmo assim, a uma dada comunidade como sendo sua pertença. Estes dois últimos excertos apresentam, deste modo, uma noção de intemporalidade do património cultural.

Porém, em 1985, a ideia nacional de património cultural tinha, já por esta altura, dado um passo bastante significativo ao abrir as possibilidades quanto aos bens que pudessem integrar a noção de património cultural definindo-os como:

*“(...) todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.” (Lei do Património Cultural, Lei n.º 13/85 de 6 de Julho, Artigo 1º)*¹⁴

Esta primeira *Lei do Património Cultural, Lei N.º 13/85* de 6 de Julho (hoje revogada), oferece uma definição ampla, mas, sendo substituída pela *Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001* de 8 de Setembro é introduzida a perspectiva de especial protecção e valorização:

“Integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.” (Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, n.º 1 do Art.º 2º)

Ainda, para além do património com valor, é assumido nesta Lei que a Língua Portuguesa é parte integrante do património cultural. A língua portuguesa *“(...) enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.” (Ibidem).*¹⁵

¹³ Vide Dec.-Lei n.º 107/2001, art.º 2º, alíneas 3, 4.

¹⁴ Revogada.

¹⁵ Diríamos mais, é um elemento intrínseco do património cultural português e que muitas vezes os portugueses desvalorizam quotidianamente utilizando, por exemplo, estrangeirismos para expressar as suas ideias. Até os próprios governantes do país na Assembleia da República utilizam os estrangeirismos em alternativa das expressões equivalentes em língua portuguesa. Tal atitude apenas contribui, em nosso entender, para o desprestígio do país, um mau exemplo

A língua portuguesa, como elemento do património cultural, é ainda relevante no âmbito de outras acções do estado tais como a manutenção de laços de amizade e cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa¹⁶; reconhecimento de certos direitos, não reconhecidos a estrangeiros aos cidadãos dos estados de Língua Portuguesa, *inter alia*.

Neste documento, surge ainda a inclusão do património imaterial (memória e lembranças populares) que é considerado como uma parte integrante do *património*, pois são parcelas estruturantes da identidade e memória colectiva dos portugueses:

“Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas (...) Constituem, ainda, património cultural português quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o estado português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.” (Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, n.º 4 e 5 do Art.º 2º)

O Artigo 91º da mesma Lei refere que:

“(...) integram o património cultural as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis¹⁷ ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas. Especial protecção devem merecer as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção, de fabrico e os modos de preparar os alimentos.” (Idem, Artigo 91º, n.º 1 e 2)

Pelo exposto, conclui-se que não há *um* conceito legal de património cultural, mas sim *múltiplos* conceitos. O património é intemporal e por isso não lhe deve ser aplicado um conceito acabado, devendo optar-se antes por aplicar-se expressões que permitam que dado aspecto “integra o património cultural” e não “é património cultural”. Esta última visão proporciona uma definição fechada e taxativa.

Por fim, ao analisar o exposto, pode afirmar-se que integra o património cultural tudo o que pode ser testemunho de valor cultural ou valor civilizacional e que o próprio património contribui para a construção da memória colectiva e identidade de uma sociedade e/ou comunidade.

para os portugueses e, no limite, um verdadeiro atentado contra um dos maiores valores patrimoniais culturais de Portugal: a Língua Portuguesa.

¹⁶ *Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, n.º 4 do Artigo 7º.*

¹⁷ A título de curiosidade acerca de bens patrimoniais móveis, *vide* textos de leitura complementar, “Bens patrimoniais móveis” – Apêndice II.

1.1.3. O património tangível e intangível:

Como se pôde verificar, tradicionalmente todas as noções de património abrangiam em exclusivo objectos ou bens, ou seja, apenas o tangível. Porém, após a Segunda Guerra Mundial, surge uma nova noção que viria a revolucionar este entendimento: a noção de cultura popular.

Gere-se, deste modo, e a partir desse momento, a ideia de que tudo o que rodeia o ser humano é património e que o património não é apenas o belo, o artístico, o raro ou o valioso como até então se preconizava. Desse momento em diante, o património terá começado a abranger ainda as memórias, os conhecimentos, o “saber” e o “saber-fazer”, as técnicas de fabrico ou os objectos utilitários ligados a esses processos e a toda uma vivência de determinadas pessoas ou até de um grupo de pessoas. Tudo dependeria da perspectiva que se tivesse dos objectos e até da própria vida.¹⁸

Após alguma reflexão acerca deste assunto, entende-se que em primeiro lugar, pelo afastamento temporal e físico em relação aos objectos e às vivências a eles associados, em segundo lugar, perante o facto desses objectos terem, em determinado momento, perdido a sua funcionalidade prática e, em terceiro lugar, a própria eminência dos conhecimentos poderem vir a entrar no esquecimento¹⁹, é atribuído aos ditos objectos e conhecimentos um valor patrimonial especial, pois esses mesmos bens encerram em si toda uma vivência e modo de estar no mundo próprios de alguém num determinado tempo e contexto. Estes bens patrimoniais terão sido reflexo de uma determinada **mundivisão** própria de um indivíduo ou grupo de indivíduos directamente relacionados com uma *actividade específica que se considera cultural* e que, por isso, são património cultural merecedor de musealização.

Nesta perspectiva, não são apenas os objectos materiais (tangíveis) que são considerados património, mas também o saber imaterial (intangível) é admitido, indiscutivelmente, como património.

Há, assim, por esta altura, um reconhecimento de que esta vertente humana integra de igual modo as noções de património, embora, na época, ainda faltasse o reconhecimento institucional e governamental a este respeito.

Porém, foi em 2003 que teve lugar, pela UNESCO, a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* onde se reconheceu que o património apenas existe como tal se houver o reconhecimento público do valor de determinado objecto

¹⁸ Tinoco, Alfredo. (2006/2007). Material didáctico. In Seminário de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT.

¹⁹ Perdendo-se irremediavelmente todo um saber ancestral adquirido por alguém numa determinada época e num determinado contexto social.

material ou imaterial, sendo importante a existência desses mesmos objectos para a identidade de um determinado grupo de pessoas, contribuindo para o reconhecimento da importância da defesa da diversidade cultural. Ou seja, reconheceu-se que este património cultural imaterial manifesta-se através de tradições e expressões orais, usos sociais, rituais e actos festivos, técnicas tradicionais, artes e espectáculos, conhecimentos e usos, sendo que o ser humano é o centro de toda esta actividade e através destes elementos consolida a diversidade cultural que auxilia na distinção dos povos e das suas identidades próprias. Todos estes aspectos apenas detêm algum valor pela presença do elemento humano.

A UNESCO consagra da seguinte forma a noção de património cultural imaterial ao considerá-lo:

“(...) práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural.

Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.” (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 1987, Art.º 2º, n.º 1)

Esta diversidade cultural será a base para a prossecução de uma museologia comunitária de proximidade de que mais adiante se irá abordar, e que contribuirá, indiscutivelmente, para o desenvolvimento social local.

Desta forma, o **património intangível** refere-se ao *património humano* (o saber e o saber-fazer) e vê a cultura como elemento de diversidade revelando cada vez mais a pessoa humana numa nova abordagem de património.

1.1.3.1. O património natural:

Para além do alargamento da noção de património ao nível do intangível, a noção continuou ainda a transformar-se. A paisagem natural que nos circunda, a geologia, a natureza e a Terra em geral foram culturalizadas, entendendo-se também elas como património tangível, pois *“a nossa história e a história da Terra estão intimamente ligadas. As suas origens são as nossas origens. A sua história é a nossa história e o seu futuro é o nosso futuro.”* (Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra, 1991, Art.º 4).

A Terra tem sido um berço, um sistema de interações entre a litosfera, hidrosfera, atmosfera e biosfera, possibilitando a existência da vida e permitindo que essas formas de vida evoluíssem.

Com a deslocação contínua dos continentes uns dos outros, há lugar a mudanças provocadas pelos choques. Todos estes movimentos levam a grandes alterações: o que eram regiões planas, passam a ser montanhosas, o que era fundo do mar, passa a deixar de o ser e estes movimentos favorecem uma evolução diferente da fauna e da flora.

Consequentemente, toda a vida na Terra tem necessariamente que ver com as relações existentes entre as sequências de acontecimentos e/ou alterações significativas aí ocorridas, estando tudo interligado.

A Terra foi, assim, possibilitando ou inviabilizando formas de vida ao longo do tempo e condicionando as vivências do ser humano.

O ser humano é o resultado de tudo isto; é o resultado dessas forças da evolução e, ao mesmo tempo, agente de transformação dos processos naturais da mesma evolução. Isto porque, com o tempo, o ser humano “humanizou” a paisagem natural, na sequência da sua integração harmoniosa com a natureza, conferindo-lhe um valor histórico, cultural e em muitos casos, estético que terá necessariamente que ser conservado para as gerações futuras como testemunho da sua passagem e das suas vivências.

Muitas vezes, ao referir-se à natureza, não se está mais que a fazer alusão ao resultado destas sucessivas gerações de trabalho árduo de adaptação às condições agrestes do território, fazendo surgir costumes locais, usos tradicionais que fazem parte de uma cultura e identidade local.

Tal como refere Conceição Moreira,

“o mundo rural não pode ser encarado apenas como um espaço de produção, mas tem que ser visto como um espaço cultural. Há uma história gravada no solo, no espaço, nas formas vegetais e arquitectónicas.”
(Moreira, 1996, p. 30)

Em 1991, realizou-se em Digne-les-Bains, França, o *Primeiro Simpósio Internacional sobre a Protecção do Património Geológico* onde estiveram representados trinta países²⁰.

Neste Simpósio foi aprovada **Carta de Digne – Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra** que consagrou a natureza, como património natural reconhecendo que:

²⁰ Vide Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 1991, t. 77, pp. 147-148.

“Os homens sempre tiveram a preocupação em proteger o memorial do seu passado, ou seja, o seu património cultural. Só há pouco tempo se começou a proteger o ambiente imediato, o nosso património natural. O passado da Terra não é menos importante que o passado dos seres humanos. Chegou o tempo de aprendermos a protegê-lo e protegendo-o aprendemos a conhecer o passado da Terra, esse livro escrito antes do nosso advento e que é o património geológico. Nós e a Terra compartilhamos uma herança comum. Cada homem, cada governo não é mais do que o depositário desse património. Cada um de nós deve compreender que qualquer depredação é uma mutilação, uma destruição, uma perda irremediável. Todas as formas do desenvolvimento devem, assim, ter em conta o valor e a singularidade desse património.” (Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra, 1991, Art.º 7 e 8).

O património geológico representa a humanidade enquanto espécie biológica feita de todos os mesmos elementos químicos e minerais que todo o resto do planeta. Enquanto um determinado objecto recebe valor patrimonial quando este perde o seu valor de uso, o património natural já detém o valor patrimonial pelo facto de possuir o mesmo património de composição universal, fazendo parte da nossa própria existência. Assim, sobrepõe-se ao objecto geológico a marca de uma pertença cultural.

Com esta nova perspectiva, e inserido nesta nova noção de património, este passa ainda a abranger aspectos como, por exemplo, a paisagem natural que nos circunda e a natureza em geral, o tecido urbano, assim como todo o sítio no qual determinada colecção ou monumento se insere.

1.1.3.2. O património industrial:

Com o advento da Revolução Industrial, a implantação do auge da industrialização e, nalguns casos, o posterior e inevitável declínio de certas actividades industriais, algumas unidades fabris foram sujeitas à consequente extinção, introduzindo-se nesta sequência na sociedade, igualmente, novas noções de património provocado pelo sentimento de perda.

Nas palavras de Jean-Yves Andrieux, *“L’archéologie industrielle est l’activité scientifique qui se donne pour objet d’éclairer un corpus cohérent d’éléments rassemblés sous le vocable de patrimoine industriel.”* (Andrieux, 1992, p.3)

D. Woronoff afirma que *“a arqueologia industrial não é uma nova disciplina, dentro do campo da História, mas sim, uma nova abordagem histórica da indústria.”* (Woronoff, 1990, p.448)

Esta nova tipologia de património tangível, o património industrial, representa os novos valores das sociedades marcando determinadas épocas históricas, vivências diversas, realidades sociais, políticas, arquitectónicas, urbanísticas, técnicas, tecnológicas,

socio-económicas e que nunca antes tinha sido valorizado do ponto de vista patrimonial, estético, artístico ou documental.

Em muito devido ao encerramento e desaparecimento das unidades industriais, surge a arqueologia industrial como forma de estudar e dar a conhecer o aparecimento e respectivo desenvolvimento das sociedades industriais e deste novo património, ganhando, deste modo, uma nova perspectiva e, consequentemente, uma nova importância.

Em 1974, num momento em que o estudo da arqueologia industrial está assumido, procura-se uma definição para este património emergente, e autores como J. P. M. Pannell procuram estabelecer definições conceptuais e temporais para a arqueologia industrial referindo que:

“The importance of industrial archaeology as a subject for serious study has been increasingly recognized since the end of the 1939-45 war. Ideas on the scope of the subject are still fluid, however, in spite of attempts to define it. (...) the subject of archaeology could not be confined within dates or periods, but represented the study of man through the physical remains of his past activities.

(...) [It] becomes a subject rather than a chronological subdivision of the main study – archaeology – and should include the archaeology of industry in all periods of the past. As, however, archaeologists of prehistoric, classical, medieval and other periods have included the industries of those times in their studies, it has been accepted that industrial archaeology starts where the already established periods end, or at the beginning of the Industrial Revolution.” (Pannell, 1974, p.9)

Porém, não é de todo consensual entre os diversos autores a demarcação temporal à qual se deverá reportar a arqueologia industrial, uma vez que também não existe consenso quanto ao período a que se reporta a Revolução Industrial. (Pannell, 1974, p. 9)

Já em meados dos anos 80 do Século XX, são apresentadas algumas definições quanto à temática que deverá estar subjacente à arqueologia industrial. Jaques Pinard menciona que:

“Les nombreux vestiges révélant du patrimoine industriel d'un pays permettent de retracer les grands moments de son passé manufacturier ou les principales étapes de l'évolution d'une technique; ils ne sont pas tout d'égal intérêt, mais méritent au moins d'être soigneusement recensés et même quelques-uns analysés en détail, afin de les situer sur un plan chronologique dans une perspective historique et de jouer de leur chaleur didactique lorsque des problèmes de conservation ou de restauration se posent.” (Pinard, 1985, p.129)

Pelo exposto, pela transformação da sociedade e dos novos valores daí decorrentes, depreende-se que as etapas na evolução da produção de determinado produto, as técnicas utilizadas e equipamentos são passíveis de interesse no âmbito patrimonial.

1.1.4. Os quadros conceptuais e os documentos europeus

Para se situar no contexto da legislação, deve referir-se que os diplomas que contêm as normas do direito do Património Cultural são provenientes da Constituição da República Portuguesa, do Direito Internacional, do Direito Comunitário e do Direito Nacional ou Interno.

Relativamente à influência das normas e os princípios de direito internacional no direito nacional, o Artigo 8º da *Constituição da República Portuguesa* refere que:

- “1. As normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português.
2. As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o estado português.
3. As normas emanadas dos órgãos competentes das organizações internacionais de que Portugal seja parte vigoram directamente na ordem interna, desde que tal se encontre estabelecido nos respectivos tratados constitutivos.” (Constituição da República Portuguesa, Lei Constitucional n.º 1/2005, Art.º 8)

No quadro do Direito Internacional, os documentos que têm produzido efeito no quadro legislativo português são a Concordata com a Santa Sé, Convenções com a UNESCO, Convenção do UNIDROIT e Convenções do Conselho da Europa.²¹

A própria União Europeia, ciente da importância interna desta matéria estipula no Artigo 151º do *Tratado da União Europeia* (2003) que a comunidade contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-membros, respeitando a diversidade nacional e regional, e pondo em evidência o património cultural comum, apoiando ainda a conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia.

Assim, manteve em vigor os seguintes documentos produzidos no âmbito da Comunidade Económica Europeia:

- Regulamento (CEE) N.º 3911/92, do Conselho, de 9 de Dezembro relativo à exportação de bens culturais;
- Directiva 92/7/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Junho, sobre restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-membro

²¹ Para mais informação sobre os documentos que se destacam nesta área *vide* Apêndice III.

- a Resolução do Conselho de 12 de Fevereiro de 2001, relativa à qualidade arquitectónica no meio urbano e rural.

Ao longo da segunda metade do Século XX, a legislação europeia consagrou as definições de *património* através da legislação própria produzida neste período. A *Convenção de Haia* define, neste âmbito e pela primeira vez, o que deve ser entendido como património cultural assente na preocupação da protecção dos bens culturais em caso de conflito:

“Aux fins de la présent Convention, sont considérés comme biens culturels, quels que soient leur origine ou leur propriétaire:

a) Les biens, meubles ou immeubles, qui présentent une grande importance pour le patrimoine culturel des peuples, tels que les monuments d'architecture, d'art ou d'histoire, religieux ou laïques, les sites archéologiques, les ensembles de constructions, qui en tant que tels présentent un intérêt historique ou archéologique ainsi, que les collections scientifiques et les collections importantes de livres, d'archives ou de reproductions des biens définis ci-dessus;

b) Les édifices dont la destination principale et effective est de conserver ou d'exposer les biens culturels meubles définis à l'alinéa a) tels que les musées, les grandes bibliothèques, les dépôts d'archives, ainsi que les refuges destinés à abriter en cas de conflit armé, les biens culturels meubles définis à l'alinéa a);

c) Les centres comprenant en nombre considérable de biens culturels que sont définis aux alinéas a) e b), dits «centres monumentaux».” (Convenção de Haia, 1954).

Em 1969, a *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico* define que os bens arqueológicos devem ser entendidos como os

“vestígios e os objectos ou quaisquer outros indícios de manifestações humanas que constituem testemunho de épocas e civilizações, cujas principais fontes de informação científica são asseguradas por escavações ou por descobertas.” (Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, 1969: Artigo 1º).²²

A *Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural*, em 1972, define separadamente o que se deve entender como património cultural fazendo menção aos monumentos, os conjuntos e ainda os locais de interesse, elegendo a história, a arte, ciência, valores estéticos, etnológicos ou antropológicos como as temáticas centrais do património.

A *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, em Outubro de 1975, definiu que

²² Portugal aderiu a esta convenção em 1982.

“O património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído.” (Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975)

O património é algo mais vasto que o monumento e a sua preservação vai mais além do que a simples necessidade de preservar o edifício físico. Esta ideia aponta para que toda a envolvente de um monumento é uma parcela importante do valor dos monumentos e, por isso, necessário de ser preservada.

A *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa*, em Granada a 3 de Outubro de 1985, apresenta novamente uma definição para o património cultural no âmbito dos monumentos, os conjuntos arquitectónicos e os sítios. Neste documento, a par do interesse artístico, histórico e arqueológico, surgem três novos tipos de classificação articulados com os anteriores já definidos em 1972: os interesses científicos, sociais e técnicos.

A *Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico* (1990) apresenta uma definição clara do património arqueológico:

“Le patrimoine archéologique est la partie de notre patrimoine matériel pour laquelle les méthodes de l’archéologie fournissent les connaissances de base. Il englobe toutes les traces de l’existence humaine et concerne les lieux où se ont exercées les activités humaines quelles qu’elles soient, les structures et les vestiges abandonnés de toutes sortes, en surface, en sous-sol ou sous les aux, ainsi que le matériel qui leur est associé.” (Charte Internationale pour la Gestion du Patrimoine Archéologique, 1990)

A designação supra mencionada pretende abranger um vasto leque de materiais, protegendo legalmente todo um conjunto de objectos e informações associadas, a que se dá a designação genérica de *património arqueológico*.

Pela análise dos documentos atrás referidos, verifica-se que as definições para a noção de património vão progressivamente abarcando um crescente número de artigos. Importa referir e relembrar que esta transformação das noções internacionais vai inevitavelmente reflectir-se na produção de legislação nacional e será esse o facto que se irá abordar de seguida.

1.1.4. O enquadramento legal e a legislação nacional

Desde muito cedo que surgiu em Portugal uma preocupação com a salvaguarda do património nacional.²³

Segundo a Constituição da República Portuguesa, o Património Cultural faz parte da estrutura do Estado Português e é um elemento vivificador da nacionalidade portuguesa e dos cidadãos. É tido como um fenómeno de valorização pessoal dos cidadãos e de desenvolvimento dos mesmos sendo um elemento de afirmação de Portugal no mundo.

Este é o espírito presente na Constituição da República Portuguesa que afirma ser tarefa fundamental do **Estado** “*proteger e valorizar o património cultural do povo português*”²⁴ incumbindo ainda ao Estado de “*(...) classificar e proteger paisagens e sítios de modo a garantir (...) a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico*”²⁵, promover, em colaboração com as autarquias locais, a “*protecção das zonas históricas*”²⁶ e ainda “*promover a salvaguarda e valorização do património cultural, tornando-o vivificador da identidade cultural comum*.”²⁷

Neste âmbito do património cultural, existem três domínios de acção: o dever de *preservar*, consistindo em não atentar contra; o dever de *defender* traduzindo-se na obrigação de impedir a destruição e o dever de *valorizar*, ou seja, de agir por forma a que o património cultural seja fruído por todos e para que em última análise seja promotor do enriquecimento da herança cultural do país.

Quanto aos **cidadãos**, a Constituição Portuguesa consagra o direito de acção popular para preservação do património cultural português²⁸. Confere ainda aos cidadãos o direito à fruição cultural incentivada e assegurada pelo Estado em colaboração com diversas entidades, designadamente as associações de defesa do património cultural²⁹. Refere ainda que “*todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural*”. (*Ibidem*).³⁰

Deste modo, e tendo por base estes pressupostos, foram produzidos diversos diplomas contemporâneos no âmbito da salvaguarda do património cultural nacional.

²³ Para mais pormenores acerca deste assunto, vide Apêndice IV.

²⁴ *Constituição da República Portuguesa*; Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto; Art.º 9º; Diário da República – I Série A.

²⁵ *Idem*, Art.º 66º, n.º 2, alínea c).

²⁶ *Idem*, Art.º 66º, n.º 2 alínea e).

²⁷ *Idem*, Art.º 78º, n.º 2, alínea c).

²⁸ *Idem*, Art.º 52º, n.º 3, alínea a).

²⁹ *Idem*, Art.º 78º, n.º 1.

³⁰ Como reflexão sobre este aspecto, não podemos deixar de questionar que se os cidadãos vêm consagrado na sua constituição o direito à fruibilidade cultural, por que terão de pagar o acesso aos museus? O pagamento constitui uma limitação ao acesso. Não deveriam ser os museus de livre acesso para usufruto dos cidadãos à luz da Constituição Portuguesa? Não deveria caber ao Estado esse garante, tal como faz com o acesso à educação e à saúde?

Pode afirmar-se que, para além dos dois grandes marcos legislativos da protecção do património cultural, segundo João Martins Claro (1996, p.80) – o Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932 e a Lei n.º 13/85 – existem ainda outras leis posteriores neste âmbito e que estão em vigor no momento.³¹

Ainda com relevância para o património cultural, foi publicada em 2006 a *Nova Lei Orgânica do Governo* que deu origem à *Nova Lei Orgânica do Meio Ambiente e Reordenamento do Território e Desenvolvimento Regional* – **Dec.-Lei 207/2006** de 27 de Outubro e ainda a *Nova Lei Orgânica do Ministério da Cultura* – **Dec.-Lei 215/2006** de 27 de Outubro que define os organismos³² que estão directamente dependentes do Estado, havendo ainda, as Câmaras Municipais como entidades com competências específicas neste campo.

Igualmente com responsabilidades na defesa do património surgem entidades como as Juntas de Freguesia, as Associações de Defesa do Património Cultural, Associações de moradores, Comunicação Social, escolas e o cidadão comum que detém um papel importante na preservação, sensibilização e alerta para a destruição do património evitando a adulteração ou descaracterização do património.

Como documento de extrema importância no âmbito da salvaguarda do património cultural, surge a ***Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural*** – **Lei n.º 107/2001**, de 8 de Setembro, em substituição da Lei n.º 13/85 e abrange uma diversidade considerável de noções patrimoniais devido à sua grande actualidade.³³

Esta Lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, revogando as Leis n.º 2032, de 11 de Junho de 1949, e 13/85, de 6 de Julho, mantendo em vigor o Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932 com sucessivas alterações.

A temática ao longo deste diploma será o património enquanto elemento de extrema relevância para a identidade nacional e para a democracia.

Nesta Lei de Bases, o património cultural é perspectivado como “*uma realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura*”³⁴ sendo tarefa fundamental do Estado “*elaborar as bases*

³¹ Para consultar conjunto de leis posteriores ao Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932 e da Lei n.º 13/85 ainda em vigor *vide* Apêndice V.

³² Para consultar os organismos nacionais com competências na salvaguarda do património, *vide* Apêndice VI.

³³ Estas noções são apresentadas por capítulos nomeadamente: o património arqueológico, arquivístico, audiovisual, bibliográfico fonográfico e fotográfico.

³⁴ *In Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001*; de 8 de Setembro; Artigo 1º, n.º 1.

*da política e do regime de protecção e valorização do património cultural*³⁵ pois “a salvaguarda e valorização do património cultural consubstancia um instrumento de transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento constitui elo de união intergeracional.”³⁶

O Património Cultural é visto neste diploma como a identidade de um povo, a sua herança e ainda como um elo intergeracional, o que torna essa cultura viva e permanente.

Como é visível, o percurso legislativo nacional em matéria do património cultural foi longo, havendo hoje um maturamento que permite a existência de uma mais ampla e completa visão nesta matéria do que em relação ao passado, embora não convincente para muitos especialistas nesta área, havendo, nas suas perspectivas, ainda um longo caminho a percorrer.

1.2. Noção de Identidade:

Falar de identidade pressupõe ter que definir o âmbito de enquadramento do assunto em apreço devido ao carácter transversal da noção. Isto porque existem diversas noções de acordo com a perspectiva dos ramos de conhecimento existentes (*i.e.* a Sociologia, a Antropologia, a Medicina, a Filosofia, o Direito, *inter alia*).

Existe, pois, a noção de identidade individual, colectiva, cultural, local, regional, nacional, apenas para nomear algumas, que seria bastante extensivo tratar no contexto deste estudo.

Para dar alguns exemplos daquilo que pode ser entendido por identidade, a seguinte afirmação de J. Anouilh, citado por Fernández (1999a, p.100) revela que a identidade individual é “*um conjunto de características pessoais que nos distinguem dos outros*”.

Porém, Anthony D. Smith afirma que existem quatro categorias que constituem o ser individual: o género sexual, a categoria de espaço e território, a categoria socio-económica, ou seja, a classe social e, por fim, a categoria étnica ou religiosa. (Smith, 1991, p.16-21)

Se o facto de os indivíduos nascerem já com uma certa identidade definida (*i.e.* género masculino ou feminino), as restantes identidades (individual, cultural ou religiosa, por exemplo) são completamente flexíveis e serão determinadas pelo conjunto dos contextos que circundam e influenciarão inevitavelmente o indivíduo.

³⁵ *Ibidem.*

³⁶ *Idem*; Art.º 3º

Mas se existe uma identidade individual, em termos sociológicos, a identidade poderá entender-se como *“o compartilhar de ideias e ideais de um determinado grupo”*³⁷, ou seja, referindo-se a uma identidade colectiva, que é aqui que se insere as restantes categorias descritas por Smith.

Nesta linha de pensamento, podendo uma identidade colectiva ser considerada, por exemplo, uma identidade local, F. J. Moreira (1992, p.73) define identidade local *como “sendo um sentimento de pertença, uma mistura de possessão e de identificação face aos diversos elementos que constituem um determinado espaço”*.

Por outro lado, a identidade cultural, também ela uma noção que se relaciona com o sentimento de pertença de um grupo social ou cultural, ou de um sujeito/indivíduo, influencia por sua vez ela própria o indivíduo no seu grupo ou cultura.

Posto isto, a identidade cultural adquirida pela vivência social de um sujeito alia-se, inevitavelmente à identidade pessoal. Assim, um indivíduo possui uma identidade pessoal e uma identidade colectiva ou cultural (que o relaciona com os demais sujeitos com quem interage diariamente) e que estará na base das identidades locais.

A identidade remete, assim, para um processo interno do indivíduo: a necessidade de pertença de um centro de referência que permita construir traços comuns com o seu meio e onde se sente integrado (logo de certo modo identificado), e a partir da qual também o indivíduo possa estabelecer um estilo de vida e uma natureza social em consonância com o seu ambiente de origem.

Ao estar em contacto com as características do local onde vive, com o seu património, o indivíduo estabelece uma ligação com a sua própria história, a sua memória, preservando a memória do seu grupo social e desenvolvendo um processo de identidade social e cultural.

Pode-se considerar, deste modo, que a identidade é relacional, pois estabelece a ligação entre um indivíduo e o seu meio e relaciona-se com a trajectória vivencial pessoal de cada indivíduo, pois os indivíduos, nas suas demais experiências de socialização, mantêm geralmente uma identidade associada aos seus grupos de referência (como a família, etnia, região, religião, vizinhança...) permitindo aos indivíduos uma permanente reconstrução da sua identidade.

Deste modo, pode-se considerar que a identidade, num dado momento, quer seja individual ou colectiva, torna-se num processo e não numa estrutura.

Contudo, não apenas de factores sociais se estabelece uma identidade. A identidade social também poderá partir da paisagem. Esta é transformada pelas populações que, ao interagirem sobre ela, a humanizam. Apesar de ser essencialmente um produto da

³⁷ In http://pt.wikipedia.org/wiki/Identidade_nacional

Natureza, assume um papel caracterizador do território. De acordo com Gonçalo Ribeiro Telles (2004, p.5) ³⁸:

“a paisagem é a expressão do espaço que é vivido pelo Homem, é a imagem, a expressão física, a visualização do espaço que é vivido pelo Homem. (...) Representa a identidade cultural do País e a natureza equilibrada da instalação da população”.

Assim, pode considerar-se que também o meio ambiente é susceptível de condicionar a noção de identidade no indivíduo, consoante a realidade encontrada no seu quotidiano ou local onde se fixou.

“Uma pessoa que nasce em um lugar absorve todas as características deste, porém, se ela for submetida a uma cultura diferente por muito tempo ela adquirirá características do local onde está agregada.”³⁹

Isto porque a paisagem revela as vivências e produtos da sociedade (agricultura, floresta, urbanismo...) e por isso é legítimo ver na construção da paisagem o espelho da identidade social que naquele espaço se encontra fixado.

O património cultural, como se referiu já neste estudo, constitui um aspecto de grande importância na construção da identidade social. Lembre-se que a *Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural – Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro*, estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, considerando o património enquanto elemento de extrema relevância para a identidade nacional e para a democracia, encarando-o como *“uma realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura”*. (Lei de Bases da Política e do regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, Art.º 1º, n.º 1)

O Património Cultural é visto neste diploma, como a identidade de um povo, a sua herança, símbolo da sua memória colectiva, e ainda como um elo intergeracional, o que torna essa cultura viva e permanente.

A identidade socio-cultural é uma noção que, como foi referido, se relaciona com o sentimento de pertença de um grupo social e com a produção histórica de uma comunidade. A identidade social é um elo de ligação entre os membros de uma sociedade e pressupõe o assumir de símbolos comuns que caracterizam uma dada comunidade e, deste modo, a

³⁸ Gonçalo Ribeiro Telles é engenheiro agrónomo, arquitecto paisagista, professor catedrático, Secretário de Estado do Ambiente e deputado (entre outros).

³⁹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Identidade_cultural

identidade cultural é adquirida pela vivência social de um sujeito e alia-se à identidade pessoal.

Assim, um indivíduo possui uma identidade pessoal e uma identidade colectiva ou cultural (que o liga aos demais sujeitos com que se relaciona diariamente). Segundo a Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98, o contacto com a Natureza e com a cultura local, enquadrados na paisagem, conferem e transmitem um sentido e a noção de “*único*” e de “*identidade de espaço*”. É necessário ter em atenção que quando se trata de cultura (social) são tidos em conta todos os aspectos que influenciam e determinam a realidade social, isto é, quando aqui se refere cultura e identidade tem-se em conta os aspectos naturais, históricos, etnográficos, políticos, geográficos, *inter alia*, que condicionam uma comunidade no tempo e no espaço.

A identidade será um padrão orientador da sociedade que caracteriza a comunidade que a reproduz, reflectindo e partindo do património (natural e cultural / tangível ou intangível).

Por isso, falar de identidade cultural é falar de todo o tipo de património com que a comunidade se relaciona e pela qual é determinada. A identidade traduz uma vivência, uma herança social e/ou histórica, comunica a sabedoria tradicional às gerações actuais.

A museologia social contribui, por inerência da sua acção, para o aumento da auto-estima, pessoal e comunitária, da identidade cultural (Gonçalves, 2005, p.16). Falar de identidade passa por discernir e objectivar especificidades de um território para determinar a identidade sócio-cultural de uma comunidade.

É importante ter consciência de que é a herança comum, o património e memórias colectivas que conferem personalidade à identidade cultural e reafirma o nosso legado colectivo.

1.3. Noção de Memória:

A memória poderá ser descrita, embora de forma simplista, como a capacidade de lembrar o passado.

Porém, esta temática reveste-se de questões que revelam um assunto de muito maior complexidade que à primeira vista se possa imaginar, levantando-se noções mais específicas de memória como *memória individual*, *memória social*, *actos colectivos de lembrar e esquecer*, *tradição*, e *traços de memória* que oferecem abordagens diferentes e mais complexas ao fenómeno em causa, como refere Myrian Sepúlveda dos Santos (2002, p.125).

A referida autora, na análise que faz deste processo, refere que:

“Enquanto alguns autores objetificaram a memória e enfatizaram o seu processo de construção social, outros compreenderam a memória não como objeto, mas como sujeito do processo social.” (M. S. Santos, 2002, p. 124)

Na sua perspectiva, houve três momentos distintos quanto ao entendimento de memória.

Numa primeira instância, e partindo do princípio que a memória é um fenómeno colectivo, existiam dois grupos distintos de autores que se debruçaram sobre o assunto, no qual um primeiro grupo considerava que as

“memórias individuais são determinadas por «construções coletivas». Eles enfatizam a importância da esfera social, objetivam as construções coletivas da memória e procuram determinar sua estrutura e funcionamento de forma autónoma à intenção de atores sociais” (M. S. Santos, 2002, p.126).

Um segundo grupo de autores considerava a memória como um fenómeno colectivo, compreendendo-a como um resultado *“da acção do indivíduo na sociedade”*. (M. S. Santos, 2002, p.126).

Ainda de acordo com esta autora, a mesma considera que nas últimas duas décadas, novos estudos sobre esta temática apresentam uma visão interdisciplinar, numa tentativa de integrar aspectos como o tempo, o indivíduo e a sociedade numa

“(...) nova noção de temporalidade, pela qual a influência do passado sobre o presente passa a ser incorporada às análises da sociedade contemporânea, faz com que prévias definições da memória, seja enquanto capacidade individual de recordar, seja enquanto fenómeno seletivo, sejam quase unânimemente rejeitadas.” (M. S. Santos, 2002, p.127)

Segundo estes referidos estudos, a autora refere que

“Não existem memórias individuais ou sociais, mas atos de lembrar e esquecer, que devem ser considerados práticas ou ações humanas construídas socialmente. Além disso, eles vão rejeitar a ideia de que a memória seja capaz de recuperar um passado real (...) mas incorporando uma nova dimensão de temporalidade em suas análises e reabilitando a tradição historicista alemã ao admitirem que o ator social encontra-se inserido em um momento único e particular.” (M. S. Santos, 2002, p.127).

Por fim, e ainda na perspectiva de Myriam Sepúlveda dos Santos, havendo uma transformação daquilo que se compreende quanto às noções de indivíduo, sociedade e tempo,

“Alguns autores ligados a uma abordagem psico-analítica enfatizam a construção do passado no presente e a possibilidade de uma análise objetiva destas ações sociais (...) A memória vai representar não a ida ao passado, mas exclusivamente a presença deste no presente através de dilemas éticos e morais.” (M. S. Santos, 2002, p.127-128).

De acordo com tudo o que foi mencionado neste estudo até ao momento, pode considerar-se que a memória colectiva, será aquilo que uma determinada comunidade selecciona para trazer ao presente o passado comum, utilizando para esse efeito o património que essa mesma comunidade elege como representativo da sua identidade.

Resultante deste processo, e conforme foi afirmado pela autora acima referida, a memória é sempre composta por duas componentes: por um lado, a própria memória e, por outro lado, o esquecimento. Um é indissociável do outro. Como diz Mário Chagas (2002, p.36) , *“a preservação e a destruição, ou de outro modo, a conservação e a perda, caminham de mãos dadas pelas artérias da vida”*. O processo de lembrar e esquecer é um processo selectivo, e quando se trata de esquecimento colectivo, está-se perante um processo de constituição social. Myriam Sepúlveda dos Santos elucida este aspecto afirmando que:

“Apesar de diferentes perspectivas teóricas, pois para alguns autores a memória que temos do passado é aquela que existe em instituições e estruturas coletivas, enquanto para outros o que temos do passado são atos de lembrar e esquecer enquanto práticas sociais, em ambos os casos, a “amnésia coletiva” nada mais é do que o esquecimento de determinados aspectos para que outros sobrevivam.” (M. S. Santos, 2002, p.123)

Resultante deste processo, a memória é um instrumento que servirá para, por um lado, oprimir o cidadão ou, por outro lado, libertá-lo.

Vejamos: no passado o exercício do poder sobre a memória orientada para os “homens livres”, as famílias abastadas, o clero e outros membros destacados da sociedade funcionava como instrumento de poder disciplinador, controlando o que se pode saber, lembrar, esquecer e pensar. É neste sentido que a memória é utilizada para reprimir os cidadãos, controlá-los – um instrumento muito utilizado pelas ditaduras por todo o mundo.

Por outro lado, se o património for utilizado ao invés do acima descrito, ou seja, um elemento capaz de pôr o passado ao serviço da sociedade para o interpretar e compreender melhor, isto ajudará o cidadão a entender melhor o seu quotidiano e a construir um presente mais justo e um futuro mais consciente. É neste sentido que a memória pode libertar o cidadão, sendo um elemento capaz de construir a resistência enquanto elemento válido para a construção social e enquanto forma de conhecimento. Em si mesma, a memória não oprime, nem liberta. A sociedade e o poder são os que a utilizam de uma forma ou de outra.

Em suma, se a Memória pode reprimir ou libertar, poderá ser utilizada pelo Poder para produzir esquecimento e/ou memória. Por outro lado, a Memória em si tem o potencial para servir e criar poder ou, ao invés, produzir resistência a esse mesmo Poder. De qualquer das formas, a Memória e o Poder condicionam o museu em todos os seus processos e a instituição não poderá ser, como de seguida se verificará, um espaço neutro de uma história.

Existem assim, dois movimentos de preservação da memória: um voltado para o **passado** e outro voltado para o **presente**. A relação entre o Poder e a Memória é que determinará qual o movimento que for adoptado num museu. Será esse o assunto que a seguir se irá abordar.

1.4. A apropriação museológica das três noções:

1.4.1. A relação memória e poder

A instituição museológica está sempre ligada ao exercício da Memória e do Poder. Pode dizer-se que não existe museologia dissociada destes dois aspectos. Os museus nunca foram, não são, e provavelmente nunca serão, espaços de um exercício neutro de uma história. São sim, um relato dos vencedores sobre os vencidos na história - a sua história⁴⁰. Por este motivo, nem sempre a história contada pelo museu é a mais fiável ou exacta⁴¹.

Como foi referido, existem dois movimentos de preservação da memória: um voltado para o **passado** e outro voltado para o **presente**. A nossa relação com o Poder e a Memória é que determinará qual o movimento que for adoptado num museu.

O primeiro movimento é o da **Memória do Poder** (movimento de memória voltado para o passado) que celebra o culto à saudade e baseia-se em acervos “valiosos” e “gloriosos”. São espaços onde prevalece um discurso autoritarista, onde os objectos são vistos como a preservação do Poder. Têm por objectivo a preservação material do património, a celebração do Poder instituído, havendo um predomínio de um certo grupo em detrimento de outros. Há, inevitavelmente, neste contexto uma relação passiva entre o sujeito e o artefacto ou objecto em exposição.

⁴⁰ Tome-se como exemplo o que seria o nosso conhecimento da História se os nazis tivessem ganho a II Guerra Mundial?

⁴¹ Não nos podemos esquecer que nos momentos em que o exercício do poder era mais marcado (ditaduras do Séc. XX e outras anteriores – Napoleão), foi quando houve maior investimento nos museus, monumentos, memoriais, exposições, entre outros.

O segundo movimento é o do **Poder da Memória** (movimento de memória voltado para o presente) onde existe uma instituição de memória ao serviço do desenvolvimento social, em que esta age como um elemento de intervenção social, funciona como um acervo de problemas e celebra a *memória* e não o *culto da memória*. É sobretudo um espaço de relações libertadoras do ser humano enquanto indivíduo para a existência de um melhor relacionamento na sociedade. Este movimento transmite à sociedade que o que está em evidência no museu não é a verdade absoluta, mas sim, apenas uma das inúmeras leituras possíveis que poderão ser feitas, cabendo a cada indivíduo a liberdade de fazer as suas interpretações e leituras.

Pelo exposto, e conforme afirma Myrian Sepúlveda dos Santos, *“a memória não é uma só, serve a diferentes interesses e torna-se objeto de disputa entre aqueles que tem a possibilidade de utilizá-la”*. (M. S. Santos, 2002, p.103)

Nas palavras de Tereza Scheiner,

“Se o Museu não é o espaço físico das musas, mas antes o espaço de presentificação das ideias, de recriação do mundo por meio da memória, ele pode existir em todos os lugares e em todos os tempos: ele existirá onde o Homem estiver e na medida em que assim for denominado – espaço intelectual de manifestação da memória do Homem, da sua capacidade de criação (...) O verdadeiro Museu, que não está sujeito a um lugar específico, mas que é facto dinâmico, eternamente a conjugar a memória, tempo e poder, recriando-se continuamente para seduzir o ouvinte pela sua voz.”
(Scheiner, 1999, p.78)

O exercício da memória do poder surgiu com a Revolução Francesa que veio incrementar o chamado Projecto de Estado-Nação implicando directamente uma institucionalização da memória em espaços como as bibliotecas, os arquivos e, naturalmente, os museus. Era necessário legitimar um novo poder instituído e é assim que surgem estas três instituições vocacionadas para a selecção dos documentos e informação que se iria divulgar.

Deste modo, as bibliotecas nasceram como instituições públicas que seleccionavam os documentos que deveriam ser lidos, os arquivos seleccionavam os documentos que deveriam ser guardados, e os museus eram depositários de artefactos que legitimavam a cultura da nação - instrumentos de memória que buscavam ordená-la através dos saberes, da beleza e da própria Memória, utilizando o “belo” como um dos eixos mais importantes para a Memória.

Segundo Mário de Souza Chagas, foi com a Revolução Francesa que é construída uma nova rede que estabelece novas relações na sociedade.

“A Revolução Francesa institui marcos de memória (datas, heróis e monumentos) articulados com um novo conceito de nação. A comemoração desses novos marcos está inserida no projecto revolucionário. As festas não são apenas festas, são também lembranças da Revolução vitoriosa. A memória que foi o dispositivo detonador do novo, agora é utilizada para recordar, para comemorar, para garantir a ordem inaugurada (no passado). Utilizada para opor-se à antiga classe dominante, a memória agora é usada pela burguesia e vai penetrar com ou sem sutileza nas escolas, nos museus, nas bibliotecas, nos arquivos, na produção artística, religiosa, filosófica e científica.” (Chagas, 2002, p.5)

Em França é criado em 1792 um plano museológico nacional que viria a delimitar novas linhas de pensamento, estabelecendo o que deve ser conhecido, lembrado (ou esquecido), assumindo estes lugares como *“fonte de saber, de luz e de esclarecimento”* (Chagas, 2002, p.6).

Suano afirma que, após a Revolução Francesa:

“No ano de 1791, as assembléias revolucionárias propuseram, e a Convenção Nacional aprovou em 1792, a criação de quatro museus, de objetivo explicitamente político e a serviço da nova ordem”. (Suano, 1986, p.28)

Os museus assumiram uma “carapaça” de neutralidade pelo estado emergente como forma de manipular, criar novas memórias contadas com a finalidade de legitimar o novo poder político, embora este assumisse sempre esses espaços como neutros. Pode entender-se estes museus do Estado-Nação como “palcos da memória”.⁴²

A criação de quatro museus⁴³ pela classe burguesa ascendente pós-revolução viria a reforçar o poder do estado no pensamento da população e, desta forma, o seu poder sobre a mesma. Estes espaços surgiram na sequência da recolha de bens confiscados à realeza e ao clero procurando destruir, ou pelo menos ofuscar, a memória do Antigo Regime. Este projecto museológico estabelecia **o que lembrar** (pois permitia o registo dessa mesma memória para o futuro) e estabelecia **o que esquecer** (pois perdia-se no tempo a memória que não ficava registada). É este aspecto que leva Myrian Sepúlveda dos Santos a referir que *“diversos atores, sejam eles indivíduos, grupos ou nações, utilizam a memória com o objectivo de fortalecer identidades e defender interesses específicos.”* (M. S. Santos, 2002, p.101)

Consideramos que, neste contexto, o poder vigente assumiu este espaço “museu” como espaço de representação de memória, mas também de esquecimento, exercício de poder, contra poder, resistência, construtor de identidades e outros, e o património herdado

⁴² Ou seja, lugares onde a memória é manipulada e representada conforme a conveniência.

⁴³ Estes quatro museus foram o Museu do Louvre, em 1793; o Museu dos Monumentos, em 1795; o Museu de História Natural, em 1793 e o Museu de Artes e Ofícios, em 1802.

e utilizado não será mais que a representação de um passado “possível”, pois é aquele que é transmitido e seleccionado para consumo.

Conclui-se, assim, que o mesmo bem patrimonial pode auxiliar a memória ou o esquecimento, consoante a capacidade ou vontade de comunicação do poder instituído. Haverá sempre possibilidades de novas leituras ou leituras alternativas proporcionados por um determinado bem patrimonial.

A partir desta altura, e até ao Século XIX, o papel dos museus era muito vocacionado por um lado, para a educação do indivíduo, o estímulo do seu sentido estético e, por outro, a exaltação do nacionalismo. É, por isso, evidente que os considerados “bárbaros”, “escravos” e outros membros da sociedade menos instruídos ou socialmente excluídos não tinham geralmente acesso a estes espaços – eram assim espaços de elite inacessíveis ao grande público e à sociedade generalizada.

Com efeito, através do auxílio das escolas, que permitiam à sociedade a aquisição de novos conhecimentos e competências, estes espaços visavam e procuravam disciplinar e qualificar os seus visitantes, exigindo saberes, comportamentos e atitudes próprias para a fruição e aproveitamento destes mesmos espaços e, ao mesmo tempo, permitindo a ascensão de pessoas a novas classes sociais, detentoras de novas aptidões e competências.

Por isso, estas instituições museológicas, espaços de memória que podemos considerar como da época moderna, exerciam um poder disciplinador sobre os visitantes através de quatro aspectos disciplinares que, segundo Mário Chagas (2002, p.8), Foucault e Machado consideram como “características básicas” sendo que:

- o primeiro se refere à **organização do espaço** em que todo o espaço expositivo é organizado e individualizado de forma a criar salas, ambientes, circulações e circuitos colocando em evidência o que se quer que seja visto, lembrado e entendido. Deixa, assim, de haver um espaço confuso de um amontoado de objectos para dar lugar a um espaço de exposição indicando um percurso no qual uma determinada história está a ser contada;
- o segundo refere-se ao **controlo do tempo** onde o visitante tem um determinado período de utilização mais ou menos convencional para interpretar a colecção, consumir, e absorver o conhecimento que lhe é posto ao dispor. Refira-se também que os horários em que os museus estão abertos também são uma restrição imposta pela instituição;
- o terceiro tem que ver com a **vigilância e a segurança do património** que, dada a sua natureza de raridade ou riqueza documental, impõe a necessidade de

proteger e vigiar permanentemente os bens incluindo os momentos de presença do público. O próprio público passa a ter uma atitude de vigilância e protecção sobre o património vigiando e controlando-se mutuamente por acreditarem que estão a ser controlados. Por este motivo, o visitante demonstra até uma certa reverência perante o património;

- por último, o quarto tem que ver com a **produção de conhecimento**: existem saberes específicos provenientes do poder disciplinador no museu que reverterá no aperfeiçoamento do “poder disciplinar” (Chagas, 2000, p.8). Porém, esse mesmo museu apenas divulga aquilo que quer que seja divulgado aos outros, o que gerou uma onda de contestação no final do Século XIX.

Em suma, o museu da modernidade gera saberes específicos no âmbito do espaço, tempo, público e colecção, num exercício do poder da memória.

Neste ponto pode-se concluir que a instituição museológica moderna surgiu após a Revolução Francesa e introduziu um relacionamento entre o Poder e a Memória, tendendo a construir novas identidades. Existem dois movimentos distintos na museologia: o movimento da *memória do poder* e do *poder da memória*.

No primeiro caso, a memória está subjugada ao poder, havendo uma exposição ávida das colecções, estando ao serviço de um regime no poder que pretende legitimar-se a si mesmo perante a população. A memória é assim usada para exercer o seu poder sobre a sociedade e controlá-la.

No segundo caso, o poder da memória ajuda a libertar o cidadão dando-lhe possibilidade de colocar o património ao serviço da sociedade auxiliando-a na descoberta de si mesma. Não se pode deixar de concordar com as ideias de Mário Chagas quando este afirma que:

“Trabalhar nesta perspectiva (do poder da memória) implica afirmar o papel dos museus como agências capazes de servir e instrumentalizar indivíduos e grupos para melhor equacionamento do seu acervo de problemas.” (Chagas, 2002, p.17)

Assim, e reflectindo sobre o percurso dos museus até actualidade, os museus modernos nasceram no Século XVIII para servir o povo, mas na realidade e, em muitos casos, até meados do Século XX serviram essencialmente as camadas elitistas e tendiam a controlar o seu livre pensamento e moldar novas identidades. Foram espaços disciplinadores, do exercício do poder, espaços de verdade subjectiva onde o passado é utilizado como um instrumento do presente.⁴⁴

⁴⁴ Hoje, não sendo possível retratar todas as informações históricas num qualquer museu, tem que haver uma selecção de informação porque simplesmente não é possível retratar o passado com

Já no Século XX estas instituições mudaram substancialmente de perspectiva, reconhecendo que as colecções são de facto importantes, mas apenas na perspectiva de que essa colecção adquire importância quando é colocada ao serviço da socialização do público. Desta forma, estará igualmente a contribuir, positivamente, para a formação identitária do indivíduo, num momento em que a globalização tende a anular as marcas identitárias locais.

Conforme refere M. Barreto (2000, p.84),

“As instituições que têm a responsabilidade de transmitir a história de uma determinada sociedade possuem consequentemente uma grande importância na formação da identidade do indivíduo.”

Houve no Século XX, a partir dos pressupostos introduzidos pela **Declaração de Santiago do Chile** (1972) e a **Declaração de Caracas** (1992), o reconhecimento da necessidade de estas instituições da memória estarem ao serviço da sociedade, agindo como verdadeiros agentes de transformação e mudança social.

Surgem, então, novas tipologias e novos conceitos que mais à frente se descreverá.

1.4.2. Os museus, o património e identidade social

As noções de identidade e memória têm subjacente a si, como foi referido, a ideia de uma construção social definida temporalmente, objectivando um sentimento de pertença num grupo social. Ora esta construção, pelo reconhecimento da sua representatividade e dignidade, gera um processo simbólico em torno desse bem patrimonial, criando um sentimento colectivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma versão de identidade (identidade manipulada pelo presente que a idealiza e reinterpreta).

No passado, estas identidades locais, ou de espaço (consequentemente culturais) perduravam de forma mais vinculada nas populações comunitárias, em muito devido à dificuldade de comunicação e contacto entre diferentes culturas. Não obstante, a globalização veio alterar esta situação, ao possibilitar uma maior interacção entre os indivíduos, as comunidades e o mundo exterior.

Concordamos com o pensamento de Mário Chagas quando refere que:

todo o seu rigor e factos. Para evitar uma exposição de factos menos correcta e não cair nas práticas do passado, há que saber seleccionar esse mesmo passado para trabalhar no presente. Porém, é necessário fazê-lo com rigor e critério pois, está-se inevitavelmente a exercer uma política de selecção de informação.

“Nestes tempos de globalização – novo nome para o velho imperialismo – os museus têm um papel importante. Eles operam com documentos/bens culturais com forte base espaço-temporal e são capazes de promover identificações (...). Os museus são espaços de resistência, uma vez que podem operar como identidades locais (em devir) frente à tentativa de massificação cultural.” (Chagas, 2002, p.18)

Com a modernidade, a introdução das comunicações e com a escola de massas, o indivíduo fica sujeito a cruzamentos de culturas com a sua cultura de origem o que lhe provoca alterações culturais. A globalização (em si mesma descaracterizadora) torna as sociedades permeáveis, abertas e pluralistas, ao mesmo tempo que se constata uma alteração frequente dos espaços e práticas culturais o que dificulta os processos de definição identitária. Com o fenómeno emergente da globalização muitas vezes desencadeia-se no sujeito uma crise de identidade, em que o indivíduo se confunde com tantas informações e mutações.

A globalização, através de grandes transformações económicas e sociais que põem em causa a vida comunitária, contribui para eliminar estilos e comportamentos diferenciados e locais, pondo em causa as identidades locais fundamentais para a construção e preservação das memórias colectivas das comunidades.

É aqui que o papel dos museus assume uma importância vital, pois, de acordo com Cristina Bruno, lembrando Waldisa Guarnieri, a

“(...) musealização pressupõe ou implica em preservar e enquanto ação museológica ela aproxima objetos e homens, revitalizando o fato cultural, «a preservação proporciona a construção de uma memória que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja, a identificação. E a identidade cultural é algo extremamente ligado à auto-definição, à soberania, ao fortalecimento de uma consciência histórica».” (Cristina Bruno, 1997, p.5)

Daí que os museus comunitários são indispensáveis neste devir de conservação de uma identidade local ao promover aquilo que distingue o local do massificado. Isto porque a identidade local caracteriza a comunidade que a reproduz e reflecte-se no património (natural, cultural, tangível e intangível), traduzindo uma vivência, uma herança social e/ou histórica e comunica a sabedoria tradicional às gerações actuais e vindouras, promovendo a existência da diversidade cultural tão importante para o mundo globalizado pois no dizer amplamente conhecido de Josef Mehudin, *“se fôssemos todos iguais, não teríamos nada a oferecer aos outros”*. (Faria, 2007)

O próprio governo de Portugal tem-se mostrado sensível a este problema. Segundo a Resolução de Ministros n.º 112/98, o contacto com a Natureza e com a cultura local, enquadrados na paisagem, conferem e transmitem um sentido e a noção de *“único”* e

de “*identidade de espaço*”, que vão rareando um pouco por todo o nosso território e é por isso, necessário preservar numa tentativa de valorizar as identidades e a diversidade cultural.

Esta perspectiva de valorização das identidades e da diversidade cultural com a finalidade de promover a tolerância, o respeito mútuo e a proximidade entre os povos conduz-nos à necessidade de adoptar uma museologia interventiva e social de que mais à frente se irá abordar.

A mudança operada na sociedade moderna, pela referida globalização, leva a que os antigos paradigmas de identificação estabelecidos com o passado, por via da tradição, percam continuidade. Deste modo, na busca nostálgica de valores passados, a noção de “património” emana como instrumento que recupera e vincula essa identidade perdida. A noção de património, como já foi visto neste estudo, relaciona-se intimamente com a identidade sócio-cultural porque é necessário haver “âncoras”. O património serve o sentimento de pertença dos actores sociais para a construção da identidade de uma realidade social.

Com a instituição museológica, o património tem a capacidade de representar simbolicamente uma identidade, permitindo, através da sua carga informativa e das memórias aí retratadas uma transmissão cultural. Permite a consciencialização acerca da comunidade através do tempo e a permanência do sentido colectivo dessa mesma identidade, pois como afirmam Fentress e Wickham, através do museu, a memória social

“(...) faz mais do que fornecer um conjunto de categorias através do qual de um modo inconsciente, um grupo habita o seu meio; dá também ao grupo matéria de reflexão consciente. Isso significa que devemos situar os grupos em relação às suas próprias tradições, descobrindo como interpretam os seus próprios «fantasmas» e como os utilizam para fonte de conhecimento.” (Fentress, J. e Wickham. C., 1992, p.41)

O património, já se viu, é um elemento referenciador da memória e da História, é uma herança e um bem cultural. É uma forma de expressão das vivências e criações dos actores sociais passados. Na tentativa de contrariar tendências de uniformização actua-se no sentido da revitalização da especificidade cultural, reafirmando, igualmente, as identidades colectivas e singularidades locais onde o património surge como instrumento e o museu surge como conservador das qualidades desse património (E. P. Silva, 2000, p.24). O museu leva ao redescobrimento do local (a peculiaridade de tradições e manifestações culturais) em contraposição ao global onde se vive.

Os museus desempenham, assim, um papel importante na preservação da identidade, sobretudo no meio rural, visto que património cultural é, conforme estipulado

pelo Dec. Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, entendido como *“uma realidade da maior relevância para a construção da identidade nacional.”*⁴⁵

Deste modo, o museu é muitas vezes apelidado de “livro de memórias de um povo” já que possibilita a reconstrução de identidades culturais, através da interpretação do património exposto educando a sociedade para a sua cultura, para a sua própria existência e vivência, tudo isto baseado na visualização, experimentação e acção. Ainda, este constitui-se como força regenerativa cultural e patrimonial da sociedade moderna. O museu revela ser um espaço de resistência face à massificação cultural, onde o objecto em exposição não é apenas um artefacto material, mas também uma narrativa, um relato sobre nós próprios ou sobre os outros.

Fernando Magalhães (2005, p.8) refere que *“os museus permitem-nos observar como uma determinada sociedade se apropria e privilegia certos objectos na construção e projecção do seu discurso identitário”*. Através de processos museológicos o sentimento de pertença e de identidade objectiva-se. O objecto musealizado e a memória constituem-se como “médium” através do qual a identidade é criada.

Deste modo, pode-se afirmar que os museus são o garante da conservação do património, sendo também, ponto de partida para a divulgação da materialização de uma identidade local ao mesmo tempo que perpetuam uma sociedade da qual fazem parte objectos, lendas, usos e costumes entre outros, transportando consigo significados que constroem identidades.

Como refere Candau:

“La elaboración del patrimonio sigue el movimiento de las memorias y acompaña la construcción de las identidades: su campo se expande cuando las primeras se vuelven más numerosas; sus contornos se precisan en el mismo momento en que las segundas plantean, siempre provisoriamente, sus referencias y sus fronteras.” (Candau, 2001, p.159)

Pelo que foi exposto, pode considerar-se que o museu é dos mais eficazes meios de transmissão cultural. Actuando como uma ponte entre o passado e o presente, constitui-se um excelente meio na prevenção da destruição da identidade cultural de uma comunidade, isto é, através do património, o museu funciona como um elo base para a materialização de uma identidade.

Porém, nem sempre a instituição museológica assim funcionou. Houve uma significativa transformação no seio dos museus, sobretudo no segundo quartel do Século XX, que levou a esta actual postura conforme de seguida se irá abordar.

⁴⁵ Artigo 1º, 1).

2. A museologia no Século XX e a defesa e salvaguarda do património:

2.1. A museologia em transformação

2.1.1 Novas perspectivas sobre museologia

Resultante de uma perspectiva de transformação da função e missão dos museus, surgiram no Século XX alguns documentos fundamentais e estruturantes do pensamento da nova museologia.

Estes documentos revestem-se da maior importância no que respeita à transformação conceptual do espaço “museu” e constituem o embrião e o amadurecimento daquilo a que hoje chamamos a Nova Museologia.

O documento produzido na sequência do **Seminário do Rio de Janeiro** (1958) da UNESCO, tratando-se de um encontro onde se analisou exaustivamente as questões relacionadas com os museus, apresenta uma preocupação profissional e educativa dos museus.

Efectuou-se uma profunda reflexão sobre a própria noção de “museu”, discutindo-se as consequências das suas funções de conservação, estudo de exposição, o usufruto e educação do público de um conjunto de elementos de valor cultural independentemente do interesse artístico, histórico, científico ou técnico. Questionou-se o facto de a museologia ser ou não considerada uma ciência. Debateram-se questões como as especificidades dos grandes e pequenos museus, os seus problemas e carências, ou ainda, a problemática da própria apresentação tradicional dos objectos e a transformação de um museu enquanto elemento conservador para uma noção de museu enquanto meio de comunicação atractivo e incidente na problemáticas reais da comunidade inserindo-se de forma activa na comunidade, contribuindo para a sua transformação e desenvolvimento. Também será de sublinhar a ideia de um museu relacionado com a escola e a necessidade premente da criação de serviços educativos.

Em suma, idealizou-se um museu que, muito à semelhança do que defende Georges Henry Rivière, seja capaz de conceber, guiar e utilizar todo um conjunto de realidades capazes de musealização.

A **Declaração de Santiago do Chile**, produzida no final da Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, vem a ser o documento de importância revolucionária no mundo da museologia.

Esta Mesa Redonda realizou-se num momento em que havia a consciência de que a humanidade atingira um nível significativo de desenvolvimento científico e tecnológico, mas que essa realidade não se fazia sentir em termos de bem-estar económico, cultural e natural, havendo ainda alguma desigualdade entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento.

Neste contexto, e após uma reflexão em torno do papel dos museus na América Latina da época, produziu-se um conjunto de recomendações que apontava para uma mudança de atitudes nos museus.

O documento foca as questões relacionadas com:

- as transformações sociais, económicas e culturais que são um desafio para a museologia;
- as assimetrias entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos;
- a problemática do desenvolvimento da sociedade e a necessidade de uma reflexão alargada a todos os sectores da sociedade e não apenas a uma elite, sendo que os museus poderão proporcionar um contributo inestimável para a reflexão sobre esta problemática;
- que este contributo irá enriquecer os museus e não desvalorizá-los ao abrir os seus horizontes a outras áreas de pensamento, dando natural importância às áreas da educação, a agricultura, o meio ambiente e urbanismo. O museu deverá portanto, desempenhar um papel activo nas questões sociais, económicas e culturais por meio de acções educativas.

Levantou ainda questões aos participantes relativamente ao desenvolvimento demonstrado dos meios de onde provinham.

Um aspecto verdadeiramente inovador deste encontro foi a questão do museu “integral”⁴⁶ ou seja, uma instituição destinada a fornecer à comunidade onde se insere uma visão global do seu ambiente natural e da sua herança cultural permitindo, conforme refere Medeiros Constância:

“moldar a consciência da comunidade onde se encontra inserido, estimulando o seu desenvolvimento, através da ligação de um passado/memória a um presente/realidade e procurando projectar em antevisão um futuro/vontade”. (Constância, 1993, p.64)

Tendo em consideração a totalidade dos problemas da sociedade, o museu, enquanto acção ou instrumento dinâmico de mudança e desenvolvimento social, assume uma função social – a génese da nova museologia.

⁴⁶ Mais tarde, este termo foi modificado para “integrado” pelo facto de se entender que não era a expressão que melhor caracterizava a ideia que se pretendia transmitir.

Pela nova filosofia acima mencionada, o património passa ser entendido e trabalhado de diversas perspectivas deixando de ser encarado numa perspectiva meramente monodisciplinar assumindo a característica interdisciplinar.

De acordo com Medeiros Constância,

“Este será por certo um dos factores circunstanciais da Mesa Redonda de Santiago que se reveste de importância fundamental. A consciência emergente de que a museologia deve ser encarada como uma ciência interdisciplinar, integradora de conhecimentos das mais variadas áreas (...).”
(Constância, 1993, p.63)

Este encontro fica ainda marcado pela ideia de que o museólogo tem uma responsabilidade política no museu.”⁴⁷

A **Declaração de Québec** (1984) é o resultado das propostas provenientes da realização do Ateliê Internacional de Ecomuseus, por forma a permitir a troca de experiências de ecomuseologia e da chamada nova museologia em comparação com a museologia tradicional. Após a troca de conhecimentos de práticas do âmbito das práticas deste novo movimento na museologia, houve neste encontro o reconhecimento formal de um novo movimento de renovação no campo da museologia a que se chamou “**Nova Museologia**”.

A Declaração de Québec é um documento que estabelece algumas noções inovadoras e fundamentais no âmbito da ideologia da nova museologia, tais como:

- a utilização de testemunhas materiais e imateriais, e serem passíveis de constituir colecções;
- a questão de ordem social tendo por base a investigação e a interpretação, encaminhando soluções e identificando problemas;
- o museu extrapolando os seus limites físicos do edifício propriamente dito, procurava a sua inserção nos meios desfavorecidos tentando gerar o desenvolvimento comunitário, criar postos de trabalho e, assim, ser um factor de revitalização da economia;
- A actuação da museologia como forma de proporcionar uma evolução democrática da sociedade;
- o facto de o processo de exposição museológica assumir o carácter de utilização permanente, enquanto instituição formativa rejeitando o carácter de contemplação até então instituído;

⁴⁷ Importa lembrar que o museólogo não é um ser neutro, é também um político na medida em que a partir do momento em que opta por tratar de um determinado assunto em detrimento de outro, perde-se a sua neutralidade. Há que fazer sempre uma selecção do que se ira retratar, temos é que estar cientes da forma como o fazemos.

- o museu deve reconhecer e valorizar as culturas de todos os grupos humanos, inseridos na sua envolvência.

A museologia assume, assim, uma postura de reconhecimento do direito à diferença.

De igual modo, e segundo Mário Moutinho, encara a necessidade de enveredar pelo caminho da interdisciplinaridade, contrariando as práticas correntes monodisciplinares que veiculavam o saber isolado, absoluto e redutor da acção museológica tradicionalmente instituída.

Em suma, e de certo modo, reafirma-se um dos aspectos importantes de Santiago: a socialização do objecto museológico.

A **Declaração de Oaxtepec** (1984) reafirma a ideia da nova museologia e a importância da interdisciplinaridade, introduzindo ainda uma nova noção: o movimento da nova museologia estabelece uma relação indissociável entre o indivíduo, o património e o território. Surge, desta forma, e a partir daqui, matéria de base para aplicar métodos de socialização e partilha deste bem cultural, aplicando assim os princípios da nova museologia.

A **Declaração de Caracas** (1992) retoma, de certa forma, os princípios e pressupostos de Santiago do Chile (vinte anos depois) baseando-se numa reflexão sobre a missão do museu como um agente de desenvolvimento integral de uma região e procura ainda actualizar as noções e reafirmar os compromissos assumidos em Santiago do Chile.

Por esta altura, os problemas sociais, económicos e ambientais tinham-se agravado no planeta, verificando-se um fosso cada vez maior entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, um aumento da corrupção, da violência, entre outros aspectos profundamente negativos na sociedade de então. Havia necessidade do museu assumir um papel de tomada de consciência por parte das populações destas problemáticas.

Nesta sequência, uma das perspectivas fundamentais deste documento prende-se com o aparecimento da noção de que a informação e comunicação nos museus se revestem de grande importância e abrirão novos rumos para o desenvolvimento das comunidades.

Otília Morgado Jorge (1993, p.70-71) afirma que estes caminhos de desenvolvimento estão assentes em cinco aspectos prioritários:

1. A **comunicação**, em que o museu é um local privilegiado para estabelecer uma relação comunicativa com os indivíduos e a comunidade. A utilização de uma “linguagem multidisciplinar” será um veículo para o enriquecimento pessoal contribuindo não só para um melhor conhecimento do passado, como também uma utilização de novos meios tecnológicos e científicos que hoje contribuirão para o desenvolvimento integral do indivíduo;

2. O museu enquanto defensor do **património** deve sensibilizar o cidadão para o património cultural, natural e ambiental que lhe pertence, alertando o estado para a necessidade de elaboração de legislação para a sua preservação e, ao mesmo tempo, o cidadão para o seu papel na preservação desse mesmo património
3. O museu deve desempenhar um papel de **liderança** no que se refere à recuperação e transmissão de valores da comunidade, devendo para tal *“possuir um conhecimento pleno da realidade envolvente de forma a poder intervir de uma forma eficaz.”*
4. Deverá haver uma **gestão** do museu relacionada com a sua função na comunidade após a realização de um “diagnóstico do ambiente externo”. Deverá procurar-se dar resposta às necessidades da comunidade (ambiente externo), aproveitar correctamente os recursos financeiros, técnicos e humanos bem como manter bom relacionamento com organizações e entidades externas.
5. Um dos aspectos fundamentais para uma boa gestão de um museu será a preocupação em formar **recursos humanos** detentores de criatividade e conhecimento sobre quem dependerá o sucesso da instituição.

Neste documento, introduz-se ainda uma correcção à noção de museu “integral” para o museu “integrado”, isto é, entenda-se que um museu está integrado na vida de uma determinada comunidade, propondo acções e processos que contemplem e considerem as questões específicas de cada realidade local, no qual o museu actua e se situa.⁴⁸

Segundo os pressupostos neste documento, e indo ao encontro do que foi acima referido, o museu deveria procurar uma especificação concreta de um determinado espaço social, sendo concebido como um meio de comunicação, um instrumento útil ao ser humano para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

Este documento é, por isso, e acima de tudo, um documento revelador da necessidade de haver uma função comunicativa do museu em função do seu utilizador.

Ao comparar-se o conteúdo e as noções apresentadas nos documentos de **Santiago do Chile** e de **Caracas** verifica-se que apresentam muitos pontos em comum tais como:

- denunciar a desigualdade social existente na sociedade;
- questionar o papel da instituição museal que deve ser algo mais do que aquilo que até então se preconizava;

⁴⁸ Considerou-se que haveria necessidade de alterar esta terminologia pelo facto de “integral” veicular uma conotação mais dominadora e paternalista, enquanto que o termo “integrado” transmitia mais a noção de diálogo com a sociedade e a constituição de uma parte integrante dessa sociedade. Trata-se da ideia de parceria com outras instituições, havendo lugar a uma maior proximidade.

- promover a ideia de que um museu deve estar ao serviço da sociedade, utilizando o património como recurso para estimular a consciência crítica;
- alertar para a responsabilidade política do profissional dos museus;
- salientar a importância da formação profissional dos museus
- e a ideia de que o museu é um instrumento de desenvolvimento local.

Portanto, qualquer destes documentos reconhece que o museu, enquanto instituição ao serviço da comunidade, é um elo essencial para a formação da comunidade que serve *“de forma a que esta aprenda através de um quadro histórico os problemas do seu presente, do homem enquanto indivíduo e , enquanto ser social.”* (Menezes, 1993, p.52)

No entanto, e ainda de acordo com Luís Menezes:

*“(...) a Declaração de Santiago corporiza a ruptura epistemológica no âmbito da ciência museológica, ao inverter o seu objecto tradicional prioritário, a colecção, secundarizando-o em relação à comunidade, o campo por excelência operativo da Nova Museologia – quando não é o objecto que justifica a existência de uma organização cultural como o museu – a Declaração de Caracas toma esta ruptura e leva-a mais longe, direccionando a sua reflexão essencialmente para os meios e processos de que a organização museológica deve dispor para uma gestão mais eficiente e eficaz.”*⁴⁹ (Menezes, 1993, p.53)

Com estes dois documentos, a instituição museológica é elevada *“não só como instrumento de desenvolvimento e fortalecimento da identidade do indivíduo e da comunidade [aliás como já se referiu neste estudo], mas também como espaço dinâmico que propicia e estimula a consciência crítica.”* (Menezes, 1993, p.53)

Pode dizer-se que se o primeiro documento introduz novas filosofias no âmbito da museologia, havendo uma nova consciência de que os museus poderão contribuir de alguma maneira para o desenvolvimento da sociedade e para a melhoria da sua qualidade de vida, o segundo é já a consagração deste princípio reafirmando esta nova postura no mundo da museologia.

A noção de “Nova Museologia” surge, como se referiu anteriormente, do encontro de Santiago do Chile, ainda que na altura este termo não existisse, pois foi apenas em 1984 que se utiliza pela primeira vez.

De qualquer modo, as ideias gerais tinham sido lançadas aquando desse encontro e eram entendidas como um fenómeno museológico novo, uma noção ou uma mudança de práticas no campo dos museus e da museologia onde este assumiu um papel social.

⁴⁹ *Idem*, p.53.

Podem apontar-se três dos factores principais para a transformação da noção de museologia: as lutas pelas transformações sociais identificadas em primeira mão na América Latina (e que aqui já se abordou), os documentos, já mencionados, produzidos institucionalmente e, de igual modo, o papel dos profissionais que procuraram inserir a museologia e os museus na contemporaneidade constituindo-se como um marco importante.

Por oposição à noção de museologia tradicional que centraliza a sua acção nos objectos e na colecção, a museologia social promove a existência de instituições museológicas abertas sobre o meio e consciente da relação que têm que possuir com o meio social em geral e com a comunidade em particular.

A nova museologia vem exigir ao museu que se transforme de uma instituição estática e encerrada em si mesma, num espaço mais dinâmico e centrado na sociedade. Trata-se de *“uma concepção extensiva do património que faz sair o museu dos seus próprios muros”* como refere Francisca Hernández (1994, p.75).

Ainda Tag Hoyer Hansen, citado por Maria Célia Santos refere que:

“os museus devem deixar de ser passivos coleccionadores, para se tornarem participantes activos nas transformações da sociedade. Eles não devem simplesmente empregar novos métodos, mas devem ser um novo intermediário destemido, encarando de frente os problemas complexos e crescentes, como o racismo, a pobreza (...) todos os aspectos relativos à existência humana procurando encontrar respostas.

As exposições devem ser projectadas de forma a apresentarem estas controvérsias, lado a lado, correlacionando problemas comuns, rotineiros com os factos históricos. Os nossos museus devem estar muito mais à frente das mudanças do que preservando simplesmente.” (M. C. Santos, 1996, p.53)

Este movimento permitiu o surgimento de museus comunitários descentralizados, museus de ar livre, ecomuseus, economuseus, *inter alia*, que mais adiante se irá abordar, traduzindo uma tendência para a preservação *in situ*. Isto foi possível graças, em parte, pelo alargamento da própria noção de património que se foi transformando através dos tempos, permitindo uma nova abordagem sobre a noção de *objecto museológico*.

Com a Nova Museologia, propõe-se uma transformação conceptual no discurso museológico cortando com uma visão histórica direccionada para o passado, adoptando antes uma visão que, partindo do passado, projecta o seu discurso para o presente e o futuro⁵⁰.

⁵⁰ Relembre-se o mencionado na relação Museus, Memória e Poder.

Assim, abrem-se novas perspectivas de desenvolvimento das comunidades onde estão inseridos em que, como refere Medeiros Constância (1996, p.64), os museus se constituem como *“uma consciência colectiva, força motriz de uma evolução sustentada.”*

Esta abordagem inovadora confere aos museus uma nova função social que até aqui não detinham, actuando activamente a nível do indivíduo e do colectivo e procurando a participação e o envolvimento comunitário com a finalidade de, ao valorizar o saber do cidadão, incrementará nele um maior espírito crítico dotando-o de melhores e maiores possibilidades de se tornar um cidadão mais apto e consciente da sua cidadania visando assim, o desenvolvimento tanto do indivíduo como comunitário.

Segundo Mário Moutinho, o “museu integral”, como ele lhe chama,

“é uma instituição ao serviço e inseparável da sociedade que lhe dá vida. Capaz de estimular em cada comunidade uma vontade de acção aprofundando a consciência crítica de cada um dos seus membros, buscando os fundamentos da acção nas condições históricas de desenvolvimento de cada comunidade.”(Moutinho, 1989, p.31)

Ao participar activamente nas actividades do museu, as comunidades deverão constituir-se parte integrante e construtiva do processo de musealização, assumindo um papel activo na definição de conteúdos das exposições e da programação do museu.

Hugues de Varine produziu um quadro teórico-metodológico onde estabelece uma comparação entre as ideologias da museologia tradicional e a nova museologia.

Enquanto na *museologia tradicional* está subjacente uma função educativa num edifício (museu) no qual existe a colecção que está disponível para um determinado público, na *nova museologia* parte-se do princípio de uma função pedagógica entendida como base para o desenvolvimento local de uma determinada comunidade participativa, tendo por base um determinado património inserido no contexto de um território.

Quadro 1: Os âmbitos de intervenção dos dois tipos de museologia, segundo Hugues de Varine

Museologia Tradicional		Nova Museologia
Edifícios	→	Território
Colecções	→	Património
Público determinado	→	Comunidade participativa
Função educativa	→	Função pedagógica entendida como base para o desenvolvimento local

Fonte: Varine

Como se pode observar neste quadro, largamente utilizado por vários autores, em vez de trabalhar todo um edifício, a nova museologia propõe trabalhar um território; em vez

de se trabalhar uma colecção, propõe trabalhar todo um património; alargar o âmbito da sua intervenção de um determinado público que visita o museu para toda uma comunidade alargada constituída, por sua vez, por vários subgrupos e por fim, funcionar como base para o desenvolvimento local em oposição a simplesmente educar o visitante numa determinada matéria.

Luis Alonso Fernández (1999, p.105) vai mais longe ao completar e desenvolver o quadro de Varine exemplificando-o da seguinte forma:

Quadro 2: Os âmbitos de intervenção dos dois tipos de museologia, segundo Luis Alonso Fernández

Museu “clássico”		Museu de desenvolvimento da comunidade
Edifício(s)	→	Território
Colecção(ões)	→	Património (cultural e/ou natural) e todos os recursos disponíveis presentes na comunidade.
Disciplina(s) científica(s) e prática(s)	→	Desenvolvimento global, enfoque interdisciplinar
Público (voluntário e aficcionado)	→	a) população da comunidade b) visitantes da comunidade
Prossecução do conhecimento, educação e entretenimento	→	Capacidade de iniciativa criativa

Fonte: Fernández (1999)

De forma muito lata, Varine defende três linhas gerais que o museu na nova museologia deverá ter em conta: primeiro, que a comunidade, no seu conjunto, tem que se reconhecer no seu museu; segundo, que deverá fazer uso do seu museu como ferramenta do seu próprio desenvolvimento e terceiro, que deverá controlá-lo permanentemente.

Mário Chagas, contrapondo outras definições de museologia, e ao procurar definir esta nova museologia, estabelece uma relação profunda entre o homem/sujeito, o objecto/bens culturais num espaço/cenário ao qual poderá chamar-se museu ou não:

“É interessante notar que o debruçamento sobre a relação anteriormente apontada afasta a museologia do objectivismo empirista, que impõe o dado ao sujeito, e também do relativismo subjectivo, que idealiza e fantasia a realidade. Este procedimento permite que o praticante da museologia construa o seu objecto de pesquisa de maneira crítica e processual.

A construção do objecto de estudo da museologia implica também na demarcação do seu campo de actuação que passa, então a ser delimitado através de três estacas fundamentais:

- 1. o homem / sujeito*
- 2. o objecto / bem cultural*
- 3. o espaço / cenário*

participantes de uma realidade em trânsito.

Estas três estacas constituem, em verdade, um ternário matricial, uma unidade básica, uma matriz para o pensamento e a prática museal.”
(Chagas, 1994, p.22)

Em suma, e após a nossa reflexão sobre este assunto, é importante referir que a nova museologia não pretende substituir ou terminar com as práticas da museologia tradicional. Propõe antes um alargamento da noção da museologia tradicional, funcionando como complemento desta. Acrescentar-se-ia ainda, como afirma Maria Célia Santos, numa perspectiva de que *“a museologia faz-se com a vida e não simplesmente com os objectos.”* (M. C. Santos, 1996, p.62)

Deste modo, a nova museologia não pretende ofuscar as outras práticas instituídas, mas deverá alargar o seu campo de acção, abrindo caminho para toda uma nova tipologia de museus: ecomuseus, economuseus, exomuseus ou museus *in situ*, entre outros.

Estes museus contemporâneos, que surgem na sequência desta nova filosofia, têm como objectivo, segundo os pressupostos na *IX Conferência do ICOM, “O Museu ao Serviço do Homem, Actualidade e Futuro: o Papel Educativo e Cultural”* (Paris e Grenoble, 1971), a construção e análise da história das comunidades, possibilitando que os cidadãos possam, eles próprios, contribuir para uma acção onde estes possam reconhecer-se na sua identidade cultural, utilizando novas técnicas museológicas para solucionar problemas sociais e urbanos.

É por isto que o papel do museólogo será o de organizar um discurso museológico capaz de gerar a comunicação, promovendo a participação da comunidade para no final avaliar as acções do museu.

2.1.2. Uma nova abordagem conceptual de museu

Como se observou, a nova museologia abriu caminho a todo um conjunto de novos museus e a profissionais com novas preocupações que, até então, nunca se teria visto nem imaginado. Os museus, a partir desta nova concepção, podem e devem exercer uma função fundamental na apreciação e crítica da problemática social contemporânea, promovendo um desenvolvimento económico, social e, como afirma Agostinho Ribeiro (1993, p.9), até mesmo político.

A nova museologia assume-se como um sistema aberto e interactivo, onde o museu consegue despertar a consciência colectiva sobre a realidade do património pondo-o ao serviço do entendimento dos cidadãos sobre a sua própria realidade e identidade cultural. Esta nova museologia permite a existência deste *sistema aberto e interactivo*,

colocando todos os intervenientes da comunidade, o próprio museólogo, os profissionais do museu e até os visitantes em permanente diálogo.

Segundo Marc Maure, citado por Luis Fernández:

“um sistema aberto e interactivo supõe a utilização de um novo modelo de trabalho museístico. Não se trata já de um processo onde as operações de recolha, preservação e difusão são efectuadas no museu, constituindo um mundo à parte isolado da sociedade.” (Fernández, 1999a, p.107)

Em nosso entender, e em consonância com o atrás referido, o trabalho do museu deverá ir mais além, envolvendo a comunidade como um elemento integrante de um todo que é o museu. Ilustrando este aspecto, o autor acima citado propõe dois gráficos explicativos:

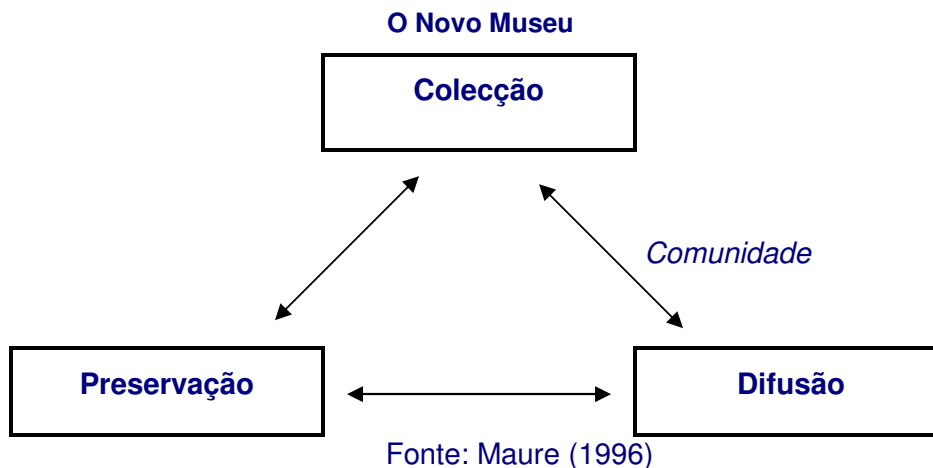
Quadro 3: Âmbito de intervenção do Museu Tradicional segundo Marc Maure:



Neste quadro, é visível que a instituição museológica de característica mais tradicional tem a sociedade no exterior de todo o processo de musealização. Esta tipologia de museu é um edifício fechado e hermético em si, organizando as suas funções de forma unidireccional e linear, sem qualquer participação da comunidade.

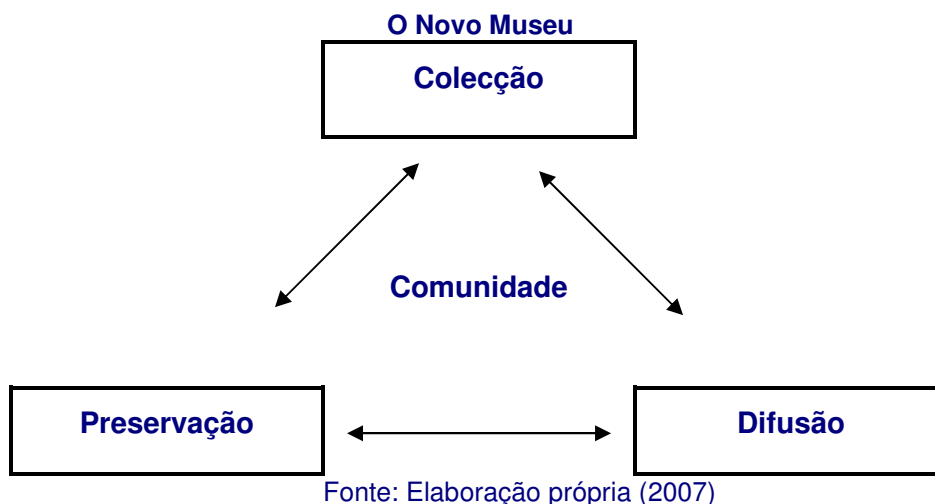
Em sentido contrário, no esquema a seguir ilustrado, é visível que a nova museologia propõe uma interligação entre as partes, num processo no qual a comunidade é uma parte integrante e activa, num permanente diálogo entre a comunidade, o museólogo e a instituição museu.

Esquema 1: Âmbito de intervenção do Novo Museu segundo Marc Maure:



Porém, entendemos que, nesta tentativa de explicitar a ideia, este quadro ainda apresenta alguma deficiência ao não incluir a comunidade no interior da relação entre a colecção, a sua difusão e a sua preservação, pelo que se propõe o seguinte ajustamento que inclua a comunidade no interior desta relação:

Esquema 2: Âmbito de intervenção do Novo Museu segundo Daniel Café:



A comunidade não será mais entendida como um conjunto de receptores de uma mensagem, mas sim, elementos conhecedores da sua própria história e meio envolvente.

Por isso, o museu é visto neste novo enquadramento como um “catalisador” (tal como diz Pierre Mayrand) ao serviço de uma comunidade permitindo que procure a sua leitura de uma história com várias perspectivas possíveis, contrariamente à ideia de que o museu transmitia a verdade dos factos históricos sem qualquer outra possibilidade de leitura.⁵¹

Segundo o pensamento de Pierre Mayrand, este novo museu, ou o *museu social*, deve ter por suporte uma dinâmica inovadora e criadora, assumindo-se como um museu de proximidade e caloroso, apelando às memórias, vivências e experiências das populações, da comunidade, compartilhando essas experiências e conhecimentos, ao contrário do museu tradicional que apenas partilha um produto e que muitas vezes existe para simplesmente conservar património, atrair turistas ou porque fica bem haver um museu numa localidade.

⁵¹ Lembre-se ao referido no sub-capítulo 1.4 dedicado à apropriação museológica das noções de património, memória e identidade.

Nesta perspectiva, e de acordo com Maria Mota Almeida, *“o museu deixa de ser considerado um fim, para passar a ser um meio, em que existe uma interacção profunda entre ele e o mundo em transformação.”* (Almeida, 1996, p.110)

Para além de fidelizar as pessoas, há que lhes proporcionar um sentimento de pertença que anule estes aspectos negativos associados aos museus tradicionais e que em nada beneficiam as comunidades.

Tal como refere Maria Célia Santos,

“a museologia não está relacionada somente com as acções que estão sendo desenvolvidas nos espaços fechados, dos museus tradicionais (...) mais do que preservar de forma distante e saudosista, devemos é nos apropriar do nosso património, contribuir para que a identidade seja vivida, na pluralidade e na ruptura, encarar de frente o facto de que o colectar, o conservar, o restaurar, o documentar e o expor, na maioria das vezes, estão-se tornando a nossa finalidade última.” (M. C. Santos, 1996, p. 57)

As actividades e exposições destes novos museus deverão ser o reflexo do trabalho e esforço dos próprios membros da comunidade procurando que o seu envolvimento permita fornecer os meios de se reconhecerem, exprimirem e reverem neste museu que é seu.

Será um museu de pedagogia viva e educação permanente, onde os museólogos desempenham um papel vital.

Neste modelo de museu, o museólogo e a sua equipa desempenham, um papel de grande relevo *“como actores de desenvolvimento local e militantes da acção comunitária”* (Varine, 1996, p.12) reconhecendo-se que:

“na perspectiva do desenvolvimento integral da população a primeira obrigação do museu e da equipa museal é detectar as carências do meio e responder-lhes de modo correcto e eficaz (...) na detecção e resposta a esses problemas têm um papel fundamental os técnicos (museólogos, investigadores, animadores, agentes de desenvolvimento...) cuja acção se desenrola em ligação com os restantes elementos que integram o projecto e tem de ser sempre orientado para a resolução dos interesses da população. Nesse sentido, o museu é um centro de formação de criadores.” (Cordovil, 1993, p.16)

Estes museus têm, deste modo, muito pouco que ver com os ditos museus tradicionais, revelando outras preocupações de âmbito social, envolvendo toda uma comunidade, servindo como:

“(...) instrumento de intervenção capaz de mobilizar vontades e esforços para a resolução de problemas comuns, no seio das comunidades humanas onde se encontra. Os espaços e as colecções passam a plano «secundário» e a «pessoa», singular e/ou colectiva, assume o papel primordial no processo museológico.” (Cordovil, 1993, p.16)

O museu contemporâneo deverá centrar a sua actividade baseada nos princípios da liberdade e descentralidade e na pluralidade (entenda-se a diversidade no tempo e no espaço). Pressupõe que a comunidade desempenhará um papel central na acção museal, assumindo-se como um local privilegiado para a produção e comunicação dos conhecimentos sendo *“um agente de desenvolvimento através de um trabalho criador e de sentido libertador feito pela população (em que se integra a equipa museal), para a população.”* (Cordovil, 1993, p.16)

Porém, o facto de estas novas funções dos museus terem surgido, não invalida que as estruturas museológicas já existentes não continuem a servir o propósito para que foram concebidas. Basta para tal, adaptarem a sua filosofia para as novas correntes de pensamento museológico, aplicando as novas funções concordantes com as exigências de uma sociedade contemporânea, embora reconheçamos que nalguns casos possa ser difícil.

Segundo Hugues de Varine (1996, p.12), à luz dos pressupostos da museologia contemporânea, o museu poderá assumir de entre três formas específicas de funcionamento: o **“museu-espectáculo”**, **“museu-colecção”** e **“museu-comunitário”**.

Ainda de acordo com o pensamento de Varine, o *museu-espectáculo* será um espaço cada vez mais dispendioso, mais visitado e procurado, vocacionado para os turistas e grupos escolares muito voltado para a sociedade de consumo, verdadeiros *“supermercados da cultura oficial”* impessoais e estandardizados. Estes espaços, recorrendo cada vez mais às novas tecnologias, assumirão uma apresentação cada vez mais mediática e espectacular tendo em vista impressionar o visitante. Há uma tendência para a proliferação deste tipo de instituições.

O *museu-colecção* será um espaço vocacionado para peritos ou públicos em áreas muito específicas e de alguma especialização atraindo o que Varine denomina de “públicos inteligentes”. Nestes museus, a colecção será a maior preocupação havendo até alguma exclusividade temática dado haver alguma pormenorização temática da instituição.

O *museu-comunitário* será o que o autor denomina como um *“museu de vocação global ou integral”*. Será, como observámos, um espaço vivo, onde a preocupação principal são as populações e as suas necessidades.

De certa forma, Pierre Mayrand⁵² corrobora esta ideia afirmando que dentro da renovação da museologia, os museus foram integrados em três grupos ou categorias distintas:

- os **museus industrializados**, voltados para a espectacularização do museu, com grandes exposições, venda de serviços, detentores de objectivos políticos, económicos e mentalidades empresariais e competitivas (onde se incluem por exemplo museus como o Gugenheim). Este tipo de museu aposta nas novas tecnologias com a pretensão de “deslumbrar” o visitante com exposições espectaculares. Muitas vezes nem possuem colecções próprias, limitando-se a receber exposições de outros museus, como é o caso do Museu de Serralves.
- os **museus intermédios**, muito proliferados, como os museus municipais, estando mais próximos da pureza técnica da museologia, detentores de uma forte consciência museológica;
- Os **museus sociais**, completamente voltados para a comunidade e para o seu desenvolvimento, afinal, tudo o que representa a nova museologia.

Os novos museus são espaços cada vez mais específicos, desenvolvendo outras actividades paralelas como debates públicos, exposições temporárias, acções de sensibilização junto das comunidades e ainda auferindo de receitas próprias recorrendo ao aluguer de espaços próprios como os auditórios para congressos e reuniões, ou ainda a venda de serviços.

Surge, assim, um novo cenário museal em que brotam novas tipologias de patrimónios e novas tipologias de museus descentralizados, próximos dos cidadãos e nos quais se abre caminho para a socialização dos bens culturais. Estes museus, denominados por **ecomuseus**, **museus de ar livre**, **economuseus**, e **exomuseus**⁵³, assumem uma função educativa e formativa do cidadão verdadeiramente revolucionária na perspectiva da instituição museológica baseando-se nos princípios da liberdade e descentralidade, no pluralismo e comunicação.

⁵² Mayrand, Pierre. (2006/2007). Material didáctico *In* Seminário do Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT.

⁵³ Para informação mais pormenorizada acerca das novas tipologias de museus, consultar textos de leitura complementar em Apêndice VII.

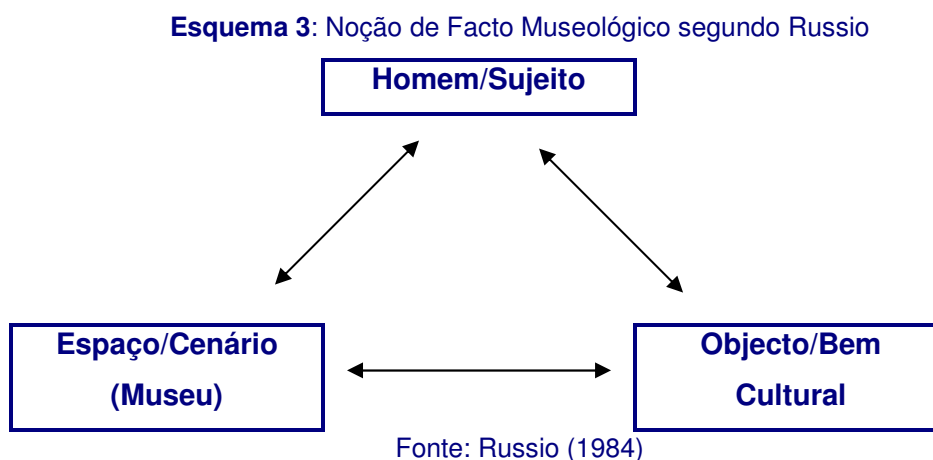
2.1.3. O objecto, o facto museológico e o olhar museológico

Na perspectiva tradicional dos objectos museológicos, uma peça de museu adquire importância enquanto tal quando lhe é atribuído valor cultural, estético, histórico ou outro e deixa de estar integrado no seu contexto original, perdendo a sua ligação com as pessoas, assumindo um lugar de objecto integrante no acervo de um museu. Tal situação acontece porque ao objecto é atribuído um valor simbólico, um “*signo da cultura*”, como nos refere Rosana Nascimento, “*porque foram usados por mitos e heróis da nossa história, perdidos no passado, guardados em vitrines para serem contemplados*”. (Nascimento, 1994, p.9).

Se o objecto for tido em conta apenas por esta simbologia, ou signo (preferimos chamar-lhe significado) que lhe é atribuído, exposto apenas para a sua contemplação, então estaremos perante uma atitude minimalista do potencial de informação que o mesmo objecto poderá transmitir, seja no âmbito de ideias ou conceitos que os mesmos podem veicular.

Porém, se, ao invés, for possível estabelecer uma relação directa entre o ser humano (enquanto sujeito que conhece), o objecto (enquanto bem cultural que integra uma realidade do qual o ser humano é uma parte intrínseca) e um espaço (museu enquanto lugar privilegiado de reflexão e diálogo), estar-se-á perante um **facto museológico** pois, segundo Bellaigine, citado por Rosana Nascimento (1994, p.10), o facto museológico “*é o elemento da realidade que emite informação ou permite a comunicação entre as pessoas e entre o presente e o passado*”.

Poder-se-á estabelecer o seguinte diagrama de W. Russio para exemplificar esta noção:



Ainda a corroborar esta ideia encontram-se as referências de Mário Chagas, afirmando que segundo Russo, Gregorova e outros, a museologia é uma ciência em construção, que estuda o *facto museológico* o qual provém da

“(...) relação profunda entre o homem/sujeito e o objecto/bem cultural num espaço/cenário denominado museu, tudo isso participando da mesma realidade em transformação (...) O processo de atribuição de sentidos está vinculado também à atribuição de valores. Isso faz compreender que os objectos/signos não têm valor em si, e sim valor culturalmente atribuído.”
(Chagas, 1994, p.58)

Resumindo, entende-se que o *facto museológico* deverá ser encarado como o aspecto central do estudo da museologia e este provém não directamente do objecto museológico, mas sim da relação que este tem com o homem, permitindo a existência de uma comunicação entre as pessoas, o passado e o presente. Isto fará do *facto museológico* um símbolo que representará uma determinada manifestação cultural, facultando a mais variada informação ao ser humano.

Ao mesmo tempo, a museologia é entendida por Georges H. Rivière como uma

“(...) ciência aplicada, a ciência do museu. Estuda a história e a função da sociedade, as formas específicas de investigação e conservação física, de apresentação, animação e difusão, de organização e funcionamento, a arquitectura nova ou musealizada, os tempos ou lugares admitidos ou seleccionados, a tipologia e deontologia.” (Rivière, 1989, p.5)

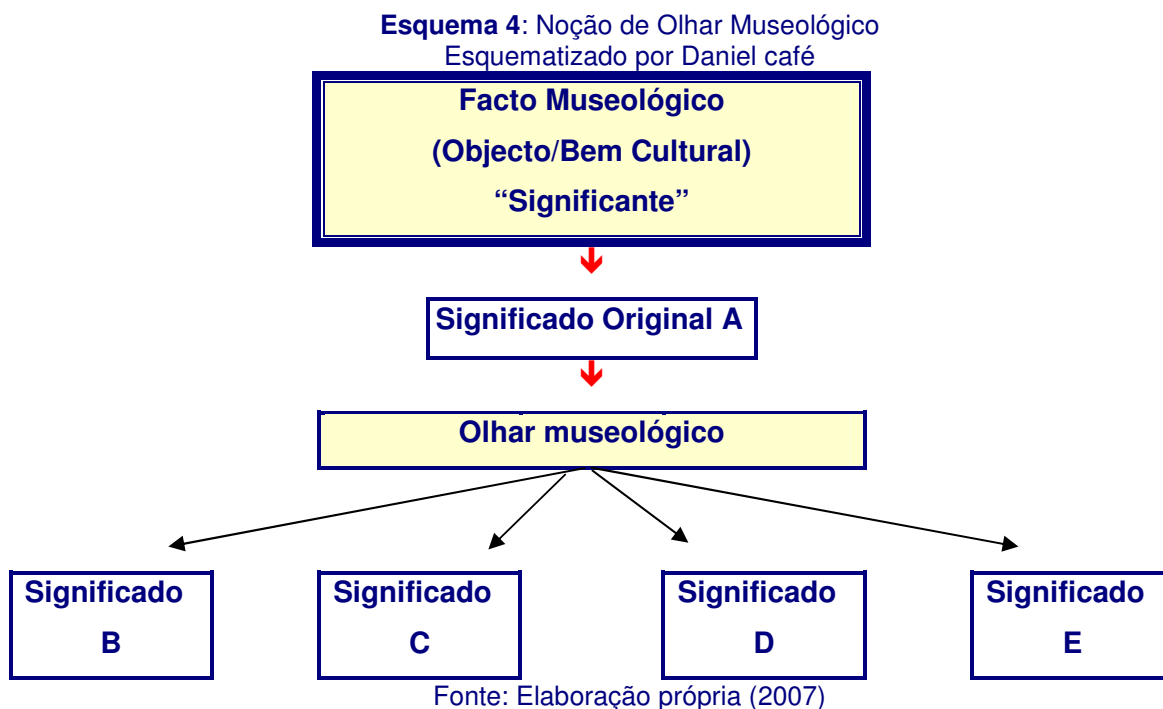
A preservação destes factos museológicos tem claramente um carácter selectivo e é seguramente resultado de um acto de vontade. Como refere Mário Chagas, *“potencialmente, tudo é musealizável”*, mas isso não significa que tudo tenha que ser musealizado. Nem será lógico nem de todo conveniente guardar tudo, há que se proceder a uma selecção. O mesmo autor refere que:

“A musealização é uma cristalização do olhar museológico e implica no estabelecimento de um determinado recorte dentro do universo do museável. (...) potencialmente tudo é museável (...) mas, em verdade, apenas determinado recorte da realidade será musealizado. (...) A musealização é sempre resultado de um acto de vontade (...) é uma construção voluntária, de carácter selectivo e político, vinculada a um esquema de atribuição de valores: culturais, ideológicos, religiosos, económicos, etc.” (Chagas, 1994, p.37).

Dir-se-ia que o *olhar museológico* é um modo de olhar o mundo através de um “filtro museológico imaginário”. Será um olhar capaz de estabelecer signos, procurando outros sentidos para além dos evidentes, estabelecendo relações entre as funções iniciais

do objecto ou do bem cultural e outras possíveis representações. Em termos linguísticos, diríamos que atribui vários significados ao significante.

Após alguma reflexão sobre esta matéria, propomos o seguinte esquema exemplificativo desta noção:



No pensamento de Mário Chagas, trata-se de uma atitude crítica, um olhar questionador que sem eliminar definitivamente a função inicial do objecto tangível ou intangível, do bem cultural ou natural, irá acrescentar-lhe novas funções, novos sentidos, transformando-o em representações, ou se quisermos, em *documentos* ou *suportes de informação* capazes de conferir aos mais diferentes espaços e/ou cenários o potencial para a constituição de museus. “O olhar museológico revela que a casa, a rua, a praia, a montanha, a floresta e a praça pública, com área verde e brinquedos infantis, são museus não institucionalizados (...)”. O olhar museológico “depende mais de um estado de consciência do que do sentido da visão.” (Chagas, 1994, p.75-77).

Pode-se considerar que o olhar museológico não é intencional, mas o processo museológico, esse sim, é intencional e parte daquilo que o olhar museológico é capaz de discernir.

A partir do momento que se decide que determinado objecto irá representar algo que se pretende transmitir, estar-se-á a entrar no processo a que Mário Chagas denomina como processo de musealização e assim,

“(...) nesta ordem de ideias, pode-se estabelecer que a musealização – de curta ou de longa duração – é uma construção voluntária, de carácter selectivo e político, vinculada a um esquema de atribuição de valores: culturais, ideológicos, religiosos económicos, etc.” (Chagas, 1994, p.57).

A musealização será sempre um *“sistema de recuperação de informações capaz de transformar as colecções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento”* (Nascimento, 1994, p.36).

Porém, estas fontes de pesquisa e instrumentos de transmissão de conhecimentos têm que ter um tratamento cuidadoso por se tratar de uma selecção política e voluntária, passível de múltiplas leituras. A história veiculada pelo museu e pelos factos museológicos não poderá ser entendida como inquestionável. Não será, nem deverá querer assumir-se como a verdade absoluta, mas sim, uma possível leitura constituída a partir de uma leitura feita por alguém num determinado momento.

Como esclarece M. L. Horta, citado por Mário Chagas,

“(...) os objectos não falam por si, mas na verdade falam por nós, por cada um de nós que os usamos e percebemos, de diferentes maneiras (...) esse processo é impossível de ser controlado, mas pode ser ao menos reconhecido e aproveitado como um factor de enriquecimento da experiência museal. O reconhecimento desta ‘produtividade’ do signo, e de suas infinitas possibilidades, pode ser um instrumento de enriquecimento do ‘mobiliário mental’ dos usuários do museu, dos leitores dos nossos discursos, e as consequências deste instrumento no processo fundamentalmente educativo da comunicação museológica podem ser melhor avaliadas e compreendidas.” (Chagas, 1994, p.63)

Em jeito de conclusão deste tema, refira-se que o bem cultural, ou o facto museológico, está vinculado à experiência de vida do ser humano e por isso, é detentor de uma carga informativa valiosa que deverá transpor para o conhecimento público a complexidade das relações e relacionamentos em que esse objecto esteve envolto, evitando uma simples apresentação linear de um objecto esvaziado de conteúdo, isto porque hoje o museu não é entendido como um espaço que musealiza objectos exóticos e belos como antigamente. Musealizar é sobretudo preservar aquilo que é considerado importante pelas pessoas e para as pessoas.

O facto museológico deve ser entendido como:

“um meio que, através da pesquisa, se chega ao processo de produção de conhecimento, tendo como vector a produção cultural do homem, que não é dissociado da rede de relações sociais, políticas e económicas, na qual foi produzindo, tendo um significado de uso, função e movimento no passado e no presente.

Ou seja, (...) deve buscar através da pesquisa a historicidade da produção cultural do homem, com seus sistemas de valores, símbolos e

significados, as teias de relações estabelecidas entre os homens que criam e recriam objectos no decurso da sua realização histórica.

Se o objecto museal é a produção prática da relação homem-natureza, na medida em que na relação homem-homem vão temporalizando os espaços e fazendo história, este objecto museal não pode ser entendido na sua relação em si, mas na sua relação com os homens e o seu mundo.” (Nascimento, 1994, p.39).

Preservar os objectos do passado numa perspectiva descontextualizada significa um acto nulo, sem consequência. Mas, preservar os objectos do passado como instrumento de cidadania, motivará a transformação da sociedade que analisa, recria e constrói a partir de uma referência que é o facto museológico.⁵⁴

2.3. Os museus e a educação

2.3.1. O papel educativo

Ao assumir-se como uma instituição ao serviço das populações, o museu deve exercer um papel educativo e formativo dir-se-ia, pedagógico, dessas mesmas massas.

Camilo Vasconcelos, citado por Judite Primo, refere que

“(...) o processo educativo museológico deve contribuir para despertar nos indivíduos uma conceituação de cidadania mais ampla que inclua o alargamento do conceito de democracia, de transformação social e, especialmente, do acesso do indivíduo à cultura e o inalienável direito à memória.” (Primo, 2001, p.15)

Reportando-nos ainda ao pensamento de Judite Primo, do qual comungamos totalmente, proporcionar-se-á, deste modo, ao cidadão uma percepção mais abrangente de cidadania que, ao relacionar as referências patrimoniais presentes no museu (a memória) com toda a sua própria realidade (o quotidiano), poderá agir conscientemente e activamente na construção do seu próprio futuro, até porque, como refere Maria de Lurdes Horta, citada por Judite Primo, os serviços educativos dos museus *“possibilitam ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio cultural e da trajectória histórico-temporal em que está inserido.”* (Primo, 2001, p.17)

Por este motivo, a relação Museu/educação é indissociável, pois, como já se referiu, com o museu não se pretende apenas o armazenamento de objectos do passado para simples contemplação nostálgica. Pretende-se antes a formação de cidadãos conscientes que, através da memória do passado, obtenham um melhor entendimento do

⁵⁴ Mais adiante será focada a questão da contextualização do objecto museológico.

presente, da sua identidade, modificando a sua realidade, contribuindo para um efectivo exercício de cidadania.

Os documentos que, ao longo de toda a segunda metade do Século XX, se foram dedicando a este assunto, apontam de forma bastante distinta e incisiva para este facto, sendo que apenas nesta altura é que a acção cultural e educativa nos museus adquire maior expressão. Sinal disso foi a implementação dos serviços educativos nos museus com a finalidade de “descodificar” as mensagens que se pretendiam transmitir nas exposições, funcionando como aquilo que preferimos pensar como um “guia interpretativo” das exposições.

À luz destes documentos e da evolução que foi tida no museu durante toda a segunda metade do Século XX, o museu é hoje assumido enquanto um espaço reconhecidamente privilegiado no campo da educação não formal, pois é onde “*a experiência vivenciada oferece novas formas de percepção do mundo e oportunidades de reflexão e aquisição de conhecimento de acordo com o interesse de cada indivíduo enquanto utilizador do museu*” (Primo, 2001, p.15) mas presta igualmente um contributo precioso no campo da educação formal (interacção com as escolas) ao colocar à disposição da comunidade escolar todo um conjunto de dados fruto das suas pesquisas.

É um espaço onde o museólogo comunicador assumirá em simultâneo um papel de educador, utilizando para esse fim o património que se propõe retratar numa perspectiva de educação para a cidadania e para os valores sociais minimizando as diferenças sociais que infelizmente se verificam, numa atitude transformadora da sociedade.

A ligação museu-escola é, sem dúvida, um aspecto incontornável num museu. José Manuel Brandão (1996) oferece uma perspectiva bastante interessante sobre a **Acção Cultural e Educação em Museus**, onde estabelece comparações entre a acção pedagógica nos museus e nas escolas.

Estabelece paralelismos entre os objectivos educacionais elaborados para conteúdos escolares especificamente para as escolas e os objectivos formulados no planeamento de exposições e reconhece que existem diferenças consideráveis no processo ensino-aprendizagem nos museus e especifica que as mais importantes diferenças têm que ver com o **tempo**, o **lugar**, os **objectos** e os **públicos**.

No caso do **tempo**, é óbvio que as limitações formais dos horários dos tempos lectivos são rígidos e condicionam totalmente a mensagem que se pretende transmitir, enquanto que nos museus, não haverá, à partida, um tempo limite para absorver o conteúdo das exposições que são apresentadas.

Relativamente ao **espaço**, trata-se de um espaço aberto de livre circulação, onde o público não tem grandes limitações, contrariamente à escola onde existem regras a cumprir, talvez mais rígidas.

Os **objectos** são, obviamente, um dos grandes atractivos dos museus, onde os “objectos reais” possibilitam níveis de relacionamento com o público através de “*discursos apoiados em linguagens não verbais*”, contrariamente ao que sucede numa escola.

Também quanto ao **público**, as escolas têm esse público bem definido por escalões etários, enquanto no museu, os públicos são diversificados e heterogéneos.

De igual modo, outra grande diferença é o método do discurso empregado na escola e no museu. Enquanto no primeiro caso, o **discurso verbal** é aquele que se revela mais usual, no museu, emprega-se um discurso baseado nos objectos reais do acervo, apoiados por outros suportes, por ventura mais atractivos como são os meios audiovisuais, maquetas, sons, entre outros, apresentando deste modo um **discurso não verbal**.

O sistema de comunicação é, por isto, mais complexo num museu, onde o sistema tradicional “*emissor – meio de emissão – receptor*” de uma escola tem tendência a esvanecer.

Pode-se, pelo acima exposto, considerar que o museu recorre a uma linguagem não verbal, assente em exposições de objectos e assuntos observáveis fazendo, deste modo, que a aprendizagem realizada seja oriunda de um sistema informal, ao contrário do sistema formal da escola.

O mesmo autor refere que o museu deve ser o complemento do trabalho realizado dentro da sala de aula (embora muitas vezes não é o que se verifica), devendo ser por isso, utilizado como um centro de recurso. E se assim for,

“o museu poderia então surgir não apenas como um lugar de recolha de informação, como também um lugar de formulação de questões, que seriam posteriormente trabalhadas, quer na escola, quer no próprio museu, nas galerias ou nos workshops organizados pelos serviços educativos” (Brandão, 1996, p.72)

Pode-se então questionar: Será que o museu dos nossos dias educa?

Luís Oliveira Henriques (1996), em ***A Comunicação na Escola e no Museu*** realiza um estudo entre a transformação do sistema de ensino e os museus, reconhecendo que se trata de um percurso com muitas semelhanças. Tanto a Escola como o Museu tem sofrido grandes modificações num caminho de aproximação do seu público-alvo, numa abertura para as pessoas e não através de um distanciamento que qualquer destas instituições impunha através de um discurso fechado e autoritário.

Contudo, o autor refere que:

“A escola, de uma ou de outra forma educa. E o museu? A resposta a esta questão dependerá do que consideramos “educação”. Se for concebida como uma série de actividades que procuram a formação cívica e pessoal dos cidadãos activos e intervenientes, a resposta será, para a maioria dos museus, negativa. É que educar pressupõe comunicação: ouvir e ser ouvido, num processo participado de enriquecimento mútuo. Parece-nos, inclusivamente, que a sobrevivência de conceitos como “emissor” ou “receptor”, indicam a manutenção de um discurso autoritário e imposto, seja na escola, seja no museu.” (Henriques, 1996, p.97)

Maria Célia Santos, citada pelo autor atrás referido, comenta que *“do ponto de vista metodológico, observamos que as práticas pedagógicas inadequadas, utilizadas pela escola (...) têm sido reproduzidas pelos museus (...)”*.(Henriques, 1996, p.98)

Torna-se, assim, mais que evidente que as práticas museológicas devem ser pensadas nos pressupostos de uma nova museologia, voltada para a problematização de questões, para o despertar de interesses e não apenas à informação ou tampouco à comunicação, sob pena de não serem atingidos os objectivos a que o museu se propõe.

Ao analisar esta problemática, o referido autor apresenta o seguinte raciocínio e que se sintetiza com o seguinte quadro:

Quadro 4: Tipologia de instituições e respectivas funções

Tipo de instituição e a função que exerce:		
Escola Tradicional – Museu Tradicional	→	Informa
Escola em Renovação – Museu Fórum	→	Comunica
Nova Escola – Novo Museu	→	Problematiza

Fonte: Luís Oliveira Henriques, 1996 (Esquemático por Daniel Café, 2007)

A acção educativa não deverá ser limitada às faixas etárias infanto-juvenis. Deverá ter em apreço todas as idades e todos os extractos sociais numa atitude inclusiva de toda a sociedade e não apenas pelo público escolar, pois a análise do seu património cultural e o exercício pleno e consciente da cidadania é:

“a ampliação do sentido de comunidade, a percepção do valor e do significado das experiências e vivências partilhadas, a consciência da participação de cada indivíduo no processo cultural e político de sua colectividade, o domínio dos códigos sociais vigentes, o diálogo com base em uma linguagem comum compreendida por todos, a responsabilidade por uma herança que é privilégio de todos.” (Primo, 2001, p.17)

Caberá ao museólogo providenciar as ferramentas necessárias para que os utilizadores do museu possam utilizar as referências patrimoniais do seu passado,

confrontando essas realidades com as suas próprias realidades do quotidiano numa perspectiva de formar melhores cidadãos para o futuro, assumido, para esse fim, o *facto museológico* (já aqui referido), como agente activo de uma acção educativa, transformando o *bem cultural em bem social*, como refere Mário Chagas. Todo este processo será feito através do projecto educativo do museu.

2.3.2. O projecto educativo do museu

Segundo Maria Célia Santos⁵⁵, o projecto educativo do museu deve basear-se no projecto museológico, deixando claro quais os pressupostos de educação e de museologia se está a trabalhar. A mesma autora propõe que a estrutura do projecto se inicie fazendo uma primeira apresentação, após a qual haverá uma caracterização do museu e do sector de acção cultural e educativa, fazendo referência a um marco referencial com princípios norteadores. Deverá, ainda conter um diagnóstico, bem como directrizes para o desenvolvimento dos projectos e estratégias para a operacionalização das acções, não devendo faltar as necessárias recomendações para a sua operacionalização e a respectiva bibliografia.

Realizado o projecto museológico, cada sector irá pensar no seu plano de acção baseado nesse mesmo projecto global.

O projecto educativo deve procurar uma acção participativa que envolva os técnicos do museu, professores e outros elementos da comunidade envolvidos na programação do museu, numa constante apreciação e avaliação. Isto porque a responsabilidade educativa no museu tem que ser visto na perspectiva do museu como um todo e não atribui essa função apenas aos serviços educativos.

Poderá perguntar-se a todo o momento: o que é que determinada acção trouxe para o nosso conhecimento sobre a comunidade, a museologia ou o museu? Há que parar para reflectir sobre estes aspectos para melhor entendimento dos diversos papeis dos intervenientes que atrás se referiram em todo este processo.

O projecto educativo deverá constituir-se como as fundações para o desenvolvimento dos restantes projectos elaborados em conjunto com a comunidade e as escolas.

⁵⁵ Santos, Maria Célia. (2006/2007). Material didáctico *In* Seminário de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT.

2.4. A salvaguarda do património:

Ao identificar o diverso património ao qual se atribui um valor cultural já mencionado, qual o procedimento que se deverá ter com ele? Obviamente accionar o dever de salvaguarda do mesmo. Devemos, para isso, ter subjacente ao tratamento deste património três planos distintos de abordagem: em *primeiro* lugar, a **salvaguarda** do património para em *segundo* lugar o **estudar e investigar** e para em *terceiro* lugar fazer a sua **divulgação**.

No campo da **salvaguarda** do património, destacam-se as acções de identificação, inventariação⁵⁶, valorização, classificação⁵⁷, conservação e reabilitação, reutilização e destruição.

O campo de **estudo e investigação** é o plano que transforma os chamados *vestígios patrimoniais* em *matéria de conhecimento*. Trata-se de explicar, interpretar e conhecer uma determinada realidade histórica através do estudo objectivo dos vestígios físicos e materiais. Nesta matéria, o trabalho de campo permite haver um maior contacto com a realidade e maior riqueza de dados, assim como compensar a ausência de informação documental sobre o património em causa recorrendo, por exemplo, à memória local através de entrevistas, inquéritos, entre outros. Permite ainda uma análise mais global dos aspectos geográficos, ecológicos e sociais.

No campo da **divulgação**, temos a transmissão dos resultados obtidos em duas áreas distintas. A primeira, na *área do conhecimento*, pois permite modificar as ideias correntes em relação ao património, à história ou à cultura. Permite, ainda, o acesso à cultura e estabelece relações entre a história, a cultura ou a ciência, por exemplo. A segunda, na *área da comunicação* através do recurso a meios gráficos como livros, folhetos e revistas, meios audiovisuais, visitas guiadas ou catálogos.

Todo este procedimento é estritamente necessário para a salvaguarda do nosso património. Não obstante, é, como foi referido anteriormente, ao Estado⁵⁸ que cabe a tarefa de produzir legislação e definir linhas orientadoras para a protecção e salvaguarda do património⁵⁹. Porém outras instituições há que têm obrigações ao nível da sua protecção e salvaguarda. Será esse o assunto a abordar de seguida.

⁵⁶ Aqui não será apenas uma simples listagem, mas sobretudo, e também, o estudo sobre o património. Mais adiante será abordado este assunto em maior profundidade.

⁵⁷ Esta acção não é por si só uma medida de preservação, pois muitos casos há em Portugal de solares e outros imóveis classificados em ruínas.

⁵⁸ Entidade com competência na área de definição do conceito de património, identificação desse mesmo património e criação de planos legais para a sua salvaguarda.

⁵⁹ Para tal finalidade, poderá contar com orientações e recomendações de outras instituições nacionais e internacionais que, para o efeito, têm vindo a fornecer tais linhas de orientação estratégica e conceptual, como adiante teremos oportunidade de desenvolver.

2.4.1. As autarquias e a defesa do património:

A salvaguarda do património é, como já mencionado, tarefa fundamental do Estado, mas... também de outras instituições.

Com o actual e inevitável processo de globalização mundial, assiste-se a uma tendência para a universalização da cultura. Perante esta ameaça para a identidade dos povos, torna-se premente proceder a um resgate do passado, por parte do poder local, aquele que, afinal, está mais próximo das suas populações e das suas respectivas singularidades.

Por outro lado, com a maturação do entendimento de patrimonialização e na sequência de toda a legislação produzida, e aqui já referida, percebe-se que, cada vez mais, o papel das autarquias locais se reveste de primordial importância na salvaguarda do património, exigindo para tal uma política de intervenção e acção local.

As primeiras competências das Câmaras Municipais no âmbito da salvaguarda do património artístico municipal surgem na sequência da Lei n.º 2032, de 11 de Junho de 1949 que faz menção às questões da arquitectura popular e as ligações urbanísticas e arquitectónicas com o meio envolvente. Assim, à noção de bem cultural, são acrescentados elementos de valor paisagístico e as autarquias passam, nesta altura, a dispor da possibilidade de propor classificações de imóveis como valor concelhio.

A Lei 13/85, de 6 de Julho (revogada) veio possibilitar aos municípios e às Regiões Autónomas a classificação e desclassificação de património sob a sua jurisdição. Contudo, e de acordo com Helena Marques (2004, p.11-12), veio a verificar-se que as classificações promovidas por estas entidades eram de todo eficazes uma vez que tais valores considerados “concelhios”, não eram reconhecidos ou assumidos oficialmente pelo Ministro da Cultura. Tal facto conferia uma incerteza quanto à eficácia destas medidas.

Mas é com a Lei 159/99 de 14 de Setembro, que se estabelece um quadro mais vasto e completo de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais. O Artigo 20º desse diploma refere que:

- “1. É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos nos seguintes domínios:*
 - a) Centros de cultura, centros de ciência, bibliotecas, teatros e museus municipais;*
 - b) Património cultural, paisagístico e urbanístico do município.*
- 2. É igualmente da competência dos órgãos municipais:*
 - a) Propor a classificação de imóveis, conjuntos ou sítios nos termos legais;*

- b) *Proceder à classificação de imóveis, conjuntos ou sítios considerados de interesse municipal e assegurar a sua manutenção e recuperação;*
- c) *Participar, mediante a celebração de protocolos com entidades públicas, particulares ou cooperativas, na conservação e recuperação do património e áreas classificadas;*
- d) *Organizar e manter actualizado um inventários do património cultural, urbanístico e paisagístico existente na área do município;*
- e) *Gerir museus, edifícios e sítios classificados, nos termos a definir por lei;*
- f) *Apoiar projectos e agentes culturais não profissionais;*
- g) *Apoiar actividades culturais de interesse municipal;*
- h) *Apoiar a construção de equipamentos culturais de âmbito local.*⁶⁰

Nesta Lei, as atribuições e competências dos Municípios em matéria de património cultural assenta no princípio de cooperação entre estes e o Estado, seja ao nível da classificação, seja ao nível da preservação do património cultural. Surgia, deste modo, a noção de que haveria um auxílio ou apoio mútuo, maximizando sinergias na prossecução de interesses convergentes.

Ainda a Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro (alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro) estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos municipais e das freguesias:

*“Compete à Câmara Municipal, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal.”*⁶¹

Deverá ser esta a intenção subjacente à intervenção das entidades públicas como as autarquias locais no âmbito da salvaguarda do património, seja ele natural ou cultural. Como refere Helena Marques:

“Urge consolidar a gestão das áreas protegidas e outras classificadas, como sejam as referentes ao património cultural, devendo as medidas a implementar ter em consideração a compatibilização da sua protecção com a necessidade de potenciar o desenvolvimento sócio económico local, através, entre outras possibilidades, da sua exploração turística.” (Marques, 2004, p.1)

⁶⁰ Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; Diário da República; I Série-A; Capítulo III; Artigo 20º.

⁶¹ Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; Diário da República; I Série-A Artigo 64º, N.º 2, alínea n).

Tal finalidade apenas terá sucesso com a efectiva participação de todos os agentes envolvidos: o poder político, o poder económico, as instituições sociais e culturais e a própria comunidade.

Realizado um diagnóstico pormenorizado das potencialidades e debilidades deste processo, ponderadas a viabilidade e exequibilidade dos objectivos propostos, o património será um elemento essencial para o desenvolvimento de um território. Este aspecto voltará a ser abordado no ponto dedicado ao modelo de desenvolvimento sustentável, bem como no estudo de caso.

2.4.2. Salvaguarda patrimonial – identificação e classificação

Assistindo ao Estado o dever de salvaguarda e preservação dos bens culturais e a sua protecção, esta acção incide sobre duas categorias de bens: os imóveis, que compreendem os monumentos, conjuntos ou sítios, e os móveis que compreendem o património arqueológico, arquivístico, audiovisual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico).

A protecção destes suportes físicos de valores culturais é, sobretudo, constituída por regras de protecção que se dividem em duas vertentes específicas: a **Classificação** e a **Inventariação**.⁶² Estas medidas visam assegurar a conservação de tais bens culturais evitando a sua destruição e degradação.

Em primeiro lugar, a **classificação** é um acto administrativo de reconhecimento do “inestimável valor cultural” de um determinado bem, dividindo-se em três os **níveis de classificação** para a sua protecção legal: a classificação de **interesse nacional**; a classificação de **interesse público** e, por fim, a classificação de **interesse municipal**.

No primeiro caso, a classificação de interesse nacional realiza-se através de Decreto do governo que reconhece determinado bem como de interesse nacional, classificando-o como tal.

No segundo caso, a classificação de interesse público é feita por portaria do Ministro da Cultura ou do Secretário de Estado da Cultura, sempre e em qualquer dos casos, em nome do governo.⁶³

Por fim, a classificação de um bem de interesse municipal é um acto praticado pela Câmara Municipal e aprovado pela Assembleia Municipal. Neste caso, terá que haver uma

⁶² De acordo com o n.º 2 do Artigo 16º da Lei 107/2001, cada uma destas formas de protecção dará lugar ao respectivo registo havendo para o efeito o registo patrimonial de classificação e o registo patrimonial de inventário.

⁶³ Cabe aqui fazer uma pequena referência de que todo este processo é um pouco subjectivo, havendo necessidade de haver um diploma legal que regulamentasse este processo, sendo que os bens de interesse público podem ser relativos.

publicação do acto no respectivo Boletim Municipal ou num dos jornais mais lidos do concelho.

A classificação de bens confere direitos e deveres aos seus proprietários, muitas vezes prejudiciais. Refira-se, a título de exemplo, que quando um imóvel classificado é adquirido por um particular ou empresa, este não adquire a sua propriedade, mas sim o direito de utilização do imóvel. Este facto levanta grandes dificuldades para a preservação desses mesmos imóveis.⁶⁴

Em segundo lugar, **a inventariação** é um acto de *“levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais com vista à sua identificação”* (Artigo 19º da Lei 107/2001, de 8 de Setembro). Este acto abrange quer os bens de propriedade pública, quer os bens de propriedade privada, sendo que todos os bens em vias de classificação ficarão a constar do inventário, independentemente do resultado do procedimento, conforme o estipulado na referida Lei.

Para qualquer destes casos, a mesma lei estipula no seu Artigo 17º os seguintes critérios para a aplicação destas medidas de salvaguarda:

- a) *“O carácter matricial do bem cultural;*
- b) *O génio do respectivo criador;*
- c) *O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso;*
- d) *O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos;*
- e) *O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem;*
- f) *A concepção arquitectónica, urbanística e paisagística;*
- g) *A extensão do bem e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva;*
- h) *A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica;*
- i) *As circunstâncias susceptíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.”*⁶⁵

De acordo com Helena Marques, a Lei de Bases do Património Cultural propõe para os Municípios as seguintes competências no âmbito dos bens culturais imóveis:

- a) *Propor a classificação e desclassificação de bens culturais imóveis;*
- b) *Proceder à classificação e desclassificação de bens culturais imóveis de interesse Municipal e Local;*

⁶⁴ É de se referir que os bens móveis pertencentes a particulares apenas serão passíveis de classificação de interesse nacional quando a sua degradação ou extravio constituam uma perda irreparável para o património cultural. Os bens móveis passíveis de classificação como interesse público apenas poderão sê-lo se o bem for considerado de elevado apreço e cuja exportação do território nacional constitua grave dano para o património cultural. Os mesmos bens móveis pertencentes a particulares apenas poderão ser considerados de interesse municipal de haver consentimento dos respectivos proprietários. Vide Artigo 18º da Lei 107/2001, de 8 de Setembro.

⁶⁵ **Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei 107/2001**, de 8 de Setembro, Art.º 17º.

- c) *Comunicar obrigatoriamente aos organismos da administração central as classificações dos imóveis de interesse Municipal ou Local para a sua inclusão em bases de dados e outros regimes de inventário;*
- d) *Inscriver e identificar os imóveis classificados nos instrumentos de gestão urbanística municipal.”*

(Marques, 2004, p.13-14)

Pode concluir-se, a este respeito, que a classificação e inventariação são feitas com base em critérios de carácter geral – histórico-cultural, estético-social e técnico-científico e ainda com base em critérios de carácter complementar – integridade, autenticidade e exemplaridade do bem.

É por de mais evidente que qualquer medida de preservação e salvaguarda patrimonial passará pelas medidas atrás assinaladas.

2.5. Um modelo de desenvolvimento sustentável

2.5.1. O património ao serviço do desenvolvimento local

Tendo já dado conta das responsabilidades das autarquias locais relativamente à salvaguarda do património cultural, e ao ter em mente os pressupostos da Nova Museologia, verifica-se que, com a actuação das autarquias locais, existe um enorme potencial disponível a favor do desenvolvimento local.

As cidades e os territórios desenvolvidos são tidos muitas vezes como os lugares onde se pode ter acesso ao património histórico, cultural e artístico. É lá que se concentram os grandes museus, os monumentos mais emblemáticos e significativos da nossa nação, ignorando-se muitas vezes a existência de valores culturais no mundo rural.

Porém, e de uma forma geral, o mundo rural é detentor de todo um património cultural vivo, diversificado e dinâmico e que são afinal as suas tradições, memórias e objectos que, por vezes, não são reconhecidos como cultura. No entanto, e de acordo com as palavras de Aloísio Magalhães, citado por Maria Célia Santos,

“É a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade. Além disso, é deles e de sua reiterada presença que surgem expressões de síntese de valor criativo que constitui o objecto de arte.” (M. C. Santos, 1994, p.79)

Como já foi referido, o património necessita de ser entendido em todas as suas transversalidades. Poder-se-á, desta forma, entender toda a cultura de uma comunidade, e dos elementos que são parte integrante do seu património vivo e imaterial, afinal, a sua grande riqueza.

Como já foi amplamente referido neste estudo, há que recolher esses elementos para os estudar, valorizar e preservar para finalmente os divulgar às gerações vindouras, pois a gradual e paulatina modernização das comunidades rurais contribuirá, inevitavelmente, para o desaparecimento das tradições, dos saberes e do saber-fazer da cultura local, contribuindo para a consequente diminuição da diversidade cultural e a diluição das populações nas massas uniformizadas.

Nas palavras de Judite Primo:

“O processo de unificação da cultura tem-se generalizado e tem sido sentido tanto pelos Países que geram a globalização como por aqueles que são submetidos por essa mesma globalização. O processo de globalização é dado como sendo a chave para buscarmos entender todas as mudanças (ou pelo menos grande parte delas) que têm vindo a ocorrer no Ocidente e, como consequência dessas mudanças, é possível perceber a progressiva perda de identidades culturais, ou seja, a progressiva redução de valores que são próprios e caracterizam cada nação.” (Primo, 2001, p.13)

Num mundo onde a globalização tem trazido graves problemas na perda das identidades locais, os museus adquirem uma importância vital para a sua preservação, contribuindo em simultâneo para que essas mesmas identidades possam permitir aos cidadãos reflectirem sobre a *sua* sociedade, a *sua* identidade e os problemas quotidianos vividos por eles mesmos.

René Rivard, citado por Conceição Moreira, afirma que:

“a nova museologia (...) tem essencialmente por missão favorecer por todos os meios o desenvolvimento da cultura crítica quer no indivíduo, quer em todas as camadas da sociedade como a melhor solução contra a aculturação, a massificação e a falsa cultura (...) só através dela (a cultura crítica) as populações poderão resistir de forma consciente à tomada de poder económico e cultural por parte de agentes externos à comunidade, impondo modelos culturais e de vida inadequados.” (Moreira, 1996, p.37)

Aloísio Magalhães, citado por Judite Primo, refere que a perda de identidade cultural por parte das comunidades, sendo geradora de grande tensão nos países ocidentais, é justamente *“a face negativa do acelerado processo de integração universal, determinado pelo avanço tecnológico (...)”* (Primo, 2001, p.14)

Urge que se proceda à salvaguarda do património cultural local, levando estes objectivos mais longe, promovendo e apoiando o desenvolvimento local, procurando o

equilíbrio entre a protecção do património e esse mesmo desenvolvimento, envolvendo as comunidades implicadas numa proposta de desenvolvimento local integrado.

O património, nas suas diversas vertentes, deverá assumir um papel de promoção de um desenvolvimento sustentado, recorrendo à memória colectiva como um *recurso endógeno* a ser rentabilizado, reforçando a consciência da própria identidade que de outra forma poderia ver-se esvanecida no caso de um museu centralizado.

Tal como refere Mário Chagas,

“(...) um país não se desenvolve sem memória. A memória é apanágio dos vivos (...). A memória não é tempo congelado, guardado na cristaleira com a chave trancada por dentro (...) A memória se renova no choque do dia-a-dia. Destruí-la é desaprender a falar, desaprender a ver, ouvir e andar. O museu do nosso tempo preserva pedaços/representações dessa memória-viva nova.” (Chagas, 1994, p.81-82)

A própria noção de *museu integral*, introduzida pela Declaração de Santiago do Chile que encara a instituição museológica como um instrumento de mudança social e um instrumento para o desenvolvimento sustentável, destinada a proporcionar à comunidade local uma visão de conjunto do seu meio material e cultural, assume-se como agente de desenvolvimento local, trabalhando com uma comunidade participativa e consciente do que é o património cultural, de como ele está inserido no território e como ele é retrato da singularidade dessa mesma comunidade e das suas memórias.

A *Recomendação sobre a Diversidade Cultural* (UNESCO – 2002), que defende a diversidade cultural como património comum da humanidade, encara essa mesma diversidade cultural como motor de pluralismos e intercâmbios culturais, motor de desenvolvimento integrado e promotora de criatividade.

O Apelo de Granada no âmbito do Conselho da Europa com o tema *Arquitectura Rural no Ordenamento do Território*⁶⁶, realizado em Granada – Espanha em 1976, alerta precisamente para os saberes e os fazeres tradicionais e refere que uma conservação integrada do património, deve ter em conta a fixação humana e a sua influência nessa comunidade. A conservação não tem a ver exclusivamente com a conservação física do objecto, mas com a influência nas pessoas possibilitando haver um desenvolvimento integrado a partir do património, contribuindo para um desenvolvimento global das regiões rurais (económica, cultural, social, *inter alia*).

⁶⁶ Este foi o primeiro documento que revela uma preocupação de integração dos indivíduos no processo de conservação.

2.5.2. Os sítios geológicos e o desenvolvimento local

De acordo com Liliana Póvoa⁶⁷, os sítios geológicos podem estar no âmbito da relação património–desenvolvimento quando este é aferido por critérios de caracterização e definição do que são recursos naturais e a definição do modo de apropriação e gestão desses recursos tendo em conta as implicações ambientais e o reconhecimento da Terra como um sistema.

Os sítios musealizados são factores de desenvolvimento porque constituem elementos de atracção turística, contribuem para fixar e mobilizar populações para as regiões do interior, ajudando a animar essas localidades com o surgimento de estabelecimentos comerciais e outros e ainda contribuem para a perspectiva de desenvolvimento sustentado valorizador das características da região em que se inserem.

O que sucede frequentemente é que para muitas pessoas, a migração tem que ver com a procura de emprego. Mas para os jovens, este aspecto está aliado à imagem veiculada de que a cidade é moderna e as aldeias ou o mundo rural é antiquado e assim, há dificuldade em se identificarem com ele. Mas se houver uma noção de pertença de um património que origina animação, desenvolvimento e movimentação (e até alguns empregos), poderá tornar-se factor ou elemento de um projecto de desenvolvimento integrado, havendo, por este motivo, um pólo de desenvolvimento gerado a partir daquele património. Como já aqui foi referido várias vezes, tem que haver o envolvimento das populações e que estas se sintam parte de um processo e de todo um património que lhes pertence.

Este reconhecimento do valor do nosso património nacional, regional ou local, o orgulho da nossa identidade é algo fundamental e que deve ser desenvolvido e estimulado.

O património geológico (e outros) pode ser, deste modo, um elemento fundamental para o desenvolvimento integral de uma determinada população assente no pressuposto de que agir em simultâneo sobre as estruturas físicas, a fixação humana, a criação de emprego e articulação de actividades diversificadas contribuirá para o desenvolvimento global das regiões rurais em termos económicos, culturais e sociais.

De acordo com Francisco Alves,

“Um pouco por todo o mundo, e com maior intensidade nos países da Europa Ocidental, a procura crescente de produtos turísticos que de alguma forma exploram, de forma sustentável, os recursos naturais tem mobilizado uma multiplicidade de agentes em torno de uma potencialidade económica emergente designada de “Ecoturismo” ou “Turismo de Natureza”. Nas regiões rurais de montanha, este tipo de Turismo pode constituir um recurso de máxima importância, quer devido ao rico património natural que essas

⁶⁷ Póvoa, Liliana. (2006/2007). Material didáctico *In* seminário de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT.

regiões normalmente albergam, quer por poder contribuir, de forma substancial, para o desenvolvimento económico das populações humanas aí residentes.” (F. Alves, et al., 2006, p.157)

Neste âmbito, e de acordo com a Lei 107/2001 a qual refere que, para além do dever do Estado, *“constitui especial dever das autarquias locais promover e apoiar o conhecimento, a defesa e a valorização dos bens imateriais mais representativos das comunidades respectivas (...)*⁶⁸ *deverão as autarquias locais promover a salvaguarda do seu património tangível e intangível, colocando-os ao serviço das suas populações, enquanto simultaneamente se procede à sua salvaguarda, contribuindo desse modo para um desenvolvimento local.*

2.5.3. O património ao serviço do turismo

O património, sendo um *recurso endógeno*, poderá ser considerado como um “produto” exclusivo dos portugueses, e mais concretamente das comunidades rurais e locais. Pode, por isso, ser encarado como um produto competitivo pela sua exclusividade. As autarquias locais, ao preservarem tanto o seu património tangível como intangível, estão a contribuir com produtos que, postos ao serviço do turismo, constituem desta forma um dos factores de desenvolvimento local.

Nas palavras de José Sousa e Silva, Subdirector Geral da Direcção-Geral do Turismo,

“(...) o turismo é reconhecido como um meio susceptível de valorização do património natural e cultural, de correcção de assimetrias e de melhoria da qualidade de vida dos residentes. Face a esta relevância, importa potenciá-lo e desenvolvê-lo de um modo racional e equilibrado, de forma a que possa assumir-se claramente como um sector gerador de infra-estruturas, de equipamentos e de actividades, proporcionando uma verdadeira cadeia de riqueza com repercussões directas nas economias regionais. (...) Os recursos naturais e culturais constituem a base ambiental de sustentação das actividades turísticas, actuando como o factor motivador dominante da procura e do desenvolvimento turístico.” (J. S. Silva, sem data, p.18-19)

O referido autor afirma ainda que o *“turismo sustentável é um conceito que se prende com o legado de valores histórico-culturais e ecológicos da geração presente deixado para as gerações futuras e, conseqüentemente, para as actividades turísticas futuras.”* (J. S. Silva, s/data, p.18-19).

⁶⁸ **Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001**; de 8 de Setembro; Diário da República; I Série-A, Artigo 92, n.º 2.

Esta noção de turismo sustentável resulta da conciliação entre o desenvolvimento do turismo, e seus respectivos objectivos económicos, com a manutenção dos recursos que estão na base da sua existência. Estes recursos serão necessariamente as riquezas naturais, culturais, as características sociais e, por vezes, as características comunitárias de uma determinada região e que constituem, por si, o potencial territorial de que o desenvolvimento turístico necessita.⁶⁹

O turismo cria, por isso, naturalmente, alguns benefícios económicos se bem planeado. Contudo, outro aspecto tão relevante quanto este é o facto do turismo poder contribuir para o aumento do orgulho pessoal e comunitário da identidade cultural. Trata-se de discernir particularidades ou especificidades do território para valorizar a identidade sócio-cultural de uma comunidade.

O turismo cultural proporciona, deste modo, aos cidadãos uma tomada de consciência da necessidade de salvaguarda desse património que é seu, é vivo e permanente e por isso se lhe reconhece um valor intrínseco. Se o cidadão tiver esta consciência do valor do seu património, zelará pela sua salvaguarda porque, como diz o ditado popular, só se gosta daquilo que se conhece.

Políticas acertadas de promoção e desenvolvimento turístico das regiões, podem também ser outra das formas de divulgação, perpetuação e desenvolvimento das Tecnologias Artesanais. O turismo é primeiro que tudo, um excelente veículo de transmissão e divulgação cultural. O imenso fluxo de visitantes contribui para o estreitar de relações entre o tradicional e o actual. Adequados planos de intervenção cultural, ajustados às realidades de cada região, podem funcionar como fortes factores contra a descaracterização identitária das comunidades.

A formação cultural é um processo em construção permanente. Deste modo, o intercâmbio entre visitantes e população local mostra-se benéfico para este processo de construção cultural, processo que possibilita que se dê, mas também que se receba simultaneamente. Os museus são, deste modo, ferramentas para a educação multicultural.

⁶⁹ Para mais informação acerca de turismo, património, ambiente e sustentabilidade, *vide* textos complementares em Apêndice VIII.

3. Caracterização do território, história, património e identidade de Alcanena:

3.1. Enquadramento geográfico do concelho:

3.1.1. Enquadramento territorial

O concelho de Alcanena integra a região do Ribatejo (Norte), no centro de Portugal. Englobando-se administrativamente no Distrito de Santarém, localiza-se no extremo noroeste deste distrito (*vide* Figura 1). Alcanena insere-se na área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), integrando a NUT III Médio Tejo⁷⁰, estando ainda inserido na Comunidade Urbana do Médio Tejo⁷¹, fazendo ainda parte da Região de Turismo do Ribatejo.

O município em estudo confronta com o concelho de Torres Novas (a Este), Santarém (a Sul e Sudoeste), Porto de Mós e Batalha (a Noroeste) e Ourém (a Nordeste). Distando a cerca de 30km de Santarém, 62km da Nazaré, 40km da Batalha, 50km de Alcobça, 42km de Tomar, 20km de Fátima, 50km de Leiria e 105km de Lisboa, considera-se que Alcanena possui uma localização estratégica no âmbito do território nacional.

Em matéria de contextualização rodoviária nacional, as acessibilidades de Alcanena detêm, igualmente, uma localização estrategicamente privilegiada no contexto territorial de Portugal (*vide* Figura 2), pois Alcanena é servida pela confluência da A23⁷² com a A1⁷³, sendo indubitavelmente, dois dos eixos rodoviários mais importantes do concelho.

Estes dois troços rodoviários são as ligações regionais chave no ordenamento e acessibilidades do concelho (Plano Director Municipal: 1994)⁷⁴. O sistema de acessibilidades que serve Alcanena permitiu, no passado e no presente, que o município se expandisse e se desenvolvesse continuamente sendo, sem dúvida, uma mais valia ao serviço de toda a realidade concelhia.⁷⁵

⁷⁰ O Médio Tejo para além de incluir o Concelho de Alcanena, inclui também os concelhos de Abrantes, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Vila Nova de Ourém.

⁷¹ A Comunidade Urbana do Médio Tejo inclui para além do Concelho de Alcanena: Abrantes, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha.

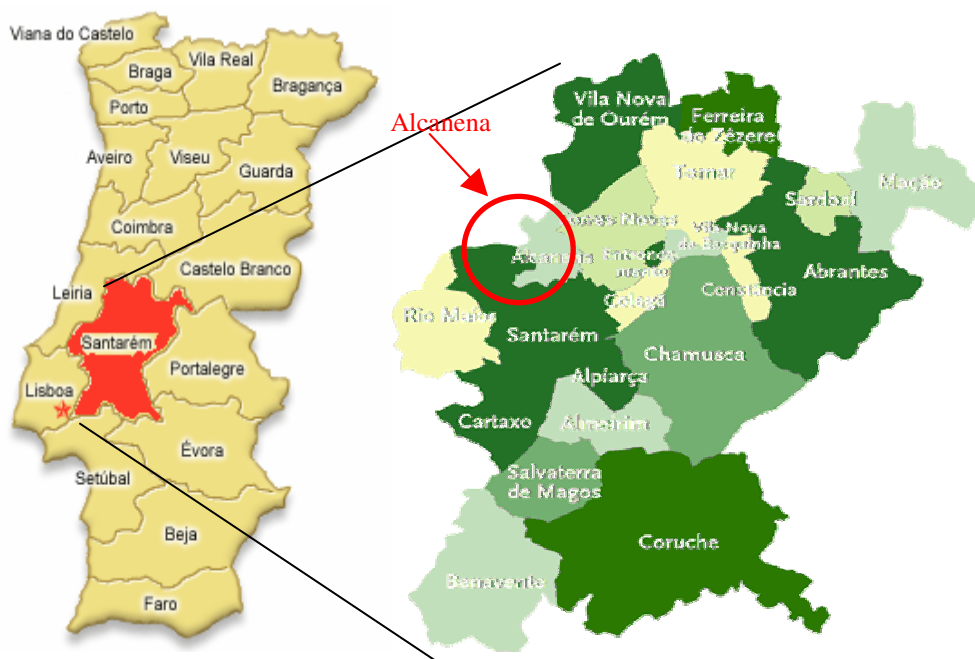
⁷² Antiga IP6 - principal eixo viário de ligação Alcanena/Espanha.

⁷³ Eixo de ligação norte/sul do país.

⁷⁴ Plano Director Municipal de Alcanena: aprovado por Conselho de Ministros nº 98/94, DR nº 231, I Série B, de 6 de Outubro de 1994

⁷⁵ Para mais informação sobre este assunto, *vide* Apêndices IX e X.

Figura 1: Localização do concelho de Alcanena no contexto territorial português



Fonte: Adaptação própria (2007)

O território interior do concelho é por sua vez dividido administrativamente em dez freguesias (*vide* Figura 2), sendo elas: Alcanena, Bugalhos, Espinheiro, Louriceira, Malhou, Minde, Moitas Venda, Monsanto, Serra de Santo António e Vila Moreira. As mais desenvolvidas e populosas são as freguesias de Minde, Alcanena e Vila Moreira graças à forte presença industrial nestas freguesias. No geral, as restantes freguesias são marcadas pela ruralidade.⁷⁶

⁷⁶ Para mais informação pormenorizada sobre as freguesias, *vide* Apêndice XII.

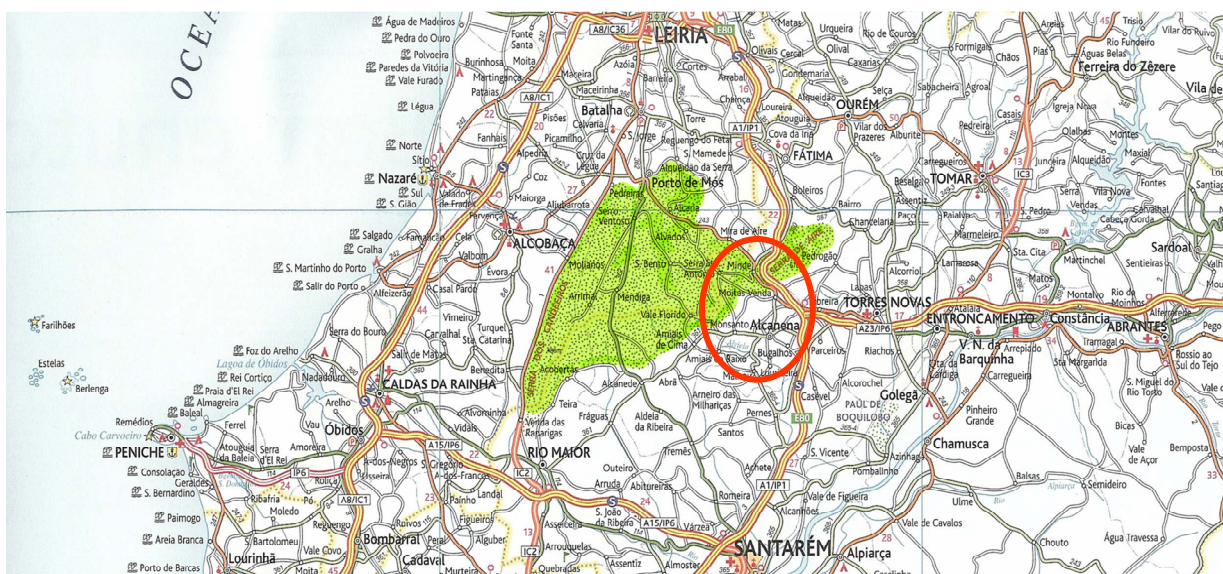
Figura 2: Mapa do concelho de Alcanena e divisão por freguesias



3.1.2. Geografia, geologia e paisagem

A região de Alcanena é marcada pelo ponto de encontro entre a Serra d'Aire e a Serra de Candeeiros, fenómeno esse que determinou as características do relevo e a altitude do território local. Tais características levaram à criação do Parque Natural da Serra d'Aire e Candeeiros (PNSAC), área protegida na qual a maior parte da zona norte do município foi integrada a 4 de Maio de 1979.

Figura 3: Localização de Alcanena no contexto do Parque Natural das Serras d'Aire e Candeeiros



Fonte: Câmara Municipal de Alcanena (2007)

Nesta região de características singulares, as formações calcárias moldaram a paisagem de cores agrestes e secas, mingando em vegetação o que sobra de rocha e pedra. Por aqui predominam os milenares *muros de pedra seca* e *casinas* que tanto personalizam esta paisagem e de que mais adiante se irá abordar.

Existe uma notável dualidade de paisagens no concelho: ora paisagem serrana (a Norte e Noroeste), ora extensas e ondulantes planícies (Sul e Sudeste). Por isso, a paisagem municipal detém um grande valor estético, exibindo contrastes diversificados e vincados: a norte a serra, com elevações agrestes e predominância rochosa, especialmente nas freguesias de Serra de Santo António e Minde; a sul, espraia-se verdejantes planícies.

João Lopes afirma, a respeito da paisagem alcanenense:

“suba-se ao ponto mais alto do monte de Santa Marta (...) e aprecie-se estes dois mundos diferentes: a Norte e Oeste espraia-se a serra, a sul estende-se uma grande planície.” (J. Lopes, 1995, p.5)

Alcanena está assim dividida entre a serra e a planície.

O PNSAC engloba o Maciço Calcário Estremenho onde se inclui os Planaltos de Santo António e São Mamede. As características desta região cársica levaram à existência de várias manifestações geológicas (raras) na paisagem, como o Polje de Minde (na depressão cársica de Mira/Minde), as inúmeras grutas, os precipícios, *inter alia*.

O concelho é também caracterizado por grandes falhas tectónicas, levando a interrupções abruptas entre a serra e a planície, deixando à vista escarpas admiráveis e

precipícios imponentes. Os locais onde se pode apreciar tal grandiosa obra da natureza situam-se nas freguesias de Monsanto (no Arrife), Vila Moreira e Alcanena.

Tal é a importância nacional desta região natural que o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) afirma acerca desta região que “o *PNSAC identifica-se como uma das mais interessantes Áreas Protegidas do nosso país*”. (ICN – *in* Turismo de Natureza, p.6)

Estas características geológicas do concelho permitem ainda a presença de numerosos miradouros naturais de onde se avista uma extensão apaixonante sobre as pequenas colinas e campos deste concelho.⁷⁷ Um dos miradouros naturais mais apreciados e imponentes do concelho é o Cabeço de Santa Marta,⁷⁸ hoje equipado com um parque de merendas.

De facto, basta uma pequena visita ao local para se verificar que a natureza calcária da rocha, associada à ausência de cursos de água de superfície origina uma paisagem cársica de carácter único, originando particularidades singulares dos aspectos naturais que foram adaptados à vida social das populações residentes.

A paisagem montanhosa, a escassez de terra arável e as necessidades dos seres humanos que viviam na zona moldaram e desenharam a paisagem com uma curiosa geometria, feita por muros de pedra sobre pedra que o ser humano utilizou para delimitar caminhos, dividindo propriedades e servindo de cerca ao gado e de que mais adiante se irá referir.

Outro factor (para além do factor humano) que originou um dos testemunhos mais belos desta serra foi a água⁷⁹. Esta actua como agente erosivo da rocha calcária que compõe a serra, criando infiltrações, fendas e rasgos na rocha, originando algares, lapas, dolinas, campos de lapíás e pias naturais, ao mesmo tempo que dá lugar a múltiplas nascentes e grandiosas e espantosas grutas.⁸⁰

A nascente do rio Alviela, conhecida por Olhos d' Água, e toda a área envolvente, é uma região de características geomorfológicas únicas no país, a que se associa uma diversidade importante de fauna e flora, formando um conjunto patrimonial de excepção, por isso integrado no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, e classificado na Rede Natura 2000.⁸¹

⁷⁷ Vide Figura 1 Apêndice XV.

⁷⁸ Vide Figura 2 Apêndice XV.

⁷⁹ A água moldou a paisagem mas foi também o elemento que permitiu a implantação da indústria de curtumes. A água calcária é o principal motivo para que a indústria de curtumes se enraizasse no território, pois a água calcária era, em tempos remotos, um elemento importante para os processos tradicionais de transformação das peles, confirmando-se desta forma a importância da água em todo o concelho. Mais adiante irá ser focado este aspecto.

⁸⁰ Para mais informação vide textos de leitura complementar sobre geografia, geologia e paisagem de Alcanena, Apêndice XVI, pontos 1 e 2. Para mais imagens, vide Apêndice XV, Figuras 3-7.

⁸¹ Para mais informação vide textos de leitura complementar em Apêndice XVI, ponto 3. Para mais imagens, vide Apêndice XV, Figuras 8-10.

Directamente associado, e no centro de todo este património natural de grande valor geológico, encontra-se o referido Polje de Minde, um fenómeno geológico muito raro em todo o mundo e que será um elemento a ter necessariamente em conta quanto à riqueza patrimonial desta região.⁸²

Portugal designou cinco novas Zonas Húmidas de Importância Internacional, efectivas desde o dia 2 de Dezembro de 2005. O Polje de Minde é classificado como a Zona Húmida de Ramsar n.º 1616.

A classificação deste sítio, vem reconhecer a importância do Polje à escala global como Zona Húmida Cársica, à qual se associam as grutas e nascentes da sua periferia, bem como os dois rios Alviela (Concelho de Alcanena) e Almonda (Concelho de Torres Novas) e ainda a Ribeira de Vila Moreira (Concelho de Alcanena).

Pode dizer-se que foram as características geomorfológicas deste município que determinaram a existência de fenómenos naturais únicos, como o Polje de Minde, a dolina⁸³ do Covão do Feto, as pias⁸⁴ da Serra de Santo António, os campos de lapiás, as nascentes do Alviela, as Grutas de Santo António, entre outros mais.

Poder-se-á concluir que o concelho de Alcanena é detentor de um conjunto riquíssimo de fenómenos geológicos de grande interesse, de tal modo que poderá constituir uma mais valia significativa, reconhecida pelas populações locais e que poderá, seguramente contribuir para o desenvolvimento do território.

As paisagens de Alcanena estão sempre associadas à natureza calcária da rocha e à ausência de cursos de água à superfície na região serrana e pelas nascentes e ribeiros nas planícies. Grande parte da paisagem está humanizada, ora por povoações, ora por extensos muros de pedra que ondulam e recortam as encostas das serras, ora por manchas de arvoredos como os olivais, campos agrícolas, eucaliptais ou pinhais. Graças aos contrastes entre as áreas secas e as áreas húmidas existe uma grande diversidade vegetal, desde plátanos, a choupos, a azinheiras, sobreiros, carvalhos e freixos.

3.2. Breve enquadramento histórico

Em tempos remotos, diga-se, pré-históricos, a região de Alcanena foi ocupada pelo ser humano primitivo. Atestando este facto, está o vasto espólio de vestígios existentes na região. Abrigados em grutas, e servidos pela abundância de água nalguns pontos, o

⁸² Para mais informação *vide* textos de leitura complementar em Apêndice XVI, ponto 4. Para mais imagens, *vide* Apêndice XV, Figuras 11 e 12.

⁸³ Depressão onde se acumulam argilas

⁸⁴ Reservatórios naturais de águas pluviais.

concelho de Alcanena possui numerosas provas destes ocupantes pré-históricos. Posteriormente, a fixação da população decorreu na Idade Média e a fundação da Confraria de Alcanena, em 1353, confirma a vivência comunitária na região (Lopes, 1995, p.8).

A história de Alcanena confunde-se, de certo modo, com a história de Torres Novas, pois Alcanena esteve agregada administrativamente a este município antes de ser promovida a sede de concelho em 8 de Maio de 1914, desanexando-se várias freguesias do concelho de Torres Novas e de Santarém, após a promulgação da Lei nº156, assinada pelo Presidente da República Manuel de Arriaga. Este mesmo diploma elevaria Alcanena à categoria de Vila.⁸⁵ (Cadernos de Cultura, CMA, 1998, p.59)

Porém, a história da vila de Alcanena confunde-se também com a história dos curtumes, actividade que está na génese do antigo povoado.⁸⁶ Uma das provas desta afirmação é a simbologia heráldica do município e de Alcanena,⁸⁷ que apresenta uma azinheira ladeada de duas maçãs de bater sola⁸⁸.

Desde cedo que Alcanena se começou a evidenciar pelas características das suas actividades económicas, com destaque para a indústria de curtumes (Lopes, 1995, p.8). Um dos factores que determinou, no passado, o desenvolvimento desta indústria na região foi, como se referiu, a abundância de recursos hídricos existentes, bem como as características dessa água. A dureza das águas, graças à sua forte composição calcária, facilitava a curtimenta⁸⁹ das peles, sendo que esta actividade económica terá contribuído decisivamente para a fixação e desenvolvimento de populações em Alcanena, a nível regional e nacional, desde o século XVII, altura em que os curtumes começou por ter maior expressão a um nível que ultrapassava o local.⁹⁰

Pode ler-se no jornal *A Hora*:

⁸⁵ É de notar, que a elevação de Alcanena a vila e a sede de concelho aconteceu poucos anos depois da proclamação da República, findado o regime monárquico em Portugal (a 5 de Outubro de 1910). Alcanena era reconhecida pelo seu fervor e activismo liberalista, sobrevivendo até hoje as estórias do slogan popular de autoria desconhecida: “*Para o País a República / Para Alcanena o Concelho!*” nos tempos conturbados pré-republicanos durante os quais Alcanena “*vibrou quando da implantação da República em Portugal, participando activamente (...)*”, segundo jornal *A Hora* (1970, n.º 88-90). Foi uma localidade historicamente ligada ao liberalismo, sendo fortemente republicana.

⁸⁶ Vide Figuras 13-16, Apêndice XV.

⁸⁷ Vide Figura 17 em Apêndice XV.

⁸⁸ Ferramenta *sui generis* na actividade de curtimenta da sola.

⁸⁹ A curtimenta consiste em tratar as peles e couros com taninos (vegetais, minerais ou orgânicos), que é o material curtiente.

⁹⁰ A data mais antiga que testemunha esta actividade é a de 1792, ostentada num edifício acompanhada da inscrição revelando ser uma fábrica de sola com privilégio real do governo pombalino. Em tempos as unidades industriais de curtumes eram em maior número, ao longo dos anos muitas unidades fabris têm encerrado sua produção. Contudo, ainda existem muitas em funcionamento, com uma técnica e maquinaria de elevada produtividade e qualidade, permitindo que esta indústria ainda seja importante no contexto nacional, na produção de peles para variados fins como o vestuário, o calçado ou marroquinaria.

“...a indústria de curtumes, uma das mais velhas actividades conhecidas do homem, cedo se radicou no concelho de Alcanena, com métodos muito próprios (...) com a utilização de materiais curtientes tradicionais da região. Os próprios utensílios eram característicos e mesmo exclusivos.” (Artigo: Actividades económicas: Indústria de Curtumes, 1970, n.º 89)

De acordo com o antigo jornal *A Hora* (1970, n.º 88-90), e acerca do topónimo de Alcanena, supõe-se que tenha origem árabe. Alguns historiadores defendem que o nome de “Alcanena” deriva do vocábulo árabe *Al-Canina*, que significa *cabaça seca*. Ainda se especula sobre a possibilidade de Alcanena derivar de *Al-Kinan*, fazendo alusão à sua geografia significando *lugar sombreado*. Esta influência no topónimo de Alcanena não é de estranhar, visto que o povo árabe esteve instalado na região de Alcanena mais de quatrocentos anos.

3.3. Demográfica e economia social do município de Alcanena

3.3.1. Demografia

O concelho de Alcanena apresenta uma ocupação territorial de 127,3 km² com uma densidade populacional média de 115,9 habitantes por km² (*Censos 2001*, INE, p.24). A evolução demográfica em Alcanena apresenta um crescimento pouco significativo⁹¹ contando-se actualmente perto de 15 mil habitantes, sendo, aliás, interessante saber que metade da população do concelho reside nas freguesias de Alcanena e Minde⁹² e que aí estão concentrados perto de 30% da população do concelho em Alcanena (IDE/UNL, 2006, p.18).

Pode observar-se que a faixa etária da população adulta com idades entre os 25 e os 64 anos constituem o maior número de habitantes, representando os adultos uma população três vezes e meia superior aos jovens⁹³. Os idosos acima dos 65 anos também são mais numerosos que a população mais jovem.

Assim, pode afirmar-se que a população alcanenenense é uma população madura, em idade de produtividade económica, o que representa uma mais valia para o desenvolvimento económico do concelho e um aspecto negativo para o rejuvenescimento da população. Sabe-se que existe uma taxa de envelhecimento muito acentuada no concelho: em 2001 existiam 146 idosos por cada 100 jovens⁹⁴. Assim, apesar de existir uma

⁹¹ Para mais informação acerca da evolução demográfica de Alcanena, *vide* textos em Apêndice XVII.

⁹² *Vide* Apêndice XVII, Gráfico 1.

⁹³ *Vide* Apêndice XVII, Gráfico 2.

⁹⁴ *Vide* Apêndice XVII, Quadro 1.

taxa de variação da população positiva, a taxa de natalidade apresenta valores desfavoráveis mesmo comparados com outros concelhos das regiões do Médio Tejo e de Lisboa e Vale do Tejo.

3.3.2. Dinâmica económica

Neste sub-ponto será discutido o tecido económico que sustenta o sistema social desde concelho, podendo obter-se informações mais pormenorizadas no Apêndice XVIII.

Este concelho sempre apresentou uma taxa de desemprego relativamente baixa devido à forte empregabilidade em actividades do sector secundário (mais concretamente a indústria de curtumes). A taxa de desemprego⁹⁵ em 1991 era de 2,9% e já em 2001 alcançava os valores de 5,6% (INE⁹⁶), o que, em termos numéricos, representa 397 pessoas (sendo que o Médio Tejo contabiliza um total de 6413 desempregados), o que revela um número decrescente de empregados e uma falta de postos de trabalho na região suficiente para absorver esta mão-de-obra excedentária. O desemprego atinge particularmente os indivíduos acima dos 60 anos e as mulheres que, em geral não tendo qualquer qualificação, vêem a sua situação prolongar-se no tempo.⁹⁷

A actividade económica de um local tem origem na população economicamente activa⁹⁸ e empregada determinando os resultados económicos e a produção/riqueza atingidos, contando-se em Alcanena, em 2001, exactamente 6699 indivíduos activos e empregados, sendo que o total de empregados no Médio Tejo é de 93724 indivíduos activos e empregados (*Censos 2001*, INE 2002, p.323). A taxa de actividade⁹⁹ em Alcanena, no ano de 2001, apresenta uma dinâmica positiva (48,6%) em relação aos valores manifestados pelos concelhos vizinhos e pela região no geral - abaixo de 44,5% (IDE/UNL, 2006, p.53).

No Concelho de Alcanena, as actividades do **sector primário** não são as mais expressivas. Alcanena não é um centro agrícola, silvícola ou pecuário por excelência, destacando-se apenas destas áreas a produção de azeite, de batata, vinha e a criação bovina. A actividade agrícola no concelho de Alcanena funciona como um meio de

⁹⁵ Taxa de desemprego é uma taxa definida pela seguinte fórmula: taxa de desemprego (%) = pop. desempregada / pop. activa x100.

⁹⁶ In <http://www.ine.pt/prodserv/pesqut/quadro2.asp>

⁹⁷ Vide Quadro 1, Apêndice XVIII.

⁹⁸ Considera-se que *população activa* traduz-se no conjunto de indivíduos, com idade mínima de 15 anos, que constituem mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços do circuito económico. Consideram-se parte da população activa o subconjunto de indivíduos: população empregada; população desempregada à procura de novo emprego; população desempregada à procura do primeiro emprego.

⁹⁹ A taxa de actividade permite definir o peso da população activa sobre o total da população, sendo esta taxa definida pela fórmula: Taxa de actividade (%)= pop. activa / total da pop. x100.

rendimento complementar a uma actividade principal na maioria das famílias. Prova deste facto são os 85,7% (IDE/UNL, 2006, p.68) que representam os produtores deste sector que desenvolvem esta actividade em tempo parcial.

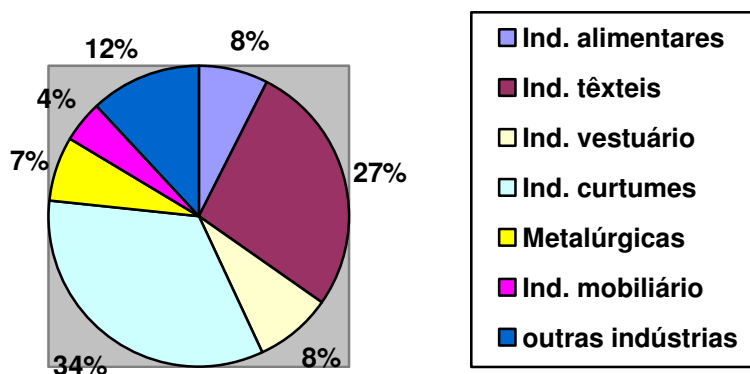
“A agricultura tem vindo a registar quebras, com redução das culturas tradicionais e sem registo de aumento significativo de novas culturas. A cultura com maior interesse económico é o olival.” (website CMA: actividade económica, 2007)

Assim, compreende-se que no sector primário apenas estejam contabilizados 2,2% da população activa (IDE/UNL, 2006, p.53).

Já o **sector secundário** é uma actividade bem enraizada e bem representada nos serviços económicos do concelho. Alcanena é um município de cariz industrial, como já foi referido, constituindo-se como o concelho maior produtor de curtimenta e acabamento em couro a nível nacional¹⁰⁰ e o sexto a nível europeu (IDE/UNL, 2006, p.72). Esta actividade tende a concentrar-se na Vila de Alcanena (1º lugar), em Vila Moreira (2º lugar), Moitas Venda (3º lugar), Monsanto (4º lugar) e Gouxaria (5º lugar). A população activa empregada no sector secundário ascende a 52,5% (IDE/UNL, 2006, p.54). É a indústria transformadora que mais se destaca neste sector, sendo que a indústria com mais representatividade é a indústria de curtumes, seguida pela de têxteis, e a que tem menos ênfase é a indústria de mobiliário (*vide* Gráfico 1).

Também no campo do emprego, são as indústrias de curtumes que mais empregam trabalhadores (54,2%), seguidos pela indústria de têxteis (25,5%), (IDE/UNL, 2006, p.72).

Gráfico 1
Distribuição das indústrias transformadoras de Alcanena, em 2002



Fonte: Instituto de Dinâmica do Espaço – Univ. Nova de Lisboa, 2006, p.71

¹⁰⁰ Em 2002 a indústria de curtumes realizou um volume de negócio na ordem dos 300 milhões de Euros e as exportações representaram um volume na ordem dos 70 milhões de Euros (website CMA: activ. Económicas, 2007).

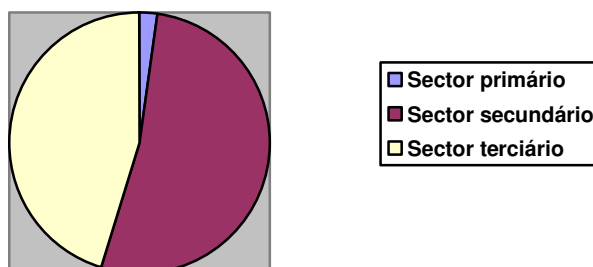
As futuras zonas industriais de Alcanena e Minde ocuparão uma área de 50 hectares, num posicionamento estratégico de apoio ao sector industrial. Apesar de servir essencialmente a indústria de curtumes procura-se ainda diversificar o tecido industrial. É um projecto estruturante que consta já no *Plano Estratégico do Concelho de Alcanena* (PECA, CMA, 1993) e que figurará no novo documento Alcanena 2013¹⁰¹. Igualmente se prevê a construção de uma zona de logística junto à auto-estrada A1 que servirá para a localização de novas actividades económicas no concelho, crucial para a diversificação do tecido económico local.

No que respeita ao **sector terciário**, o sector dos serviços, evidencia-se uma posição crescente deste sector no concelho, sendo contudo o sector menos representativo. Não obstante, encontra-se em fase de expansão. No que respeita á actividade do turismo no concelho, resta mencionar que esta não é representativa no tecido económico concelhio.

Perante a localização estratégica nacional e regional, perante a rede privilegiada de acessibilidades e perante a estrutura económica que Alcanena possui é de esperar muito mais dinâmicas económicas neste concelho, pois o seu potencial ainda oferece muito a ser aproveitado. Faltará, porventura, o investimento (público e privado) para o efeito e as devidas adaptações quanto a questões ligadas ao ordenamento do território e que estão já previstas.

De um modo geral, todos estes indicadores evidenciam o carácter marcadamente industrial do concelho, assim como, um significado reduzido da agricultura e do sector terciário. Assim, compreende-se que exista uma forte dependência e concentração da população activa em relação ao sector secundário no concelho em causa (*vide* Gráfico 2), traduzindo-se, afinal, Alcanena como um pólo empregador importante.

Gráfico 2
Sector de actividade da população activa de Alcanena em 2001



Fonte: Instituto de Dinâmica do Espaço – Univ. Nova Lisboa, 2006, p.54

Pode afirmar-se que o concelho de Alcanena é o mais industrializado do distrito de Santarém, tendo aprofundado, nas três últimas décadas, o perfil de especialização da sua

¹⁰¹ Novo plano estratégico em fase de elaboração para a implementação do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN.

indústria, sendo a mais importante a de curtumes, a que se junta a indústria de têxteis¹⁰² em Minde. A primeira com fortes ligações à indústria de calçado e a segunda inserida no ramo da indústria têxtil e vestuário. Juntas, constituem os principais ramos da indústria em Portugal.

Alcanena regista a maior concentração nacional da indústria de curtimenta e acabamentos em couro, afirmando-se como o mais importante centro produtor nacional. Portugal é o sexto maior produtor de couros da Europa e Alcanena produz 80% do total nacional do sector, empregando actualmente cerca de 2.500 trabalhadores.

Apesar da antiga actividade económica local de Minde ser a produção das conhecidas Mantas de Minde, a principal actividade económica tornou-se hoje no fabrico de malhas exteriores.

A indústria de malhas, concentrada na Freguesia de Minde, é composta por 4 dezenas de unidades de malhas de exterior (maioritariamente), colocando o distrito de Santarém no primeiro lugar nacional no que respeita ao número de empresas do sector. Minde concentra 42 empresas de um total nacional de 147. O sector emprega cerca de 1000 pessoas no distrito de Santarém.

Com uma realidade industrial desta importância assente num histórico que a antecede, e com um conjunto notável de bens patrimoniais de dois ramos industriais distintos, justifica-se, e será de todo o interesse, que a autarquia prossiga na intenção de levantamento, preservação, salvaguarda, estudo e divulgação desta história e deste património.

3.4. Principais traços culturais

O traço cultural do concelho mais evidente é cariz etnográfico, nomeadamente da comunidade minderica (de Minde). Esta comunidade possui um produto social exclusivo: o popularmente designado calão minderico. A população orgulha-se da sua história relacionada com esta linguagem. Sem dúvida que este bem patrimonial é uma mais valia para a riqueza cultural do concelho. Não obstante, outros traços se evidenciam como se poderá verificar de seguida.

¹⁰² A indústria têxtil em Minde abrange, na quase totalidade, a produção de malhas e não tecidos.

3.4.1. O artesanato

Alcanena detém no artesanato uma das suas mais interessantes particularidades. Contudo, trata-se de produtos que, caso não sejam salvaguardados, serão inevitavelmente perdidos visto que as gerações actuais não reproduzem estas artes tradicionais, apesar de alguma insistência por parte da autarquia em promover estas actividades.

Desde há longos séculos que a indústria de curtumes e de têxteis têm influenciado as tradições, a cultura e vivência populares dos habitantes do município, originando numerosas inspirações materiais que se tornaram símbolos da vida quotidiana da população. Não se pode dissociar esta resposta das necessidades económicas, da influência do meio-ambiente (serra, rocha, zonas argilosas, flora, *inter alia*) sobre a sociedade e sua produção artesanal, pois, originou nos artesãos diferentes ramos de criatividade artística: artifícios em pedra; objectos em barro¹⁰³; em têxtil¹⁰⁴; em couro (sapatos, casacos, porta-chaves...); pintura; arte em bunho e vime¹⁰⁵, feno e ráfia¹⁰⁶ (essencialmente no Espinheiro e em Bugalhos) para a produção de balaies, teigas e cestas e outros objectos como candeeiros de mesa de bunho que são típicos desta região.

As almofadas de retalhos são outro dos produtos manufacturado habilidosamente através dos tecidos fabricados artesanalmente e industrialmente, assim como, as bonecas de trapos e malhas.

Outras actividades tradicionais como, as peças de madeira ou barro, ou ferro forjado são produzidos geralmente sob a forma de esculturas minuciosamente trabalhadas. A produção artesanal de velas e vassouras tradicionais são outro aspecto de grande relevo local. Para se dar destaque e promover este artesanato alcanenense realiza-se anualmente a “Mostra de Artes e Ofícios”.

3.4.2. Grupos etnográficos

Existem quatro grupos etnográficos no concelho: o Grupo do Jogo do Pau da Casa do Povo de Espinheiro, o Rancho Folclórico do Covão do Coelho, o Rancho Folclórico de Gouxaria e o Rancho Etnográfico e Folclórico de Santa Marta de Moitas Venda.

Estes grupos são representantes da cultura popular que remonta ao final do Século XIX e início do século XX. As referidas associações sem fins lucrativos são fruto da iniciativa

¹⁰³ Vide Figura 18, Apêndice XV.

¹⁰⁴ Vide Figuras 19-21, Apêndice XV.

¹⁰⁵ Vide Figura 22, Apêndice XV.

¹⁰⁶ Vide Figuras 23 e 24, Apêndice XV.

popular que, baseando-se na recolha das suas tradições culturais e musicais, salvaguardam e representam os aspectos culturais e identitários das suas comunidades. Estas associações representam os principais símbolos da tradição popular, usando trajes da época, acessórios agrícolas e etnográficos diversos, recriando ainda a música e as danças tradicionais. Tratam-se de bons representantes culturais pois desenvolvem uma actividade de rigor científico, costumando realizar apresentações em várias regiões e localidades do país e chegam até mesmo a actuar fora do país.¹⁰⁷

3.4.3. Equipamentos desportivos e sociais

A área concelhia de Alcanena é servida por diversas infra-estruturas desportivas e culturais que têm vindo a ser construídas nos últimos anos pelo município para servir as comunidades. A autarquia tem apostado na requalificação de vários espaços e na preservação de algum património edificado por forma contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, do mesmo modo que revitaliza o espaço urbano. Um exemplo de requalificação urbana foi a obra desenvolvida no antigo largo da feira semanal, transformando o Jardim das Lagoas num espaço verde apto para receber crianças e quem queira ter momentos de lazer.¹⁰⁸

O concelho de Alcanena é servido por vários equipamentos complementares, culturais e sociais, que servem vários propósitos para a população para além dos que visitam o concelho, como é o caso do Pavilhão Multiusos de Alcanena, o Museu Rural e Etnográfico do Espinheiro, o Cine-teatro São Pedro de Alcanena, *inter alia*.¹⁰⁹

No que respeita aos equipamentos específicos para o desporto, o concelho também conta com numerosos e razoáveis equipamentos, como o Court de ténis de Alcanena, o Estádio e o Pavilhão Municipal, as Piscinas Municipais de Alcanena e de Minde, *inter alia*.

Enfim, de um modo geral, o concelho possui equipamentos sociais, culturais e desportivos específicos diversos para a satisfação e melhoria de vida das populações locais e visitantes que passem por Alcanena temporariamente.

¹⁰⁷ Vide Figuras 25 e 26, Apêndice XV.

¹⁰⁸ Vide Figura 27, Apêndice XV.

¹⁰⁹ Vide Figuras 28, 29, 30 e 31, Apêndice XV.

3.4.4. Gastronomia

A posição geográfica de Alcanena levou a que variados aspectos da cultura das suas gentes fossem determinadas por factores da Natureza, entre eles, a gastronomia. Dividida entre o campo, a serra e a urbe industrial, a gastronomia passível de caracterizar o concelho de Alcanena divide-se igualmente entre o norte serrano e o sul bairrense. A gastronomia de Alcanena tem raízes ligadas ao modo de vida das gerações passadas, gente trabalhadora que necessitava de se alimentar de acordo com o seu esforço. Destas condicionantes surgiram os pratos de fácil confecção e muito nutritivos, permanecendo até hoje e apreciados como verdadeiras iguarias.

A gastronomia alcanenense é representada pela arte do tempero, a morcela de arroz, o cabrito, as migas ou a carne de alguidar.¹¹⁰ Também os Queijos da Serra de Aire¹¹¹, o mel de alecrim e rosmaninho serrano, as azeitonas temperadas com ervas aromáticas e frutos citrinos e o azeite são produtos naturais característicos e inigualavelmente confeccionados. O que acontece muitas vezes é a combinação de dois destes produtos originando um terceiro muito apreciado: os queijos de azeite. Os queijos de azeite são produzidos deitando e submergindo os queijos já secos/curados num frasco de azeite por alguns meses para depois serem consumidos, este produto gastronómico é muito afamado no concelho.

No que respeita à doçaria tradicional, as broas de azeite, de mel e frutos secos, os bolos podres, os bolinhos de amêndoa, os bolos de massa, o arroz doce, as velhoses, os filhoses, os sonhos, marcam deliciosamente presença na degustação dos sabores alcanenenses.¹¹²

A nível gastronómico e para promover esta riqueza cultural, realiza-se anualmente um certame gastronómico denominado de “Tasquinhas do Concelho de Alcanena”. Através destas tasquinhas tem-se mantido e divulgado os saberes e sabores da cozinha tradicional regional herdada dos ranchos, pastores, e farnéis dos operários. Hoje em dia é um episódio essencial nos roteiros gastronómicos nacionais.

¹¹⁰ Vide Figura 32, Apêndice XV.

¹¹¹ Vide Figura 33, Apêndice XV.

¹¹² Vide Figura 34, Apêndice XV.

3.5. Recursos patrimoniais do município de Alcanena

Neste ponto serão identificados alguns elementos patrimoniais mais importantes do concelho, passíveis de serem utilizados como recursos para a implementação de uma rede museológica, promotora do turismo e do desenvolvimento sustentável no Concelho de Alcanena.¹¹³

Desde já, importa informar que este concelho não está dotado de elementos patrimoniais que tradicionalmente se poderão considerar de grande impacto, como sejam mosteiros, castelos ou palácios. Dispõe, sim, de um conjunto de edifícios (de natureza religiosa, civil e industrial) de grande interesse e beleza, conjuntos naturais e paisagísticos riquíssimos (que valorizam os circuitos turísticos possíveis de realizar no concelho) e um conjunto de bens patrimoniais intangíveis de significativa importância.

3.5.1. O património municipal para o projecto museológico do território

3.5.1.1. Património classificado do Concelho de Alcanena

Recorde-se que a classificação do património de um território é um reconhecimento de valor cultural, identitário e por isso, patrimonial. Este reconhecimento oficial é um cunho de prestígio (sinónimo de interesse, veracidade e qualidade) capaz de estimular o interesse de preservação no indivíduo para melhor conhecer e potenciar tal testemunho para as gerações vindouras. Assim, pode dizer-se que a classificação do património é um factor de preservação e protecção, ou seja, salvaguarda de bens únicos para o futuro, tal como já foi abordado.

Deste modo, faz todo o sentido analisar quais os elementos patrimoniais deste concelho ribatejano que se encontram já classificados e passíveis de serem alvos de protecção especial.¹¹⁴

Esta análise sumária pretende dar uma imagem mais completa da realidade a que está sujeita o património do concelho em causa, pelo que se passa de seguida, a enumerar os elementos patrimoniais do Concelho de Alcanena que já se encontram classificados pelo IPPAR:

¹¹³ Para consultar o levantamento descritivo de alguns bens patrimoniais do concelho de Alcanena mais relevantes e por nós identificados, *vide* Apêndice XIX.

¹¹⁴ Contudo, importa informar que mesmo que um imóvel esteja classificado, esse facto não tem implícito o seu aproveitamento patrimonial, isto é, as possibilidades de aproveitamento patrimonial podem não ser imediatas por o imóvel estar classificado (basta por exemplo que o imóvel seja pertença de particulares).

- **Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção**, Minde. Classificado sob a tipologia de arquitectura religiosa, este imóvel possui a categoria de protecção de Imóvel de Interesse Público, sob a alçada do Dec.-Lei nº 2/96, Diário da República 56 de 06 Março 1996.
- **Gruta da Marmota**, Raposeira, Alcanena. Este elemento é caracterizado como um sítio arqueológico pois foi uma necrópole neolítica. Este imóvel possui a categoria de protecção de Imóvel de Interesse Público, de acordo com dados do IPPAR, e está protegida sob a alçada do Dec-Lei n.º 95/78, Diário da República 210 de 12 de Setembro de 1978. A sua localização geográfica exacta é: latitude: 39 26'; longitude: 8 40' de Greenwich.
- **Igreja Matriz da Nossa Sr.ª da Conceição**, Louriceira. Classificado sob a tipologia de arquitectura religiosa, este monumento possui a categoria de protecção de Imóvel de Interesse Público sob a alçada do Dec-Lei nº 2/96, Diário da República 56 de 6 Março 1996.
- **Nascentes do Alviela**, integradas no PNSAC, Louriceira. Classificados pela *Rede Natura 2000*.

Também através da inventariação¹¹⁵ se pode obter um levantamento dos proveitos culturais existentes, procedendo-se à sua identificação. Os bens inventariados gozam de protecção para evitar a sua degradação e apoiar a sua conservação assim como para divulgar a sua existência.

O património que se encontra inventariado pela Direcção Geral Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) são:

- **Gruta da Marmota** (Raposeira, Alcanena);
- **Cine-teatro São Pedro** (Alcanena);
- **Igreja Matriz da Nossa Sr.ª da Conceição** (Louriceira);
- **Igreja Paroquial do Malhou**;
- **Igreja da Nossa Sr.ª da Assunção** (Minde).

Após a análise das potencialidades e fraquezas do património imóvel presente no concelho através de uma visita ao campo e de ter considerado os que se encontram sujeitos a classificação e protecção e os que não usufruem dessa situação, apresenta-se de seguida

¹¹⁵ Lembre-se que a inventariação remete para o levantamento o mais exaustivo possível, dos bens culturais existentes, incluindo bens de propriedade pública ou privada, classificados ou que mereçam ser inventariados. Os bens classificados, bem como os que estejam em vias de classificação, independentemente do resultado, são obrigatoriamente inventariados.

uma lista de bens patrimoniais que se sugerem sejam candidatos a classificação de imóveis e monumentos naturais de interesse municipal ou nacional:

Imóveis:

- **Muros da Serra Santo António** – interesse municipal, [já mencionada para proposta no PDM de Alcanena (1994, p.48)];
- **Casinas da Serra Santo António** – interesse municipal;
- **Marouços e caneiros de Serra Santo António** – interesse municipal
- **Edifício de escritórios da Fábrica Constantino Mota S.A. ou “Motalca”** – interesse público, [já mencionada para proposta no PDM de Alcanena (1994, p.48)];
- **Casa Maria Lucília Moita** e respectivo pombal – interesse municipal;
- **Casa Maria Nazareth** – interesse municipal;
- **Casa da Quinta da Loureira** e respectivo logradouro e oficina de curtume – interesse municipal;
- **Edifício da Caixa Geral de Depósitos** – interesse municipal;
- **Casa da Cultura** – interesse municipal;
- **Casa Açores**, seu jardim e Torreão – interesse público;
- **Coreto de Minde** – interesse municipal;
- **Capela Santo António**, Minde – interesse municipal;
- **Miradouro Joaquim Ramos Vieira** – interesse municipal;
- **Primeiro edifício da Câmara Municipal de Alcanena** – interesse municipal;
- **Solar da Quinta do Alviela** – interesse municipal, [já mencionada para proposta no PDM de Alcanena (1994, p.48)];
- **Edifício dos Paços do Concelho** – interesse municipal;
- **Moinhos de vento** – interesse municipal;
- **Lagar de Malhou** – interesse municipal;

Património Natural:

- **Pincha de Minde** – interesse municipal;
- **Pias de Serra Santo António** – interesse municipal;
- **Complexo hídrico Pia Curceira** – interesse municipal;
- **Campos de lapiás de Serra Santo António** – interesse municipal;
- **Polje de Minde** – interesse nacional;
- **Olhos de Água do Alviela** – interesse municipal.

3.5.1.2. Recursos naturais do município de Alcanena

Um dos principais objectivos estratégicos de actuação sobre os recursos naturais deste município por parte da Câmara Municipal é, sem dúvida, a melhoria da sua qualidade e conservação. Devido à história da indústria local, houve uma época que o impacto sobre o ambiente era fortíssimo, derivado da acção da indústria de curtumes, o que levou a que as populações sofressem um forte sentimento de repúdio pelo seu património e legado industrial, de que ainda hoje existem reminiscências. Actualmente, existe uma forte preocupação de evitar mais impactes e corrigir os problemas existentes.

A autarquia pretende a requalificação ambiental através de mecanismos criativos e funcionais, cujas acções envolvam entidades públicas e privadas. Por isso, foram estipuladas parcerias público/privadas para se agir sobre o ambiente em diversas áreas sectoriais estratégicas. O tratamento de resíduos urbanos e industriais é, no entanto, o ponto mais trabalhado.¹¹⁶

A preocupação ambiental deste concelho tem especial atenção com a recolha e tratamento de resíduos industriais. O Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Industriais e Domésticos e Aterro de Resíduos Sólidos, localizado na freguesia de Alcanena¹¹⁷ é um sistema vocacionado para tratar especificamente os resíduos da indústria de curtumes. Foi um sistema criado para tratar os afluentes e os lixos das mais de 100 fábricas que produziam resíduos equivalentes a uma cidade com duzentos mil habitantes.¹¹⁸

O PNSAC e os bens patrimoniais nele presentes são, por seu lado, uma presença positiva na região. O Concelho de Alcanena testemunha o encontro entre a Serra de Aire e a Serra de Candeeiros, serras moldadas pelas formações calcárias que oferecem paisagens secas e rudes, ora com tapetes verdes, ora repentinamente com mantos de rocha. Pode observar-se na paisagem da freguesia da Serra de Santo António, longos e serpentinos muros de pedra criados pela mão do ser humano, pela contínua *despedrega*¹¹⁹ dos terrenos. Amontoa-se a pedra extraída das terras em *muros de pedra seca*¹²⁰ que compartimentam os campos que as populações locais designam por *chousas* e servem de cerca para o gado, ou formam-se as *casinas*¹²¹ (abrigo tradicionais para os pastores e agricultores) e ainda os

¹¹⁶ Hoje a drenagem e o tratamento de esgotos domésticos estão assegurados a 100% no território concelhio e a recolha de resíduos sólidos urbanos atinge igualmente os 100%.

¹¹⁷ Vide Carta Militar: Acessos, Apêndice XI.

¹¹⁸ Para informação complementar acerca deste assunto, consultar textos de leitura complementar em Apêndice XX.

¹¹⁹ Termo popular local que significa o acto de retirar as pedras presentes na superfície do solo até uma profundidade que torne a terra arável.

¹²⁰ Trata-se de uma construção feita por populares sem qualquer tipo de argamassa ou material de ligação entre as pedras, daí a existência e utilização deste termo popular.

¹²¹ Vide Figura 35, Apêndice XV.

*marouços*¹²² (pequenos amontoados circulares de pedra) que embelezam e tanto caracterizam a paisagem.

Está-se, nitidamente, perante um processo de humanização de paisagem única no país, resultado destas características do território e da natureza ímpares, com múltiplos traços que remontam à pré-história e a que árabes e romanos particularizaram. Moinhos, poços, cisternas e outros sistemas de recolha e armazenamento de água são um património único desta região e raro a nível nacional.

Este sítio patrimonial resulta da obra dos homens e mulheres que povoaram esta região conjugados com o seu envolvente natural conferindo um valor excepcional do ponto de vista histórico, artístico, científico, estético, etnológico ou até antropológico que importa preservar a todo o custo pois, nas palavras de Conceição Moreira,

“As paisagens são dos valores mais importantes do nosso património, elas contam a história do trabalho dos homens, a sua diversidade social, testemunham os seus esforços para vencer obstáculos naturais, esforços de cada homem e de cada comunidade. São uma fonte viva de tradições, visto serem sempre herança de gerações passadas que importa transmitir às outras.” (Moreira, 1996, p.29)

No fundo, tratam-se de construções rurais que à primeira vista parecem desprovidas de valor histórico ou talvez arquitectónico, pois são quase sempre muito rudimentares. Contudo, o seu valor real reside não neste âmbito, mas sim no facto de conferirem ao sítio uma ambiência e características que o tornam único, reflectindo um *modus vivendi* particulares de um povo que soube adaptar-se à sua realidade local, formando assim uma paisagem etnológica e humanizada.¹²³

Para além das serras, existe também no PNSAC, as já mencionadas Nascentes do Alviela e a praia fluvial de Olhos de Água do Alviela.¹²⁴ Esta zona possui características geomorfológicas únicas no país, com diversas espécies de flora e fauna, formando um conjunto patrimonial natural riquíssimo. Esta zona está classificada na *Rede Natura 2000* conforme também já se retratou.

O Polje de Minde¹²⁵, também integrado dentro do perímetro do PNSAC, é outro elemento marcante no concelho, de carácter único em Portugal.

O Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros¹²⁶ (que se encontra actualmente em revisão) definiu seis zonas correspondentes a aptidões

¹²² Vide Figura 36, Apêndice XV.

¹²³ Vide Figura 37, Apêndice XV.

¹²⁴ Rever Figuras 8, 9 e 10, Apêndice XV.

¹²⁵ O Polje de Minde é uma depressão fechada, com drenagem subterrânea, situada na região cársica mais relevante do país, com episódios de inundação significativos (vários metros de água).

¹²⁶ Portaria n.º 21/88 de 12 Janeiro.

básicas do território deste parque natural: agricultura, conservação da natureza, silvicultura, paisagem protegida, sítios classificados e implantação urbana.

Assim se percebe que estão predefinidas as acções para o uso do solo neste parque natural. Quaisquer iniciativas de recuperação patrimonial ou de carácter turístico que se pretendam estabelecer dentro do perímetro do parque natural deverão ter em conta as ordenações e condicionantes do plano de ordenamento respectivo.

3.5.1.3. Diagnóstico sobre a realidade municipal

Denota-se, neste concelho, a grande importância que a indústria de curtumes representa para a sociedade alcanenense, quer actualmente associada à forte dinâmica económica, quer historicamente. Foi graças a esta indústria que o concelho se pôde desenvolver e afirmar, sendo esta, hoje, o principal marco de referência da comunidade.

Devido a estas fábricas históricas, a taxa de população activa neste concelho é bastante elevada e o desemprego razoavelmente baixo. Observa-se que demograficamente a população alcanenense é madura visto que a maioria dos residentes tem idades compreendidas entre os dezoito e os sessenta anos.¹²⁷ No entanto a presença destas fábricas representou e ainda representa uma ameaça para a saúde dos ecossistemas naturais existentes no concelho, pois esta indústria é altamente poluente. A paisagem é, assim, pontualmente caracterizada pela presença de fábricas de curtumes e têxteis e pela dualidade serrana versus planícies.

O concelho tem uma posição estratégica no que toca às acessibilidades rodoviárias (A23 e A1). Este ponto forte permite um contínuo desenvolvimento do tecido económico, assim como permite estabelecer uma dinâmica territorial positiva para as populações.

Alcanena encontra-se rodeada de grandes centros urbanos valorizando o seu posicionamento geográfico. Este item é deveras importante se tivermos em conta que em falta de capacidade de assistência local de um serviço, rapidamente as pessoas acedem a um ponto onde se ofereça esse serviço.

Os recursos e fenómenos naturais (rio, serras, fauna e flora) são ricos e quase únicos nesta região, sendo que o concelho, por estar abrangido pela *Rede Natura 2000* através do PNSAC, contribui para o aumento do interesse deste parque natural, assim como representa um elemento identitário muito forte e um ponto de atractividade para o

¹²⁷ Este facto revela a disponibilidade de recursos humanos aptos a gerar riqueza no concelho.

concelho.¹²⁸ A nível patrimonial edificado o concelho não é detentor de grandes pontos de atracção. O património edificado é aparentemente pouco expressivo e na sua maioria não está classificado, o que reduz o seu potencial.

Culturalmente, a herança social está a perder significado e repercussão social. As festividades anuais continuam a manifestar-se, embora com menos tradicionalismo, os eventos/feiras (a cargo da organização autárquica) são na sua maioria mantidos mas com índices de visitantes cada vez mais baixo, sendo já certo que alguns eventos irão ser extinguidos.

O panorama global mostra que será necessário reverter esta situação, proporcionando outras formas de desenvolvimento, recorrendo a novas abordagens para o desenvolvimento que possam contribuir simultaneamente para o aumento da auto-estima das populações locais e para o desenvolvimento económico assente na preservação, salvaguarda e divulgação do património local. Será, porventura, a resposta.

Apresenta-se de seguida uma análise SWOT do Concelho de Alcanena

Quadro 5: Análise SWOT do Concelho de Alcanena

Análise Interna	
Pontos fortes	Pontos fracos
- Excelentes acessos regionais (A1 e A23). - Posicionamento territorial estratégico - Paisagem, relevo (dualidade paisagística). - Boa taxa de emprego . - Boa dinâmica económica: indústria curtumes, têxtil. - Presença do rio Alviela. - Integração no PNSAC. - Riqueza dos fenómenos naturais. - Riqueza património intangível. - Taxa de população activa elevada.	- Poluição da actividade industrial: ar e rio Alviela. - Envelhecimento da população. - Poucos elementos patrimoniais classificados.
Análise externa	
Oportunidades	Ameaças
- Estabelecimento de rotas turísticas inter-concelhias. - Proximidade de Tomar, Ourém, Fátima, costa litoral. - Recursos naturais regionais e locais. - Dinâmica económica e social inter-concelhia.	- Insuficiência das estações de tratamento residuais. - Declínio da produção artesanal . - Fraca diversidade da actividade económica. - Fraco investimento empresarial na área da cultura. - Extinção de ritos culturais.

Fonte: Elaboração própria, 2007

¹²⁸ Vide Figura 38, Anexo XV.

3.6. Identidade social e cultural de Alcanena

No caso em análise, pretende-se objectivar quais os símbolos unificadores que contribuem para o sentimento pertença colectiva (de grupo), pois a museologia acaba por utilizar esses símbolos transformando-os em produtos de desenvolvimento social.¹²⁹

Tendo em atenção as abordagens exploradas no primeiro capítulo, e tendo em consideração o estudo de caso realizado, pode afirmar-se que os principais elementos que marcam a identidade social de Alcanena são:

- **Calão minderico**
- **Gastronomia**
- **PNSAC e Olhos de Água do rio Alviela**
- **Polje de Minde**
- **Indústria de curtumes e de têxteis**¹³⁰
- **Paisagem serrana humanizada**
- **Tecelagem da Serra de Santo António**¹³¹
- **Outras artes e ofícios tradicionais**

A identidade alcanenense foi (e é ainda) influenciada e determinada pela **actividade industrial**. Trata-se da indústria de curtumes, que comandava a grande parte do dinamismo económico e a qualidade de vida das populações, e trata-se também da indústria têxtil. De acordo com as palavras de Víctor Costa¹³²,

“o traço cultural mais distintivo do concelho de Alcanena será, eventualmente, a sua tradição industrial na área dos curtumes, que se desenvolve geograficamente no eixo Gouxaria-Alcanena-Vila Moreira-Monsanto e na área dos têxteis, na freguesia de Minde”. (Entrevista a Víctor Costa, 2007)

Estas duas indústrias são as mais relevantes cunhos assumidos pela população em geral que considera a indústria como seu principal elo identitário. Este elo é ainda mais significativo por estar associado à evolução histórica do concelho¹³³. Os curtumes são parte mais notória da história local, fazendo parte de suas vidas laborais, parte de seu quotidiano,

¹²⁹ Relembre-se a matéria discutida nos Capítulos 1 e 2 deste estudo.

¹³⁰ Vide Figura 39, Apêndice XV.

¹³¹ Vide Figura 40, Apêndice XV.

¹³² Víctor Costa trabalha na Câmara Municipal de Alcanena e exerce funções no Gabinete de Comunicação.

¹³³ Confunde-se a história contemporânea do concelho com a história destas indústrias. Vale ainda a pena salientar que é a indústria de curtumes a que possui um valor simbólico mais vincado, pois nela já trabalharam longas gerações de famílias.

e por isso é impossível não incluir este marco na identidade social alcanenense. Os curtumes são o espelho do território, ou não fosse Alcanena já apelidada de “Capital do Curtume”.

Aida Costa¹³⁴ considera no entanto, que a identidade social deste território foi alterada devido a parâmetros da modernidade, isto é, graças à melhoria da qualidade de vida das populações, graças à evolução do grau de habilitações literárias, graças à feroz competitividade económica dos mercados actuais, mas também devido à fuga de jovens para as grandes cidades. Todos estes factos determinaram o enfraquecimento do trabalho na indústria de curtumes e de outras actividades principais e levou a uma construção da identidade social mais diversificada e menos centrada nos curtumes. (Entrevista a Aida Costa, 2007)

Actualmente, a identidade social deste concelho está fortemente vincada no **ambiente natural** do concelho. De facto, o ambiente e os recursos naturais são os que marcam presença no território concelhio e revestem-se de grande valor para a comunidade.

O Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros (PNSAC), toda a paisagem serrana, a riqueza de flora e fauna e todas as manifestações cársicas e geomorfológicas marcam o contexto vivencial das populações na medida em que são especificidades únicas do território onde vivem.

Os **Olhos de Água do Alviela**, recurso natural integrante do PNSAC, são um dos elementos mais citados na imprensa local e assume-se no seio da população como referência simbólica identitária mais importante. Os Olhos de Água ou a praia fluvial do Alviela são, desde há largas décadas, um lugar de romaria, um lugar de beleza refrescante, um lugar de socialização escolhido por grande número da população concelhia e até por populações de outros concelhos próximos. Motivo de descanso, de prática desportiva ao ar livre ou simplesmente, motivo de um passeio para recreio em família ou em grupo, os Olhos de Água são o orgulho, o *ex-libris* da população alcanenense.

O **Polje** de Minde e a paisagem serrana de muros de *pedra-seca*, embora em menor dimensão, também são um dos elementos que marcam a identidade da comunidade concelhia. A primeira, manifestação natural que ocorre ciclicamente numa depressão, entre uma serra e outra, é uma revelação única reforçando a singularidade dos recursos naturais, património concelhio.

Mas para além destes, a morfologia do território concelhio também caracteriza a vivência social, conferindo **paisagens** próprias com as quais os seres humanos se

¹³⁴ Aida Costa trabalha na Câmara Municipal de Alcanena e exerce funções de técnica de turismo e eventos

identificam.¹³⁵ As serras a norte, e as planícies a sul, são um contraste benéfico para a beleza do espaço físico. A Serra de Santo António evidencia da chamada *humanização da paisagem*, dado que a intervenção do ser humano sobre a Natureza, adaptando-a as suas necessidades, transformou o rosto das encostas serranas, sendo hoje vistas como mil serpentinas brancas, arrendando o verde e o cinzento das rochas expostas na paisagem.

Assim, como o património cultural tem um valor identitário essencial, a identidade deve ser entendida como realidade dinâmica, em permanente actualização e renovação. A protecção, a recuperação e a valorização das paisagens e do património cultural constituem assim vectores importantíssimos para a qualificação do território e para a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

O técnico de comunicação da CMA, Victor Costa, afirma que o concelho de Alcanena “bebe” da região onde se enquadra de

“identidades mais gerais nomeadamente em duas áreas distintas: o norte do concelho é mais identificado com a sua geografia de montanha e com a cultura das serras (...) as freguesias do sul são culturalmente mais próximas da lezíria ribatejana”. (Vitor Costa, Entrevista, 2007)

Sabe-se que não existe uma cultura isolada e neste caso é normativo a influência territorial de culturas vizinhas. A cultura ribatejana, se é que se pode assim intitular, tem traços próprios determinados pelo seu contexto geográfico e histórico, o caso de Alcanena segue o mesmo processo apenas que revestido de especificidade própria. É claro que os traços de identidade alcanenense absorvem ou partilham alguns elementos comuns com os principais focos culturais vizinhos, o que não impede que Alcanena detenha os seus traços bem vivos quer sejam ou não partilhados com outras comunidades.

A **gastronomia**, produto cultural da sociedade, tem ainda um cunho muito tradicional. A gastronomia de Alcanena é, muitas vezes, associada aos produtos naturais como o mel ou as ervas aromáticas,¹³⁶ ou ainda a outros elementos como os enchidos (a morcela de arroz e outros), a cachola, as iscas de S. João¹³⁷, a açorda de bacalhau¹³⁸ e as

¹³⁵ As paisagens são um dos suportes da memória colectiva, participando na formação das identidades territoriais e da cultura de um país. A diversidade, qualidade e originalidade das paisagens representam hoje um activo crucial para as regiões. (MAOTDR, Programa de acção do PNPOT, p.27).

¹³⁶ O **mel** evidencia-se por ser um produto muito apreciado, determinado por diferentes sabores que derivam das **ervas aromáticas** (na maioria serranas), produzem-se várias denominações de mel características da zona: mel de alecrim, mel de rosmaninhos ou mel de urze. Já os produtos gastronómicos mais afamados e motivo de orgulho pela população são os **queijos** serranos (de vaca ou de cabra), muito populares na região, degustados secos ou frescos, são base de comparação com outros queijos vindos de outras origens, por isso geralmente o povo alcanenense tem nos seus queijos uma referencia de comparação importante, assim também merecem um lugar no leque identitário gastronómico.

¹³⁷ Note-se que estes estão todos relacionados com a matança do porco.

migas. Na doçaria, existe um leque de doces que são considerados típicos de Alcanena: as broas de mel, de pinhão, de amêndoa ou ainda os bolos podres. Os produtos gastronómicos mencionados são os principais representantes da ementa desta comunidade, que assim assumem como seus o tempero e preparação destes pratos, distinguindo-os dos demais.

O PDM de Alcanena considera ainda os **produtos agrícolas** como representante da cultura popular, referindo que:

“não podemos deixar de considerar o peso do sector primário no concelho, não no que este significa em termos meramente economicistas, mas sim no que representa de identidade cultural de uma parte significativa de população residente e consequentemente na caracterização e identificação do seu espaço físico.” (PDM, 1994, p.7)

Certo é que, grande percentagem da população recorreu a esta actividade para sobreviver no passado, permanecendo hoje ainda algumas tradições que resistiram e foram continuando, ficando apenas *“algumas réstias mas pouco expressivas”*, como diz Aida Costa (Entrevista, 2007). Possivelmente este já não seja um marco tão relevante para a comunidade, pois a sociedade modernizou-se e ganhou novos hábitos de consumo. No entanto, é indiscutível a sua importância social pois, a agricultura constitui uma fonte de preservação da unidade da paisagem, a paisagem de Alcanena é em grande parte, produto da actuação do ser humano sobre o meio.¹³⁹

O **Calão Minderico** é um linguajar típico de Minde, vila que possui um sentimento bairrista bastante acentuado. Aí, a comunidade soube manipular o léxico português fruto do desenvolvimento de muitas décadas de comunicação oral, revelando uma maturação social significativa.¹⁴⁰ Este elemento patrimonial cultural imaterial enriquece a cultura do concelho e é uma referência identitária muito forte.

O ancestral mito da tecedeira e da **tecelagem manual**, sobretudo em Minde e Serra de Santo António são, ainda hoje, marcos de extrema importância na identidade das gentes destes dois lugares e que importa preservar devido ao seu forte enraizamento no imaginário popular local.

¹³⁸ Que “é bem alcanenense” segundo Aida Costa. (Aida Costa, Entrevista, 2007)

¹³⁹ Contudo, a população jamais se dissociará por completo desta marca rural, a prevalência dos modos de vida associados ao sector agrícola, silvícola e de criação de gado emite um padrão identitário local que não é de todo abandonado apesar da inserção de novos hábitos. Além do mais, não se pode ignorar que o facto do olival ocupar 70,2% da superfície agrícola do concelho (IDE/UNL, 2006, p.7), cultura que implica a colheita da azeitona e a produção do azeite pela população que é uma grande produtora deste líquido alimentício.

¹⁴⁰ Existe, inclusive, um dicionário exemplificativo deste linguajar denominado de *Piação dos Charales do Ninhou*.

O fabrico ancestral das **velas de cera** em Monsanto, fruto do desenvolvimento forte da apicultura, constitui um elemento identitário de relevo junto das populações de Monsanto.

Em suma, a identidade alcanenense é marcada por elementos naturais e por elementos etnográficos. Confirma-se que é o património natural que tem mais ênfase na definição da identidade social local, pois elementos como a paisagem, a ruralidade e os recursos naturais (essencialmente presentes na Serra de Santo António, Minde e Olhos de Água do Alviela) são os que mais significado trazem para a identidade social, ainda que o património edificado e etnográfico também contribui, embora em menor escala, para a identidade social local.

Pode dizer-se que a diversidade, qualidade e originalidade das paisagens do concelho de Alcanena representam hoje um activo crucial para as regiões (MAOTDR, Programa de acção do PNOT, p.27). Assim, como o património cultural é detentor de um valor identitário essencial, a identidade deve ser entendida como realidade dinâmica, em permanente actualização e renovação. Assim, a protecção, a recuperação e a valorização das paisagens e do património cultural constituem vectores importantíssimos para a qualificação do território e para a melhoria da qualidade de vida das populações locais através de um processo de musealização.

4. Programa de desenvolvimento local:

4.1. O papel da Câmara Municipal de Alcanena na defesa do seu património:

A classificação e inventariação de bens são feitas com base em critérios de carácter geral – histórico-cultural, estético-social e técnico-científico e ainda com base em critérios de carácter complementar – integridade, autenticidade e exemplaridade do bem.

É por de mais evidente que qualquer medida de preservação e salvaguarda patrimonial passará pelas medidas atrás assinaladas.

Por este facto, foi necessário proceder à análise e levantamento do património classificado existente no município de Alcanena.¹⁴¹

Ao averiguar a realidade local referente a esta matéria, não podemos deixar de sentir alguma perplexidade pelo facto de, em todo o município, existir muito poucos imóveis classificados de interesse público ou municipal, não existindo sequer qualquer inventário significativo ou oficial a nível autárquico.

Ora, tal facto constitui uma necessidade premente de, em primeiro lugar, se proceder a um levantamento exaustivo do património para devida inventariação para, de seguida, se proceder à classificação dos imóveis que se enquadrem no citado Artigo 17º da Lei 107/2001, de 8 de Setembro.¹⁴²

O município de Alcanena não poderá ignorar as suas responsabilidades legais e morais no que se refere ao desenvolvimento local e simultaneamente à salvaguarda do seu património que legalmente lhe compete e a que neste estudo já se fez menção.

Ao reconhecer a importância que tem a riqueza patrimonial do concelho de Alcanena e que esta, através da museologia e aliado às boas acessibilidades, poderá potenciar o desenvolvimento turístico local (e até regional), o município de Alcanena terá à sua disposição uma oportunidade única para conceber e implementar um projecto museológico voltado para o desenvolvimento do turismo sustentável, consubstanciando-se num ***museu do território polinucleado***.

¹⁴¹ Para mais informação acerca das potencialidades e condicionantes do património municipal para a rede museológica do concelho, *vide* textos de leitura complementar em Apêndice XXI, intitulados “Reflexão crítica sobre os recursos patrimoniais do município de Alcanena”.

¹⁴² É de referir que grande parte os imóveis são pertencentes a particulares. Porém, devido à sua importância no contexto social, histórico, industrial e por conseguinte, local, pensa-se que será de toda a conveniência proceder à sua salvaguarda.

Para tal, e na inexistência de recursos turísticos tradicionais e primários como o sol e praia¹⁴³, ou perante a inexistência de grandes atracções como mosteiros, castelos, palácios ou outros, há que elaborar um programa político coeso que defenda o património cultural local e que compreende os recursos naturais, culturais e imateriais como elementos de base para o desenvolvimento de um turismo sustentável localizado.

Estes recursos patrimoniais locais poderão funcionar, articuladamente, com o turismo religioso de Fátima e o turismo nacional e até internacional como complemento destes recursos turísticos tradicionais assumindo-se como uma forma de turismo alternativo. Assim, o património histórico, arquitectónico, cultural, paisagístico e natural desempenhará um papel primordial na prossecução deste objectivo, ao qual poder-se-á aliar ainda a outros factores locais estratégicos como o turismo desportivo (nos Olhos de Água), o turismo rural (em Serra de Santo António) ou o turismo de negócios (devido à forte componente industrial do município).

O Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) – próximo quadro comunitário de apoio – visa apoiar, entre outras medidas, a qualificação do território e do património cultural, pelo que será uma oportunidade, dir-se-ia, a última oportunidade de poder concretizar um projecto desta natureza funcionando como fonte principal de financiamento para este efeito.¹⁴⁴

Os princípios já focados dos ecomuseus poderão ajudar a constituir uma forma de concretizar os objectivos mencionados. Existem condições para a criação de um ecomuseu na freguesia de Serra de Santo António onde, como já foi aqui referido, existem provas notáveis da adaptação do ser humano ao seu meio ambiente.

Neste lugar, construíram-se *casinas, marouços, muros de pedra seca e caneiros* moldando a paisagem e o meio ambiente local numa perfeita harmonia entre a natureza e a coexistência do ser humano. Poderá haver percursos pedestres pelo território de Serra de Santo António até à Pia Curseira – o centro do “*complexo hídrico*” ancestral desta povoação ainda hoje visitável e funcional.

Aqui, poderá ser interpretada a forma como o ser humano resistiu à natureza agreste desta região, como venceu os desafios impostos pelas adversidades naturais e tirou partido dos recursos naturais disponíveis, desenvolvendo as actividades ancestrais da tecelagem, da trapologia e da cantonaria.

Este tipo de artesanato local poderá ser utilizado como uma mais valia para as populações em que os ateliês de formação nesta área, criados em parceria e co-gestão com

¹⁴³ Embora exista a praia fluvial dos Olhos de Água, não será o recurso local que, a nosso ver, mobilize o turista uma vez que relativamente próximo se encontram as praias do litoral.

¹⁴⁴ Até ao presente momento, ainda não foram divulgados os regulamentos dos eixos estratégicos do QREN para a região Centro – região onde Alcanena actualmente se insere, uma vez que o Médio Tejo mudou da CCDR-LVT para a CCDR Centro com efeitos a partir de 2007.

as colectividades, autarquias locais, bem como as populações em geral, poderão proporcionar uma forma de, por um lado preservar as tradições locais de uma forma participada e natural, e por outro lado, proporcionar o desenvolvimento económico das populações locais numa área que lhes é muito familiar, mas de certa forma desvalorizada pelo estigma negativo que detém

Neste contexto, este desenvolvimento económico (e até turístico) poderá assumir uma viragem para estas populações que detêm uma auto-estima baixa, em muito devido ao seu isolamento geográfico, bem como dar início a um novo ciclo de desenvolvimento rumo ao Século XXI.

As ervas aromáticas, os chás, o mel, os licores, o pão, o azeite, o queijo, a tecelagem, a cantonaria, a trapologia, o fabrico artesanal de velas e vassouras, ou seja, toda uma cultura e vivência locais, aliadas à natureza e ao meio envolvente são aspectos que importam evidenciar, valorizar, preservar e divulgar para o desenvolvimento sustentável desta região do concelho, construindo, deste modo, uma aliança perfeita entre o passado, o presente, o futuro, a natureza, o ser humano e as actividades que este adoptou e o seu próprio desenvolvimento.

No caso concreto do município de Alcanena, a sua localização geográfica estratégica junto da A1 e A23, distando cem quilómetros de Lisboa, cem quilómetros de Coimbra e vinte e cinco de Fátima e a sua integração no Parque Natural das Serras d' Aire e Candeeiros oferecem condições de acessibilidade excepcionais para o desenvolvimento do turismo.

4.2. Análise SWOT – aproveitamento museológico do património municipal

Após se ter processado o trabalho de pesquisa sobre o património alcanenense¹⁴⁵ e após se ter realizado uma reflexão acerca do mesmo, apresenta-se no quadro seguinte algumas conclusões, estando estas apresentadas sob a forma de uma análise SWOT¹⁴⁶. Através desta análise, vão ser apontados e equacionados vários factos, delineando claramente quais os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças dos recursos patrimoniais passíveis de serem utilizados pelo Museu do Território de Alcanena.

¹⁴⁵ Vide 3.5. deste estudo de caso e ainda Apêndice XIX.

¹⁴⁶ A sigla SWOT significa **S**trengths (forças); **W**eaknesses (fraquezas); **O**pportunities (oportunidades); **T**hreats (ameaças) e remete para o reconhecimento de factos verídicos que caracterizam e estão implícitos, positiva ou negativamente, nas condições do meio em que se engloba e pelo qual é influenciado.

Quadro 6: Análise SWOT dos recursos patrimoniais do Concelho de Alcanena

Análise Interna	
Pontos fortes	Pontos fracos
- Grande numero de festas tradicionais populares; - Qualidade dos produtos gastronómicos; - Património natural e geológico rico; - Dualidade paisagística; - Acessibilidade regional do concelho; - Nascentes do Rio Alviela e praia fluvial; - Centro Interpretação das Nascentes do Alviela; - PNSAC; - Património associado à identidade; - Diversidade da natureza patrimonial; - Etnografia; - Miradouros naturais; - Actividades tradicionais ainda em uso.	- Poucos edifícios históricos; - Quase inexistência de instituições museológicas; - Poluição da água do rio Alviela e do ar; - Mau estado das condutas de tratamento das águas; - Fraca auto-estima das populações; - Diminutos elementos classificados; - Fraca capacidade de atracção do Médio Tejo; - Fraca oferta e divulgação de património ambiental e cultural; - Inexistência de oferta turística estruturada; - Estabelecimentos de restauração sem produtos de qualidade e tradicionais; - Falta de condições actuais para estimular e promover os conhecimentos tradicionais;
Análise externa	
Oportunidades	Ameaças
- Exploração desportiva de grutas; - Animação turística: ambiental e/ou cultural; - Promoção de selos de qualidade (sustentabilidade); - Construção de unidades de alojamento TER e de TN; - Redireccionamento dos fluxos turísticos que se deslocam até Fátima, Tomar e Ourém até Alcanena; - Aplicação dos princípios da Nova Museologia; - Captação de novos segmentos de turistas que procuram o turismo cultural e/ou ambiental; - Construir produtos culturais: artesanato e gastronomia como forma de promover a diversidade cultural e aumentar a auto-estima das populações locais; - Estabelecer rotas patrimoniais;	- Poluição da água do rio Alviela, do solo e do ar; - Fraca oferta de alojamento e programas de animação turística; - Área industrial activa junto a locais de interesse; - Sistemas de tratamentos de resíduos industriais e de águas residuais débil e insuficiente; - Falta de investimento financeiro público/privado e de recursos humanos para o sector da museologia; - Alguma falta de sensibilização política para com as questões da museologia; - Populações com baixa auto-estima.

Fonte: Elaboração própria, 2007

O território de Alcanena apresenta muitas oportunidades viáveis para aproveitar o potencial patrimonial do concelho como forma de contribuir para o desenvolvimento sustentável das populações. Existe um longo caminho a percorrer para se estabelecer a dinâmica museológica, sobretudo porque não existe uma estrutura de museus criada que possa servir de impulso – há ainda que ser criada.

É por este motivo que, em termos de desenvolvimento do turismo, o património natural é, para já, o elemento mais apto para a atracção de turistas, e deverá constituir-se como a primeira área a ser trabalhada em termos museológicos. Já o património edificado necessita de ser requalificado para se integrar como componente turística. O património intangível e a etnografia representam igualmente um aspecto a ser aproveitado, se bem que devidamente enquadrado num projecto museológico específico para cada vertente diversificada deste património. Como todo o património com potencial turístico se relaciona

com a identidade da comunidade, considera-se que o produto turístico baseado na identidade será o mais apreciável e, por isso, deverá ser pelo projecto Museu do Território que se deverá prosseguir.

4.3. Avaliação geral dos recursos patrimoniais do concelho

Para uma análise mais aprofundada das reais potencialidades e condições do património existente no concelho para fins museológicos passa-se a apresentar no Quadro 11 as especificidades que lhes determinam sua importância a este nível.¹⁴⁷

Quadro 7: Grelha de avaliação dos recursos patrimoniais do Concelho de Alcanena

Recursos Patrimoniais	Critérios de Avaliação									
	Contributo para a identidade cultural	Classificação	Escala de importância ¹⁴⁸	Acessibilidade	Impacte ambiental	Impacte/interesse cultural	Aproveitamento turístico	Propriedade ¹⁴⁹	Estado conservação	Pontuação total
Recursos culturais tangíveis										
Casas apalaçadas do início do Séc. XX:	3	-	IL	4	4	4	3	Priv	3	21
Casa da Cultura / Vivenda Moita	4	-	IL	4	4	5	4	Pub	4	25
Vivenda Nazareth	3	-	IL	4	4	4	2	Priv	4	21
Casa do Dr. Carlos	3	-	IL	4	4	3	1	Priv	1	16
Casa de D. Maria Cândida Reis	3	-	IL	4	4	3	2	Priv	3	19
Casa de S. Pedro	3	-	IL	3	4	3	2	Pub	2	17
Casa M ^a Lucília Moita	3	-	IL	4	4	4	3	Priv	4	22
Casa do Sr. Joaquim Moita	3	-	IL	4	4	2	2	Priv	3	18
Casa Açores/ Museu Roque Gameiro (Minde)	4	-	IR	4	4	4	5	Pub	4	25
Casa Alves Ferreira (Vila Moreira)	2	-	IL	3	4	1	1	Pub	3	14

¹⁴⁷ Os recursos patrimoniais estão avaliados numa escala de 1 a 5: “1” é o valor mais fraco representativo de menor importância; o valor “5” é o valor mais alto associado um grau de máxima importância; o valor intermédio “3” representa um valor associado a suficiente. No caso da coluna respectiva ao impacte ambiental, o valor “5” significa um quase inexistente impacte ambiental (isto é, o património está completamente integrado no seu meio), e o valor “1” remete para um impacte ambiental muito activo e/ou maléfico.

¹⁴⁸ A escala de importância será medida por: IL (interesse local); IR (interesse regional); IN (interesse nacional).

¹⁴⁹ A propriedade será apresentada por: P/P (pública ou privada); Pub (pública); Priv (privada);

Continuação de recursos culturais tangíveis	Contributo para a identidade cultural	Classificação	Escala de importância	Acessibilidade	Impacte ambiental	Impacte/interesse cultural	Aproveitamento turístico	Propriedade	Estado conservação	Pontuação total
Edifício dos Paços do Concelho	3	-	IL	5	4	2	1	Pub	4	19
Igreja S. Pedro	4	-	IL	4	5	3	2	Pub	3	21
Igreja Espinheiro	3	-	IL	2	4	3	2	Pub	3	17
Igreja N. Sr. ^a Graça (Bugalhos)	4	-	IL	4	5	3	2	Pub	4	22
Igreja Matriz (Espinheiro)	3	-	IL	3	5	3	2	Pub	3	19
Igreja Matriz N. Sr. ^a Conceição (Louriceira)	2	IIP ¹⁵⁰	IL	3	4	3	2	Pub	3	17
Igreja N. Sr. ^a Fátima (Moitas Venda)	2	-	IL	3	4	3	2	Pub	3	17
Igreja Espírito Santo (Monsanto)	4	-	IL	3	4	3	4	Pub	4	22
Igreja Matriz (Serra St. ^o António)	3	-	IL	2	4	3	3	Pub	3	18
Ermida St. ^o António (Bugalhos)	3	-	IL	3	4	4	3	Pub	3	20
Capela N. Sr. ^a Candeias (Malhou)	3	-	IL	3	4	3	2	Pub	2	17
Capela N. Sr. ^a Remédios (Monsanto)	3	-	IL	3	4	3	3	Pub	2	18
Estátua trabalhador	3	-	IL	5	5	2	1	Pub	4	20
Miradouro J. R. Vieira	3	-	IL	5	5	3	2	Pub	4	22
Museu R.E. Espinheiro	4	-	IL	3	4	4	4	Pub	4	23
Capela do Peral	3	-	IL	4	4	4	4	Pub	3	22
Capela N. Sr. ^a Encarnação (Moitas Venda)	3	-	IL	3	4	2	3	Pub	3	18
Capela St. ^a Marta (Moitas Venda)	3	-	IL	4	4	3	4	P/P	3	21
Capela S. António (Minde)	2	-	IL	4	4	3	3	Pub	3	19
Cine-teatro S. Pedro	3	Inventariado	IL	5	4	4	5	Pub	5	26
Museu da Electricidade	3	-	IL	4	4	2	3	Priv	2	18
Edifício de escritórios Constantino Mota	3	-	IL	4	4	4	2	Priv	4	21
Moseiro de Bugalhos	2	-	IL	3	4	3	2	Pub	3	17
Solar Quinta do Alviela	2	-	IL	3	4	3	3	Priv	3	18
Abrigos circulares de pedra (Serra St. ^o António)	4	-	IL	2	5	3	3	P/P	3	20
Moinhos de vento (Serra St. ^o António)	3	-	IL	2	4	3	2	P/P	1	15

¹⁵⁰ IIP: Imóvel de Interesse Público

Continuação de recursos culturais tangíveis	Contributo para a identidade cultural	Classificação	Escala de importância	Acessibilidade	Impacte ambiental	Impacte/interesse cultural	Aproveitamento turístico	Propriedade	Estado conservação	Pontuação total
Coreto de Minde	2	-	IL	4	4	2	2	Pub	4	18
Mantas de lã de Minde	4	-	IL	4	5	4	2	P/P	5	24
Muros de pedra seca (Serra St.º António)	4	-	IL	3	5	4	3	Priv	5	24
Conjunto de casinas, marouços, caneiros (Serra St.º António)	4	-	IL	3	5	4	3	P/P	5	24
Colecção de bonecas	2	-	IL	4	5	4	4	Priv	4	23
Colecção de objectos de fabrico de velas	3	-	IL	4	5	4	3	Priv	4	23
Colecção de objectos de fabrico de vassouras	3	-	IL	4	5	4	3	Priv	4	23
Colecção trajes	4	-	IL	4	5	4	3	Priv	3	23
Centro Interpretação das Nascentes do Alviela	5	-	IR	3	4	4	5	Pub	5	26
	Contributo para a identidade cultural	Classificação	Escala de importância	Acessibilidade	Impacte ambiental	Impacte/interesse cultural	Aproveitamento turístico	Propriedade	Estado conservação	Pontuação total
Recursos culturais intangíveis										
Rancho Folclórico da Gouxaria	3	-	IL	5	4	4	3	Pub	3	21
Rancho Folclórico Covão do Coelho	3	-	IL	3	5	4	3	Pub	5	23
Rancho Etnográfico e Folclórico St.ª Marta	3	-	IL	3	5	4	3	Pub	5	22
Técnica de fabrico de velas e vassouras	4	-	IL	4	5	4	3	Priv	5	26
Técnica de tecelagem tradicional	4	-	IL	4	5	5	4	Pub	5	28
Técnica de fabrico de pão	4	-	IL	4	5	4	5	Pub	5	28
Técnica de fabrico de mel e licores	4	-	IL	4	5	4	4	Pub	5	27
Técnica de recolha de ervas aromáticas/chás	4	-	IL	4	4	4	4	Pub	5	25
Técnica de fabrico de mantas tradicionais	5	-	IL	4	5	4	4	Pub	5	27
Técnica de fabrico de azeite	4	-	IR	4	4	4	3	Pub	3	22
Calão Minderico	5	-	IR	4	5	5	4	Pub	4	26
Gastronomia	4	-	IR	4	5	4	4	P/P	4	25
Artesanato	5	-	IR	4	5	5	5	P/P	4	28

	Contributo para a identidade cultural	Classificação	Escala importância	Acessibilidade	Impacte ambiental	Impacte/interesse cultural	Aproveitamento turístico	Propriedade	Estado conservação	Pontuação total
Recursos naturais										
PNSAC	5	DC 118/79	IN	4	5	4	5	Pub	4	27
Praia fluvial Olhos de Água	5	-	IR	3	5	5	5	Pub	5	28
Paisagens	4	-	IR	3	4	4	4	Pub	4	23
Gruta da Marmota ¹⁵¹	2	IIP	IL	3	5	2	2	Pub	2	16
Nascentes do Alviela	5	Rede Natural a 2000	IR	4	5	5	5	Pub	5	29
Polje de Minde	5	-	IR	4	5	5	4	Pub	5	28
Pincha de Minde	3	-	IL	4	5	3	3	Pub	4	22
Miradouro natural do Cabeço St. ^a Marta	4	-	IL	3	5	4	4	Pub	5	25
Miradouro natural de Serra de S. António	4	-	IL	3	5	4	4	Pub	5	25
Gruta dos Carrascos ¹⁵² (Monsanto)	2	-	IL	3	5	2	2	Pub	2	16
Grutas de St. ^o António	4	-	IR	4	5	5	5	P/P	5	28
Lapa da Galinha (Vila Moreira)	3	-	IL	3	5	3	3	Pub	3	20
Pias naturais (Serra St. ^o António)	3	-	IL	2	5	3	2	P/P	3	18
Campos de Lapiás (Serra St. ^o António)	3	-	IL	2	5	3	3	P/P	3	19

Fonte: Elaboração própria (2007)

Esta grelha de avaliação permite perceber quais os tipos predominantes de recursos no concelho, assim como a classificação que lhe é própria segundo os critérios enunciados. Para quantificar a avaliação destes recursos foi-lhes atribuída uma nota para cada critério. Ao fazer a soma dos valores atribuídos, os recursos que tenham valores mais altos (ver linhas coloridas a rosa) serão os que melhor aptidão demonstram para reforçar a noção de identidade e património cultural local, de acordo com os critérios chave que se pensa que a museologia no Concelho de Alcanena deva respeitar.

Pode-se, assim, concluir que os recursos patrimoniais mais susceptíveis de musealização ou integração num projecto museológico, e que por isso deverão ser alvo de especial atenção, dentro da classe dos recursos culturais tangíveis são: a Casa da

¹⁵¹ Esta gruta encontra-se encerrada pois está em propriedade privada e o seu respectivo dono não permitir o acesso.

¹⁵² Esta gruta encontra-se encerrada pois está em propriedade privada e o seu respectivo dono não permitir o acesso.

Cultura/Vivenda Moita, a Casa Açores/Museu Roque Gameiro, o Cine-teatro S. Pedro, o Centro Interpretação das Nascentes do Alviela, as mantas de lã de Minde, os muros de pedra seca e os conjuntos de casinas, marouços e caneiros de Serra de Santo António..

No que concerne ao património intangível, salientam-se: a técnica de fabrico de velas e vassouras, a tecelagem tradicional, o fabrico do pão, o fabrico de mel e licores da serra, a recolha de ervas aromáticas e chás, o fabrico de mantas tradicionais, o calão minderico, a gastronomia tradicional e o artesanato de uma forma geral.

Por último, inserido na classe dos recursos naturais sobressaem: o PNSAC, a praia fluvial de Olhos de Água, as Nascentes do Alviela, o Polje de Minde, o miradouro natural do Cabeço de Santa Marta, o miradouro natural de Serra de Santo António e as Grutas de Santo António.

Através destes resultados, torna-se mais evidente a forma de delinear uma aposta estratégica no desenvolvimento de um programa museológico para Alcanena.

4.4. Orientação estratégica para o desenvolvimento local apoiado na museologia em Alcanena

4.4.1. Definição estratégica para o Concelho de Alcanena

A definição estratégica aqui traçada abrange apenas medidas que influenciem o desenvolvimento sustentável no Concelho de Alcanena, com base no património local. Os quadros estratégicos¹⁵³ (abaixo apresentados) possuem um particular interesse pois perspectivam o futuro e traçam um caminho para explorar as potencialidades existentes ainda não aproveitadas. Pretende-se resolver os condicionantes ao desenvolvimento perante vários cenários num horizonte a médio-longo prazo¹⁵⁴.

A estratégia que se irá apresentar visa superar as debilidades já identificadas neste estudo de caso e propor acções que tirem proveito dos pontos fortes, oportunidades e potencialidades emergentes no território em estudo.

Interessa reforçar a competitividade económica de Alcanena (através da promoção do turismo assente num programa museológico alargado no território) no panorama nacional e do próprio Médio Tejo. Interessa promover o desenvolvimento sustentável do concelho, a

¹⁵³ Uma estratégia reúne um conjunto de medidas que só poderão ser realizadas num horizonte mais ou menos alargado devido aos encargos e à mudança de cenários que implicam tendo como objectivo inserir modificações no plano real de um território afim de lhe introduzir ou afirmar uma ou outra vertente previamente estabelecida como finalidade.

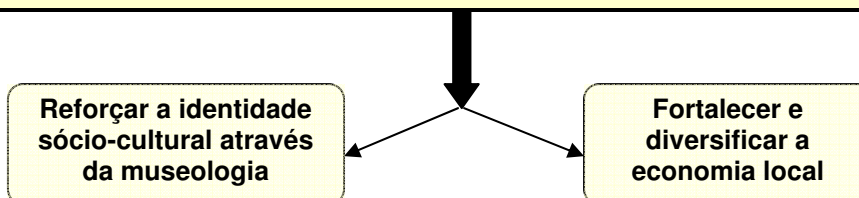
¹⁵⁴ Neste caso não foi delineada nenhuma data que servisse de meta para os objectivos a alcançar.

manutenção e afirmação da identidade sócio-cultural do povo alcanenense, a atracção de receitas e investimentos, tirando proveito do potencial turístico que este concelho detém.

Enfim, trata-se de perspectivar o futuro de Alcanena através da implementação da actividade turística assente num programa museológico. Para atingir estas metas, são tomadas em consideração diversas acções estratégicas, as quais derivam da seguinte e principal visão estratégica delineada neste estudo e que se resume à missão e objectivos gerais do projecto do Museu do Território do Concelho de Alcanena:

Esquema 5: Acção estratégica para o desenvolvimento de Alcanena através da museologia

Promover o desenvolvimento das comunidades do Concelho de Alcanena através do turismo, assente em projectos museológicos, tirando proveito do potencial de recursos patrimoniais, aumentando o número de turistas recebidos e a diversificação de produtos turísticos de qualidade, visando o desenvolvimento sustentável, o reforço da identidade sócio-cultural, o desenvolvimento social e económico das comunidades e a imagem de Alcanena em termos locais, regionais e nacionais.



Fonte: Elaboração própria (2007)

De acordo com a opinião de vários elementos da autarquia alcanenense,¹⁵⁵ o turismo é, de facto, um sector estratégico para o desenvolvimento do concelho de Alcanena. Deste modo, ganha fundamento o intuito de crescimento turístico no concelho. De acordo com os mesmos, a Câmara Municipal de Alcanena teria vantagens em desenvolver esta actividade, assente num projecto museológico fundamentado, já que possui condições efectivas para impulsionar tais finalidades.

Segundo a opinião de Aida Costa¹⁵⁶ e do Eng. Luís Azevedo¹⁵⁷, a CMA tem condições para desenvolver um projecto museológico que fomente o turismo.¹⁵⁸ Aliás, o Eng. Luís Azevedo considera que existirão meios financeiros disponíveis para a prossecução deste objectivo. O que não haverá é pessoal qualificado na área, lacuna que deverá ser colmatada para um bom direccionamento e gestão da actividade no território. No entanto, permanece a confirmação que a museologia e o subsequente fomento do turismo é uma das apostas da CMA.

¹⁵⁵ Vide entrevistas realizadas a vários funcionários e eleitos locais na Câmara Municipal de Alcanena em Apêndice XXVIII.

¹⁵⁶ Aida Costa trabalha na Câmara Municipal de Alcanena e exerce funções de técnica de turismo e eventos.

¹⁵⁷ Eng. Luís Azevedo é o presidente da Câmara Municipal de Alcanena.

¹⁵⁸ Vide Apêndice XXVIII, entrevistas n.º 1, 2, 3 e 5.

4.4.2. Apresentação de acções estratégicas para o desenvolvimento museológico no concelho de Alcanena

As duas metas principais apresentadas no ponto anterior são o caminho lógico para estratégia de implementação de um projecto museológico traçado para Alcanena. O Quadro 13 indica vários objectivos de desenvolvimento estratégico a serem atingidos para a concretização deste ideal de desenvolvimento local.

Contudo, não se poderá olvidar jamais, na tomada de decisões (para o desenvolvimento social, turístico e económico de Alcanena) o propósito da sustentabilidade das acções desenvolvidas.

Quadro 8: Orientações estratégicas para o turismo em Alcanena

Reforçar a identidade sócio-cultural através da museologia	Fortalecer e diversificar a economia de Alcanena
→ Criar e por em funcionamento a rede museológica de Alcanena; → Aumentar a oferta de animação cultural e desportiva: eventos e dinamização de espaços (incentivando a acção da própria população) através da rede de museus; → Promover o destino “Alcanena” na região e restante país (incitar o turismo interno); → Criar e divulgar a marca cultural “Alcanena” (associado a um slogan); → Apoiar a produção de produtos artesanais e gastronómicos tradicionais; → Criar novos produtos e rotas turísticas e culturais: aumentar a oferta; → Dinamizar e divulgar (mais) a praia fluvial, seus equipamentos e o património natural a nível nacional (aproveitar e requalificar espaços inanimados); → Desenvolver actividades de educação patrimonial a partir da rede de museus.	→ Apoiar a criação de unidades de alojamento TER e de Turismo de Natureza em vários pontos do concelho; → Criar e promover vários pacotes e produtos turísticos, bem como a prestação de serviços diversos nas várias unidades museológicas; → Estruturar campanhas de marketing turístico; → Interligar a oferta turística existente e os serviços; → Implantação de sinalética turística do concelho em toda a área do Ribatejo e dentro do concelho; → Apostar na produção de artigos regionais, como artesanato e artigos gastronómicos locais; → Redireccionar mercados turísticos para Alcanena (como aqueles que se dirigem a Fátima, Ourém ou Tomar); → Facilitar e incitar a investimentos de parceria público-privada.
→ Desenvolvimento sustentável de Alcanena → mão-de-obra qualificada	

Fonte: Elaboração própria (2007)

A oferta de serviços em instituições museológicas e a procura turística desses mesmos serviços é uma forma de atrair turistas a visitarem Alcanena. Pretende-se uma aposta no mercado interno de Portugal, pois considera-se muito prematura a promoção externa já que não existe nenhum produto turístico consolidado em Alcanena. A diversificação de pontos emissores de turistas e da oferta de produtos e serviços é importante para o desenvolvimento turístico sustentado da região. A CMA em conjunto com a Região de Turismo do Ribatejo deverão concentrar esforços e promover seus produtos junto de vários mercados reais e potenciais.

A inovação da tipologia de produtos e de roteiros museológicos estruturados complementados com animação desportiva e/ou cultural (tendo em conta a variedade dos recursos presentes no concelho) é uma oportunidade viável que ajudará ao prolongamento da estada do visitante, satisfazendo-o e cativando-o para deixar no concelho mais receitas. Alcanena ganhará atractividade e criará uma imagem exterior de riqueza e interesse em vários cenários possíveis.

Após ter sido exposta a visão estratégica principal, e discernidos quais os objectivos a serem atingidos ou orientações estratégicas a serem aplicadas (Quadro 8), passa-se de seguida à **definição de medidas concretas a adoptar para se atingir a visão estratégica** e os respectivos objectivos definidos:¹⁵⁹

- **Construção e requalificação de meios de alojamento em áreas protegidas e em áreas rurais.** A existência de alojamento em locais atractivos é uma necessidade essencial para o desenvolvimento do turismo de natureza e do turismo rural¹⁶⁰ no concelho. Construir casas de natureza ou abrigos para os visitantes pernovernarem no local (de acordo com a legislação correspondente) é uma mais-valia para o sucesso deste tipo de turismo. Trata-se de uma forma de desenvolvimento que os projectos museológicos conseguem justificar na comunidade. Por outro lado, requalificar casas antigas (para servir o propósito do TER) regenerará o espaço e ajudará ao combate da desertificação e decadência do tecido social e económico local. Aida Costa considera que a recuperação e reabilitação de casas rústicas seria o suficiente para melhorar a atractividade turística do concelho se se tiver em conta as tendências do mercado. O usufruto de meios de alojamento integrados na natureza e em áreas rurais é uma condição para conseguir vender e compor o produto turístico que se pretende característico, de modo a ter sucesso e visibilidade no mercado turístico e junto dos potenciais turistas. Esta acção teria mais sucesso se fosse realizada conjugando esforços resultantes de parcerias publico-privadas.

¹⁵⁹ Vide síntese no Quadro 9.

¹⁶⁰ Por turismo em espaço rural (TER) entende-se, proporciona aos turistas experiências integradas associadas aos valores, práticas e tradições culturais da comunidade acolhedora.

Considera-se importante, neste *item*, a construção ou adaptação de casas rústicas adequadas ao propósito da sustentabilidade dos recursos, isto é, dirigir especificamente algumas unidades de alojamento como unidades turísticas sustentáveis (UTS), que são apoiadas pelo programa de incentivos SIVETUR.

- **Criação de rotas temáticas desportivas e culturais.** As rotas/itinerários de animação, partindo dos núcleos museológicos e dos seus programas de acção, aproveitariam o vasto espaço natural do concelho, interligaria vários pontos, e vários núcleos museológicos, envolvendo a população local na sua organização, podendo até atrair outras camadas dessa mesma população a participar em actividades de animação cultural e desportiva no seu concelho. Trata-se de aproveitar a componente natural que, conjugada com a componente cultural, torna-se numa opção (muito) viável para se promover a auto-estima local e momentos de permuta social e cultural entre as gentes locais e exteriores. Tais rotas iriam permitir dinamizar o território, incrementar e difundir a identidade cultural concelhia e promover ocupações saudáveis. Estas rotas para além de diversificarem os produtos que Alcanena, são um meio para se valorizar e dinamizar os espaços circundantes aos recursos. Seria mais um motivo para a atracção e retenção da estada de turistas e ainda uma ferramenta activa para se difundir a identidade concelhia.
- **Proteger e valorizar o património material.** Através dos projectos museológicos, a recuperação de imóveis degradados e sua requalificação para o acolhimento de iniciativas culturais e/ou turísticas são um factor importante para aumentar a atractividade e a oferta cultural do concelho e servir de equipamento complementar ou básico para o desenvolvimento concelhio e das populações locais. A organização de itinerários entre vários pólos de atracção seria benéfica para o proveito deste património.
- **Preservar o património natural.** Estabelecer políticas de visitantes aos locais naturais de carácter único (como as grutas e locais de observação da paisagem, flora e fauna, entre outros), resolver o problema de poluição do rio Alviela aplicando acções correctivas e estabelecer regras de uso do território natural serão medidas benéficas para estes recursos. A estruturação de itinerários entre vários pólos de atracção seria positivo.
- **Criar ciclovias e pedovias conexas às principais estradas rodoviárias do concelho.** Visa-se melhorar principalmente a EN 361, a EM 365 e a CM 1442 que estabelecem acessibilidade de Alcanena até à Praia Fluvial dos Olhos de Água do Alviela, acrescentando pistas pedonais ou ciclovias paralelas ou conexas à estrada principal. Esta

medida pretende melhorar a qualidade de vida das populações locais dando-lhes condições para realizar caminhadas e percursos de bicicleta em grupo ou individualmente. Também poderia ter um aproveitamento turístico pois seria um instrumento à animação e proporcionaria um acesso fácil, cómodo e seguro a um dos mais procurados recursos do concelho. Esta acção tem o apoio de vários colaboradores autárquicos, é o caso de João José Martins Silva¹⁶¹ que afirma:

“Esta acção poderá ser muito proveitosa ao nível interno pois aproximará a população da natureza, fomentará a ideia de desporto ao ar livre (...) em relação ao turismo poderá ser útil para os que acampam no parque de campismo da praia fluvial mas também pelos que são atraídos por férias e passeios no campo”. (João José Silva, 2007, Entrevista n.º 5)

Esta medida recebe ainda o apoio do Eng. Luís Azevedo¹⁶², que sublinha que esta medida será contemplada no plano de acção municipal que se encontra em fase de elaboração (Alcanena 2013). Já Victor Costa¹⁶³ considera a *“requalificação da via absolutamente indispensável como meio estrutural de valorização do património e dos equipamentos aí instalados [praia fluvial e Centro de Interpretação]”*.

- **Distribuir sinalética turística pelo concelho e material promocional por todo e Ribatejo e outras áreas vizinhas estratégicas.** A implantação de sinalética turística seria um meio para orientar, divulgar e facilitar o acesso de pessoas que se dirijam a um local de interesse no concelho, ou a qualquer dos núcleos museológicos a serem criados, estabelecendo uma rota museológica facilmente acessível e perceptível ao visitante. Já o material promocional, traduzido em cartazes publicitários bem localizados (*moopies* ou *outdoors* localizados sob as vias rodoviárias e pedonais mais importantes da Região Centro e Ribatejo) seria um meio de dirigir e atrair as pessoas até Alcanena e de auxiliar a auto-estima das populações locais que veriam o nome da sua localidade e do seu concelho divulgado e promovido por motivos culturais.
- **Preservar e divulgar o calão minderico.** Enquanto importante componente da oferta cultural, tanto para o fomento da identidade do concelho, como veículo de reflexão acerca da sua realidade local e ainda para o fomento do turismo, o tratamento desta particularidade minderica seria uma oportunidade genuína para se criar acções de animação promovidas pelo núcleo museológico respectivo, envolvendo as várias camadas

¹⁶¹ Vereador do Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Alcanena. Vide entrevista n.º 4, Apêndice XXVIII.

¹⁶² Vide entrevista n.º 1, Apêndice XXVIII.

¹⁶³ Funcionário técnico do Gabinete de Comunicação da CMA

da população: aqueles que utilizaram quotidianamente este código linguístico e os que, embora tenham conhecimento da sua existência, devido à sua idade não chegaram a utilizar este meio de comunicação de forma mais regular. Poder-se-ia criar acções didácticas (como *workshops*) junto da população jovem acerca deste dialecto típico, aproveitando os testemunhos humanos reais para transmitir esta sabedoria a um determinado público.

- **Criar um novo produto turístico: a museologia industrial.** O turismo industrial dirige-se para um mercado específico que procura interagir com a cultura económica de um destino, obter experiências activas e muito específicas. Esta tipologia de turismo permite reutilizar e revitalizar espaços industrializados desocupados, ou espaços industrializados em funcionamento. Como se sabe, Alcanena é um concelho rico em indústria (principalmente de curtumes), por isso haveria condições primárias suficientes para desenvolver este tipo de turismo em Alcanena. A criação de um itinerário com várias componentes relacionadas seria verdadeiramente cativante.
- **Criar um novo produto turístico: a museologia gastronómica e paisagística.** Tendo-se em consideração as características geomorfológicas do território concelhio, a elaboração de uma rota/itinerário que passe por todas as freguesias (ou por parte delas), segundo um horário escalonado preestabelecido, combinando a componente gastronómica com a ambiental seria uma combinação muito agradável.¹⁶⁴ De igual modo a própria rede de museus poderia proporcionar a oportunidade do visitante observar como se prepara e confecciona um produto gastronómico (por exemplo os queijos, o pão, o azeite, o mel) e experimentar a sua degustação local. Complementando este, seguir-se-ia uma apreciação e interpretação paisagística. Seria o ideal para um produto turístico de cultura e de descanso em contacto com a genuinidade do ar puro da serra. Já que o território de Alcanena é marcado pela paisagem serrana e a planície, faria sentido tirar proveito desta realidade uma vez que a paisagem é parte integrante da identidade das populações.
- **Criar um novo produto turístico: rota do património religioso do Concelho de Alcanena.** Visto existirem numerosos edifícios religiosos no concelho¹⁶⁵ (alguns de grande qualidade artística e beleza arquitectónica), criar um percurso que passe por vários

¹⁶⁴ Imagine-se uma refeição num moinho de vento.

¹⁶⁵ Em quase todas as freguesias existe pelo menos uma igreja histórica ou uma capela.

elementos religiosos (testemunhos de vários estilos e épocas) poderá ser um produto com ênfase, se bem estruturado e preparado para o público.

- **Incentivar a utilização de fontes de energia renováveis ou amigas do ambiente nos projectos museológicos.** Seria importante para o desenvolvimento sustentado, a colocação de painéis solares sobre o telhado de vários edifícios, ou aproveitar-se a energia eólica ou hidráulica, produzindo-se energia sustentável com redução de custos de consumo energético a longo-prazo. Esta medida é uma opção ecológica e económica importante (pois iria cumprir as metas estabelecidas no Protocolo de Quioto e reduziria os custos energéticos) aproveitando os recursos existentes e reduzindo a dependência energética, ao mesmo tempo que preservaria o ambiente, colocando Alcanena no caminho de um destino sustentável de acordo com as correntes modernas.
- **Apostar na produção de artigos regionais, como artesanato e artigos gastronómicos locais.** Apostar nos núcleos museológicos em artigos regionais (muitos deles de características únicas como é o caso das mantas mindericas ou das teigas e balaios) ou ainda dos artigos gastronómicos locais, proporcionará maiores fontes de receita aos produtores locais e uma melhoria das economias das respectivas comunidades, baseado no produto cultural das populações.
- **Estruturar campanhas de marketing turístico: criar e promover a marca cultural *Alcanena*.** Esta medida teria como objectivo criar uma imagem atractiva e de qualidade do destino *Alcanena*. Esta campanha de marketing (a elaborar por profissionais do ramo) é essencial para a promoção do destino “Alcanena”, criando pontos de referência no público-alvo através da marca, de um slogan e de uma imagem de marca. Assim, passar-se-ia a associar “Alcanena” a uma imagem, a uma identidade (alusiva a uma ou diversas realidades), susceptíveis de atrair a atenção dos passantes e dos potenciais turistas. Esta nova marca poderia ser atribuída a diversos produtos materiais (como o mel, o azeite, ou o queijo) ou a diversos serviços ligados aos núcleos museológicos. Pretende-se a valorização, a notoriedade, a promoção e a diferenciação de produtos tradicionais e/ou únicos associando-os a um elemento integrador intangível, a marca. A marca remeteria directamente para a identificação do território de origem. A criação e comercialização desta marca seria um incentivo ao orgulho e sentimento de pertença da comunidade alcanenense que veria sua identidade ser difundida e motivo de reconhecimento.

- **Organizar um núcleo institucional do turismo: a sede do Museu do Território.** Esta nova entidade passaria a ser responsável e promotora do turismo no Concelho de Alcanena. Possuiria um conjunto de técnicos qualificados que tratariam do desenvolvimento sustentável, promoção, organização e gestão de produtos, recursos, eventos, actividades e visitantes em Alcanena, bem como das questões museológicas inerentes aos diversos núcleos, fazendo a ligação entre todos eles. Criar um posto de turismo neste espaço seria um serviço de extrema importância na orientação e apoio a turistas bem como no apoio à promoção da rede museológica e do diverso património tangível e intangível do concelho. Poderia funcionar, em termos museológicos, como a porta de entrada do concelho de Alcanena.
- **Criação de mecanismos de certificação de qualidade.** Esta medida dependeria de uma entidade exterior predisposta a proporcionar certificação e selos de qualidade dos produtos que Alcanena dispõe assegurando a qualidade do produto comercializado ao público. Esta medida de certificação iria proporcionar uma concertação dos produtores e dos meios produtivos. Seria um modo vantajoso de promover, dignificar e certificar o destino e a marca *Alcanena*. Atingir-se-ia e conquistar-se-ia o(s) público(s)-alvo estrategicamente através da qualidade e marketing.¹⁶⁶ Esta medida promoveria uma cultura de inovação, modernização e diferenciação do produto artesanal e ainda valorizar-se-ia e dar-se-ia visibilidade à imagem do concelho de Alcanena.
- **A Câmara Municipal de Alcanena deverá formular um plano de acção para o desenvolvimento sustentável do turismo baseado na rede de museus.** A CMA deverá comprometer-se, através do documento estratégico Alcanena 2013 que se encontra em fase de elaboração, com o desenvolvimento sustentável do seu território, assumindo os projectos museológicos como um dos suportes centrais deste desenvolvimento. Outras medidas poderão ser promovidas no âmbito da gestão dos recursos naturais e humanos de modo a acompanhar o paradigma de sustentabilidade corrente por toda a Europa e em Portugal, referente ao ordenamento do território, ao uso de energias renováveis e à diminuição de impactes negativos sobre o ambiente, *inter alia*.
- **Criar um portal de promoção e publicidade turística na Internet.** Aliar as novas tecnologias com as necessidades de informação e comunicação é, hoje em dia, uma oportunidade muito eficiente, face aos hábitos emergentes da nova sociedade. A Internet é

¹⁶⁶ Por exemplo: *Azeite de Alcanena*, *Mel de Alcanena*, *Queijos de Alcanena*, com um rótulo indicando a certificação de qualidade e certas características; ou um hotel cujos serviços sejam de qualidade e exclusividade reconhecida.

assumida como um meio privilegiado de comunicação, pois é um canal de divulgação actual e rápido, disponibilizando informação completa e estruturada de acordo com as opções do consumidor (a nível de núcleos museológicos, rotas, restauração, hotelaria, programas de animação, por exemplo). Este portal seria um modo de aliciar potenciais turistas a deslocarem-se até Alcanena e programarem sua estada, chegando a todos os tipos de públicos.

- **Publicitar/promover a rede museológica de Alcanena.** A correcta estruturação desta rede, com o estabelecimento de rotas entre os vários museus ou a visita a apenas a um museu deve ser cuidadosamente trabalhada. Este novo serviço cultural deverá ser promovido em complemento de animação e acções educativas a nível ambiental ou etno-cultural e à oferta de alojamento. No entanto a promoção dos museus deverá descrever as marcas identitárias e o simbolismo social de cada um dos museus integrantes nesta rede museológica de modo a não passar uma sensação de superficialidade.

Quadro 9: Quadro-Síntese de acções para realizar o potencial turístico de Alcanena

➔ Construção e requalificação de meios de alojamento em áreas protegidas e em áreas rurais ➔ Criar novos produtos turísticos ➔ Criação de rotas temáticas: turismo industrial, gastronómico, paisagístico, religioso ➔ Proteger e valorizar o património tangível e intangível concelhio ➔ Criar ciclovias e pedovias conexas às estradas principais ➔ Distribuir sinalética turística e material promocional por áreas vizinhas estratégicas ➔ Preservar e divulgar o calão minderico ➔ Formular um plano de acção para o desenvolvimento sustentável do turismo	➔ Publicitar fortemente a rede museológica (e cada um dos museus integrantes) associada a animação ambiental ou de alojamento ➔ Requalificação de meios de alojamento ➔ Incentivar a utilização de fontes de energia renováveis nos projectos museológicos ➔ Divulgar uma imagem atractiva e de qualidade do destino <i>Alcanena</i>: desenvolvimento de marketing turístico ➔ Organizar um núcleo institucional do turismo: a sede do Museu do Território ➔ Criação de mecanismos de certificação de qualidade ➔ Criar novos produtos turísticos e apostar na produção de artigos regionais como artesanato e artigos regionais. ➔ Promover e publicitar a oferta de Alcanena num portal de Internet
--	--

Fonte: Elaboração própria (2007)

A Associação de Municípios do Médio Tejo assume no seu documento estratégico que a diversificação da base económica alcanenense passa por “*potenciar o desenvolvimento do turismo e lazer*”, sugerindo até, a criação de pacotes turísticos compósitos, a criação de novas rotas e a agilização dos processos de licenciamento de empreendimentos turísticos, assim como, a “*elaboração do Plano de Desenvolvimento e Valorização do Turismo do Concelho*” (AMMT, 2006, p.9).¹⁶⁷

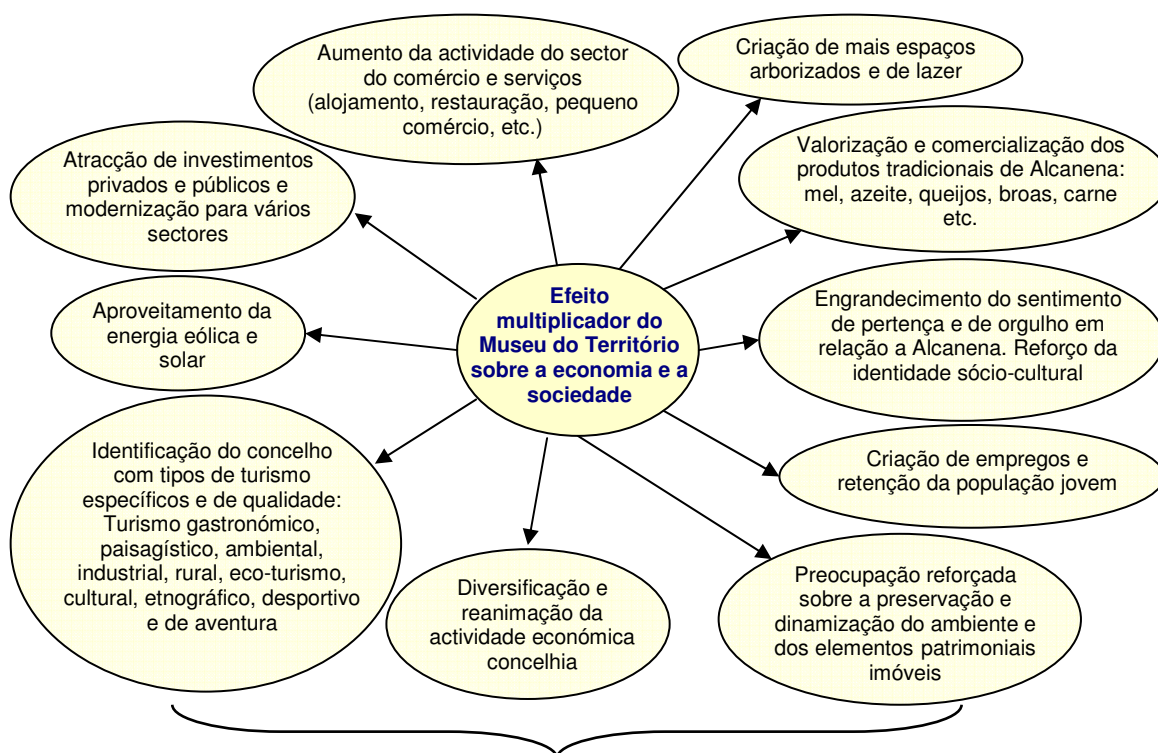
Assim, é reconhecido que, através da rede de museus do concelho de Alcanena, o fomento e implementação do turismo (sustentável) no município é uma mais-valia para o desenvolvimento do potencial deste concelho ribatejano. Espera-se que a orientação estratégica e as acções propostas através da implementação do programa museológico e a consequente valorização do património local existente, origine o aumento da qualidade e da oferta turística, o reforço da mesma actividade turística no tecido económico concelhio e o aumento do investimento turístico no concelho levando ao desenvolvimento das comunidades locais, tudo isto, como já se referiu, assente nos programas museológicos que sustentarão estas medidas.

Compreende-se agora melhor que a museologia seja promotor de experiências integradas, desencadeia múltiplas actividades complementares a si mesma, como é o caso do turismo, e ajuda a cuidar do ambiente envolvente. Através da museologia, o potencial de desenvolvimento sustentável extravasa o limite do próprio turismo, pois, sendo esta uma actividade económica, é também uma actividade social. Ela não sobrevive por si só, alimenta-se de toda a dinâmica do território onde se implanta e por consequência influencia também toda essa dinâmica gerando novos movimentos e reforçando dinâmicas já existentes.

Assim, a implementação de um projecto museológico transversal no concelho de Alcanena poderá ter efeitos secundários ou multiplicadores (repercussões) sobre o tecido económico e sobre a sociedade, nomeadamente:

¹⁶⁷ Para mais informação acerca da reflexão sobre o desenvolvimento do potencial turístico do concelho de Alcanena, *vide* textos de leitura complementar do Apêndice XXII.

Esquema 6: Efeito multiplicador do Museu do Território em Alcanena



DESENVOLVIMENTO CONCELHIO SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DA MUSEOLOGIA

Fonte: Elaboração própria (2007)

A reanimação ou revitalização do tecido económico de Alcanena proposto neste estudo, incide sobre os efeitos positivos que a museologia pode originar. A recepção de turistas iria não só deixar dividendos às entidades directamente relacionadas com os museus e o turismo (artesãos, estabelecimentos de alojamento, restauração e empresas de animação, *inter alia*), como também permitiria deixar receitas ao comércio tradicional local, aos serviços e fornecedores locais e à população empresarial prestadora de serviços e produtora de bens (bens que seriam mais facilmente escoados para consumo dos turistas). Através da museologia, o aumento e fomento do mercado turístico em Alcanena irá reforçar a competitividade económica concelhia, potenciando o desenvolvimento de serviços prestados mas também melhorando a qualidade de vida da população através das receitas angariadas, mas por outro e sem esquecer nunca por todo um serviço social que proporcionará às suas populações.

4.5. Proposta de programa museológico do Museu do Território de Alcanena:

4.5.1. Apresentação de um novo projecto museológico para Alcanena

O Museu do Território de Alcanena é um projecto que visa envolver cada munícipe e visitante no conhecimento da diversidade do concelho, tirando proveito do potencial patrimonial deste território, ao mesmo tempo que se promove o desenvolvimento sustentável da comunidade e da economia local. É um plano de acção interventivo sobre o território que gira em torno da criação e funcionamento de um Museu com sede em Alcanena e de vários pólos museológicos que criarão uma rede dentro do perímetro concelhio alcanenense. Esta rede museológica virá representar, simbolizar e reforçar a identidade social presente neste concelho de forma sustentada, pois coloca o património material e imaterial ao serviço da comunidade que serve e do seu desenvolvimento social e económico.

O propósito desta rede museológica não se esgota no reforço da identidade sócio-cultural, pois tem ainda como objectivo impulsionar a actividade turística, através de um produto turístico inovador no território que assenta na diversidade de ofertas que este concelho tem para oferecer: Alcanena representa um território rico em espaços naturais, geomorfológicos e paisagísticos, sendo igualmente rico em etnografia e cultura local. Apresenta potencialidades para a implementação de pontos de interesse turístico de carácter paisagístico/geológico, gastronómico, industrial, etnográfico, artístico, arqueológico e religioso.

O Museu do Território pretende ser um meio difusor da cultura alcanenense, assim como um representante simbólico da identidade local. A identidade é, aliás, o pilar destes pólos museológicos visto que cada um representa um aspecto particular da vida social do concelho, e por isso, estes museus relacionam-se intimamente. A concretização desta rede museológica vem dar seguimento à estratégia de intervenção delineada pelo PDM de Alcanena (1994, p.40) onde se propunha a construção de um Museu dos Curtumes para expressar a cultura e a economia do concelho. Assim, a esta ambição vem-se agora juntar a preparação de mais museus que se afirmem como um todo no território. A ideia é agregar e relacionar estes museus de modo a que dêem uma “fotografia” global e proveitosa do concelho. Poder-se-á pensar Alcanena como: Alcanena terra museológica.

Esta rede museológica terá também uma postura pedagógica junto da população local, pois será um instrumento para aproximar o património às pessoas e explicar-lhes a razão de ser e o valor desse património para que o entendam e o interiorizem como parte

integrante da sua identidade cultural. Será necessário aproximar os museus das comunidades para fazer chegar uma tradução clara e emocionante desse património. O importante é reconhecer que existe um *fio condutor* que relaciona e interliga estes museus. Este fio condutor é a cultura social desta região, e o turismo é o trovador que o dá a conhecer a todos os que queiram ouvir e desfrutar.

Cada um dos museus apresentados representará aspectos específicos da cultura alcanenense. Assim, compreende-se que, no produto museológico em projecto, estarão todos interligados por uma relação cultural e social, com influências de elementos que determinaram essa cultura, como é o caso da água, do rio e da geografia (a serra e a planície). Todos estes preciosos elementos da natureza condicionaram as actividades industriais de curtumes, de têxteis, o desenvolvimento da povoação, enfim, toda a realidade alcanenense. Essa realidade está representada em cada um dos museus¹⁶⁸. Esta rede de museus vem, assim, interpretar a história e a razão de ser para que as indústrias, as povoações e os factores naturais aí existentes se desenvolvessem, criando um lugar único. Deste modo, cada um dos núcleos museológicos desta rede irá divulgar, interpretar e afirmar a identidade social local.

Torna-se óbvia a grande utilidade e contribuição que esta rede museológica poderá prestar ao turismo de Alcanena e ao futuro deste concelho. Estes núcleos museológicos são um trunfo, um meio precioso para alcançar os resultados pretendidos, pois, além de preservarem a memória e o património que a ilustra, reforçam identidades, prestam um serviço social e público útil através da disponibilização de informação, interpretação, transmissão de conhecimentos, disponibilização de momentos e locais de reflexão social, bem como espaços de dinamismo cultural. Pode dizer-se que o museu educa muito a curto prazo e gera riqueza a longo prazo.

Esta rede será uma forma do município se servir do património natural, humano, cultural e industrial para promover não só o turismo no município, como proporcionar uma forma de desenvolvimento sustentável no concelho baseado no património. Assim, percebe-se que esta rede irá servir o património (no sentido da sua conservação e revitalização) e do mesmo modo proporcionará um desenvolvimento sustentável para o concelho diversificando a economia local através da viabilização do turismo.

Um destino que se queira afirmar no mercado turístico só se pode fazer valer pelos recursos autênticos e singulares que possui, diferenciando-se dos demais destinos. Alcanena engloba uma região rica em cultura etnográfica mas também rica em elementos

¹⁶⁸ Por exemplo, os grupos etnográficos locais evidenciam estas marcas no modo de vestir, pelos conteúdos do vestuário, pelos objectos exibidos, pela letra das músicas, *inter alia*. São manifestações culturais influenciadas pela indústria do têxtil e do couro. São representativos do resultado de uma interacção social determinada pelas condicionantes locais.

naturais singulares. Portanto, a concentração, o tratamento turístico e a valorização de todo o património concelhio, reunido e tratado nos museus temáticos (relativos a vários aspectos da identidade cultural da região), são potencialmente uma bandeira que dará voz e visibilidade a Alcanena no panorama nacional do turismo. Assim, é perfeitamente compreensível a implantação desta rede polinucleada. Segundo Vítor Costa, técnico de comunicação da CMA *“há experiências e projectos nacionais já implantados que demonstram a validade deste tipo de rede e de equipamentos”* (Entrevista, 2007.), projectos estes com sucesso ao nível da valorização cultural do território e da comunidade, mas também, ao nível do impulso no desenvolvimento económico local.

A diversificação cultural é uma arma contra a homogeneização dos produtos turísticos oferecidos na maioria dos destinos turísticos. A realização desta rede atrairá prestígio e rendimentos ao Concelho de Alcanena que ganhará exclusividade cultural, afirmando sua identidade (marcada essencialmente pelas indústrias e pelos recursos ambientais únicos que possui) ao serviço do turismo. Certo é que estes museus irão preservar quer o património tangível quer o intangível produto de todo o processo histórico local. O que também é muito provável e esperado é que este projecto museológico faça *“um apelo à estadia no concelho”*.¹⁶⁹ Esta rede museológica, sem sombra de dúvida, incita à prática de turismo e ao desenvolvimento dos serviços prestados ao turista no concelho. Por consequência, esta rede museológica incita ao desenvolvimento social e económico.

4.5.2. Programa museológico

4.5.2.1. Apresentação

O Museu do Território do Concelho de Alcanena será sediado na Vila de Alcanena. Terá a sua sede no edifício vivenda Maria Lucília Moita, pelo que o edifício terá que ser adquirido para o efeito. O Museu apresentará pólos museológicos constituídos em núcleos descentralizados pelo concelho e que englobarão roteiros temáticos organizados por fases, consoante a prioridade, em colaboração com as comunidades e freguesias.

O Museu do Território de Alcanena terá como **missão** a promoção, salvaguarda, valorização, protecção e dinamização do património global em todas as suas vertentes: arquitectónico, histórico, social, artístico, etnográfico, cultural, natural, bem evidente nas comunidades do concelho, por forma a promover maior coesão social, desenvolvimento

¹⁶⁹ Aida Costa, técnica de eventos e turismo na CMA, Entrevista 2007.

sustentado, valorização das identidades e memórias colectivas locais, bem como o fomento do turismo.

Terá como **vocação** ser um Museu Integrado agregando qualidades e aspirações da comunidade local e regional; projectar Alcanena, através da sua História, estudando o passado para orientar o futuro; fazer a análise e interpretação do progressivo moldar do território, onde nasceu e se tem desenvolvido o município, das suas gentes, integrado na região em que está inserido.

Pretende-se que com a implementação da rede museológica de Alcanena, se **encete uma mudança na sociedade** local, que provoque uma transformação transversal em todo o concelho, gerando mais valias económicas e sociais. Em termos **económicos** haverá lugar à criação de postos de trabalhos (directos e indirectos); aumento do sector turístico (restauração e alojamento); divulgação das potencialidades turísticas de Alcanena e todo o seu concelho; revitalização do comércio tradicional. Em termos **urbanos** facilitará a renovação dos tecidos urbanos, modernizando-os e referenciando-os. Em termos **culturais** fará a protecção e divulgação de um património secular dos munícipes; promoverá o património histórico-natural de Alcanena e ajudará na criação de infra-estruturas culturais. Em termos **sociológicos** será um espaço de encontro de gerações e confluência de culturas e identidades, espaço de reflexão e discussão, bem como lugar de orgulho na vila e restantes núcleos urbanos.

Este museu do território tem como **objectivos gerais**: valorizar, difundir e preservar os valores culturais de Alcanena; divulgar o património cultural ligado às diversas tradições e mobilizar a sua capacidade de iniciativa e investimento; reabilitar/modernizar as produções tradicionais, melhorando a sua competitividade e a respectiva comercialização; contribuir para a melhoria das infra-estruturas e equipamentos culturais locais; diversificar a base produtiva em moldes competitivos; fomentar as iniciativas de impacto regional, através da captação de novos fluxos turísticos de nível nacional e internacional; apoiar as actividades económicas e o desenvolvimento endógeno; projectar um museu segundo as tendências e recomendações da Nova Museologia e Museologia Social; criar um centro de cultura que, tendo como base a comunidade, é vivo e dinâmico, com capacidade regenerativa e de actualização; incentivar a comunidade para o estudo, investigação e preservação do seu património local; contribuir para formação e fruição da população e dos visitantes criando um centro de referência cultural, dentro e fora do concelho; gerir um vasto plano de manifestações culturais em todo o território, sensibilizando desde o início a comunidade para o projecto em curso, encorajando a participação voluntária com os seus saberes e interesses; criar riqueza turística sustentada tendo como base os recursos naturais, culturais, as características sociais e comunitárias; enfatizar a importância da

história, memória e património local como pilares para o desenvolvimento de políticas culturais; investigar o património cultural serrano como herança de referência dos habitantes da região da Serra d'Aire e Candeeiros; aprofundar o conhecimento das diferentes manifestações culturais e do património local no território de Alcanena dando-lhes espaço de divulgação e convivência e, por fim, constatar as características e a revalorização do curtidor de Alcanena e dos tecelões serranos e de Minde enquanto factores identificadores deste território.

Assim, para atingir os objectivos gerais mencionados, deverão ser atendidos os seguintes objectivos específicos: sensibilizar a população em geral; auxiliar a autarquia nas tarefas de planeamento e reorganização cultural; implicar a comunidade escolar numa forma pedagógica de ensinar a história e a evolução de todo o concelho e região; promover o turismo local e regional através da protecção e divulgação das artes e ofícios tradicionais; criar estruturas e sinergias que apoiem as actividades de criação e promoção cultural; consultar e envolver a comunidade, aumentando a consciência cívica, para conhecer e desenvolver as suas potencialidades locais; criar parceiras com as instituições públicas e privadas dentro e fora do concelho, construindo pontes de colaboração e inter ajuda; actualizar e enriquecer os conhecimentos do património material e imaterial, natural e cultural geral do concelho, através de uma política contínua de inventariação, classificação, interpretação, conservação, restauro, exibição e aquisição de novo espólio; reforçar a preservação do património cultural facilitando a ligação entre tradição e actualidade; rentabilizar estruturas existentes e trabalhos anteriores.

A prática do **turismo cultural** pode caracterizar-se pela configuração de diversas tipologias de rotas, por forma e diversificar a oferta, como objectivo de captar uma maior diversidade de públicos. Poderão ser criadas as seguintes rotas: históricas, arqueológicas, artísticas, museológicas, da arquitectura industrial, da arquitectura popular, do artesanato, de interesse etnográfico, literárias, gastronómicas, acontecimentos cadenciados e, por fim, rotas da religiosidade e do imaginário popular.

4.5.2.2. Estrutura formal do Museu do Território

O Museu do Território de Alcanena apresenta uma estrutura Polinucleada, tendo como futura sede o edifício Vivenda Maria Lucília Moita, em Alcanena. Serão aí reunidas todas as valências e serviços obrigatórios para a estruturação legal de um edifício museológico com catorze pólos integrados em várias freguesias do concelho.

O Museu do Território de Alcanena será organizado com base nos conceitos da Nova Museologia, tentando transmitir o conceito de globalidade: a identidade, a história da formação do concelho, quotidiano da população, passado e expectativas do futuro. O Museu do Território não se limita a um edifício, sendo um ponto de partida para explorar todo o concelho. A sede do Museu do Território será espaço de recepção e informação ao visitante que terá assim a possibilidade de escolher o seu percurso pelo concelho de Alcanena.

De seguida, passa-se a apresentar os vários núcleos museológicos que integram esta rede museológica. Serão apresentados consoante a sua localização, valências, espaços previstos¹⁷⁰, sempre tendo em mente o propósito de articulação em rede dos mesmos.

São catorze os núcleos museológicos em causa: o Museu do Curtume (Alcanena); Pólo do Museu do Curtume em Gouxaria; o Museu da Boneca (Alcanena); Museu de Arte Contemporânea (Alcanena); o Museu da Comunidade de Minde (Minde); o Museu Roque Gameiro (Minde); o Museu Rural e Etnográfico (Espinheiro); o Museu do Traje (Gouxaria); o Ecomuseu (Serra de Santo António); o Museu da Vela e da Vassoura (Monsanto); o Lagar-museu ou Museu do Azeite (Malhou); Moinho (Chã de Cima); o Núcleo de Arqueologia (Moitas Venda); o Carsoscópio (Olhos de Água). Estes museus¹⁷¹ não terão personalidade jurídica. Turisticamente poderão ser vendidos separadamente enquanto produtos isolados, contudo pretende-se que sua promoção seja valorizada pelo conjunto que representam, enquanto rede museológica, representante de uma só cultura e identidade: a comunidade alcanenense.

A descrição dos museus será necessariamente breve, pois trata-se de um projecto-base que necessitará de ser especificado mais pormenorizadamente para cada um dos núcleos.

¹⁷⁰ As instalações de museus devem possuir, necessariamente, espaços de acolhimento, exposição, de reservas e de serviços técnico-administrativos (Dec.-Lei nº 47/2004, capítulo III: artigo 51º), para corresponder às necessidades de quem procure e deseje visitar o museu. De acordo com a referida lei, as instalações do museu deverão conter também espaços adequados ao cumprimento das funções museológicas, como é o caso de pelo menos uma biblioteca/centro de documentação, área de actividades educativas e oficina de conservação. O acervo será constituído por tecnologias e utensílios utilizados ao longo da evolução tecnológica da indústria a que concerne. Também deverá haver a exposição de produtos vários (possíveis) assim como da sua aplicação da produção respectiva.

¹⁷¹ Refira-se que o Carsoscópio não será um museu, mas sim, um centro de interpretação ligado à rede de Ciência Viva, mas que deverá integrar esta rede como forma de acção integrada de promoção e educação por via do património local.

Museu do Curtume (Alcanena)

Este museu irá localizar-se dentro do perímetro urbano de Alcanena num espaço actualmente ocupado pelas instalações dos chamados “antigos celeiros” (com cerca de 800m²). O espaço final das instalações escolhidas terá o acesso viário facilitado pela a EN 513-1. Tratando-se de um projecto já em curso, a obra encontra-se adjudicada apesar de ainda, neste momento, se encontrar a aguardar financiamento público para a sua execução¹⁷².

O edifício final terá dois pisos. Inicialmente, a ideia era estabelecer este museu numa antiga fábrica de curtumes, no entanto, concluiu-se que estas possuem maus acessos e não garantem os requisitos necessários para a exibição dos objectos devido ao espaço disponível e às suas características de construção.

Este museu, devido à sua temática, será o mais carregado de simbolismo, pois é o representante mais evidente e o produto mais importante da cultura e da economia do Concelho de Alcanena. Não existe, em Portugal, outro museu com esta temática e como o Concelho de Alcanena concentra a maior parte desta indústria, desde meados do Século XVIII, parece importante salientar que se reúnem aqui as condições necessárias, com todos os recursos *in situ* para se estabelecer um produto turístico inovador. Este espaço museológico será dedicado, essencialmente, à promoção, salvaguarda, dinamização e valorização do património industrial concelhio. Este património será exposto tendo em atenção a vertente arquitectónica, arqueológica, histórica, cultural, social e etnográfica, focando elementos da memória do povo e os testemunhos humanos e técnicos da indústria de curtumes.

O museu do curtume apresentará ao seu público vários espaços com peças de couro, colecções e documentações sobre a história dos curtumes na região, exposições de informação sobre o contributo desta indústria na formação deste concelho e o esclarecimento da importância das características deste espaço geográfico para o aparecimento desta indústria e, consequentemente, do desenvolvimento deste povoado.

Para além do já especificado, este espaço irá: proporcionar aos utentes um historial da evolução dos curtumes; fornecer um conjunto de indicadores sobre a importância da actividade dos curtumes para a criação do concelho; caracterizar integralmente da indústria dos curtumes no concelho, dos vestígios mais antigos até à actualidade; dar a conhecer a importância dos curtumes na economia, sociedade, política e emancipação de Alcanena; dar ênfase à visualização de todos os elementos, através de painéis a elaborar para o efeito; informar de todo o processo evolutivo da curtimenta numa perspectiva de

¹⁷² Este museu é um dos dois únicos projectos de toda a rede que já foi presente a candidatura para financiamento, encontrando-se presentemente em situação de *overbooking*, no Programa Operacional de Cultura, 2007.

contraponto, passado–presente; exibir maquinaria emblemática e representativa das diferentes fases de transformação e tratamento da pele; implementar meios audiovisuais e informáticos que possibilitem a visualização de vários aspectos; implementar ateliês de carácter lúdico e didácticos orientados para a experimentação; constituir de um percurso a designar de “Rota do Couro” onde será possível visitar locais emblemáticos desta indústria e elaborar a carta arqueológico/industrial que possibilite a visualização de toda a iconografia relacionada com os curtumes.

Deverão ser estabelecidas parcerias com o Centro Tecnológico da Indústria do Couro (CTIC), sediada em Alcanena, a Centro Tecnológico da Indústria do Couro (CTIC) também sediada em Alcanena, bem como outras empresas do sector.

Desde Janeiro de 2003 que foram recolhidas cerca de quinhentas peças que farão parte do acervo do museu. Contará, ainda, com um centro de documentação, uma oficina de conservação e restauro, uma loja do museu, serviços educativos, espaço de exposições temporárias e um local de exposição permanente com peças, instrumentos e testemunhos da indústria de curtumes. O museu do curtume irá prestar esclarecimentos acerca dos impactos sociais, culturais, ambientais e económicos que advieram dos curtumes a nível municipal e supra-municipal.

Não menos importante, esta instituição museológica também tem a missão de proporcionar uma visão menos negativa da indústria de curtumes, chamando a atenção do visitante de que esta actividade não tem de ser uma ameaça para a natureza e para o ambiente, mas que é parte do seu próprio processo de reciclagem. O curtume não tem de ser um processo poluente, pois a natureza providencia todos os materiais necessários para a transformação da pele desde que é retirada ao animal até se transformar em produto acabado do couro. Ainda faz parte da missão deste museu promover o conhecimento das influências do curtume, ao nível económico, social e cultural, no país e no mundo. Mas ainda, este museu será o ponto de partida para se estruturar um produto de turismo industrial em Alcanena.

Prevê-se a abertura deste museu em 2010, caso não haja atrasos de financiamento ou atraso de obras de execução.¹⁷³

Este núcleo museológico funcionará como “centro” ou “base” dos outros museus a serem implantados, isto é, o museu do curtume reunirá todas as valências e serviços obrigatórios para a estruturação e consideração legal de um edifício museológico, enquanto que os outros museus reunirão apenas algumas das valências necessárias pois nem todos os espaços destinados à ocupação destes museus apresentam condições físicas para

¹⁷³ Vide Figura 41 – Maqueta do Museu do Curtume, Apêndice XV.

albergarem todas as valências necessárias, daí que esta lacuna irá ser compensada pelas valências do museu do curtume.

Pólo do Museu do Curtume (Gouxaria)

Esta extensão do Museu do Curtume pretende interpretar o processo tradicional, não industrializado mas sim artesanal, de transformação da pele, bem como a tecnologia que lhe está associada.

A Gouxaria é uma localidade onde a actividade de transformação das peles teve uma proeminência muito forte, cujas origens remontam há muitas gerações atrás.

Um dos aspectos que importa salientar são alguns dos vestígios ainda existentes no âmbito da arquitectura típica destes espaços da curtimenta.

Neles são ainda visíveis o modo como esta actividade se desenrolava num contexto de exploração familiar, como ainda no presente se pode constatar, não obstante as transformações decorridas através dos tempos.

No caso em apreço, trata-se de recuperar um conjunto arquitectónico que reúne de forma bastante completa e original, todo o contexto em que a actividade de transformação das peles se desenrolava em finais do Século XIX e princípios do Século XX.

O complexo reúne em si o espaço habitacional e todas as restantes partes, devidamente faseadas, onde se procedia à transformação das peles.

Será, por isso, um núcleo museológico instalado numa antiga unidade fabril que marca um determinado momento da transformação que esta indústria sofreu. Neste núcleo, haverá diversos espaços distintos recuperados: a casa de habitação do curtidor, a oficina de curtume, o espaço de secagem, embalagem, a horta e o estendal. Contará com um espaço para reserva, serviços educativos, loja, recepção, espaços de exposição permanente e temporária, não necessitando, aparentemente, de um centro de documentação, uma vez que esse espaço já existe no Museu do Curtume. Os serviços administrativos serão relativamente reduzidos, uma vez que este núcleo funcionará como complemento do referido Museu do Curtume

A principal atractividade deste espaço será a possibilidade de omitir a informação acerca dos processos de curtimenta (pois esses serão veiculados no Museu do Curtume) e dar maior ênfase na musealização *in situ*, recriando ambientes que possam transportar o visitante para outros tempos e outras formas de trabalhar a pele.

Para além do já especificado, este espaço irá: proporcionar aos utentes uma visão das condições existentes para o desenvolvimento dos curtumes no final do Século XIX e princípio do Século XX; exhibir utensílios únicos e emblemáticos das técnicas alcanenenses

na transformação da pele e representativos das diferentes fases do seu tratamento; implementar meios audiovisuais e informáticos que possibilitem a visualização de vários aspectos; implementar ateliês de carácter lúdico e didácticos orientados para a experimentação; fazer parte da já referida “Rota do Couro”.

Para a prossecução deste objectivo, será necessário estabelecer uma parceria público-privada com os proprietários deste imóvel que já se disponibilizaram para esse fim. De igual modo, será necessário estabelecer um protocolo de colaboração com as colectividades locais (Centro Sócio-Cutural de Gouxaria e Rancho Folclórico de Gouxaria) que possuem os conhecimentos e os recursos indispensáveis para o envolvimento da comunidade neste projecto que se deseja próximo das pessoas e onde estas se possam rever nas questões da sua identidade e memória colectivas.

Os objectivos deste espaço deverão, deste modo, compreender o seguinte: proceder à musealização *in situ* de uma antiga fábrica de curtumes no seu estado original; dar a conhecer os antigos espaços de transformação da pele em contexto de exploração familiar; desfrutar de um espaço original onde se pode ter uma percepção completa do tratamento das peles em contexto familiar; criar propostas de encenação temáticas, criativas e didácticas com base nos testemunhos contextualizados; organizar diversos discursos, de modo a que o museu possa contar temas fascinantes; conhecer a arquitectura dos primeiros espaços industriais; identificar habitações emblemáticas.

As estratégias para atingir estes objectivos passam pela celebração de um protocolo com a família proprietária (família Carvalho); recuperação integral dos espaços integrantes, zona familiar e zona de tratamento das peles; mostra das três fases principais do processo de tratamento das peles, ribeira, transformação e acabamento inseridas neste contexto familiar e a ilustração dos referidos passos tendo por base maquinaria coeva, fidedigna e devidamente contextualizada.

Museu do Traje (Gouxaria)

Pretende-se, através deste projecto, analisar e reflectir acerca da temática que envolve o folclore em geral, e o estudo do traje tradicional e popular em particular.

Estudar o folclore, ou as tradições populares, não será mais que estudar especificidades de um povo inserido no seu espaço próprio, da sua realidade e vivências locais e comunitárias numa determinada época e num determinado contexto, ou seja, da sua identidade própria e específica moldada através de séculos de sucessivos contributos de inúmeras gerações.

O traje tradicional e popular constitui a expressão da vida e da vivência de um agregado social, de uma comunidade, quiçá uma das parcelas mais importantes do património tangível.

O traje tradicional e popular traduzia a feição e a alma da comunidade local. Era produto do tempo, do espaço, e da própria criação humana que eram, no fundo, as grandes condicionantes do traje.

O Rancho Folclórico de Gouxaria (Alcanena) é detentor de um vasto espólio de peças de vestuário de grande riqueza e beleza recolhidas localmente e que importa salvaguardar e estudar, pois, através deste património, é possível entender muitos aspectos ligados às vivências das populações e das suas identidades locais.

É objectivo deste pólo do Museu do Território contextualizar os objectos realizando um trabalho de qualidade fidedigna e representativa do significado de cada um, a sua proveniência, utilização e relação com a população. Dar-se-á a conhecer as diferentes fases de pesquisa, elaboração e concepção do projecto divulgando o resultado através de exposições permanentes ou temporárias em espaço adequado ao efeito. A estreita colaboração com a entidade do Rancho Folclórico da Gouxaria neste projecto será de grande importância envolvendo a comunidade da Gouxaria para a defesa e preservação do seu/nosso património.

A Junta de Freguesia disponibiliza um edifício público que poderá ser adaptado para esta finalidade. Pretende-se que este museu possua um espaço de exposição temporária e outro de exposição permanente; uma reserva, um centro de documentação, uma oficina de restauro, recepção, loja e espaço de serviços educativos.

Como objectivos gerais deste projecto pode-se referir: pesquisar e aprofundar informação para se entender não só aquilo que se está a recolher, mas também o relacionamento das pessoas com esses objectos; estudar a proveniência dos trajes e a sua utilização pela população local estabelecendo estes relacionamentos; contextualizar os objectos procurando realizar um trabalho de qualidade fidedigna e representativa do significado de cada um deles; dar a conhecer as diferentes fases de pesquisa, elaboração e concepção de um projecto desta índole; divulgar o resultado de toda esta pesquisa através de uma exposição num espaço adequado para o efeito.

As estratégias para a implementação destes objectivos passam por contextualizar a Gouxaria e a região onde se insere para melhor enquadramento no tema em análise; reunir toda a mostra possível dos trajes e elementos etnográficos caracterizadores desta localidade; exhibir em espaço adequado para o efeito todo o acervo de acordo com as temáticas definidas; adaptar para o efeito instalações adequadas à mostra do espólio

reunido e, por fim, criar um circuito interpretativo e museográfico que demonstre a realidade evolutiva do Rancho Folclórico da Gouxaria.

Museu da Boneca (Alcanena)

As comunidades, e por vezes os sujeitos individuais, têm vindo a revelar enormes capacidades na preservação de importantes sectores do património tangível através do coleccionismo.

A constituição de espólios particulares tem-se revelado fundamental para determinados segmentos do conhecimento, que importa preservar, nomeadamente no campo do lúdico, seja dos brinquedos ou, neste caso, das bonecas.

A exibição deste tipo de colecções estimula o esforço de valorização dos sujeitos envolvidos, como é o caso em apreço, para cuja preservação do espólio, se recorre à utilização, mediante adaptação de uma escola, espaço muito ligado ao imaginário das crianças.

O Museu da boneca é um projecto que a autarquia se encontra, neste momento, a desenvolver, tendo surgido a partir da existência de uma colecção particular de mais de quatro mil exemplares e respectivos acessórios e outras curiosidades que a proprietária vai recolhendo e restaurando. Neste pólo, que será situado no edifício da antiga escola de ensino pré-escolar, será organizada e montada a colecção visitável em colaboração com a proprietária. Nesta extensão do Museu do Território dá-se a conhecer uma colecção de bens culturais conservados por uma pessoa singular, num espaço público que reúna as condições necessárias para o desempenho de funções museológicas.

O pólo Museu da Boneca terá como função administrar todo o património de objectos que sejam afectos ao museu, programar e dinamizar as actividades do espaço elaborando o plano anual de actividades; proceder à inventariação, conservação e restauro das bonecas; complementar o trabalho de inventário com estudos antropológicos e contextualizar todos os objectos permitindo que cada um conte uma história de forma a reproduzi-la em contexto museológico.

O espaço contará com uma sala de exposição permanente, na qual haverá uma rotatividade dos objectos em exposição em ciclos de dois meses; sala de restauro; sala de exposições temporárias, recepção e loja, bem como espaço de serviços educativos.

A aposta neste núcleo poderá ser ganha se se souber tirar partido dos serviços educativos, em que uma acção voltada para as crianças, e até para adultos, numa abordagem do simbologia que os brinquedos, e neste caso, as bonecas, possuem no imaginário das pessoas, poderá ser uma forma de cativar públicos para a discussão de

variadíssimos temas e assuntos que poderão contribuir para o desenvolvimento e coesão social.

Os principais objectivos deste espaço museológico será criar um espaço atractivo destinado a integrar uma colecção de bonecas; dar a conhecer uma colecção de bens culturais conservados por uma pessoa singular, num espaço público que reúna as condições necessárias para as necessárias funções museológicas; administrar todo o património de bonecas que vier a ser afectado ao museu; organizar e montar a colecção visitável em colaboração com a proprietária salvaguardando as funções educativas e museológicas; programar e dinamizar a actividade do espaço, utilizando o espólio como forma de estimular o sentido crítico das populações.

Para tal, deverão ser aplicadas as seguintes estratégias: disponibilizar para o efeito um imóvel no centro urbano de Alcanena que reúna as condições necessárias para o efeito (neste caso, a antiga escola do ensino pré-escolar de Alcanena); criar um espaço de exposição, sala adequada para o efeito, denominada “exposição principal”; conceber expositores adequados para o efeito; criar outro espaço de exibição com características tecnológicas, denominado “hospital das bonecas” para efeitos de restauro e a funcionar de forma didáctica; conceber um espaço de formação polivalente onde serão desenvolvidas actividades adequadas e pertinentes; proporcionar espaços agradáveis proporcionadores de lazer atractivo para as crianças e criar as condições necessárias à segurança de circulação das crianças.

Museu de Arte Contemporânea (Alcanena)

O Museu de Arte Contemporânea de Alcanena surge de uma vontade expressa da autarquia no intuito de dar relevo a segmentos de arte contemporânea de colecções particulares, tornar público este importante acervo, tornando-se numa considerável mais valia para todos quanto dele possam fruir.

A implementação deste segmento museológico, numa região ainda carenciada de instituições museológicas desta natureza, potencia um desenvolvimento sócio cultural tornando-se, não apenas num local de fruição e estudo, mas também num agente criativo e difusor de conhecimento.

Este Museu pode e deve funcionar como um pólo dinamizador de toda a região, convertendo-o num centro de investigação, conservação, exposição e difusão da arte contemporânea.

Podendo funcionar no edifício sede do Museu do Território, minimizando os custos e optimizando os recursos humanos e logísticos existentes, apresentará os seguintes objectivos: dotar o Concelho de Alcanena num pólo importante e difusor da arte

contemporânea; procurar estabelecer parcerias e permutas com outros museus congéneres de modo a levar a cabo mostras temáticas e estabelecer e criar hábitos de visita e fruição no seio da população em geral com especial atenção para as escolas.

Para tal, deverão ser implementadas as seguintes estratégias: integrar o espaço num edifício emblemático de preferência a sede do Museu do Território que deverá ser localizado na Vila de Alcanena; criar nesse mesmo espaço zonas destinadas às exposições permanentes mas também espaços para exposições temporárias; dotar o museu com sistemas de segurança indispensáveis à protecção do seu espólio, assim como todos os sistemas necessários a uma eficaz conservação preventiva, quer nas áreas de exposição quer em reserva; dotar essa mesma infra-estrutura com condições adequadas no que diz respeito ao controle de iluminação, raios UV, temperaturas e Hr; criar um espaço educativo próprio e adequado ao desenvolvimento de actividades educativas com o público escolar; dotar o museu com um espaço destinado à criatividade, fruição e lazer por parte do público adulto e, por fim, criar uma academia de artes sénior.

Museu da Vela e da Vassoura (Monsanto)

Monsanto é a segunda maior freguesia do concelho de Alcanena em termos de área. Inserida no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, distingue-se pelas actividades artesanais como as do fabrico de vassouras e velas.

Encerra um conjunto enorme de potencialidades turísticas, nomeadamente no campo da gastronomia, grutas e as paisagens que permitem a criação de percursos relacionados com a natureza.

As actividades artesanais de fabrico de vassouras e velas têm persistido nesta localidade pela insistência de famílias que ao longo de décadas se tem dedicado a estas actividades dando continuidade ao trabalho desenvolvido por gerações anteriores.

Este espaço museológico tem por base a actual actividade laboral de um empresário/artesão de Monsanto que se dedica ao fabrico artesanal de velas e vassouras, desenvolvido por antepassados seus.

O proprietário, pretendendo criar melhores condições para a continuação destas suas actividades económicas, encontra-se disponível para acordar com a autarquia de Alcanena uma parceria público-privada para a prossecução deste projecto numa tentativa de continuação desta actividade, uma vez que actualmente já não possui condições nas actuais instalações. A cedência de uma parcela de terreno, por parte do proprietário, para a obra que a autarquia realizará, promoverá as necessárias condições para apresentar um núcleo

museológico onde o saber-fazer tradicional de artigos locais¹⁷⁴ possa continuar a perdurar no tempo.

As populações terão, neste espaço, um lugar onde a sua identidade e memória colectiva possa servir de ponto de partida para novas discussões acerca do futuro e do seu desenvolvimento social, dos perigos decorrentes da diminuição da diversidade cultural e identitária, originado pelo fenómeno da globalização, e a necessidade de perpetuar a memória colectiva e identidades locais.

Trata-se duas actividades bastante antigas nesta localidade e que derivam directamente da abundância de matéria-prima existente por via das características naturais do local: por um lado, a produção de mel, de onde surge a necessária cera, e por outro o aproveitamento da matéria-prima das florestas.

Existindo um acervo de engenhos específicos bastante antigos, a parceria pretende edificar uma nova fábrica de velas, preparada para a exploração turística da mesma, onde se irá produzir as velas com os engenhos e utensílios originais ao vivo, num espaço estruturado para receber turistas e promover não só esta temática, mas a própria rede de museus municipais..

Haverá um espaço de exposição de produtos e um espaço para interacção dos turistas com a produção. O espaço contará com exposição permanente, exposição temporária, ateliê de fabrico artesanal de velas e vassouras, recepção, loja, serviços educativos, um pequeno espaço de documentação e outros espaços necessários para a laboração (arrumos, caldeira, armazém, *inter alia*). Não se prevê espaços específicos para reserva ou conservação uma vez que os utensílios e engenhos tradicionais irão estar em pleno funcionamento.

Como objectivos principais do museu, este espaço deve possibilitar o conhecimento do modo de fabrico artesanal das velas e das vassouras; dar a conhecer as diferentes fases de ambos os fabricos; dar a conhecer as matérias-primas base de ambos os produtos, suas proveniências e ameaças que enfrentam no seu meio natural; proporcionar o contacto directo entre o produtor e consumidor em ambiente de trabalho artesanal e estimular nos visitantes o gosto pela preservação do património.

Para tal, como estratégia para obtenção desses objectivos, deve-se definir com o proprietário/artesão de ambas as actividades, o modo de utilização/inserção das oficinas neste projecto; definir as metodologias de recuperação dos espaços artesanais, possibilitando a sua utilização em termos de circuito museológico; quantificar os custos das intervenções a realizar nas respectivas instalações; instalar painéis de informação alusivos

¹⁷⁴ Que à primeira vista possam não parecer apresentar grande interesse museológico, mas que na realidade constituem um elemento identitário muito forte no seio da população local.

aos modos de fabrico de ambos os produtos; definir um percurso museográfico devidamente assinalado nas localidades e criar espaços de comercialização para ambos os produtos.

Museu da Comunidade de Minde

Este museu pretende ser uma montra daquilo que é a identidade e as memórias colectivas de toda uma comunidade com fortes tradições culturais, económicas e sociais.

Os têxteis estão, hoje, na base de desenvolvimento da Vila de Minde, embora o fabrico artesanal das famosas mantas de Minde tivesse na origem da actividade económica local. A partir desta actividade, a comunidade desenvolveu a forma peculiar de comunicar internamente, sendo, como se referiu, o calão minderico um forte aspecto identitário desta comunidade. A implementação deste museu auxiliará na recuperação de algumas destas tradições, quase esquecidas nas teias do tempo, mas cujas marcas, ainda se encontram presentes na memória das populações presentes.

A sua concretização deve basear-se nos seguintes aspectos muito vinculados na sociedade minderica, à volta dos quais é necessário prosseguir nas pesquisas: divulgar a evolução histórica da indústria do fabrico de têxteis no concelho de Alcanena; promover a conservação e estudo do património tangível ligado a esta indústria de modo a promover a preservação e divulgação da identidade local e, por fim, envolver os centros tecnológicos deste sector bem como entidades empresariais.

Será necessário, para este efeito, adquirir um edifício à família Nogueira situado próximo de outro museu actualmente em execução (Museu Roque Gameiro). A proximidade de um e outro, junto a uma zona nobre da vila constitui um ponto forte para ambos os espaços. Tratando-se de uma unidade fabril dos anos sessenta do Século XX, este espaço poderá representar iconograficamente as marcas da indústria têxtil. A ocupação das instalações da referida unidade fabril têxtil desactivada contribuirá para a requalificação do património industrial, da estrutura urbano-arquitectónica de uma área industrial desocupada e a promoção da identidade local enquanto detentora de um espaço museológico industrial.

O museu irá retratar o processo histórico da tecelagem de mantas mindericas, da implementação local dos têxteis, o processo de produção, expositores com algumas e variadas peças demonstrativas e exemplares, e toda a história da comunidade minderica, situada numa zona geográfica com características geológicas únicas. Com efeito, a criação do Museu da Comunidade visa preservar o património intangível e tangível, promovendo ainda a investigação museológica neste domínio (recolha, preservação e divulgação de informação/testemunhos).

O projecto do Museu da Comunidade em Minde está ainda numa fase inicial de execução, estando a proceder-se à identificação e recolha de informação e utensílios. O acervo a colocar à disposição do conhecimento do público será composto por utensílios e maquinaria utilizada no processo de produção, bem como pelos diferentes tipos de produtos resultantes e suas aplicações. Deverão ainda ser expostos exemplares resultantes das principais aplicações dos produtos e dos processos tecnológicos decorridos. Espera-se que este museu mostre a evolução de uma comunidade também ela ligada à indústria ao mesmo tempo que reavivará os ensinamentos do preceito de tecer no tear manual através de um ateliê de tecelagem específico.

Para tal, deverá ser celebrado um protocolo de cooperação entre o Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro (CAORG)¹⁷⁵, que possui os conhecimentos e recursos para desenvolver este ateliê. Esta colectividade constituir-se-á um parceiro crucial para o bom funcionamento deste espaço, uma vez que, pela sua missão, visa precisamente os mesmos objectivos que se preconizam para este museu.

Em termos temáticos mais concretos, o museu focará **das mantas**: a tecelagem das mantas na sua fase inicial bem como os respectivos métodos artesanais de produção; os diversos tipos de teares utilizados e seus métodos de funcionamento; diversos tipos de mantas, bem como os respectivos padrões e fios utilizados; mapa de localização das tinturarias e fiações antigamente existentes em Minde e o processo de obtenção das mantas na forma mecanizada.

Da **lã**, o museu focará: a importância da lã na região; aspectos da pastorícia e tosquia; diferentes processos da sua transformação tais como a cardação e fiação; fiações antigamente existentes em Minde; processo de tingimento da lã bem como as respectivas tinturarias existentes.

Da **indústria das malhas**, o museu focará o surgimento desta indústria em 1945; as primeiras peças tecidas; a maquinaria inicial adaptada; a mecanização das primeiras máquinas adaptadas; o processo evolutivo até à computadorização; o tecido empresarial e o património arquitectónico.

O museu apresentará, ainda, um espaço de **interpretação da cor**. A cor foi, desde sempre, um elemento muito presente na realidade de Minde, sobretudo pelo papel desempenhado pelas fiações e tinturarias que ali existiram. Eram normais as práticas

¹⁷⁵ O CAORG foi fundado em 13 de Outubro de 1989, no Cartório Notarial de Alcanena. Em Novembro de 1991 foi declarado instituição de utilidade pública, sendo sua actividade de reconhecida importância na dinamização e animação de valores culturais e artísticos, esta instituição tem uma estrutura de funcionamento organizada por Núcleos de Actividade: Escola de Música, Escola de Dança, Ateliê de Desenho e Pintura, Sala de Exposições Temporárias, Biblioteca e Centro de Documentação, Museu Roque Gameiro e Ateliê de Tecelagem Tradicional (mantas de lã).

laboratoriais para o estudo e desenvolvimento das cores a aplicar no tingimento dos fios. Assim, este espaço deverá desenvolver espaços de interpretação explicativos sobre a função da cor; mostrar diversos contextos de produção da cor; recorrer a estratégias informáticas permitindo que o visitante veja o espectro da relação da luz com a cor e as mudanças que é possível ocasionar; possibilitar ao visitante, recorrendo a meios informáticos, criar novas tonalidades, dando origem a um processo aditivo de formação de cores; desenvolver aplicações informáticas que possibilitem ao visitante interagir e saber o significado das cores (por exemplo, cinzento – elegância; vermelho – paixão; azul – harmonia); explorar a cultura das cores, o caso dos partidos políticos ou dos clubes de futebol e, por fim, relacionar os têxteis com as cores, as tinturarias, os processos de tintagem, os tintes e as plantas tintureiras.

Quanto ao **linguajar minderico**, deve tentar-se preservar este modo de comunicação; apresentar um balanço do passado e presente deste linguajar e a exibição e mostra do dicionário minderico em grande espaço e escala de observação.

Este museu, para além dos espaços de exposição permanente e temporária, recepção, loja, serviços educativos, reserva, oficina de conservação e restauro, deverá ainda incluir um ateliê de tecelagem de mantas tradicionais e um centro de documentação sobre a temática aqui apresentada.

Museu Roque Gameiro (Minde)

O Museu Roque Gameiro¹⁷⁶ irá situar-se em Minde, na conhecida Casa Açores (que se encontra a ser recuperada), localizada na Rua D. Nuno Álvares Pereira. A Casa Açores, outrora pertença deste artista, é actualmente propriedade da Câmara Municipal, sendo que a entidade que irá dinamizar este espaço será o CAORG.

Este espaço museológico já possui um programa museológico e um projecto de arquitectura, havendo financiamento aprovado em regime de *overbooking* para a sua execução que se encontra, neste momento a decorrer. Por carência de instalações destinadas à conservação e exposição do espólio artístico do pintor aquarelista Alfredo Roque Gameiro, e sendo considerável o seu valor artístico e cultural e o seu respectivo interesse público, foi pensada a criação deste museu no contexto municipal de modo a

¹⁷⁶ Alfredo Roque Gameiro, grande pintor e aquarelista português (1864-1935), deu à aquarela pergaminhos nunca atingidos que lhe conferiram a criação de uma verdadeira escola. Utilizou uma técnica poderosa, de extraordinária acuidade visual, que lhe permitia captar os segredos das coisas e dos seres de forma privilegiada. Interpretou o mar português, pintou trechos da costa e da paisagem de Portugal, revelando um enorme poder plástico, feito de segurança e de finura, ambas conjugadas. Afirmou-se como retratista de processo simples, directo e penetrante. Foi exímio ilustrador. Deixou escola através dos filhos e discípulos que lhe continuaram a obra.

suprimir esta carência. Este museu é um dos dois únicos museus que possui projecto museológico e que tem financiamento aprovado (embora, como se referiu, em regime de *overbooking*). Edifício de três pisos, contemplará uma zona de arquivo, uma pequena oficina e instalações sanitárias, zona de exposições, salão multiusos, ateliê para a prática da aquarela e desenho, e dois gabinetes (um gabinete de gestão e um outro de informação). Contará, ainda com serviços educativos.

Este museu ocupa uma área de aproximadamente 2.500m², localizado em pleno centro histórico de Minde. Exporará e divulgará uma colecção de aquarela, estando enquadrada num jardim botânico riquíssimo (integrante da estrutura do museu). Será importante estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas, uma vez que se pretende que a colecção existente seja ocasionalmente complementada ou enriquecida com a exposição de obras de alguns dos seus mestres e discípulos. Este museu terá também nas suas valências um espaço de espectáculos e, como se referiu, um ateliê para desenvolvimento da aprendizagem da aquarela (local onde se desenvolve a função didáctica de arte e cultura).

Este pintor veio transformar a ideia social tida sobre a arte da pintura em aquarela na altura pois no seu tempo não era muito apreciada a arte com este tipo de pintura sendo considerada como “arte menor”. O artista veio, de algum modo, revolucionar a ideologia da altura (Século XIX) em relação à arte de pintura em aquarela, afirmando todo o seu potencial em exemplares artísticos de beleza e valor. Através da exploração destes aspectos pelos serviços educativos, as populações poderão reflectir acerca da sua própria realidade e das mensagens que o artista deseja transmitir através da sua arte. A dignidade que este espaço oferecerá à memória deste artista tão querido na comunidade, contribuirá, seguramente, para a melhoria da auto-estima das populações locais.

Logicamente, este museu destina-se essencialmente a albergar exemplares de pinturas deste artista, a divulgar e manter espécies de flora catalogadas e raras no seu jardim botânico e a receber eventos e espectáculos no seu espaço, demonstrando-se, assim, todo o dinamismo que este museu pode criar, enriquecendo sem dúvida, a cultura e a vida social do concelho. Pensa-se que terá sua abertura no ano de 2010, esta data depende do financiamento e do ritmo de trabalho de execução das obras.

Como objectivos gerais do museu, este deverá pretender a possibilidade de exibição das obras deste pintor, aquarelista e ilustrador, considerado a principal referência nacional na técnica da aquarela; dar a conhecer as suas obras na posse de particulares as quais poderão ser exibidas em exposições temporárias; mostrar o espólio dos seus discípulos, nomeadamente dos seus filhos, netos e outros, estabelecendo para o efeito parcerias com museus e coleccionadores privados; aproximar o grande público, local,

regional e nacional, à obra de Alfredo Roque Gameiro e aumentar a oferta cultural do concelho.

Como estratégia para atingir estes objectivos, deverá: ter lugar a recuperação integral da sua antiga casa, a Casa Açores; adequar-se o edifício com instalações apropriadas à conservação da colecção que vier a integrar e/ou a exibir e recriar-se *in situ* uma ambiência de acordo com o *modus vivendi* do pintor e artista.

Museu Rural e Etnográfico do Espinheiro

O Museu Rural e Etnográfico do Espinheiro é, actualmente, o único museu existente no município sendo acessível através da EN 565-1 (que liga Espinheiro a Abrã), da EN 504 (que liga Espinheiro a Amiais de Baixo) e a EM 1143 (que liga Espinheiro a Malhou).

A criação deste museu assumiu-se como uma forma de preservação da identidade de uma comunidade rural, já pertencente ao passado, mas ainda suficientemente próxima para ser um espaço de partilha de memórias e vivências de referência identitária que articula gerações. Porém, sendo o único museu no município, localizado na freguesia mais distante da sede de concelho, com uma falta de recursos humanos que pudessem proporcionar uma actividade pedagógica ou lúdica não favoreceu o normal desenvolvimento da actividade museológica neste espaço.

Tendo em conta que, actualmente, este espaço se apresenta como um espaço inactivo, apenas possuindo uma exposição permanente que raramente é modificada, uma nova dinâmica junto de um público mais jovem a quem se pretende passar o testemunho da memória, e também junto de outras camadas da comunidade poderá ser um passo para tornar este num local lúdico, do conhecimento, que ajude a pensar a história, os procedimentos técnicos e as tecnologias, as relações do homem com a natureza, o trabalho e as actividades. O facto de se tratar de um museu comunitário, já existente, sem êxito actual devido à inércia que existe na sua acção, considera-se que a inserção deste museu numa rede municipal que possa implementar uma nova dinâmica, auxiliará o museu a dar o salto qualitativo de que necessita através da implementação dos princípios da nova museologia.

Este museu¹⁷⁷ é gerido em parceria entre a Junta de Freguesia do Espinheiro e a Câmara Municipal de Alcanena, sendo, apesar de tudo, um valioso testemunho das tradições sócio-culturais do Espinheiro. É apenas visitável mediante marcação através da referida Junta ou através do Serviço de Cultura da CMA. Esta instalação, cujo início da colecção se deve ao Sr. João David Lourenço, recolhe e expõe um vasto espólio temático relacionado ao mundo rural, nomeadamente utensílios domésticos, a matança do porco, a

¹⁷⁷ Rever Figura 29, Apêndice XV.

carpintaria, a água, o vinho, as chaves, o fabrico de pregos, o azeite, a cerâmica, a pólvora, os cereais, as ferramentas, a resinagem, a lavoura, o vestuário e a iluminação.

A exposição divide-se por dois pisos, atingindo uma área total de cerca de 190 m² de exposição, o que não impede de apresentar deficientes condições de instalações.

Aconselha-se a continuação da sua investigação e da recolha de testemunhos assim como um tratamento mais dinâmico do espólio existente.

Como novos objectivos traçados para este espaço, propõe-se a aproximação deste espaço às populações através da implementação dos princípios da nova museologia; procurar transmitir testemunhos de uma realidade que, devido às profundas mutações ocorridas, acabou por desaparecer, utilizando para este efeito as seguintes estratégias: proceder à recolha de objectos relacionados com as actividades agrícolas, o pastoreio, a olivicultura, os ofícios tradicionais, o mobiliário e a actividade florestal; divulgar todo este acervo de forma contextualizada em espaço adequado para o efeito, uma casa típica; elaborar uma mostra que dê a conhecer o desenvolvimento das tecnologias, os ritmos de trabalho e as organizações sociais; proceder à inventariação de toda a colecção; complementar o trabalho de inventário com estudos antropológicos dos objectos; contextualizar todos os objectos permitindo que cada um conte uma história de forma a reproduzi-la em contexto museológico; proceder à conservação e restauro dos objectos; dar um relevo especial ao sector da extracção de madeiras, relacionando-o com a serração de madeiras e as actividades ligadas à extracção da resina e, por fim, procurar transmitir testemunhos de uma realidade que, devido às profundas mutações ocorridas nos últimos anos, acabou por desaparecer.

Ecomuseu da Serra de Santo António

Os ecomuseus, por oposição aos museus convencionais, têm uma oportunidade de marcar a diferença, pois são os únicos equipamentos/instituições com potencial para desenvolver e explicar novos conhecimentos e o seu significado ao público em geral, através de uma dialéctica comunicacional sobre o seu próprio mundo.

Os museus de território surgem como pólos dinâmicos de representação e de conhecimento do património natural e cultural das regiões em que se integram, da sua história, das suas tradições, dos seus saberes e gestos, por vezes dos seus gostos, aromas e ambientes, em suma, da sua identidade.

Nesta perspectiva, os museus assumem-se como instrumentos e parceiros insubstituíveis para a preservação, valorização e divulgação dos diferentes segmentos de património visando a sua utilização como valor de recurso e factor de desenvolvimento sócio-cultural regional.

O ecomuseu, como pólo de criação e irradiação cultural, abertos a públicos cada vez mais vastos, relacionando-se com o seu território de referência, assumindo um papel fundamental na vida das comunidades e no seu desenvolvimento social e cultural assume, de forma frontal, a sua responsabilidade como instituição ao serviço do desenvolvimento da comunidade, participando na construção de hábitos e formas de integração que se traduzam num enriquecimento colectivo de saberes e práticas, de capacidades de pensar e agir localmente, visando a identidade dos territórios onde estão inseridos, permitindo o confronto com outras formas exógenas de conhecimento e de acção.

Daí que o museu se apresente como um lugar de encontro e de intercâmbio de culturas, assumindo o património como herança e recurso comum da humanidade, transformando-se num verdadeiro lugar de partilha de saberes; um museu de forte iconografia e com um plano integrado, que desenvolva um discurso combinado entre história, pedagogia, descoberta, imagem, sensações e emoções.

A missão de um espaço museológico desta natureza será a valorização do património da Serra de Santo António, com principal incidência nas diversas actividades artesanais, na reimplantação de práticas comunitárias e na protecção, promoção, dinamização e salvaguarda do património em todas as suas vertentes (arquitectónico, histórico, social, gastronómico, artístico, etnográfico, cultural, natural, paisagístico), com vista a contribuir para a construção e a transmissão das memórias colectivas e para um desenvolvimento local sustentável.

É, neste contexto, que consideramos que a criação de um Ecomuseu permitirá reabilitar a *alma rural* desta população, preservando algumas das características que mais identificam aquilo a que podemos chamar *ruralidade*. Não só no que diz respeito aos modos de vida, às actividades artesanais e à humanização da paisagem, mas também à consciencialização de todos os cidadãos do dever cívico e interventivo.

Potencialidades e Recursos:

Para que este projecto se possa concretizar em todas as suas valências e alcançar os objectivos atrás identificados, deverá ser feito um levantamento de todas as potencialidades e recursos existentes na Serra de Santo António.

- Património natural e paisagístico de grande valor: a observação da natureza, a riqueza da flora, a geomorfologia permite a existência de percursos de natureza que se encontram já em funcionamento;
- Espeleologia - o levantamento das diversas cavidades naturais, seu estudo e topografia permitirá a descoberta do maravilhoso mundo subterrâneo deste região, acompanhado por pessoal técnico especializado nesta área;

- Arqueologia - levantamento dos diversos achados arqueológicos, com destaque para um estudo arqueológico dos Casais Estácios. Poderá levar à criação de um núcleo arqueológico do concelho de Alcanena;
- Mundo Rural - entendido com um fiel depositário de todo o património cultural, dos usos e costumes, tradições, artes e ofícios;
- Gastronomia - levantamento dos produtos tradicionais, das técnicas de fabrico e conservação, dos pratos tradicionais e da sua confecção.

Espaço de implementação:

O núcleo urbano da Serra de Santo António apresenta características de um povoado fortemente disseminado pela dispersão habitacional que apresenta.

O espaço indicado para a implementação do museu é um terreno público disponível com ligeira inclinação, arborizado e com forte abundância de pedra por toda a área. Esta localização é a ideal para o início dos percursos pedestres já existentes, por ser um ponto central e encontrar-se muito próxima da área designada por *Pia Curceira*, local onde existe uma grande densidade de pias particulares, assim como a pia comunitária, a *Pia do Povo*.

No sentido de alcançar a estratégia definida e os objectivos traçados, propomos as seguintes linhas de acção: criação de Núcleos e Roteiros.

Núcleos:

O espaço físico do Ecomuseu deverá ser composto pelos seguintes Núcleos:

- A Pedra
- A Tecelagem
- As Ervas aromáticas, medicinais e condimentares
- A Gastronomia Serrana: pão, queijo, licores, mel, azeite e cabrito
- Exposições Permanentes
- Exposições Temporárias

Aos visitantes será proposto a aquisição de conhecimentos técnicos e a produção própria de alguns produtos tradicionais, como é o caso da elaboração de tapetes e outros objectos de tecelagem, ou de outros produtos naturais como os queijos.

O museu contará com espaços de exposição/interpretação do património natural e humanizado (paisagem, casinas ou pias); exposição/interpretação de produtos artesanais (tecelagem); ateliê de formação profissional; exposição/interpretação do mundo rural (testemunhos das actividades locais, como a cantonaria).

Este museu apresenta os produtos artesanais no seu ambiente autêntico (de origem). Este ecomuseu terá um papel activo na sociedade onde se irá inserir, pois para

além de ser um transmissor activo e fiel da cultura da sua comunidade possuirá uma vertente educacional, isto é, prevê-se que no ecomuseu haja acções de formação e qualificação para quem deseje ou se disponha a adquirir conhecimentos específicos. Assim, não será apenas os turistas a beneficiarem deste espaço de representação cultural e identitária, como poderão ser os habitantes locais e regionais a usufruírem destes serviços.

Será fundamental para o sucesso deste projecto, envolver a comunidade como parte interventiva e gestora do espaço. Para este fim, pensa-se que a celebração de protocolos com associações locais como os Cov'altas, O Espéleo Clube de Monsanto e outras, a Junta de Freguesia local e ainda com particulares que possam explorar o sector de fabrico de pão ou queijo, poderá constituir uma forma preciosa de atingir o sucesso neste projecto.

Núcleo de Arqueologia (Moitas Venda)

Os vestígios arqueológicos fazem parte do património cultural e são muitas vezes a única forma de conhecermos o passado humano, permitindo traçar a história de um determinado local ou agregado e da sua relação com o meio envolvente.

Para os períodos mais recuados da história do nosso concelho, a investigação arqueológica é por vezes a única forma de podermos reconstituir essa história mais antiga. A arqueologia acrescenta e complementa uma série de informações muitas vezes ignoradas pela escrita mas relacionadas com o quotidiano dos seres e das comunidades.

Daí que as escavações constituam uma actividade científica muito específica e deveras importante para o aprofundar do conhecimento.

Para tal, é fundamental que se dê prossecução aos estudos iniciados relativos aos vestígios de um antigo castro existente no cabeço de Santa Marta e se procure estabelecer um núcleo de arqueologia no lugar de Moitas Venda (na antiga escola primária hoje devoluta). Para este fim poderá ser celebrado um protocolo com o Sr. Manuel Jorge que é proprietário de um vasto espólio de objectos recolhidos na Serra de Santa Marta, alguns deles classificados, ao longo de muitos anos de pesquisa por ele realizada.

Tratando-se de um núcleo relativamente restrito, apenas seria necessário um espaço de exposição permanente, outro de exposição temporária, reserva, uma sala de documentação e serviços educativos.¹⁷⁸

Os objectivos deste espaço passam essencialmente por: proporcionar o conhecimento de colecções arqueológicas na posse de investigadores particulares; captar e valorizar o contributo proveniente das informações provenientes dos diferentes intervenientes na prospecção e recolha de objectos; dar a conhecer ao público em geral a

¹⁷⁸ Pensa-se que não haverá necessidade de oficina de restauro, nem loja.

utilidade da arqueologia e qual a importância do património arqueológico e reconhecer o património arqueológico através de sítios e objectos assumindo-o como fonte da memória histórica colectiva das comunidades envolventes.

As estratégias para atingir estes objectivos passam por: proceder à inventariação do espólio reunido; divulgar todo o espólio em espaço adequado e adaptado para o efeito; proceder à contextualização das vivências através do recurso às fotos dos locais onde se procedeu a escavações bem como à recriação de situações coevas; recorrer a técnicas de análise que permitam a recolha e tratamento de novos dados cronológicos, paleoambientais, antropológicos e tecnológicos, que proporcionem novas e mais completas perspectivas sobre o passado humano das comunidades; concepção e construção de dioramas relacionados com os temas reais abordados. e, por fim, definir percursos conducentes à descoberta e partilha de espaços arqueológicos *in situ*, nomeadamente no cabeço de Santa Marta.

Lagar-Museu de Malhou ou Museu do Azeite de Malhou

O lagar do Malhou representa uma actividade económica muito forte desta freguesia de Alcanena no tempo em que as actividades ligadas à extracção do azeite marcavam as vidas de grande parte destas populações.

O actual edifício de um lagar de azeite desactivado, mas em razoável estado de conservação, adquirido pela Junta de Freguesia local, está localizado estrategicamente num local bastante privilegiado, no centro da localidade. Trata-se de um edifício em pedra com a tradicional cobertura em madeira e telha com travamento à vista.¹⁷⁹

Esta questão da centralidade é um factor importante para o sucesso do museu, pela acessibilidade e possibilidade de usufruto desta infra-estrutura cultural, permitindo que a população local e visitante estabeleça um contacto mais directo com o museu.

Actualmente propriedade pública, este espaço responderá muito provavelmente às necessidades do agro-turismo, propiciando na altura da colheita da azeitona e produção do azeite, o contacto dos visitantes/turistas com a produção artesanal do azeite. Este espaço receberá no resto do ano visitas em espaços de exposição permanente. Será possível

¹⁷⁹ No exterior há um telheiro com as mesmas características arquitectónicas onde o travamento apresenta problemas de conservação, o qual necessita de ser integralmente substituído ou reconvertido noutra tipologia.

Na parte fronteira há um pátio de dimensões razoáveis que funciona em parte como acesso directo ao lagar dispondo ainda de uma parte em terra com árvores de fruto.

No interior o edifício dispõe de um piso ao nível da entrada, e na parte posterior, onde estão localizadas as máquinas, encontra-se o mesmo num nível superior, cujo acesso se faz por duas pequenas escadas laterais, aliás uma característica deste tipo de lagares tradicionais, para que os líquidos se deslocassem por efeito da gravidade.

manter a actividade rural desta produção, assim como, manter certas técnicas, logo, irá decerto preservar ritos populares enraizados. Assim, este museu assume-se como mais um guardião da sabedoria popular local que, apelando às memórias dos que vivenciaram os rituais ligados à produção de azeite, poderá colocar essas memórias ao serviço de um relacionamento intergeracional com aqueles que já não vivenciaram esses mesmos ritos, mantendo vivas as identidades daquela comunidade.

Pode-se delinear como objectivos gerais deste espaço a preservação de todo o espólio existente em estado de conservação nomeadamente o moinho, em estado de funcionamento ocasional; proporcionar uma visão de conjunto, através de painel elucidativo, da importância que tiveram os lagares em toda a localidade; criar uma loja onde se possibilite a venda de produtos locais, alguns deles relacionados com o azeite; criar um espaço de lazer no exterior que possibilite a sua utilização por visitantes ocasionais e em grupo, e ainda, criar um circuito museológico que proporcione ao visitante uma visão pormenorizada e de conjunto da temática. Para isso, propõe-se as seguintes estratégias: dar o devido destaque, a peças individualmente, quando tal se justifique; dispor o mobiliário existente em contexto de espaço, especificando as suas finalidades; exibir em painel elucidativo o processo de produção do azeite naquele lagar; proceder à recuperação do espaço lagar; desenvolver um programa de recuperação do edifício tendo em vista uma musealização interactiva polivalente; desenvolver um programa museológico adequado às exigências de um espaço que se pretende de permanente utilização; dotar o edifício de características para ser utilizado no quotidiano pela população residente e visitantes; implementar espaços de lazer, tais como uma zona de restauração inserida no espaço museológico e, por fim, criar um espaço comercial vocacionado para a venda de produtos temáticos e locais e/ou procedentes de outros locais desta rede museológica.

Moinhos Típicos da Chã de Cima (Malhou)

O moinho típico do Malhou¹⁸⁰ é um moinho que usa a energia eólica como fonte de energia para os seus mecanismos, os denominados *moinhos de vento* com características muito próximas das técnicas primitivas que adoptou a tipologia do eixo vertical com velas dispostas em seu redor.

Trata-se de um moinho típico dos característicos do tipo mediterrânico, de forma cilíndrica sobre o qual assente uma cúpula de forma cónica à qual se dá o nome de capelo a partir do qual sai um eixo tipo cata vento que no seu interior se prolonga na vertical e faz girar o dispositivo possibilitando ao moleiro orientar as velas na direcção do vento.

¹⁸⁰ Vide Figura 32, Apêndice XIX.

Construído em alvenaria sendo todo o engenho concebido à base das madeiras. A energia é transmitida à base do moinho através do seu eixo central para fazer rodar uma mó em pedra maciça onde se fazia (ou faz) a moagem do cereal.

As técnicas usadas eram na totalidade de características artesanais, as quais importa divulgar junto do grande público os processos, recorrendo à sua preservação.

Tratando-se de propriedade privada, seria necessário proceder à celebração de um protocolo com os proprietários, por forma a potenciar aquele património para consolidar as identidades daquela região do concelho que sempre apresentou fortes ligações à agricultura e, neste caso, à produção de farinha.

Apresentam-se como objectivos deste projecto: proceder à recuperação integral de um imóvel de modo a evitar a sua degradação; possibilitar o funcionamento de todo o engenho demonstrando as técnicas de moagem dos cereais e obtenção do produto final, a farinha; permitir a visualização das técnicas artesanais de funcionamento; conhecer os processos de produção ali utilizados.

As estratégias de implementação destes objectivos passam por: celebrar um protocolo de cooperação público-privado visando a recuperação integral do imóvel; delimitação de uma área de protecção envolvente; criação de um espaço interpretativo e sensibilizador do imóvel em questão; sensibilização para as questões ambientais, nomeadamente das energias alternativas; criar um ateliê de informação sobre o modo de funcionamento através da sua visualização *in situ*; proceder à calendarização do seu funcionamento.

Carsoscópio

Apesar de não se tratar de um museu propriamente dito, e de se tratar um espaço já em funcionamento, pensa-se que será um elo de grande importância na rede museológica do município, uma vez que proporciona uma visão pedagógica e interpretativa dos elementos caracterizadores da paisagem e geologia locais. Funcionará como complemento importantíssimo a museus como o Museu do Curtume, Ecomuseu da Serra de Santo António, Museu da Comunidade de Minde, Museu da Vela e da Vassoura uma vez que focará aspectos complementares aos que estarão patentes nestes. O facto de estar ligado à rede apenas contribuirá para uma maior visibilidade tanto por parte do Carsoscópio, como por parte da própria rede.

O Carsoscópio resulta de uma iniciativa do Município de Alcanena em parceria com o Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, aliando a ciência à tecnologia, e estas ao lazer.

Desenvolveu-se uma estrutura inédita no nosso país, integrada na rede de Centros de Ciência Viva, capaz de ajudar o visitante a dar os primeiros passos no conhecimento do passado e das complexas estruturas que transportam a água no interior da terra e cujo regime de funcionamento é fortemente condicionado pelo clima.

Por sua vez, interage com outros motivos de interesse nos domínios do património natural e da biodiversidade.

Este espaço tem como objectivos gerais: dar a conhecer as estruturas naturais que transportam a água no interior da terra; dar a conhecer o seu funcionamento relacionando-o com os condicionalismos do clima; dar a conhecer aspectos da biodiversidade no âmbito do património natural; dar a conhecer outros sistemas que servem de abrigo a importantes colónias de morcegos cavernícolas e identificar a importância de um sistema ecológico integrado num habitat devidamente identificado.

As estratégias para estes fins são: implementação de um Geódromo que, através de um simulador, transporta o visitante numa viagem pelas origens da nascentes do rio Alviela; possibilitar através do mesmo Geódromo, o conhecimento das formações calcárias, das transformações ocorridas desde há 175 milhões de anos, das manadas de dinossáurios que marcaram a Serra de Aire e viajar virtualmente pelas profundezas atravessadas por cursos de água, entre abismos e grutas, já conhecidos dos espeleólogos e espeleonautas; implementação de Climatógrafo que lhe permita observar o ciclo da água a três dimensões e obter desta forma um conhecimento da bacia de alimentação da nascente do rio Alviela e, por fim, a implementação de Quiroptário, que permita conhecer a vida dos morcegos em contexto de simulação real envolvendo directamente os participantes intervenientes.

Itinerários do Museu do Território

O Museu do Território não se limitará ao seu próprio edifício, mas será um ponto de partida para o território municipal e da região. Concretiza-se essa descoberta através de itinerários temáticos concebidos para atrair diversos públicos com gostos próprios. De seguida apresentam-se alguns exemplos de rotas temáticas que já anteriormente foram enumerados.

1. Rota da Arqueologia

Encontra-se uma relação muito especial entre os achados de natureza arqueológica e o maciço calcário estremenho que integra parte do concelho de Alcanena. A actual divisão administrativa impõe limites geográficos antes não existentes, criando uma divisão artificial sobre algo anteriormente homogéneo. Poder-se-á estudar a possibilidade de tornar esta rota num itinerário intermunicipal acrescentando valor e interesse regional.

Pólo Arqueológico de Moitas Venda:

Pode-se referir a existência confirmada e estudada de dois artefactos de pedra, atribuídos ao Paleolítico, pertencentes à colecção particular do Sr. Manuel Ferreira Jorge. Estes dois artefactos, alvo de uma publicação na revista «Arqueologia e História» em 1964 por Afonso do Paço são provenientes dos lugares de Sesmaria e Cerrada Grande, ambos em Moitas Venda. Dezenas de artefactos fazem parte da colecção particular do Sr. Manuel Ferreira Jorge que deverão ser alvo de estudo arqueológico. Este pólo Arqueológico poderá ser o centro de interpretação de várias estações arqueológicas do Concelho de Alcanena:

Gruta dos Carrascos em Monsanto:

Foi escavada pela primeira vez por Almeida Carvalhais, sob a direcção de Félix Alves Pereira, em Junho de 1908. Para além de 11 ossadas humanas, de entre o espólio encontrado regista-se a existência de contas, facas, machados de pedra, raspadores de sílex e de dente de javali, «raros vasos cerâmicos», ossos de animais do género canis e lepus, conchas e pequenos búzios furados.

Gruta da Marmota na Raposeira:

Esta gruta/necrópole da Idade do Bronze está classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1978.

Lapa da Galinha em Vila Moreira:

Estação arqueológica de onde foram recolhidos vários objectos que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia.

Algar do Barrão em Monsanto:

Gruta Necrópole do final do Neolítico - Algar do Barrão, em Monsanto. A sua descoberta ocorreu aquando de prospecções espeleo-arqueológicas realizadas em 1990 no âmbito do projecto *Carta Arqueológica do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*, dirigido por J. Zilhão. Verificou-se na altura que a cavidade tinha sido utilizada como necrópole durante a Pré-História recente, conforme evidenciado pela natureza dos materiais arqueológicos e ossos humanos que então foi possível recolher à superfície.

2. Rota do Culto Religioso/Pagão

Bugalhos:

Igreja de Nossa Senhora da Graça – A igreja matriz de Bugalhos tem como pontos de interesse a decoração de azulejos azuis e amarelos datados do Século XVII, e ainda as esculturas quinhentistas, algumas em pedra, como as de S. Vicente e de Nossa Senhora da Graça. Destaque ainda para as imagens de Santa Luzia e do Espírito Santo (Século XVII e XVIII).

Festividades: último fim-de-semana de Agosto – N.^a Sr.^a da Graça

Malhou:

Igreja de Espírito Santo de Malhou - A igreja matriz de Malhou, que se supõe datar de 1634, remete o seu valor aos azulejos que a decoram (Século XVII) e às suas imagens, nomeadamente, a do Espírito Santo que segura um crucifixo, onde está pousada uma pomba (Século XVI) e também à sepultura de Sebastião Duarte de Alviela, e de seu filho, datada de 1664.

Festividades: 15 de Agosto – Espírito Santo

Monsanto:

Igreja do Espírito Santo de Monsanto – A igreja matriz de Monsanto, templo barroco datado de 1708, revela grande equilíbrio e excelentes proporções. Tem como referências de interesse o Portal, ladeado pelas imagens de S. João Evangelista e da Nossa Senhora da Conceição (esculturas em pedra de tamanho quase natural) e o seu interior, onde se encontra uma imagem do Espírito Santo (escultura em pedra do Século XVII).

Festividades: 24 de Dezembro – Festa de Natal

Louriceira:

Igreja Matriz de Louriceira – Trata-se de uma construção do início do Século XVI, de carácter Manuelino, estilo este bem visível nas portadas laterais e nas três curiosas gárgulas zoomórficas. Destaca-se neste monumento o seu notável revestimento cerâmico e a abóbada da capela-mor.

Festividades: 15 de Agosto – N.^a Sr.^a da Conceição

Minde:

Igreja Matriz de Minde – A Igreja Matriz de Minde remonta ao Século XVII. Terá sido construída ou reconstruída em 1648, segundo consta na inscrição do tímpano da fachada

principal. Neste exemplar da arquitectura barroca de estilo maneirista é de destacar a imagem de Cristo na Cruz, a Virgem com o Menino e o Senhor Morto.

Festividades: 15 de Agosto – N.ª Sr.ª da Assunção

Moitas Venda:

Capela de Santa Marta em Moitas Venda - Uma ermida que resta do povoado onde ermitões e outros habitantes viveram e cultivaram pastos e cereais. Esta capela remonta aos últimos tempos da Idade Média. De construção modesta e praticamente desprovida de estilo, possui, no entanto, azulejos associados a um precioso painel com a figura de Santa Marta pisando um dragão, peça de arte sacra antiquíssima e de valor inestimável.

Festividades: Quinta-feira de Ascensão.

3. Rota da Arquitectura

Cine-Teatro São Pedro:

Edifício de arquitectura civil de estilo modernista cuja construção se iniciou em 1947, custeadas pela *Sociedade de Melhoramentos de Alcanena*. Liderada por António Mota, industrial de curtumes, a então Sociedade de Melhoramentos de Alcanena formada por setenta sócios accionistas inaugurou o equipamento cultural em 1954. O edifício do cine-teatro, de volumetria e linhas modernistas contrasta com o fronteiro edifício dos Paços do Concelho, de gosto eclético, de cunho nacionalista, construído pelo mesmo arquitecto, José de Lima Franco e inaugurado em 1946.

Cine-Teatro Rogério Venâncio de Minde:

O Cine-teatro Rogério Venâncio é um exemplo da arquitectura civil de compartimentação de panos por pilastras. A fachada do edifício mais se assemelha a uma residência particular, o que ilude intencionalmente para a função do espaço interior. É composto por uma sala rectangular de cena contraposta com plateia e balcão.

Quinta do Alviela:

Solar do Século XVIII, propriedade dos morgados de Alviela. Possui uma pequena capela dedicada a Santa Isabel. Na fachada do edifício principal aparece um conjunto interessante de três arcos de alpendre e uma escadaria que lhe confere nobreza. O Portal é ornamentado com escudo esquartelado de Henriques, Castros, Pedreiras e Vasconcelos-Ribeiro, encimado por uma cruz.

Arquitectura Vernácula da Serra de Santo António:

Em pleno maciço calcário estremenho, o ser humano serrano para conseguir terreno agrícola, foi retirando a pedra do solo com que construiu um reticulado de muros que caracteriza a paisagem da Serra de Santo António. Com a mesma matéria-prima encontramos as casas de habitação e as casinas que representam puras manifestações de arquitectura vernácula.

Casas de Habitação Senhoriais:

Em Alcanena, encontram-se vários edifícios de habitação que simbolizam a prosperidade económica que se verificou entre finais do Século XIX até meados do Século XX. Será de salientar: *Casa Maria Lucília Moita (futura sede administrativa do Museu do Território)*; actual *Edifício da Caixa Geral de Depósitos*; *Bela Portuguesa*; *Casa Mota* e *Vivenda Maria Nazareth*.

4. Rota da Natureza/Geologia

Nascentes do Rio Alviela – Olhos de Água; Carsoscópio; Praia Fluvial; Espeleologia; Parque de Campismo;

Minde:

Em Minde é possível vislumbrar o Polje ou Mata de Minde, uma bacia de recepção com drenagem endorreica e centrípeta típica em contexto cársico. Inunda temporariamente com a subida do nível freático alimentado por exurgências que funcionam como sumidouros quando este volta a baixar. Na Pincha lêem-se as camadas de seixos rolados resultantes de sucessivas inundações do Polje ao longo de milénios. Temos ainda o Miradouro entre a Serra de St.^o António e Minde de onde se avista a bacia do polje no contexto serrano.

Serra de Santo António:

É possível a realização de percursos pela Serra de Santo António de carácter geológico ou botânico, como pontos de interesse na paisagem cársica e nas grutas. A Serra de Santo António é também o habitat de várias espécies botânicas e animais de relevante interesse. Pode-se parar em dois miradouros naturais na ligação entre Minde e Serra de Santo António.

Moitas Venda:

Miradouro Natural do Cabeço de Santa Marta de onde se vislumbra a lezíria ribatejana.

5. Rota da Etnologia

Museu Rural e Etnográfico de Espinheiro;

Museu da Comunidade de Minde;

Museu do Traje de Gouxaria;

Ecomuseu da Serra de Santo António;

Museu da Vela e da Vassoura;

Museu do Curtume;

Pólo do Museu do Curtume de Gouxaria;

Lagar-Museu de Malhou ou Museu do Azeite;

Moinhos em Chã de Cima.

6. Rota da Indústria

Desenvolver o turismo industrial é uma forma de dar seguimento à visita do Museu do Curtume ou do Museu da Comunidade de Minde, tirando-se proveito do património edificado de cariz industrial/fábril, no caso de Alcanena tiraria proveito do testemunho da actividade da curtimenta e do têxtil. O concelho tem as ferramentas básicas para incrementar este tipo de turismo, seria aliás uma forma de construir um produto mais completo e dinâmico relacionado com a identidade local.

Museu do Curtume em Alcanena;

Pólo do Museu do Curtume em Gouxaria;

Museu da Comunidade de Minde.

7. Circuito turístico e cultural no Concelho de Alcanena desenvolvido em conjunto com a Divisão de Cultura Turismo e Desporto em conjunto com o Sector de Museus Municipais

Projecto

Criação de um circuito cultural e patrimonial no concelho que se destaque através de uma sinalética própria. Este circuito deverá englobar património imóvel e equipamentos culturais, numa perspectiva da ocupação e evolução antropológica do Concelho,

aproveitando os recursos já existentes, tornando-os acessíveis a todos e melhorando a comunicação com o público, pois desta dependerá o sucesso do mesmo.

Este circuito deve oferecer a possibilidade de ser interpretado individualmente ou em conjunto, com ou sem guia, em português, inglês e espanhol, tornando-o mais acessível ao turismo.

Devem ser procurados patrocínios para a manutenção dos circuitos fazendo publicidade a produtos locais (artesanato, restaurantes, *inter alia*). Este factor poderá ter impacto, mesmo que em pequena escala, ao nível do comércio local, da restauração e da divulgação dos produtos regionais.

Para marcações de visitas guiadas podem ser utilizados os recursos da Câmara Municipal de Alcanena e do Carsoscópio.

Em termos de sinalética, deverá ser utilizada uma linguagem acessível, em suporte uniformizado através da cor e da forma. Deverão existir recursos para invisuais e acesso a cadeiras de rodas.

Poder-se-á definir como percurso exemplificativo a seguinte rota:

1) Nascentes do Rio Alviela

Deve ser dada ênfase à paisagem natural como elemento propício à fixação do ser humano, o que pode englobar as nascentes do Rio Alviela utilizando o recurso do **Carsoscópio** como ponto de partida, podendo existir um **pólo de informação sobre as grutas**, nomeadamente “Marmota” e “Lapa da Galinha” onde foram encontrados vestígios e artefactos representativos da ocupação humana, que fazem parte do acervo de museus nacionais mas que poderão estar representados por imagem.

As grutas não se situam no local das nascentes e estão em terrenos pouco acessíveis, mas a informação sobre estas – localização, estrutura, e/ou história pode ser dada a conhecer através de painéis existentes no Carsoscópio.

2) Serra de Santo António:

Paisagem natural e edificada. Visita ao miradouro, casinas (criar acessibilidade para cadeira de rodas a uma casina). Criar um ponto de informação perto da casina ou do miradouro com fotografias e explicação das pias naturais e da importância do maciço calcário na qualidade da água, relacionando-o com o aparecimento da indústria de curtumes.

3) Minde:

Visita ao polje e à pincha onde deverá existir uma pólo de informação que enquadre temporal e geologicamente as duas formações. Ver ainda a Igreja de Nossa Senhora da Assunção (Imóvel de Interesse Público), Museu Roque Gameiro (se já estiver

aberto ao público). Explicar a importância dos têxteis nesta localidade, dando ênfase às mantas de Minde.

Possibilidade de passagem pelo posto de turismo de Minde, onde existe uma vasta gama de informação sobre o património do Concelho e pontos de interesse turístico. Este local dá ênfase ao artesanato produzido no Concelho de Alcanena, com natural destaque às tradicionais e conhecidas mantas de Minde.

4) Moitas Venda:

Subida ao cabeço de Santa Marta onde pode ser colocada informação com referências aos locais visíveis a partir daquele ponto, à romaria a Santa Marta e às lendas locais, conferindo-lhe um certo misticismo. Pode-se visitar a lendária Capela de Santa Marta. Poderá ainda ser criada uma cobertura para merendas.

5) Alcanena:

Passagem breve pelo interior da vila com incidência sobre a indústria de curtumes e sobre a história do concelho, com visita ao Museu do Curtume quando este se encontrar em funcionamento.

6) Louriceira:

Visita à Igreja Matriz (IIP). Criação de um ponto de informação.

7) Espinheiro:

Abordagem etnológica do local, dado que se distingue bastante do resto do concelho ao nível das actividades económicas, com visita ao Museu Rural e Etnográfico de Espinheiro.

8) Malhou:

Passagem com visita, ou não, à Igreja Matriz, inventariada pela DGEMN e apontada como monumento pelo IPA. Referência ao azeite e possível visita ao lagar-museu caso este se encontre a funcionar.

9) Nascentes do Rio Alviela

Ponto de chegada. Visita ao Carsoscópio (Quiroptário, Geógrafo e Climatógrafo).

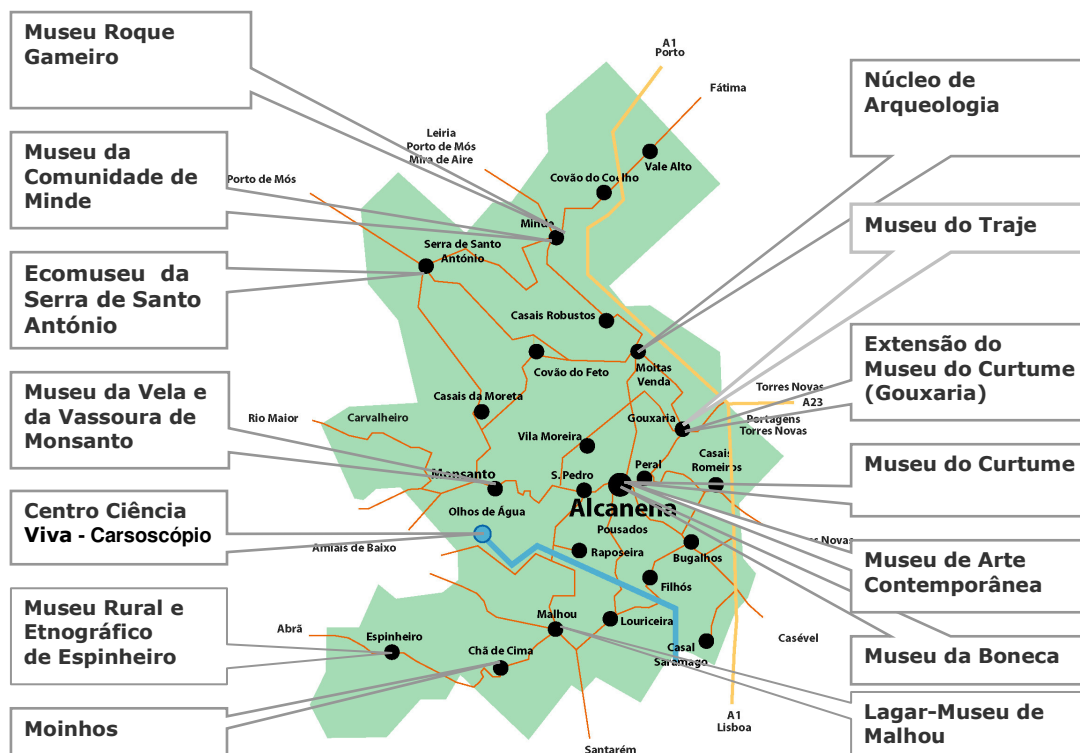
Quadro 10: Distância aproximada entre os locais assinalados:

De 1 para 2.....	18 km
De 2 para 3.....	5 km
De 3 para 4.....	4 km
De 4 para 5.....	4 km
De 5 para 6.....	4 km
De 6 para 7.....	9 km
De 7 para 8.....	6 km
De 8 para 9.....	5 km
Total aproximado.....	54 kms

Fonte: Elaboração própria (2007)

Para cumprir com os objectivos do projecto, haverá necessidade de melhoramento das condições e acessibilidades dos locais a visitar como, por exemplo, construção de rampas para acesso a cadeiras de rodas; elaboração de projecto de design das estruturas e sinalética a utilizar; recolha de informação mais pormenorizada; elaboração de textos informativos; tradução de textos informativos; transcrição para invisuais; elaboração de folhetos para os visitantes; publicidade; elaboração de desenhos, esquemas e fotografias sempre que se verifiquem necessários para explicar o que não é visitável; criação de um posto de trabalho para um guia e, por fim, a aquisição de uma viatura com acessibilidade para cadeira de rodas.

Figura 4: Localização e distribuição dos núcleos do Museu de Território de Alcanena



Fonte: Elaboração própria (2007)

Para mais informação pormenorizada acerca da fundamentação para a rede museológica do Concelho de Alcanena, a promoção da rede museológica, o público-alvo, as ameaças à rede e as medidas/acções de benefício para o desenvolvimento da Rede enquanto produto turístico, *vide* Apêndices XXIII, XXIV, XXV, XVI e XVII respectivamente.

4.5.3. Programas de financiamento disponíveis

Dois dos museus incluídos neste projecto, O Museu do Curtume e o Museu Roque Gameiro (os únicos dois que têm vindo a ser implementados) estão a aguardar financiamento através da candidatura pública ao POC (Programa Operacional de Cultura). Apesar de terem ficado em situação de *overbooking* (em 3º e 4º lugar, fora do apoio financeiro directo, aguardando a desistência de algum projecto contemplado), o pessoal técnico responsável pelo projecto não desistiu dos financiamentos, *“outros programas estão a aparecer e não tenho dúvidas que mais tarde ou mais cedo serão contemplados nos financiamentos”* (Eng. Luís Azevedo, entrevista, 2007).

Para que se possam concretizar as acções do projecto do Museu do Território e das orientações estratégicas definidas para o concelho, a autarquia poderá recorrer a programas de financiamento e/ou ajudas de custo que estão disponíveis, quer a nível comunitário, quer a nível nacional¹⁸¹. Alguns dos programas mais indicados para o efeito são:

- **SIVETUR**¹⁸² (Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica). Este programa contempla as seguintes tipologias de projectos:
 - Projectos de recuperação de património classificado;
 - Projectos de turismo sustentável (localizados em áreas protegidas);
 - Projectos de empreendimentos de Campos de golfe, centros de congressos e parques temáticos;
- **POC** (Programa Operacional de Cultura). A este projecto já recorreu a Câmara Municipal de Alcanena com os projectos museológicos do Museu do Curtume e do Museu da Aguardente, Roque Gameiro. Contudo, ambos ficaram em 4º e 5º lugar na lista de espera para financiamento. Uma vez que já foi recorrido a este recurso fica aqui apenas a menção do programa.

¹⁸¹ Visto que a autarquia dificilmente terá recursos financeiros para concretizar este projecto, que se prevê seja de alguma forma avultado.

¹⁸² **Portaria 1214-B/2000** de 27 de Dezembro e **Portaria 59/2005** de 21 de Janeiro

- **QREN** (Quadro de Referência Estratégica Nacional). Programa que deve ser prioritário na candidatura destes projectos. Aguarda-se lançamento do programa pelo governo.
- **RPM** (Rede Portuguesa de Museus). Este órgão é dependente do Instituto Português dos Museus e Conservação. Os museus podem solicitar a sua adesão à RPM sendo para isso necessário: o cumprimento da função social do museu; a preservação e valorização das colecções e dos acervos; e a Sustentabilidade do museu (aspecto pessoal e financeiro). Às candidaturas são prestados apoios financeiros e técnicos, no âmbito de vários programas.
- **FEADER** (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural). Este programa define orientações estratégicas comunitárias para o desenvolvimento rural para o período 2007-2013. Este documento está interligado com os Planos Estratégicos Nacionais (PEN), os quais, por sua vez, constituem o quadro de referência para os Programas de Desenvolvimento Rural (PDR).
- **PITER** (Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante de Base Regional). Os PITER são compostos por diferentes projectos de vocação turística (de natureza pública), sendo coerentes de projectos de investimento complementares entre si e implementados num horizonte temporal limitado. Estes programas têm como objectivos estratégicos alcançar alterações estruturais na oferta turística local ou regional de impacte económico-social significativo na área territorial em que se inserem. Trata-se de um programa que abrange projectos desenvolvidos num determinado território de intervenção (um ou vários concelhos), possibilitando a associação de investimento de natureza privada ou pública e proporcionando a dinamização de parcerias locais e regionais.

Conclusões:

Tendo presente as noções da nova museologia preconizadas pelas Declarações de Santiago do Chile (1972) e de Caracas (1992), as comunidades podem desenvolver-se aprendendo, revivendo e valorizando o seu património e as suas memórias colectivas, fortalecendo identidades. Sendo os objectos museológicos símbolo da criação cultural humana, estes devem ser utilizados nas mais diversas formas para educar as gerações vindouras e relembrar à geração actual a sua história, identidade, formação e educação cultural, quer enquanto indivíduos, quer enquanto cidadãos de uma nação.

Os objectos museológicos, para além de se constituírem como elementos de preservação da memória colectiva de uma comunidade, são também elementos de reconstrução de identidades. E os museus, enquanto espaços vivos, espaços de interpretação do real, do objecto e das memórias, espaços do eu e do outro, são, por conseguinte, lugares privilegiados e evocativos da diversidade cultural humana, tão defendida em documentos como a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, pela UNESCO, ou do próprio Dec.-Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, apenas para citar dois casos.

Estes espaços de acção cultural privilegiam a formação, fomentam a aprendizagem multicultural, reinventam os patrimónios tangíveis e intangíveis e ainda reafirmam a identidade das populações. No município de Alcanena, tem-se vindo implementar alguns projectos isolados de valorização e promoção patrimonial. Mas falar de protecção e salvaguarda do património *per si*, sem consequência, ou como um fim em si mesma, torna-se pouco. Como refere Jean-Marie Domenach,

“O objectivo de uma política de cultura não deverá (...) resumir-se à protecção de um património e de um espaço cultural. Deverá ser o de pôr os indivíduos e os grupos em condições de recompor uma personalidade, uma identidade.” (Jean-Marie Domenach, 1987:35)

Reconhecendo-se que os museus são, por excelência, espaços pedagógicos, espaços de formação e consolidação de identidades, o projecto do Museu do Território para Alcanena assumirá a forma de um plano de intervenção e acção cultural ao nível de todo o concelho, por forma a reforçar o associativismo, as artes e ofícios tradicionais, a gastronomia local, a arquitectura tradicional e, acima de tudo, a identidade e auto-estima das populações locais. Propõe ser um foco dinamizador e difusor de cultura e desenvolvimento.

Os museus serão o abrigo, o garante para a preservação de traços culturais históricos, muitas vezes irreproduzíveis, de património intangível especialmente frágil, e tangível que resulta de décadas de especialização e de identidades ameaçadas pela uniformização de uma era global que fomenta a progressiva perda de identidades como alerta Mário Chagas (2002), Judite Primo (2001), Conceição Moreira (1996) entre outros autores citados neste estudo.

Assim, pelo presente estudo, foi demonstrado que, através da implementação de uma rede de museus no concelho de Alcanena, irá haver lugar ao reforço da auto-estima e identidades locais que ao longo de sucessivas décadas, e devido às características locais específicas, foram-se desvanecendo.¹⁸³ Para além de se apresentar como um meio de reflexão e discussão sobre a sua realidade e potencial local, proporcionando uma forma de desenvolvimento social, funcionará como fomento e implementação do turismo (sustentável) no município como mais-valia para o desenvolvimento do potencial deste concelho ribatejano fortalecendo e diversificando a economia local.

Neste estudo de caso, apresentou-se uma estratégia que visa superar as debilidades identificadas através de uma análise SWOT e propôs-se acções que tirem proveito dos pontos fortes, oportunidades e potencialidades emergentes no território em estudo.

Interessa reforçar a competitividade económica de Alcanena¹⁸⁴ no panorama nacional e do próprio Médio Tejo. Interessa promover o desenvolvimento sustentável do concelho, a manutenção e afirmação da identidade sócio-cultural do povo alcanenense, a atracção de receitas e investimentos, tirando proveito do potencial turístico que este concelho detém.

Enfim, trata-se de perspectivar o futuro de Alcanena através da implementação da actividade turística assente num programa museológico. Para atingir estas metas, são tomadas em consideração diversas acções estratégicas, tirando proveito do potencial de recursos patrimoniais, aumentando o número de visitantes recebidos e a diversificação de produtos turísticos de qualidade, visando, portanto, o referido desenvolvimento sustentável, o reforço da identidade sócio-cultural, o desenvolvimento social e económico das comunidades e a imagem de Alcanena em termos locais, regionais e nacionais.

Tais propósitos levarão ao **reforço da identidade sócio-cultural através da museologia** e ao **fortalecimento e diversificação ao nível da economia local**.

Estas duas metas principais configuram um caminho lógico para estratégia de implementação de um projecto museológico traçado para Alcanena.

¹⁸³ Ao ponto dos munícipes, de uma forma geral, perderem a noção do seu rumo ao futuro.

¹⁸⁴ Através da promoção do turismo assente num programa museológico alargado no território.

Os objectivos de desenvolvimento estratégico para concretizar este ideal de desenvolvimento local ao nível do **reforço da identidade sócio-cultural através da museologia** são: criar e pôr em funcionamento a rede museológica de Alcanena; aumentar a oferta de animação cultural e desportiva: eventos e dinamização de espaços (incentivando a acção da própria população) através da rede de museus; promover o destino “Alcanena” na região e restante país incitando o turismo interno; criar e divulgar a marca cultural “Alcanena” associado a um *slogan*; apoiar a produção de produtos artesanais e gastronómicos tradicionais; criar novos produtos e rotas turísticas e culturais: aumentar a oferta; dinamizar e divulgar (mais) a praia fluvial, seus equipamentos e o património natural a nível nacional e desenvolver actividades de educação patrimonial a partir da rede de museus.

Ao nível do objectivo de **fortalecimento e diversificação da economia de Alcanena**, propõe-se: apoiar a criação de unidades de alojamento TER e de Turismo de Natureza em vários pontos do concelho; criar e promover vários pacotes e produtos turísticos, bem como a prestação de serviços diversos nas várias unidades museológicas; estruturar campanhas de promoção da rede museológica e de *marketing*; interligar a oferta turística existente e os serviços museológicos; implantação de sinalética patrimonial e turística do concelho em toda a área do Ribatejo e dentro do concelho; apostar na produção de artigos regionais, como o artesanato e artigos gastronómicos locais; redireccionar mercados turísticos para Alcanena como aqueles que se dirigem a Fátima, Ourém ou Tomar bem como facilitar e incitar a investimentos de parceria público-privada.

Estes dois grandes conjuntos de objectivos constituirão uma forma de concretizar o desenvolvimento sustentável de Alcanena.

Compreende-se agora melhor que a museologia seja promotora de experiências integradas, desencadeando múltiplas actividades complementares a si mesma, como é o caso do turismo, das actividades culturais associadas e de rotas temáticas, enquanto que a dinâmica comunitária ajuda também a cuidar do meio ambiente envolvente.

Assim, a implementação de um projecto museológico transversal no concelho de Alcanena poderá ter efeitos secundários ou multiplicadores (isto é, repercussões) sobre o tecido económico e sobre a comunidade. Ilustrando esta ideia, pode afirmar-se que a reanimação ou revitalização do tecido económico de Alcanena proposto neste estudo, incide sobre os efeitos positivos que a museologia pode originar. A recepção de visitantes irá não só deixar dividendos às entidades directamente relacionadas com os museus e o turismo,¹⁸⁵ como também permitirá deixar receitas ao comércio tradicional local, aos serviços e fornecedores locais e à população empresarial prestadora de serviços e produtora de

¹⁸⁵ *I.e.* Artesãos, estabelecimentos de alojamento, restauração e empresas de animação, *inter alia*.

bens.¹⁸⁶ Através da museologia, o aumento e fomento do mercado turístico em Alcanena irá reforçar a competitividade económica concelhia, potenciando o desenvolvimento de serviços prestados mas também melhorando a qualidade de vida da população através das receitas angariadas, sem nunca esquecer todo um serviço social que proporcionará às suas populações.

Certo é que, como se viu, o turismo, assente num programa museológico é um sector estratégico para o desenvolvimento do concelho de Alcanena¹⁸⁷, confirmado por todos os entrevistados¹⁸⁸ para este estudo de caso. Denota-se, actualmente, uma falta de afirmação da actividade turística no concelho, o que se pode entender como factor resultante da falta de um projecto integrado de promoção e valorização do património e identidade locais. Porém, como foi demonstrado neste estudo, existe substância e matéria-prima para implementar as novas tipologias de turismo emergentes alicerçadas nas premissas da nova museologia.

Alcanena deve constituir-se como um destino detentor de uma imagem identitária forte e apelativa. Deverá ser vista como um destino ao mesmo tempo rural, natural, serrano e ribeirinho, localizado *entre a serra e o rio*, cujos produtos são marcados pela qualidade na prestação de serviços ao visitante, autenticidade e diversificação da oferta. O objectivo é proporcionar experiências turísticas e culturais integradas, com base no património, organizar actividades culturais e turísticas complementares, receber fluxos de visitantes constantes e dirigir várias iniciativas para a protecção e educação ambiental e social dirigido tanto interna como externamente. Deste modo, dinamizar-se-ia o espaço territorial,¹⁸⁹ tendo sempre como pano de fundo a sustentabilidade das actividades turísticas no meio em que se inserem, bem como a promoção e desenvolvimento das comunidades locais e respectivas identidades.

Se a museologia pretende a salvaguarda e valorização patrimonial, pode dizer-se que o turismo é um factor de suporte à museologia como veículo de manutenção das actividades tradicionais que se poderão perder, como é o caso das actividades agrícolas, do artesanato, géneros alimentícios produzidos *in loco*, rituais de animação social ou religiosos. Este terá um impacto directo sobre a população local pois, para além de gerar rendimentos e empregos, evitará a desertificação rural e atrairá investimentos. Este tipo de iniciativa irá manter e reproduzir certos traços identitários das populações rurais dispondo-se o turismo como benefício ao serviço da comunidade.

¹⁸⁶ Bens que seriam mais facilmente escoados para consumo dos visitantes.

¹⁸⁷ E da economia portuguesa, em geral.

¹⁸⁸ Os entrevistados possuem todos uma ligação mais ou menos directa com o património e o turismo do Concelho de Alcanena. *Vide* Apêndice XXVIII.

¹⁸⁹ As zonas rurais, urbanas e medianas.

Em suma, estas medidas são um caminho para o desenvolvimento interno de Alcanena, uma oportunidade para progredir e ganhar notoriedade e competitividade económica, assente num programa museológico voltado para as populações e o seu desenvolvimento. Os padrões de sustentabilidade deste desenvolvimento não deverão ser menosprezados para se controlar os riscos ambientais e sociais associados à actividade. A revitalização económica, a projecção de Alcanena como um todo, vencer novos desafios territoriais e reforçar o tecido económico são alicerces para o desenvolvimento sustentável de Alcanena enquanto vila e concelho do futuro.

Deste modo, as acções mencionadas irão ao encontro do atenuamento do efeito da recessão económica,¹⁹⁰ consubstanciando-se em desafios concretos e possíveis de realizar pela diversidade patrimonial existente no município. O levantamento patrimonial efectuado neste estudo comprova que o município possui potencial museológico considerável. Porém, será ainda necessário proceder a um aprofundamento pormenorizado do património para melhor execução do projecto.

Trata-se de aproveitar os recursos existentes, evidenciar a cultura de Alcanena para se gerar fluxos humanos e monetários positivos e sustentáveis. Neste caso preciso objectiva-se que os museus sejam os mentores desta evidência da cultura alcanenense. Não se trata de um museu isolado mas sim de vários museus interligados e co-associados a uma temática específica: **a cultura e identidade da comunidade alcanenense**.

Estes museus resultam, assim, do mesmo produto e história social sendo que cada um, evidencia, interpreta e comunica um aspecto particular da cultura local, existindo um fio condutor comum e permanente entre todos eles. Dir-se ia que estes museus constituem uma “irmandade” na qual, todos no seu conjunto, “pintam” o quadro cultural de Alcanena, visando sempre, como primeiro público-alvo, os membros da comunidade local que poderão ver nestes espaços museológicos um lugar de reflexão e discussão, um fórum comunitário para as suas necessidades quotidianas. Serão espaços onde as escolas, as associações locais ou os membros anónimos da comunidade poderão viver momentos de convívio, aprendizagem e crescimento fundamentais para o seu desenvolvimento social, onde o património e o conhecimento ajudam a perpetuar e criar memórias e identidades colectivas.

¹⁹⁰ Fruto da actual conjuntura do tecido industrial local e nacional.

Bibliografia

Bibliografia Consultada e Citada:

- Afonso, Simonetta Luz. (1996). *Património cultural – reflexões sobre a sua prática*, In *Direito do Património Cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração.
- Almeida, Maria Mota. (1996). *Mudanças Sociais / Mudanças Museais – Nova museologia/Nova história – Que relação?* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 5. Lisboa: ULHT.
- Alves, Francisco, et.al. (2006). *Actas das XVI Jornadas sobre a função social do museu; Ecomuseu de Barroso: identidade e desenvolvimento*. MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.
- Andrieux, Jean-Yves. (1992). *Le patrimoine industriel*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Associação de Municípios do Médio Tejo (2006). *Região do Médio Tejo, estratégia de desenvolvimento e plano de acção 2007-2013* (Orientações estratégicas para o concelho de Alcanena). Alcanena: Câmara Municipal de Alcanena.
- Ballart, Josep. (1997). *El Património Histórico y Arqueológico: Valor Y Uso*. Barcelona: Editorial Ariel Patrimonio Historico.
- Ballart Hernández, J. e J. Juan I Tresserras. (2001). *Gestión del patrimonio cultural*. Madrid: Ariel.
- Baptista, S. (1998). *A actividade turística da região centro*. Lisboa: Direcção Regional do Centro do INE.
- Barros, L.A. (2004). *Património, território e sociedade*. Coordenação CICOP. Lisboa: Câmara Municipal de Cascais.
- Brandão, José. (1996). *Acção cultural e educação em museus* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 5. Lisboa: ULHT.

- Brandão, José Manuel. (1993). *Conservador e museólogo: abordagem de conceitos*, In *Cadernos de Nova Museologia*, N.º 1. Lisboa: ULHT.
- Bruno, Cristina. (1997). Funções do museu em debate: Preservação; In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 10. Lisboa: ULHT.
- CAF 2006, *Estrutura Comum de Avaliação*. (2007). DGAEP.
- Câmara Municipal de Alcanena. (1994). *Plano Director Municipal*. Proposta 1993. 3ª fase. Alcanena: Câmara Municipal de Alcanena.
- Câmara Municipal de Alcanena. (2003). *Brasões do Município de Alcanena*. 1ª Ed. Alcanena: Câmara Municipal de Alcanena.
- Câmara Municipal de Alcanena. (2006). *XX Jogos Florais do Concelho de Alcanena*. 1ª Ed. Alcanena: Câmara Municipal de Alcanena.
- Candau, J. (2001). *Memoria y Identidad*. Buenos Aires: Ediciones Del Sol.
- Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro. (2004). *Piaçã dos Charales do Ninhou, Linguajar Típico de Minde*. Minde: Tipotejo Artes Gráficas, Lda.
- Chagas, Mário de Souza. (2002). *Memória e Poder: dois movimentos* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 19. Lisboa: ULHT.
- Chagas, Mário de Souza. (1994a). *No Museu com a Turma de Charlie Brown*, In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 2. Lisboa: ULHT.
- Chagas, Mário de Souza. (1994b). *Novos Rumos da Museologia* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 2. Lisboa: ULHT.
- Choay, F. (1992). *L' allegorie du Patrimoine*. Paris: PUF.
- Claro, João Martins. (1996). *Enquadramento e apreciação crítica da Lei n.º 13/85*, In *Direito do Património Cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração.

Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. (1991).

Confederação do Turismo Português. (2005). *Reinventando o Turismo em Portugal- Estratégias de Desenvolvimento Turístico Português no I Quartel do Séc. XXI*. Lisboa: CTP.

Cordovil, Maria Madalena. (1993). *Sobre o conceito de museologia social Novos museus, novos perfis profissionais*, In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 1. Lisboa: ULHT.

Direcção Geral de Turismo. (2002). *Turismo em Portugal, Política, Estratégia e Instrumentos de Intervenção*. DGT: Ministério da Economia & ITP.

Domenach, Jean-Marie. (1987). “*Souveraineté politique et identité culturelle*” In *Pour une politique européenne de la culture*. Paris: Economica.

Faria, J. P. (2007). *Serviços de apoio à família – relatos de experiências de cidades educadoras*. Comunicação apresentada no 2º Congresso Nacional da Rede Portuguesa de Cidades Educadoras, Santa Maria da Feira.

Fentress, J. e Wickham, C. (1992). *Memória social, novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema.

Fernández, Luiz Alonso. (1999a). *Introducción a la nueva museología*. Madrid: Alianza Editorial.

Fernández, Luiz Alonso. (1999b). *Museologia y museografia*. Barcelona: Ed. del Serbal.

Ferreira, L. D. (2005). *Revista de Estudos Politécnicos, Estudo analítico das variáveis da macro envolvente de um destino turístico*, Vol II, nº 4, p. 135-147.

Frier, Pierre-Laurent. (1997). *Droit du patrimoine culturel*. Paris: Presses Universitaires de France.

Galhardo; Manuela. (1996). *Direito do Património Cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração.

- Galopim de Carvalho, A. M. (1999). *Geomonumentos – Uma reflexão sobre a sua caracterização e enquadramento num projecto nacional de defesa e valorização do Património Natural*. Lisboa: Liga de Amigos de Conímbriga.
- Gonçalves, Alexandra Rodrigues. (2005). *O desenvolvimento sustentado da relação entre os museus e o turista*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo. Faro: Universidade do Algarve/Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo.
- Hernández, Francisca Hernández. (1998). *El museo como espacio de comunicacion*. Gijon: Ed. Trea.
- Hernández, Francisca Hernández. (1994). *Manual de museología*. Madrid: Síntesis.
- Hernández, J. e Tresseras, J. (2001). *Gestión del Patrimonio Cultural*. Barcelona: Ariel Turismo.
- Henriques, Luís Oliveira. (1996). *A Comunicação na Escola e no Museu* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 5. Lisboa: ULHT.
- Hobsbawm, Eric. (1998). *A questão do nacionalismo, nações e nacionalismo desde 1780*. Lisboa: Terramar.
- Hubert, F. (1989). *La Museología, Curso de museología/Textos e testimonios*. Bordas: AKAL/Arte y Estetica.
- Instituto de Dinâmica do Espaço – Universidade Nova de Lisboa. (2006). *Alcanena 2013, Orientações estratégicas e plano operacional* (texto provisório). Lisboa: Câmara Municipal de Alcanena.
- Instituto Nacional de Estatística. (2002). *Censos 2001, Resultados definitivos – centro*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (2006). *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 2005*. Lisboa: INE.

- Instituto Português de Museus. (2004). *Temas de museologia, Museus e acessibilidade*. 1ª edição, Lisboa: IPM.
- Jorge, Otília Morgado. (1993). *Sobre o conceito de museologia social*, In *Cadernos de Museologia*, N.º 1. Lisboa: ULHT.
- Lopes, J. C. (1995). *Roteiro do Concelho de Alcanena*. Alcanena: Câmara Municipal de Alcanena.
- Lousada, Ana Maria. (1993). *Conservador e museólogo: abordagem de conceitos*, In *Cadernos de Nova Museologia*, N.º 1. Lisboa: ULHT.
- Magalhães, F. (2005). *Museus Património e Identidade*. Lisboa: Proedições.
- Marques, Helena M. Vaz da Silva. (2004). *Protecção do Património Natural e do Património Cultural como tarefas fundamentais do Estado*, In *Regime legal do património cultural imóvel*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Medeiros Constância, João Paulo. (1993). *A evolução de conceitos entre as Declarações de Santiago e de Caracas* In *Cadernos de Museologia*, N.º 1. Lisboa: ULHT.
- Menezes, Luís. (1993). *A evolução de conceitos entre as Declarações de Santiago e de Caracas* In *Cadernos de Museologia*, N.º 1. Lisboa: ULHT.
- Mestre, Joan Santacana e Antolí, Núria Serrat. (2005). *Museografía Didáctica*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A.
- Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. (2006). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*. Lisboa: MAOTDR.
- Moreira, Conceição. (1996). *Parques Naturais e Património* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 5. Lisboa: ULHT.
- Moreira, Fernando João. (1992). *Tourisme, musées et identités locales*. Cadernos do MINOM, 2. Lisboa.

- Moutinho, Mário. (1994). *A Construção do Objecto Museológico* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 4. Lisboa: ULHT.
- Moutinho, Mário. (1989). *Museu e Sociedade*. Monte Redondo: Museu Etnológico.
- Nascimento, Rosana. (1994). *A Historicidade do Objecto Museológico* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 3. Lisboa: ULHT.
- Nascimento, Rosana. (1994). *Documentação Museológica e Comunicação* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 3. Lisboa: ULHT.
- Nascimento, Rosana. (1994). *O Objecto Museal como Objecto de Conhecimento* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 3. Lisboa: ULHT.
- Organização Mundial de Turismo/World Tourism Organization. (2003). *Turismo Internacional: Uma perspectiva global*. 2ª Edição. Artmed Editora S.A.
- Pannell, J. P. (1974). *The Techniques of Industrial Archaeology*. Bristol: David & Charles Newton Abbot.
- Pessoa, Fernando Santos. (s/data). In *Ecomuseologia Como Forma de Desenvolvimento Integrado – Jornadas Sobre a Função Social do Museu*. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e MINOM.
- Pinard, Jaques. (1985). *L'archéologie industrielle*. Paris : Presses Universitaires de France.
- Policarpo, Isabel Ponce de Leão. (2004). *Instrução de propostas de classificação e condução dos processos, no IPPAR e nas Autarquias Locais*. Coimbra: IPPAR.
- Prats, L. (1997). *Antropologia Y Patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Primo, Judite. (2001). *O Museólogo Educador Face aos Desafios Económicos e Sociais da Actualidade*. Santiago do Cacém.
- Ribeiro, Agostinho. (1993). *Sobre o conceito de museologia social* In *Cadernos de Museologia*, N.º 1. Lisboa: ULHT.

- Rivière, Georges Henri. (1989). *La Museologia – Curso de museologia/Textos y testimonios*. Bordas: AKAL/Arte y Estética.
- Russio, Waldisa. (1994). *Conceito de cultura e a sua inter-relação com o património cultural e a preservação* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 3. Lisboa: ULHT.
- Russio, Waldisa. (1984). *Cultura, Património e Preservação* In ARANTES, A. A. (org.). *Produzindo o Passado*. São Paulo: Brasiliense.
- Sachs, I. (2000). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Santos, C. e Cabral, M. (2005). *Manual para investidor em turismo de natureza 2005*. Bensafrim: Edição Vicentina.
- Santos, Maria Célia. (1994). *A escola e o museu no Brasil* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 3. Lisboa: ULHT.
- Santos, Maria Célia. (1994). *A Preservação da Memória Enquanto Instrumento de Cidadania* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 3. Lisboa: ULHT.
- Santos, Maria Célia. (1994) *Documentação Museológica, Educação e Cidadania* In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 3. Lisboa: ULHT.
- Santos, Maria Célia. (1996). *Uma abordagem museológica do contexto urbano*, In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 5. Lisboa: ULHT.
- Santos, Myrian Sepúlveda dos. (2002). *O Pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado*; In *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 19. Lisboa: ULHT.
- Scheiner, Tereza Cristina. (1999). *As Bases Ontológicas do Museu e da Museologia*. Rio e Janeiro: ICOFOM – LAM.
- Silva, José Sousa e. (s/data). *In Ecomuseologia Como Forma de Desenvolvimento Integrado*. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e MINOM.

Silva, E.P. (2000). *Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural*. Antropológicas, nº 4. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Smith, Anthony D. (1991). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.

Suano, M. (1986). *O que é museu?*. São Paulo: Brasiliense.

Varine, Hugues de. (1996). *Respostas de Hugues de Varine a Mário Chagas, In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 5*. Lisboa: ULHT.

Woronoff, D. (1990). *L'archéologie industrielle en France: un nouveau chantier*. Paris : Histoire, économie et Société.

Legislação Citada:

Decreto-Lei n.º 95/78, de 12 de Setembro de 1978. *Diário da República*. Série – A. N.º210.

Lei do Património Cultural, Lei n.º 13/85, de 6 de Julho (revogado). *Diário da República*. I Série – A.

Resolução do Conselho de Ministros N.º 98/94, de 6 de Outubro de 1994. *Diário da República*. Série – B. N.º 231.

Decreto-Lei n.º 2/96, de 6 de Março de 1996. *Diário da República*. Série – A. N.º 56.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto de 1998. *Diário da República*. Série – B. N.º 195.

Decreto-Regulamentar n.º 18/99, de 27 de Agosto de 1999. *Diário da República*. Série – B. N.º 200. (Ministério do Ambiente)

Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro de 1999. *Diário da República*. I Série – A.

Lei n.º169/99, de 18 de Setembro de 1999. *Diário da República*. I Série – A.

Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural,
Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. *Diário da República*. I Série – A.

Lei Quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto. *Diário da República*. I Série – A.

Constituição da República Portuguesa; Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto. *Diário da República*. I Série –A .

Decreto-Lei n.º 215/2006 de 27 de Outubro. *Diário da República*. I Série – A.

Outras Fontes de Consulta:

Câmara Municipal de Alcanena (Arquivo de imagens).

Câmara Municipal de Alcanena (Serviços de Informação Geográfica).

Chagas, Mário. (2006/2007) Material didáctico *In* Seminário de Mestrado em Museologia.
Lisboa: ULHT.

Mayrand, Pierre. (2006/2007). Material didáctico *In* Seminário do Mestrado em Museologia.
Lisboa: ULHT.

Primo, Judite. (2006/2007) Material didáctico *In* Seminário de Mestrado em Museologia.
Lisboa: ULHT.

Raposo, Luís. (2006/2007). Material didáctico *In* Seminário de Mestrado em Museologia.
Lisboa: ULHT.

Região de Turismo do Ribatejo. Folhetos e outro material.

Santos, Maria Célia. (2006/2007). Material didáctico *In* Seminário de Mestrado em
Museologia. Lisboa: ULHT.

Stoffel, Ana Mercedes. (2006/2007). Material didáctico *In* Seminário de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT.

Tinoco, Alfredo. (2006/2007). Material didáctico *In* Seminário de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT.

Víctor, Isabel. (2006/2007). Material didáctico *In* Seminário de Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT.

Jornais/Periódicos

Actividades económicas; *A Hora, jornal ilustrado*. Ano XXXVIII. N.º 88-90. (1970). Torres Novas. (sem paginação).

Câmara Municipal de Alcanena. (1998). *Cadernos de Cultura – Boletim Cultural da CMA, I SÉRIE – N.º 1*. Alcanena: Câmara Municipal de Alcanena.

Cavaco, C. (2005). Turismo versus animação turística. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 30; Série II. p. 2 .

Conhecer para preservar, preservar para conhecer. (2004). *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 24; Série II. p. 13.

Correia, M.C. (2005). Animação turística, uma oportunidade dos territórios rurais. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 30; Série II. p. 4.

Correia, M.C. (2005). Museus e outras infra-estruturas museológicas. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 24; Série II. p. 3.

Diniz, M. G. (2004). Rede Natura 2000, uma rede ecológica europeia. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 16; Série II. p. 3.

- Entrevista a Ana Barbosa. (2005). Animação turística, parceira do desenvolvimento. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 30; Série II. p. 7.
- Entrevista a Diogo de Abreu. (2006). Um património por explorar. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 38; Série II. p. 4.
- Nova variante liga EN243 a Alcanena. *Alcanena*. Revista da Câmara Municipal de Alcanena. CMA. Ano I, N.º 4. Outubro de 2004. p. 8, 9.
- Entrevista a Gonçalo Ribeiro Telles. (2004). A paisagem é tudo. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 16, Série II. p. 5.
- Entrevista a Joaquim Pais de Brito. (2004). “Objectos são pretextos para falar das pessoas”. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 24, Série II. p. 4.
- Ramos, G. (1992). O conflito Indústria-Poluição em Alcanena. *O Alviela*. Alcanena. Ano X, N.º120, 8 de Abril. p. 1 e 14.
- Serafim, M. R. (2004). Ordenamento e sustentabilidade nos territórios rurais, uma exigência para o futuro. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 22. Série II. p. 3.
- Siza Vieira, C. (2005). O papel da animação turística nos territórios rurais. *Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa leader+*. Lisboa. N.º 30. Série II. p. 3.
- Toneladas de resíduos perigosos em aterro de Alcanena que aguarda licenciamento. *O Mirante*. Edição Médio Tejo. N.º 761. Ano XX. 7 de Março de 2007. P. Economia VI.
- Toro, Bandeira de. (1970). *A Hora, Jornal Ilustrado*. Alcanena. N.º 88-90.
- Turismo na Lezíria do Tejo só tem futuro com uma promoção forte. *O Mirante*. Edição Médio Tejo. N.º 761. Ano XX. p. Economia VIII.

Estatutos de Entidades Internacionais Citadas:

Estatutos do ICOMOS – 1978. (1999). *In Museologia e Património: Documentos Fundamentais In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15*. Lisboa: ULHT.

Estatutos da UNESCO – 1980. (1999). *In Museologia e Património: Documentos Fundamentais In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15*. Lisboa: ULHT.

Estatutos do ICOM – 1995. (1999). *In Museologia e Património: Documentos Fundamentais In Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15*. Lisboa: ULHT.

Convenções e Recomendações Internacionais Citadas:

Convenção de Haia. *UNESCO*. Haia, 14 de Maio de 1954.

Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico. *UNESCO*. Londres, 6 de Maio de 1969.

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. *UNESCO*. Paris, 17 de Outubro de 1987.

Convenção do UNIDROIT. *UNIDROIT*. Roma. Junho de 1995.

Convenções e Recomendações Internacionais Consultadas

Convenção Cultural Europeia do Conselho da Europa. *Conselho da Europa*. Paris, 1954.

Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural da UNESCO. *UNESCO*. Paris, 1972.

Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa. Granada, 1985.

Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico. LaValette, Janeiro de 1992.

Declarações e Tratados Internacionais Citadas:

Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra. Digne, 1991.

Declaração de Lisboa – Resoluções da Comissão Internacional de Formação de Pessoal de Museus (ICTOP). 1994.

Declaração sobre a Destruição Intencional do Património Cultural. *UNESCO*. Paris, 2003.

Tratado de Maastricht. *União Europeia*. 1992,

Tratado da União Europeia. *Comissão Europeia*. Direcção-Geral da Educação e da Cultura. Bruxelas, Abril de 2003.

Cartas Internacionais Citadas:

Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade. Dinamarca, Aarlborg, 27 Maio de 1994.

Carta Internacional da Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios – Carta de Veneza. Maio de 1964.

Charte Internationale pour la Gestion du Patrimoine Archéologique. ICOMOS. 1990.

Cartas Internacionais Consultadas:

Carta de Atenas – Carta de Atenas para o Restauo de Monumentos Históricos. 1º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos. Atenas. 1931.

Carta de Veneza – Carta Internacional para a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios. II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos. Veneza. 1964.

Carta do Restauro. *Governo de Itália*, 1962.

Carta Europeia do Património Arquitectónico. *ICOMOS*. Outubro de 1975.

Carta do Turismo Cultural. *ICOMOS*. 1976.

Carta de Nairobi. *UNESCO*. 1976.

Carta de Florença: Carta dos Jardins Históricos. *ICOMOS*. 1981.

Carta de Washington – Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. *ICOMOS*. 1987.

Carta de Lausanne – Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico. *ICOMOS – ICAHM*. Lausanne. 1990.

Carta Europeia de Turismo Sustentável. *Federação EUROPARC*. 1995.

Carta de Aalborg – Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias. *Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis*. Aalborg, Dinamarca. 27 de Maio de 1994.

Declarações Internacionais Fundamentais na Nova Museologia Citadas:

Mesa-Redonda de Santiago do Chile. *ICOM*. 1972.

Declaração de Québec. *ICOM*. Princípios de Base de uma nova museologia. 1984.

Declaração de Caracas. *ICOM*. 1992.

Bibliografia Consultada:

- Almeida, M. M., Brandão, J., Freitas, M. C., Moreira, C., Oliveira, L., Santos, M. C., (1996). *Museus e acção social* In *Cadernos de Sociomuseologia* N.º 5. Lisboa: ULHT.
- Bruno, Cristina. (1999). *Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projecto de Paranapanema* In *Cadernos de Sociomuseologia* N.º 17. Lisboa: ULHT.
- Bruno, Cristina. (1996). *Museologia e comunicação* In *Cadernos de Sociomuseologia* N.º 9. Lisboa: ULHT.
- Bruno, Cristina. (1997). *Museologia e museus: princípios, problemas e métodos* In *Cadernos de Sociomuseologia* N.º 10. Lisboa: ULHT.
- Cândido, Manuelina Maria Duarte. (1998). *Imagem de vida, trabalho e arte* In *Cadernos de Sociomuseologia* N.º 12. Lisboa: ULHT.
- Cândido, Manuelina Maria Duarte; (2003). *Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro* In *Cadernos de Sociomuseologia* N.º 21. Lisboa: ULHT.
- Chagas, Mário. (1999). *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade* In *Cadernos de Sociomuseologia* N.º 13. Lisboa: ULHT.
- Costa, J., Rita, P. & Águas, P. (2001). *Tendências Internacionais em Turismo*. Lisboa: Editora Lidel.
- Cunha, L. (1997). *Economia e política do turismo*. Lisboa: McGraw-Hill.
- ICOM. (2002). *Código de Deontologia do ICOM para os Museus*. Paris: Conselho Internacional de Museus-ICOM.
- Hudson, K. (1975). *A Social History of Museums: What the Visitors Thought*. London: Mac Milam.

- Le Goff, Jaques. (1984). *Enciclopédia Einandi, Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Léon, A. (1978). *El Museo: teoría, praxis y utopía*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Mateus, D., Primo, J., Silva, D. R., (1999). *Base de dados museológica. Manual do utilizador* In *Cadernos de Sociomuseologia N.º 14*. Lisboa: ULHT.
- Mayrand, Pierre. (2004). *Haute-Beauce, Psychologie d'un Écomusée* In *Cadernos de Sociomuseologia N.º 22*. Lisboa: ULHT.
- Neves, Kátia Regina Felipini. (2003). *Programas Museológicos e Museologia Aplicada: O Centro de Memória do Samba de São Paulo como estudo de caso* In *Cadernos de Sociomuseologia N.º 20* (São Paulo – São Paulo – Brasil). Lisboa: ULHT.
- Primo, J., Silva, D. R., Teixeira, S. S. (1999). *Cadernos de Sociomuseologia N.º 16*. Lisboa: ULHT.
- Primo, Judite. Org. (1999). *Museologia e património: documentos fundamentais* In *Cadernos de Sociomuseologia N.º 15*. Lisboa: ULHT.
- Santos, Maria Célia Teixeira Moura. (1996). *Processo museológico e educação: construindo um museu didático-comunitário* In *Cadernos de Sociomuseologia N.º 7*. Lisboa: ULHT.
- Santos, Maria Célia Moura. (2002). *Reflexões museológicas: caminhos de vida* In *Cadernos de Sociomuseologia N.º 18*. Lisboa: ULHT.
- Santos, Maria Paula Branco Marcelino dos. (2006). *Os Museus Escolares nas Escolas Secundárias Portuguesas* In *Cadernos de Sociomuseologia N.º 24*. Lisboa: ULHT.
- Santos; Maria Sepúlveda dos. (2006). *A escrita do passado em museus históricos; Coleção Museu, Memória e Cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- Víctor, Isabel. (2005). *Os museus e a qualidade, Distinguir entre museus com "qualidades" e a qualidade em museus* In *Cadernos de Sociomuseologia N.º 23*. Lisboa: ULHT.

Actas do encontro nacional museologia e autarquias In *Cadernos de Sociomuseologia* N.º 8. Lisboa: ULHT. 1996.

ICTOP 26th annual conference international committee for the training of personnel In *Cadernos de Sociomuseologia* N.º 6. Lisboa: ULHT. 1996.

IV ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS. (1993). Tondela: Câmara Municipal Tondela.

World Wide Web:

Badaró, Rui A. L. (2006). *O Direito do Turismo na União Europeia: Breves Considerações.* [consultado em 23 de Março de 2007]. Disponível na Internet: www.ibcdtur.org.br/Publ_Dir_Com_Euro.htm,

Barreto, M. (2000) *Los Museos y su papel en la formación de la identidad.* Congreso virtual de antropologia. NayA. Retirado em 25/9/2007 in World Wide Web: www.naya.org.ar/

Beni, Mário C. (2004). *Como certificar o turismo sustentável.* Revista Espaço Académico, N.º37. [consultado em 16 de Abril de 2007] Disponível na Internet: <http://www.espacoacademico.com.br>

Câmara Municipal de Alcanena. (2007). Pesquisa de actividade económica. [consultado em 8 de Junho de 2007]. Disponível na Internet: <http://www.cm-alcanena.pt>

Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade de 27 de Maio de 1994. (1994). Dinamarca, Aarlborg. [consultada em 15 de Setembro de 2007]. Disponível na Internet: <http://www.anmp.pt/anmp/div2005~/age21/docs>

Conferência mundial de turismo sustentável, Lanzarote (1995). Pesquisa de Carta do turismo sustentável. [consultado em 15 de Setembro de 2007]. Disponível na Internet: <http://www.ciberamerica.org>

Da Silva, Elsa. P. (2003). *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural*. Universidade Técnica de Lisboa. [consultado em 15 de Março de 2007]. Disponível na Internet: <http://www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html>

Direcção-Geral das Autarquias Locais. Pesquisa de informação geográfica. [consultado em 26 de Março de 2007]. Disponível na Internet: <http://www.dgaa.pt/default>

DGEMN/Direcção-Geral Edifícios e Monumentos Nacionais. Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. Sistema de informação/inventário. [consultado em 26 de Março de 2007]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.pt>

Direcção-Geral de Turismo. *A Política de Turismo na U.E.* [consultado em 15 de Setembro de 2007]. Disponível através da Internet: www.dgturismo.pt/ContextoNormativo/PoliticaTurismo/DocumentacaoUE/index.htm

Direcção-Geral de Turismo. *O turismo em 2001*. [consultado em 26 de Setembro de 2007]. Disponível através do endereço de Internet: www.dgturismo.pt

Enciclopédia livre on-line. Sustentabilidade. [consultado em 10 de Setembro de 2007]. Disponível na Internet: <http://pt.wikipedia.org/wiki/sustentabilidade>

Enciclopédia livre on-line. Classificação do património português. [consultado em 10 de Setembro de 2007]. Disponível na Internet: <http://pt.wikipedia.org>

Enciclopédia livre on-line. Identidade. [consultado em 14 de Outubro de 2007]. Disponível na Internet: <http://pt.wikipedia.org/wiki/identidade>

Governo de Portugal. [consultado em 2 de Novembro de 2007]. Disponível através do endereço de Internet: www.portaldogoverno.org.pt

Green Globe. [consultado em 24 de Maio de 2007]. Disponível na Internet: www.greenglobe21.org

Instituto do Ambiente. Pesquisa de mapas temáticos. [consultado em 15 de Setembro de 2007]. Disponível na Internet: <http://www.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp?zona=continente>

- Instituto Conservação da Natureza. Pesquisa Serra D'Aire e Candeeiros. *Turismo de Natureza – Enquadramento estratégico, Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros 2000-2006*. [consultado em 21 de Maio de 2007]. Disponível na Internet: <http://www.icn.pt>
- Instituto Nacional de Estatística. Pesquisa de temas por unidade territorial por NUTS e Concelhos. [consultado em 10 de Setembro de 2007]. Disponível na Internet: <http://www.ine.pt/prodserv/pesqut/quadro2.asp>
- Instituto Nacional de Estatística. Pesquisa dados estatísticos de Lisboa e Vale do Tejo. [consultado em 23 de Setembro de 2007]. Disponível na Internet: <http://www.ine.pt/prodserv/nseries/dado.asp>
- Instituto Nacional de Estatística. Pesquisa de georeferenciação [consultado em 23 de Setembro de 2007]. Disponível na Internet: http://www.ine.pt/prodserv/retrato_dt
- Instituto Português do Património Architectónico. Ministério da Cultura. Pesquisa de património. [consultado em 15 de Março de 2007]. Disponível na Internet: <http://www.ippar.pt>
- Letria, José J. (2001). *As casas museu no contexto da museologia europeia*. Vereador do Pelouro da Cultura. Câmara Municipal de Cascais. [versão electrónica consultada em 10 de Março de 2007]. Disponível na Internet: <http://www.anmp.pt/anmp/div2001/museus/interv/CMCascais>
- Observatório Europeu sobre o Turismo Cultural. (2001). *Código de Ética do Turismo Cultural*. [consultado em 26 de Maio de 2007]. Disponível na Internet: <http://www.unwto.org/obs.cultturism.asp>
- Organização Mundial do Turismo (OMT/WTO). (1999). *O Código Mundial de Ética do Turismo*. [consultado em 26 de Maio de 2007]. Traduzido por: Direcção Geral de Turismo. Disponível na Internet: <http://www.unwto.org/code.ethics/pdf>
- Organização Mundial do Turismo (OMT/WTO). (2001). *Turismo sustentável*. [consultado em 26 de Maio de 2007]. Traduzido por: Direcção Geral de Turismo. Disponível na Internet: <http://www.world-tourism.org>

Perna, Fernando. (2005). *Agenda 21 a nível local, do diagnóstico à acção: um exercício de cidadania*. Universidade do Algarve. Escola Superior de Tecnologia. [consultado em 24 de Outubro de 2007]. Disponível na Internet: <http://www.forumloule21.org>

Entrevistas:

Aida Costa, técnica de turismo e eventos culturais da Câmara Municipal de Alcanena. Entrevista realizada em 24 de Outubro de 2007 nas instalações da autarquia.

Carina Salgueiro, técnica superior da Câmara Municipal de Alcanena, actualmente a desempenhar funções de secretária do Presidente da Câmara. Entrevista realizada em 25 de Outubro de 2007 nas instalações da autarquia.

João José Silva, vereador do pelouro do desporto, sinalética e espaços verdes da Câmara Municipal de Alcanena. Entrevista realizada em 30 de Outubro de 2007.

Luís Azevedo, presidente da Câmara Municipal de Alcanena. Entrevista realizada em 29 de Outubro de 2007.

Víctor Costa, técnico de comunicação, imagem, promoção e programação cultural da Câmara Municipal de Alcanena. Entrevista realizada em 5 de Novembro de 2007 nas instalações da autarquia.

Índice Remissivo:

—A—

Acção cultural.....	70, 73, 170.
Acção educativa.....	72, 73.
Alviela.....	11, 89, 90, 101, 102, 104, 106, 107, 108, 111, 115, 117, 118, 119, 120, 124, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 187.
Ambiente.....	13, 28, 32, 36, 37, 51, 54, 84, 97, 103, 108, 113, 127, 128, 130, 139, 146, 154, 171, 200
Arqueologia.....	6, 137, 154, 155, 159, 160
Arqueologia industrial.....	28, 29
Autarquia.....	15, 16, 17, 18, 19, 96, 97, 98, 103, 121, 136, 143, 144, 145, 168, 173, 196
Autarquias.....	4, 8, 33, 75, 76, 79, 83, 114, 193

—C—

Carsoscópio.....	12, 137, 158, 163, 165, 166
Casinas.....	88, 103, 113, 118, 120, 154, 163, 165
Cidadania.....	57, 69, 70, 72, 174, 196
Cidadão.....	34, 40, 45, 54, 57, 64, 69, 84
Classificação.....	8, 32, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 90, 100, 101, 112, 119, 136, 182
Colecção.....	28, 44, 45, 46, 55, 56, 57, 58, 61, 63, 143, 144, 150, 151, 152, 160
Comunicação.....	44, 46, 50, 53, 54, 59, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 72, 74, 109, 110, 126, 128, 134, 149, 165, 191, 196
Comunidade.....	12, 13, 14, 21, 23, 24, 30, 37, 38, 40, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 72, 73, 77, 80, 81, 84, 96, 104, 105, 108, 110, 116, 123, 127, 132, 134, 135, 136, 137, 141, 142, 147, 148, 150, 151, 153, 155, 157, 170, 172, 173, 174, 175
Cultura.....	15, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 47, 49, 63, 65, 69, 74, 75, 79, 80, 94, 97, 99, 106, 109,

	110, 114, 126, 128, 132, 133, 135, 137, 138, 149, 150, 155, 170, 172, 173, 174, 183
Curtumes.....	11, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 105, 106, 107, 108, 126, 133, 138, 139, 140, 141, 162, 165, 166, 173, 174
—D—	
Desenvolvimento.....	4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 28, 29, 30, 33, 42, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 73, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 90, 91, 92, 100, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 140, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 167, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 180, 183, 187, 200
Desenvolvimento sustentável.	77, 121, 128, 133, 173, 175
Diversidade cultural.....	22, 26, 47, 48, 80, 81, 115, 146, 170
Documentação.....	17, 19, 137, 139, 140, 142, 146, 149, 155
—E—	
Ecomuseologia.....	4, 15, 16, 52
Ecomuseu.....	113, 153, 154
Economia.....	9, 16, 18, 52, 92, 122, 132, 133, 138, 172, 175
Educação.....	8, 17, 18, 33, 44, 50, 51, 58, 62, 69, 70, 72, 73, 84, 122, 137, 170, 172, 175, 177, 192
Espeleologia.....	153, 163
—F—	
Facto museológico.....	8, 65, 66, 68, 69, 73
Formação.....	14, 46, 55, 62, 69, 72, 84, 109, 113, 135, 137, 138, 144, 149, 154, 155, 170
Função educativa.....	57, 64
Função social.....	14, 17, 52, 57, 169, 177
—G—	
Gastronomia.....	9, 99, 107, 118, 154
Grutas.....	90, 119, 120

—I—

Identidade..... 4, 8, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 46, 47, 48, 49, 55, 59, 60, 61, 62, 70, 75, 80, 81, 82, 84, 85, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 132, 133, 134, 137, 141, 146, 147, 151, 152, 153, 164, 170, 172, 173, 174, 175, 177, 194, 200

Indústria..... 11, 16, 28, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 105, 106, 107, 108, 126, 133, 137, 138, 139, 140, 147, 148, 165, 166, 173, 174

Inventariação..... 74, 78, 79, 101, 112, 136, 143, 152, 156

Investigação..... 11, 12, 52, 66, 74, 78, 135, 144, 147, 152, 155

—L—

Lapiás..... 89, 90, 102

—M—

Marouços..... 104, 113, 118, 120

Memória..... 4, 8, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 24, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 61, 69, 74, 78, 81, 109, 133, 136, 138, 141, 146, 147, 150, 151, 156, 170, 175, 183

Municípios..... 6, 76, 78, 130, 177

Museu do Território..... 4, 5, 9, 10, 13, 16, 17, 18, 114, 116, 121, 128, 129, 131, 132, 134, 136, 137, 142, 143, 144, 145, 159, 163, 168, 170

Museu integral..... 13, 57, 81

—N—

Natureza..... 22, 26, 27, 28, 36, 37, 44, 69, 89, 90, 100, 104, 105, 113, 114, 115, 123, 125, 133, 139, 144, 145, 151, 153, 159, 160, 169, 174, 183

Nova museologia..... 4, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 50, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 72, 80, 151, 152, 172, 190

Novos museus..... 59, 62, 64

Núcleos museológicos..... 124, 125, 127, 129, 133, 137, 173, 174, 175

—O—

Objecto..... 8, 20, 23, 25, 28, 41, 49, 53, 55, 56, 58, 65, 66, 67, 68, 69, 79, 81

Olhar museológico.....8, 65, 66, 67

—P—

Paisagem.....8, 26, 27, 28, 36, 37, 38, 47, 87, 88, 89, 90, 103, 104,
105, 108, 109, 110, 111, 113, 124, 126, 149, 153, 154,
158, 163, 165, 187, 200

Património.....4, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23,
24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37,
38, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54,
55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 78,
79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 96, 98, 100, 101, 103,
104, 106, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119,
120, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 133, 134,
135, 136, 137, 138, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 152,
153, 154, 155, 156, 158, 159, 164, 166, 168, 170, 171,
172, 173, 174, 175, 181, 183, 187, 192, 194, 195, 200

Património natural.....28, 172

Polje.....88, 90, 102, 104, 107, 108, 119, 120, 163

População.....10, 20, 37, 43, 45, 58, 62, 63, 82, 84, 91, 92, 93, 94,
95, 96, 97, 98, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 122, 124,
125, 126, 131, 132, 135, 136, 137, 142, 145, 146, 153,
156, 157, 171, 172, 173

Potencial turístico.....10, 115, 121, 129, 130, 200

Preservação.....12, 13, 21, 32, 33, 34, 40, 41, 47, 48, 54, 56, 60, 61,
66, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 96, 98, 100, 106, 110, 112,
135, 136, 142, 143, 146, 147, 151, 152, 157, 158, 169,
170, 183

Programa museológico.....9, 13, 18, 120, 121, 130, 132, 149, 157, 171, 172, 173

Projecto museológico.....9, 43, 73, 100, 112, 115, 119, 121, 122, 130, 132,
134, 150, 171

Projectos museológicos.....121, 123, 124, 127, 128, 129, 168

Público.....6, 16, 25, 44, 45, 46, 50, 57, 58, 68, 71, 72, 77, 78, 95,
102, 103, 112, 115, 122, 126, 127, 128, 133, 138, 141,
142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155,
158, 165, 166, 167, 175, 200

—R—

Recursos naturais.....82, 83, 103, 108, 111, 113, 120, 128, 135

Rede museológica.....17, 100, 112, 122, 128, 129, 132, 133, 134, 135, 137,
157, 158, 167, 173, 174, 175, 200

Rota.....139, 141, 159, 161, 162, 163, 164

Roteiros.....99, 123, 134

—S—

Salvaguarda..... 4, 8, 12, 13, 15, 17, 18, 30, 33, 34, 35, 50, 74, 75, 76,
77, 78, 79, 80, 83, 84, 96, 100, 106, 112, 134, 138,
153, 170, 200

Serviços educativos.....13, 50, 69, 70, 71, 73, 139, 140, 142, 143, 146, 149,
150, 155

Símbolo.....37, 66, 170

Sociedade.....24, 28, 29, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 51,
52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 63, 66, 69, 70, 72, 80, 97,
105, 109, 110, 128, 130, 135, 138, 147, 154, 171, 175,
177

Sustentabilidade.....16, 84, 115, 122, 124, 128, 172, 173, 187, 194, 200

—T—

Tecelagem.....110, 113, 114, 118, 120, 147, 148, 149, 154

Território..... 4, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 27, 30, 35, 37, 38,
48, 53, 57, 58, 77, 78, 81, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 95,
100, 103, 104, 105, 108, 109, 111, 112, 113, 115, 120,
121, 124, 126, 127, 128, 130, 132, 134, 135, 152, 153,
159, 169, 171, 172, 173, 174, 177, 200

Têxtil.....96, 97, 106, 107, 133, 147, 164, 173, 174

Turismo.....4, 8, 10, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 83, 84, 95, 100, 108,
112, 113, 114, 115, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128,
129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 139, 156, 164, 165,
166, 168, 171, 172, 174, 175, 183, 191, 193, 194, 196,
200

—V—

Visitante..... 44, 45, 58, 63, 64, 123, 125, 126, 132, 137, 139, 140,
149, 156, 157, 159

Apêndice

Apêndice I	Exemplar literário de enaltecimento da identidade local.....	Disco n.º 1
Apêndice II	Bens patrimoniais móveis.....	Disco n.º 1
Apêndice III	Documentos que têm produzido efeito no quadro legislativo português provenientes do quadro do Direito Internacional.....	Disco n.º 1
Apêndice IV	Breves notas sobre o desenvolvimento da salvaguarda do património em Portugal.....	Disco n.º 1
Apêndice V	Leis posteriores ao Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932 e da Lei n.º 13/85 ainda em vigor.....	Disco n.º 1
Apêndice VI	Os organismos nacionais com competências na salvaguarda do património de acordo com o Decreto-Lei n.º 215/2006 de 27 de Outubro.....	Disco n.º 1
Apêndice VII	A Nova Tipologia de Museus.....	Disco n.º 1
Apêndice VIII	Textos de leitura complementar sobre património, ambiente, turismo e sustentabilidade.....	Disco n.º 1
Apêndice IX	Texto de leitura complementar sobre as acessibilidades do concelho de Alcanena.....	Disco n.º 1
Apêndice X	Carta de acessibilidade rodoviária.....	Disco n.º 1
Apêndice XI	Carta militar.....	Disco n.º 1
Apêndice XII	Textos de leitura complementar sobre a descrição das freguesias do concelho de Alcanena.....	Disco n.º 1
Apêndice XIII	Carta do património e identidade.....	Disco n.º 1
Apêndice XIV	Carta da ocupação do solo.....	Disco n.º 1
Apêndice XV	Figuras diversas ilustrativas do património alcanenense....	Disco n.º 1
Apêndice XVI	Textos de leitura complementar sobre Geografia, geologia e paisagem de Alcanena.....	Disco n.º 1
Apêndice XVII	Textos de leitura complementar sobre evolução demográfica de Alcanena.....	Disco n.º 1
Apêndice XVIII	Textos de leitura complementar sobre dinâmica económica de Alcanena.....	Disco n.º 1
Apêndice XIX	Levantamento descritivo de bens patrimoniais de Alcanena mais relevantes.....	Disco n.º 1
Apêndice XX	Leitura complementar sobre o Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Industriais e Domésticos e Aterro de Resíduos Sólidos de Alcanena.....	Disco n.º 1
Apêndice XXI	Leitura complementar sobre reflexão crítica do potencial do património de Alcanena.....	Disco n.º 1
Apêndice XXII	Leitura complementar acerca da reflexão sobre o desenvolvimento do potencial turístico de Alcanena.....	Disco n.º 1
Apêndice XXIII	Fundamentação para Rede Museológica do Concelho de Alcanena.....	Disco n.º 1
Apêndice XXIV	Leitura complementar sobre a promoção da rede museológica de Alcanena.....	Disco n.º 1
Apêndice XXV	Leitura complementar acerca do público-alvo do museu do território de Alcanena.....	Disco n.º 1
Apêndice XXVI	Leitura complementar acerca das ameaças à rede museológica de Alcanena.....	Disco n.º 1
Apêndice XXVII	Leitura complementar de medidas ou acções de benefício para o desenvolvimento da Rede Museológica do Concelho de Alcanena enquanto produto turístico.....	Disco n.º 1
Apêndice XXVIII	Entrevistas realizadas e respectivas autorizações dos entrevistados.....	Disco n.º 1